

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
NÍVEL DOUTORADO

FERNANDA CRUZ

**JOVENS EM DEVIR:
INVENÇÃO DE NOVAS POSSIBILIDADES DE VIDA
PARA ALÉM DA INSTITUCIONALIZAÇÃO**

FLORIANÓPOLIS
2014

FERNANDA CRUZ

JOVENS EM DEVIR:
Invenção de novas possibilidades de vida
para além da institucionalização

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sônia Weidner Maluf

FLORIANÓPOLIS
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Cruz, Fernanda

Jovens em devir : Invenção de novas possibilidades de vida para além da institucionalização / Fernanda Cruz ; orientadora, Sônia Maluf - Florianópolis, SC, 2014.
337 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Inclui referências

1. Antropologia Social. 2. desinstitucionalização. 3. jovens "egressas". 4. invenção . 5. devir. I. Maluf, Sônia. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. III. Título.

Fernanda Cruz

JOVENS EM DEVIR:
Invenção de novas possibilidades de vida para além da
institucionalização

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Sônia Weidner Maluf – Orientadora

Prof. Dr. Marc Bessin (EHESS – Paris)

Prof^a. Dr^a. Patrice Schuch (UFRGS)

Prof^a. Dr^a. Sílvia Arend (UDESC)

Prof. Dr. Alberto Groisman (UFSC)

Prof^a. Dr^a. Evelyn Schuler Zea (UFSC)

*Para a Daya,
que me inspirou a pensar
na “vida como obra de arte”*

AGRADECIMENTOS

As coisas por si só não são belas, diz Nietzsche. Eu diria que, em si mesmas, elas também não são especiais e tampouco transformadoras, a menos que se possa “dar vida a elas”. Na tarefa de “dar vida” à presente tese, foram muitas as pessoas que contribuíram e que emprestaram, com generosidade, um pouco das suas histórias, dos seus saberes, dos seus afetos e da sua criatividade. Um pouco de cada uma esteve comigo em cada reflexão, em cada escolha, em cada detalhe, a ponto de a escrita ter deixado de ser um ato solitário para se tornar uma verdadeira polifonia. Foi em diálogo com todas essas vozes que pude ousar celebrar, a partir desta pesquisa, a vida em toda sua dimensão inventiva.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer àqueles cujas vidas se tornaram a inspiração principal do meu trabalho: os jovens e suas famílias. Agradeço por terem me permitido entrar em suas vidas, pela relação de amizade que pude estabelecer com muitos, pela disponibilidade, atenção e carinho. Por terem me ensinado a ver as “coisas” de outras tantas perspectivas, sobretudo por fazê-las belas. Foram experiências intensas, das quais, certamente, pude sair transformada. Para que eu pudesse chegar até os jovens, outras tantas pessoas me ajudaram nesse percurso (os daqui – Brasil – e os de lá – França).

Foi fundamental a acolhida, a dedicação e o entusiasmo da Maria Tereza Barreto Floriani e da Marcia Gomes da Silva Oliveira, da Casa-Lar Nossa Senhora do Carmo. Também participaram desse processo a Adriana Kincheski, a Angelita Costa e o Edelman Jesus Conceição (da Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito), que sempre me receberam de forma atenciosa e ajudaram a pensar questões importantes da pesquisa. À Sabrina Severo (do Frutos do Aroeira), por me permitir conhecer outras experiências que conformam a desinstitucionalização. À Maria Marlene da Silva (CEDEP), pelos diálogos produtivos e pistas importantes acerca dos “egressos”.

À querida Ivone Hergenrader, pela acolhida, pela sabedoria, pela experiência. E ao agradecê-la, espero também poder contemplar toda a equipe da Terra Nova, em especial às mães-sociais que abriram, para mim, as portas das suas casas. À Úrsula Carreirão, por me ajudar a trilhar os primeiros passos da pesquisa, sobretudo no que se refere à minha inserção no Campo da Proteção à Infância e à Adolescência em Santa Catarina. Agradeço pelas dicas importantes como a experiência da república em Mondai e do Educandário Dom Duarte de São Paulo. No

Educandário, meu agradecimento é para a dedicada Luizélia Bornia Busco, pela troca de experiências e aprendizado. Ao Kevin Krieger, então presidente da Fasc, pelo diálogo produtivo e acesso às informações sobre a proteção à infância e à adolescência em Porto Alegre. À Sandra Coimbra, por me ajudar a pensar questões importantes sobre a desinstitucionalização, sobretudo no que se refere ao “lugar” ou “não lugar” dos egressos nas políticas assistenciais. Também agradeço à Sandra por me fornecer um “mapa” das políticas de proteção à infância e à adolescência em Florianópolis.

À Nathalie Guimard, por ter aceitado participar da pesquisa e me receber com carinho no Foyer Educatif Amandiers Belleville – Association Jean-Cotxet. Sua ajuda foi fundamental para realizar as entrevistas com os educadores e os jovens em situação de *Contrat Jeune Majeur*. Nessa instituição, também foi fundamental o diálogo com os educadores: Muriel Vergne, Pierre Pineau, Robert Foupa e Corinne Guigou. Todos gentilmente dispuseram do seu tempo para pensar comigo a problemática da contratualização.

À Marie Christine Delpeyrou (diretora do Relais Alesia), pela paciência na minha primeira entrevista em francês e também por me ajudar a pensar o Sistema de Proteção à Infância e à Adolescência na França. Ao Gerárd Lellouch (diretor Villa Jeane) pela possibilidade de conhecer uma experiência diferenciada de acolhimento institucional (voltado a jovens gestantes). Ao atencioso Michel Scandella (diretor Nouveaux Cédres), pela oportunidade de conhecer em detalhes o acolhimento dos *jeunes majeurs* e também pelas nossas conversas sobre pesquisa e filosofia. Aos educadores do Nouveaux Cédres que me inspiraram a pensar a relação entre as experiências brasileira e francesa de proteção. À eficiente Anne Larcher, que me permitiu estar em contato com os diretores dos diferentes estabelecimentos do CFPE. Ao Dominique Andre (diretor Village D’Enfants SOS), por me receber na sede da instituição em Jarville e me permitir compreender a especificidade do trabalho voltado ao acolhimento de grupos de irmãos.

À Anick-Camille Dumaret (psicóloga e pesquisadora INSERM), pelo aprendizado, pela doação de um amplo material sobre ex-placés, pela orientação, reflexão crítica, e pela inspiração para traçar “un parcours fructueux et de nombreux belles recherches”, como ela me desejou em nossa despedida. À querida Isabelle Frechon (pesquisadora INED), pela troca de experiências e por tudo que me ensinou sobre os *ex-placés* na França. À Elisabeth Callu, por me ensinar mais sobre Paris e sobre a língua francesa.

À Juliette Petit-Gats, sua ajuda foi crucial para que eu pudesse

compreender o funcionamento do *Contrat Jeune Majeur* na França. Além disso, sua orientação me ajudou a repensar o trabalho de campo em Paris. À Sarra Chaieb (pesquisadora ONED), pelas sugestões de leitura.

À minha orientadora, professora Sônia Maluf, por ter-me feito compreender que a Antropologia poderia ser o meu lugar. Por todas as aulas maravilhosas e, em especial, por tudo que pude aprender com elas. Por me colocar em diálogo com os autores que dão vida às reflexões empreendidas na presente tese, sobretudo pela possibilidade de trânsito entre a Antropologia e a Filosofia. Pela ajuda e amizade de todos esses anos.

Ao professor Marc Bessin, meu orientador na França, que me recebeu de maneira amigável e generosa no Institut de Recherche Interdisciplinaire Sur Les Enjeux Sociaux (Sciences Sociales, Politique, Santé)-IRIS, da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Por todas as orientações, especialmente por enriquecer meu trabalho de campo com as discussões sobre o *Contrat Jeune Majeur*. Por ter, desde o primeiro momento, procurado me inserir numa rede ampla de pesquisadores interessados em refletir sobre o sistema de proteção francês à infância e à adolescência. Obrigada por ter aceitado o convite para compor minha banca de defesa de tese.

À querida e sempre atenciosa professora Miriam Hartung, que pôde me ensinar o pouco que sei sobre parentesco e organização social. Pela inspiração ao longo da realização do estágio docência e pelas importantes contribuições à primeira versão do meu projeto de pesquisa. Ao professor José Antônio Kelly, que me ajudou a pensar a proposta wagneriana e forneceu um olhar crítico sobre minha pesquisa. Obrigada por ter me inspirado (e desafiado) a avançar na articulação entre a proposta teórica da tese e o material etnográfico coletado. À professora Antonella Tassinari, cujas aulas me permitiram avançar nas minhas reflexões sobre a “circulação de crianças”. À professora Evelyn Zea, pela leitura interessada do texto de qualificação da presente tese. À professora Sílvia Arend, pelas importantes sugestões (e o convite à reflexão) na minha banca de qualificação de tese e no grupo de trabalho do Fazendo Gênero. Essa última versão da tese procurou contemplar as contribuições de cada um desses professores, das suas maneiras de pensar a problemática da invenção, a desinstitucionalização, o parentesco, a proteção à infância e à adolescência e o devir.

Ao professor Alberto Groisman, pelas suas aulas, pela amizade e motivação para a produção de novos saberes no Campo da Antropologia. Obrigada por aceitar o convite para compor minha banca,

permitindo-me celebrar um outro momento (também de banca) que marcou minha entrada oficial na Antropologia. À professora Patrice Schuch, cuja tese serviu de inspiração para minha mudança de campo (da Comunicação para a Antropologia). À professora Fernanda Bittencourt Ribeiro, cuja tese me ajudou a pensar o sistema de proteção francês e me ajudou a chegar até o Centre Français de Protection à L'Enfance (CFPE).

À minha grande amiga e irmã, Maria Elisa Máximo, pela amizade intensa e sempre presente. Pelas aulas compartilhadas e por tudo que pude aprender com a sua experiência. Obrigada por ter me apresentado às discussões antropológicas e por ter incentivado e apoiado a minha ida para a Antropologia. Às minhas amigas (o trio) Mirella Alves de Brito, Rose Mary Gerber e Tatiana Dassi, por terem me recebido de maneira carinhosa na Antropologia. Pelas longas conversas, os momentos de descontração, as risadas e a ajuda incondicional. À amiga Tatiana Dassi também agradeço pela escrita impecável do *abstract*, sobretudo por ter feito dessa tarefa uma prioridade. Aos meus pais, Alter e Sandra, e ao meu irmão, Vinícius, cujo amor sem fim, compreensão e apoio foram cruciais para que eu pudesse chegar até aqui.

Ao CNPq que, ao me conceder uma bolsa, me permitiu realizar a pesquisa de doutorado com dedicação exclusiva. Tal financiamento foi fundamental para a qualidade e seriedade da pesquisa desenvolvida. À Capes que, através da bolsa-sanduíche, me possibilitou realizar o sonho de estudar em Paris, na École des Hautes Études en Sciences Sociales, durante quatro meses. Oportunidades como estas, de investimento em pesquisa, são fundamentais para que os saberes possam ser renovados e estimulem o intercâmbio institucional. Agradeço também ao Instituto Brasil Plural por ter financiado a pesquisa de campo no Rio Grande do Sul.

Por fim, gostaria de agradecer de maneira especial ao Theo, meu amor, meu companheiro, pela alegria dos meus dias. Pela escuta, parceria, compreensão e pela vida que se faz sempre que estamos juntos. “Sem você nada seria” e certamente tudo que faço, vejo e sinto se torna melhor, mais belo, quando estamos juntos. Essa tese tem muito da inspiração, coragem, tranquilidade e sabedoria que encontro em você. Obrigada por compartilhar comigo os sonhos e torná-los possíveis.

“De que meios dispomos para tornar as coisas belas, atraentes, desejáveis para nós, quando elas não o são? – e eu acho que em si elas nunca o são! Aí temos algo a aprender com os médicos, quando eles, por exemplo, diluem o que é amargo ou acrescentam açúcar e vinho à mistura; ainda mais dos artistas, porém, que permanentemente se dedicam a tais invenções e artifícios. Afastarmonos das coisas até que não mais vejamos muita coisa delas e nosso olhar tenha de lhes juntar muita coisa para vê-las ainda – ou ver as coisas de soslaio e como que em recorte – ou dispô-las de forma tal que elas encubram parcialmente umas às outras e permitam somente vislumbres em perspectivas – ou contemplá-las por um vidro colorido ou à luz do poente – ou dotá-las de pele e superfície que não seja transparente: tudo isso devemos aprender com os artistas, e no restante ser mais sábios do que eles. Pois neles esta sutil capacidade termina, normalmente, onde termina a arte e começa a vida; nós, no entanto, queremos ser os poetas-autores de nossas vidas, principiando pelas coisas mínimas e cotidianas.”

(Friedrich Nietzsche).

RESUMO

A presente tese tem como temática a desinstitucionalização de jovens “egressas” de serviços de acolhimento institucional (abrigo e casa-lar), habitantes de Santa Catarina (Palhoça e Florianópolis) e Rio Grande do Sul (Porto Alegre). Para tanto, a desinstitucionalização é tomada como um processo amplo e complexo que implica mudanças, não só de lugar (desacolhimento), mas de estado, em especial em termos daquilo que as jovens podem vir a ser (devir), e também como contexto privilegiado para a emergência da dimensão vivencial dos sujeitos. Partindo dessa temática mais geral, a pesquisa buscou investigar as maneiras pelas quais estas jovens inventam/criam novas possibilidades de vida, a partir de condições que a princípio reforçariam sua vulnerabilidade e falta de potência, e também aquilo que elas podem vir a ser (devir) para além da institucionalização. A etnografia, realizada junto a oito jovens “egressas” de serviços de acolhimento (Isabelle, Nicole, Virgínia, Estella, Nina, Clarissa, Alice, Olívia), permitiu destacar fundamentalmente três modos pelos quais as jovens inventam/criam novas possibilidades de vida. Uma primeira via para a invenção estaria na prática de “circulação de crianças”, a qual, ao invés de ser uma iniciativa da família ou mesmo do Estado, teve início pela ação das próprias jovens que, durante a infância, se desvincilharam, através da fuga, de diferentes situações de maus-tratos e exploração. A segunda está relacionada às maneiras pelas quais as jovens vivenciam a experiência da maternidade e de cuidado com os filhos, tendo em vista a relação que estabelecem com as políticas públicas assistenciais, com as novas tecnologias reprodutivas, com os seus companheiros e o trabalho, etc. E a terceira refere-se a uma espécie de “virada no jogo das relações de parentesco”, em especial, quanto às relações que as jovens estabeleciam com os parentes (principalmente mãe, pai e irmãos) previamente ao acolhimento institucional. A análise dos modos de vida dessas jovens permitiu observar que estas têm como característica uma “espécie de improvisação contínua” que, ao contrário de revelar uma postura simplesmente reativa (marcada pela busca da sobrevivência) diante das adversidades, está relacionada àquilo que elas souberam criar, ou seja, à descoberta do que gostam e sabem fazer. Para contemplar essa diversidade de experiências, foi preciso conduzir a análise e a própria escrita etnográfica tendo em vista o desafio de compreender o sujeito de uma maneira que não estamos acostumados a ver. Ou seja, a improvisação contínua foi revelando não um sujeito acabado ou precário, mas sim configurações de sujeito que vão sendo constituídas contingencialmente e que apontam para novas

possibilidades de devir.

Palavras-Chave: desinstitucionalização, jovens “egressas”, invenção, devir, serviços de acolhimento

ABSTRACT

The present thesis dwells upon the deinstitutionalization of young women from foster care services in the states, habitants of Santa Catarina (Palhoça and Florianópolis) and Rio Grande do Sul (Porto Alegre), Brazil. Deinstitutionalization is understood as a broad and complex process which involves changes, not only from one place to another (since they leave the institution), but also as a change in their state of being, especially when we consider what these young women could become (*becoming*). Likewise, deinstitutionalization is understood as a fruitful context for the emergence of the experiential dimension of the subjects. Taking this general theme as a starting point, the research seeks to investigate the ways through which these young women *invent/create* new life possibilities based on conditions which, at first could reinforce their vulnerability and lack of potency, and it also explores what they could become beyond the boundaries of their institutionalization. The ethnography, which took place with eight young women (Isabelle, Nicole, Virgínia, Estella, Nina, Clarissa, Alice, Olívia) who had been through the foster care system, enabled me to highlight three ways where they *invent/create* new life possibilities. The first path to invention can be found in the “children circulation” practice, a practice that, instead of being an initiative of the family or even the state, was an initiative of the young women themselves, who, during their childhood, ran away leaving behind different situations of abuse and exploitation. The second, is related to the way they experience motherhood and caring for their children. Here the idea is to think about these experiences in relation to the relationships they establish with welfare policies, with the new reproductive technologies, with their partners, with work, etc. The third path to invention deals with what one could describe as a “turning tables on kinship”, notably regarding the relationships they had with their kin (mainly mother, father, brothers and sisters) before their institutionalization. The analyses of the ways of life of these young women, allowed me to observe that these ways of life have, as a prime characteristic, something like a “continuous improvisation”. However, contrary to common belief, this “continuous improvisation” does not only mean a reactive attitude (given by a survival drive when faced with hardship), but it is related to what they knew and wanted to create. In other words, it is linked to their process of finding out what they knew and wished to do. In order to be able to contemplate the diversity of experiences it was necessary to build the analyses, and even the ethnographic text, taking into consideration the

challenge of understanding the subject in a way not familiar to us. Thus, the notion of continuous improvisation helped to unfold not a final or precarious subject, but configurations of subjects, which are being constituted contingently and that signal to new possibilities of *becoming*.

Keywords: deinstitutionalization, former foster youth, invention, becoming, foster care services

RÉSUMÉ

Cette thèse a pour thème la désinstitutionnalisation des jeunes filles ex-placées des services d'accueil institutionnels, habitants de l'État de Santa Catarina (Florianópolis et Palhoça) et du Rio Grande do Sul (Porto Alegre). Le processus de désinstitutionnalisation est envisagé ici comme un processus vaste et complexe qui implique des changements, certes de localité (sortir d'un service d'accueil), mais surtout d'un état, notamment en ce qui concerne ce qu'elles peuvent devenir, ce qui est un cadre privilégié pour l'étude de la dimension expérientielle de ces sujets-là. Partant de ce thème général, la recherche examine les façons dont ces jeunes filles inventent/créent de nouvelles possibilités de vie à partir des conditions qu'en principe renforceraient leurs vulnérabilités et le manque de puissance, mais aussi ce qu'elles peuvent devenir au-delà de l'institutionnalisation. La recherche ethnographique menée avec huit jeunes filles "issues" de services d'accueil (Isabelle, Nicole, Virgínia, Estella, Nina, Clarissa, Alice, Olívia) a mis en évidence trois façons dont ces jeunes filles inventent/créent de nouvelles possibilités de vie. Une première est rattachée à la pratique de la «circulation d'enfants», mais non pas celle pratiquée par la famille ou l'État puisqu'il s'agit dans les cas étudiés des "fuites" des jeunes filles qui ont eu lieu encore pendant leur enfance. Elles se sont dénouées de leurs parents ou parents adoptifs par l'évasion face à des situations d'abus et d'exploitation. La deuxième façon d'inventer/créer est liée à l'expérience de la maternité et des soins de leurs enfants, à partir des rapports qu'elles entretiennent vis-à-vis de politiques publiques, de nouvelles technologies de reproduction, ainsi aussi avec leurs conjoints et dans le domaine du travail. La troisième fait état d'une espèce de "tour du jeu de la parenté", en particulier en ce qui concerne les relations établies par les jeunes filles avec leurs parents (mère, père et frères) avant le placement en institution. L'analyse des modes de vie de ces jeunes filles a pu montrer qu'ils sont caractérisés par une espèce "d'improvisation continue" qu'au contraire de révéler simplement une position réactive à l'adversité (marquée par la survie), elle est liée à ce que les jeunes filles étaient en mesure de créer, c'est à dire à la découverte de ce qu'elles aiment et peuvent faire. Pour mener à bien une analyse de la pluralité des expériences vécues par les jeunes filles, il a fallu prendre en compte les expériences de chaque jeune fille et essayer de développer une écriture ethnographique particulière qui puisse permettre de comprendre ces jeunes filles d'une manière qui n'est pas habituelle. En fait, l'improvisation continue ne révélait point un sujet achevé ou précaire, mais des configurations de sujet construites de

manière contingente qui mènent toujours à de nouvelles possibilités de devenir.

Mots-clés: jeunes; désinstitutionnalisation; service d'accueil; devenir.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APJM – Action de Protection des Jeunes Majeurs

ASE – Aide Sociale à L'Enfance

ASSEAF – Associação dos Ex-Alunos da Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor

CCEA – Centro Cultural Escrava Anastácia

CEDEP – Centro de Educação e Evangelização Popular

CG – Conseil Général

CJM – Contrat Jeune Majeur

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania

FASE – Fundação de Atendimento Socioeducativo

FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

FUNABEM – Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

JE – Juge des Enfants

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ONU – Organização das Nações Unidas

PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PJJ – Protection Judiciaire de la Jeunesse

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNCFC – Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária

SAI – Serviços de Acolhimento Institucional

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
SITUANDO OS DISCURSOS SOBRE DESINSTITUCIONALIZAÇÃO	30
A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA – A CHAVE DA INVENÇÃO/CRIAÇÃO	36
SEGUINDO OS SUJEITOS DA PESQUISA.....	47
Rio Grande do Sul – Porto Alegre, Sapiranga e Ijuí	50
Santa Catarina – Palhoça e Florianópolis	55
Os sujeitos da pesquisa: impasses analíticos	63
ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS	65
CAPÍTULO 1: “EGRESSOS” DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS: A “REVERSÃO FIGURA-FUNDO”	67
1.1 ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O LUGAR DOS SUJEITOS	71
1.2 POLÍTICAS DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA: OS DIREITOS DO SUJEITO ENQUANTO “FIGURA”	74
1.3 UM LUGAR PARA OS “EGRESSOS”: A REPÚBLICA EM MONDAÍ E O <i>CONTRAT JEUNE MAJEUR</i> NA FRANÇA	92
1.4 OS SUJEITOS ENQUANTO “FIGURA”	113
1.5 PROBLEMATIZAÇÃO DA CATEGORIA EGRESSO: SUJEITOS EM DEVIR	115
CAPÍTULO 2: EXPERIÊNCIAS DE “CUIDADO”: CIRCULAÇÃO E DEVIR	121
2.1 CLARISSA: A VIDA COMO BEST-SELLER.....	131
2.2 VIRGÍNIA: “INDO E VOLTANDO”	138
2.3 ALICE: “A VONTADE DE PENSAR QUE A VIDA PODE SER DIFERENTE”	146
2.4 ISABELLE: “A VIDA NÃO É FÁCIL, MAS TAMBÉM NÃO É DIFÍCIL”	155
2.5 NICOLE: “A GENTE NÃO TEM COMO ESQUECER, MAS EU NÃO GOSTO DE LEMBRAR”	162
2.6 NINA: “TU NÃO TEM OUTRA ESCOLHA, ATÉ O DIA QUE TU	

TEM QUE SAIR E ENFRENTAR AQUI FORA”.....	170
2.7 OLÍVIA: “OU O ESTADO ME SUSTENTA OU DEIXA QUE EU ME VIRO!”	183
2.8 ESTELLA: “EU TIVE QUE DESCOBRIR A VIDA SOZINHA”	191
2.9 CIRCULAÇÃO, FUGA E DEVIRES: SUBVERSÕES DE TEMPORALIDADES.....	199
CAPÍTULO 3: REPENSANDO A DESINSTITUCIONALIZAÇÃO	203
3.1 DA “IMPROVISAZÃO CONTÍNUA” COMO INVENÇÃO/CRIAÇÃO DE NOVAS POSSIBILIDADES DE VIDA	206
3.2 VIRGÍNIA E CLARISSA: PARA ALÉM DA MERA SOBREVIVÊNCIA	209
3.3 NINA: A “CONTRAINVENÇÃO” DO FAMILISMO.....	226
3.4 “INVENTANDO” FAMÍLIA: A EXPERIÊNCIA DA ALICE.....	241
3.5 “VIRADA NO JOGO” DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO ..	251
3.6 EXPERIÊNCIAS DE MATERNIDADE E CUIDADO COM OS FILHOS	278
CONSIDERAÇÕES FINAIS	311
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	323

INTRODUÇÃO

O desacolhimento da Nina sempre foi um caso complicado para a direção e os profissionais que trabalhavam na casa-lar. Antes mesmo de completar 18 anos, ela não tinha nenhum parente ou amigo que a pudesse acolher. Esgotadas as possibilidades de retorno familiar, a instituição começou a investir na autonomia da jovem (através da realização de cursos e estágios), para que ela trabalhasse e tivesse alguma renda para se manter de maneira independente ao deixar a casa-lar. O desacolhimento mostrou para a jovem que, no lugar da preparação, ela teria que assumir o curso da sua própria vida, ou, como ela diz: “É aquele ditado, a dor ensina a gemer” e completa: “eles mandavam a gente fazer curso, diziam que era nosso preparatório para sair, mas um curso não te prepara para a vida aqui fora. Na verdade, ninguém sai preparado de lá, a gente aprende na marra. Na época em que eu saí do abrigo, eu não estava mais na Caixa Econômica Federal. E que preparação é essa? Se eu não tinha nenhum emprego e eu tinha que me mudar. Eu ia sair só com 5 mil que eu tinha juntado na Caixa, que eu não gastava, juntava tudo para sair, para me sustentar até conseguir um empreguinho”. E conclui: “É como se tu tá num intemato e é cuidado por um bando de gente que acha que as coisas são melhores para ti, tentam fazer tu te sentir melhor, e não é melhor. Tu sabe que lá não é a tua família e tu tem que aguentar, porque tu não tem outra escolha, até o dia que tu tem que sair e enfrentar aqui fora”¹.

Preparação para a saída, tensão permanente entre as demandas dos sujeitos e as expectativas das políticas de proteção, chegada da maioridade, autonomia, vida fora do abrigo e retorno para a família são questões correntes quando se trata de pensar a **desinstitucionalização de jovens que passaram boa parte da sua infância e adolescência em**

¹ Trecho do meu diário de campo, elaborado com citações literais dos relatos da Nina, uma das jovens que participou da presente pesquisa, e também com as minhas observações.

serviços de acolhimento². Foram relatos como esses da Nina que me inspiraram a pesquisar sobre os “**egressos**” e sobre seus **modos de vida**, a partir da perspectiva dos próprios **sujeitos**. Tal temática veio sendo construída, desde o mestrado, quando estudei o modo como se processava a “socialização midiaticizada” operada pela televisão junto a adolescentes que, sob medida protetiva, viviam em serviços de acolhimento em Porto Alegre-RS (CRUZ, 2007)³. Assim motivada, foi possível perceber que o tema estava inserido em uma problemática mais ampla relacionada à implementação das políticas de proteção à infância e à adolescência e, sobretudo, aos paradoxos engendrados por estas após a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

No Brasil, o número de serviços de acolhimento, em 2010, chegava a 2.624, o que representava cerca de 36.929 crianças e adolescentes acolhidos⁴. Destes, 61% mantinham vínculo com seus

² De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, texto da resolução 109, de novembro de 2009, o Serviço de Proteção Social Especial de alta complexidade se divide em três eixos: a) Serviços de Acolhimento Institucional (abrigo institucional, casa-lar, casa de passagem e residência inclusiva); b) Serviço de Acolhimento em República; c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergência. Esta tipificação publicada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) representa um esforço por parte do governo, das organizações não governamentais, das próprias instituições e dos profissionais que nelas trabalham em denominar, de forma padronizada, os serviços ofertados. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Tipificacao%20Nacional%20de%20Servicos%20Socioassistenciais.pdf/view>>. Acesso em mar. 2011.

³ A pesquisa, que tinha como objetivo geral a compreensão da “socialização midiaticizada” processada pela televisão, foi realizada junto aos adolescentes que, sob medida de proteção, haviam sido acolhidos nos seguintes serviços de acolhimento: Casa-Lar Adventista, Lar de São José, Lar de Nazaré e Abrigo João Paulo II.

⁴ Dados apresentados a partir do “Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento”, iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), executado em parceria com o Centro Latino-Americano de Estudo de Violência e Saúde Jorge Careli – CLAVES/ Fiocruz. O levantamento é conformado por dados referentes ao acolhimento institucional (SAI) e familiar (Programas de Família Acolhedora/PFA). Nesta pesquisa, optei por apresentar somente os dados referentes ao SAI, o qual contempla as seguintes modalidades de acolhimento: abrigo institucional, Casa de Passagem, Casa-Lar na Comunidade e Casa-Lar em aldeia. A maior parte deste total permanece concentrada nas regiões sudeste

familiares. Isso significa que também “teoricamente” apenas 1% desses adolescentes era de órfãos e 8,6% tinham impedimento judicial de contato com a família. No entanto, se por um lado essas estatísticas denotam uma possibilidade ampliada de reinserção familiar, os índices relacionados ao tempo de institucionalização tornam a situação um tanto ambígua, já que o tempo máximo de acolhimento variou de 16 meses (no norte do país) a 17 anos (no sudeste) e somente 37% dos serviços tinham a preocupação de desenvolver ações de preparação gradativa para o desligamento institucional. Nesse ponto, é importante esclarecer que, conforme as orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em especial o art. 98, o acolhimento institucional e familiar é considerado uma medida de proteção e, como tal, poderá ser aplicada quando crianças e adolescentes estiverem em situação de violação de direitos (por omissão da sociedade ou do Estado), por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável e em razão de sua conduta. Atualmente, o afastamento da convivência familiar em função do acolhimento só pode ser determinado por decisão da Justiça da Infância e da Juventude, tendo como orientação prioritária “o interesse superior da criança e do adolescente” (SILVA, 2004).

São os “não conformes” identificados nos grupos familiares que permanecem figurando em primeiro lugar na lista dos motivos do acolhimento. A pobreza parece seguir sendo traduzida pela “negligência familiar”, que ocupa o primeiro lugar (com 37%) no ranking dos motivos de ingresso de crianças e adolescentes nos serviços de acolhimento institucional. Conforme os artigos 5 e 23 do ECA, a “falta ou carência de recursos materiais não se constitui como motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar”, mas a “negligência” é inadmissível nos termos da lei, de maneira que: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência”. Difícil caracterizar a negligência e, sobretudo, identificar os seus contornos quando estes dependem das concepções de família e de cuidados. A transformação da categoria de internamento “problema socioeconômico” em “negligência”, posterior à implementação do ECA, já tem sido amplamente discutida por Andréa Cardarello (1998). A pesquisadora observa como a impossibilidade das famílias em garantir

(1.360) e sul (570), como já havia sido apontado pelo levantamento produzido pelo IPEA em 2004. Neste levantamento, foram considerados serviços governamentais e não governamentais (tais como ONGs, entidades religiosas, etc), ao contrário da pesquisa realizada pelo IPEA, em 2004, a qual considerava apenas o universo de instituições estatais ou que recebiam recursos do governo.

os direitos das crianças e adolescentes previstos no ECA faz delas “negligentes” aos olhos daqueles que se ocupam em gestar e executar as políticas de proteção. Entre a excepcionalidade da medida de abrigamento e a garantia aos serviços de saúde, educação, alimentação, estes últimos parecem contar mais. Contudo, é possível pensar em prioridades, quando a garantia da “excepcionalidade” passa necessariamente por outra negligência, nesse caso do Estado, que intervém nessas famílias em vez de oferecer condições para que elas possam ser agentes nesse processo?

Na sequência, após o fator “negligência”, aparecem “pais/responsáveis dependentes químicos” (20,1%) e “abandono” (19%). Diante de tais números, também chama atenção que, dentre as principais razões do desacolhimento, o “retorno para a família de origem” apareça em primeiro lugar, com 93,2%. É interessante observar que, se por um lado a premissa da convivência familiar parece pautar as práticas institucionais, por outro, o acolhimento de crianças e adolescentes nem sempre vem acompanhado de um trabalho sistemático junto a essas famílias. Portanto, cabe destacar, neste ponto, que, dentre os “fatores determinantes para a permanência prolongada de crianças e adolescentes” em instituições de acolhimento, está justamente a “ausência de políticas públicas de apoio às famílias” (SILVA, 2004, p.65). Além disso, para muitas instituições, a chegada da maioria (18 anos no Brasil) ainda permanece sendo um desafio, uma vez que o desligamento institucional, nesses casos, representa um universo de 33,8% dos encaminhamentos. Esse percentual sinaliza o paradoxo dos discursos em favor da convivência familiar e comunitária, que são acompanhados da disparidade entre o número de encaminhamentos de crianças e adolescentes para serviços de acolhimento (e também a multiplicação destes serviços) e o longo período de institucionalização experienciado por crianças e adolescentes.

Tal realidade reflete igualmente as dificuldades enfrentadas pelas instituições no cumprimento às orientações do ECA (art. 101) no que se refere, sobretudo, ao caráter de provisoriedade (no máximo dois anos) e excepcionalidade do processo de abrigamento. E também a presença de uma espécie de “cultura da institucionalização”, que parece acompanhar a história das políticas de assistência à infância, embora, como resgatam Irene Rizzini e Irma Rizzini (2004, p.14), desde o início do século XX, a internação de crianças apareça, especialmente na literatura jurídica, como o “último recurso a ser adotado”. Tal orientação foi novamente reforçada em 2009, com a aprovação da lei nº 12.010, de 2009, que introduziu “inovações legislativas” para “abreviar” o período de

permanência de crianças e adolescentes nestas instituições. Além disso, há pistas de uma maior preocupação em evitar a “banalização” da institucionalização, de maneira que todo acolhimento só poderá ser feito diante de autorização judicial, e está previsto um acompanhamento mais sistemático, no máximo a cada seis meses, da situação jurídica e psicológica das crianças e dos adolescentes abrigados. Esse reforço na lei poderia revelar talvez a superação das práticas de institucionalização já enraizadas, cujas mudanças se processam de forma lenta, e também o enfrentamento das demandas (que persistem e aumentam) que culminam na intervenção do Estado junto a crianças e adolescentes (RIZZINI, RIZZINI, 2004).

O cenário descrito acima procura não só evidenciar a problemática que envolve a institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, mas também apontar para uma outra questão que não tem sido objeto de muitas pesquisas no país: o processo de desinstitucionalização dos jovens que, sobretudo em função do tempo prolongado de acolhimento e das lacunas nas políticas públicas de proteção, permanecem até a maioridade nos serviços de acolhimento.

Assim, a desinstitucionalização de jovens que tiveram experiências de acolhimento se constitui como a temática da presente tese. Em torno desta, como pretendo apresentar na sequência, é que fui construindo o esquema teórico da pesquisa e, especialmente, a seguinte questão-problema que serviu como fio condutor da etnografia realizada junto a **oito jovens “egressas”**⁵ (Isabelle, Nicole, Virgínia, Estella, Nina, Clarissa, Alice e Olívia⁶) de serviços de acolhimento, habitantes do Rio Grande do Sul (Porto Alegre) e de Santa Catarina (Palhoça e Florianópolis): **A partir de quais modos as jovens “egressas” inventam/criam novas possibilidades de vida, sob condições que a princípio reforçariam sua vulnerabilidade e falta de potência? Na esteira dessa questão, emerge outra mais específica, relacionada ao devir: O que essas jovens podem vir a ser (o que podem enquanto sujeito), para além da institucionalização e das políticas assistenciais?**

⁵ A categoria egresso será problematizada no Capítulo 1. Neste momento, é importante dizer que ela implica uma série de problemas de ordem teórico-metodológica, uma vez que remete aos jovens como produto da institucionalização e também como grupo social.

⁶ Conforme foi acordado durante a realização do trabalho de campo, os nomes das jovens, assim como dos demais sujeitos da pesquisa, foram trocados.

SITUANDO OS DISCURSOS SOBRE
DESINSTITUCIONALIZAÇÃO

No Brasil, há muitos pesquisadores interessados nos espaços dos serviços de acolhimento⁷; no entanto, a reflexão acerca dos “egressos” é muito tímida, tanto por parte dos pesquisadores como por parte do governo e das entidades assistenciais. Tanto que foi somente nos anos 80 que a busca por alternativas às práticas de institucionalização ganhou visibilidade no país. A partir dessa época, foram intensificados os questionamentos e até mesmo o repúdio às práticas de abrigo, tendo como base diversos estudos que sinalizavam as consequências da institucionalização sobre o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. “É indicativo desse novo momento o grande número de seminários, publicações e discussões em torno de iniciativas que indicassem novos caminhos” (RIZZINI, RIZZINI, 2004, p.46). Tanto que o “maior destaque” da década de 1990 foi para o processo de discussão e redação da lei (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) que viria a substituir a segunda versão do Código de Menores (1979), marcando a passagem de uma concepção do menor como objeto de medidas judiciais a outra que reconhece as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos.

Até então, como observa Altoé (2009), a questão do desligamento institucional também não chamava atenção e este processo “parecia” transcorrer sem maiores problemas. Foi somente devido às denúncias feitas pela ASSEAF⁸, nos jornais, sobre o abandono em que se encontravam os adolescentes que deixavam a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem), que esta situação se tornou “um problema conhecido”. Com a implementação do ECA, nos anos 1990, cuja ênfase recai sobre a convivência familiar e comunitária e o caráter de brevidade e excepcionalidade na aplicação da medida de abrigo,

⁷ A partir de um levantamento feito em 2009, em bancos de teses e dissertações de seis universidades (USP, UFRGS, UFRJ, UFMG, UFSC e Unisinos) e também da Capes, localizei 45 dissertações e 10 teses que se ocupam fundamentalmente do contexto institucional (abrigos, casas de passagens, famílias acolhedoras e, principalmente, das unidades da antiga Febem), implementação e consequências de ordem prática e operacional do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e histórico do acolhimento e do abandono no Brasil e em outros países.

⁸ Associação dos Ex-Alunos da Funabem (Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor).

observou-se uma mudança na característica dos abrigos, sobretudo no que se refere à concepção de confinamento. Entretanto, como pontuavam Rizzini e Rizzini, em 2007, a premissa da provisoriamente vem sendo sistematicamente ignorada, pois “faltam alternativas efetivas de atendimento que permitam reverter as situações que levaram ao acolhimento, dentro do tempo previsto pela legislação” (RIZZINI, RIZZINI, 2007, p.91).

No entanto, o futuro das crianças que passaram pela experiência do acolhimento – ou, como dizem os franceses, *le devenir des enfants placés* – vem sendo pesquisado por diferentes áreas (Sociologia, Psicologia e Ciências da Educação) há mais tempo em outros países, conforme o balanço crítico publicado por Isabelle Frechon e Annick Camille Dumaret, em 2008, a partir de mais de 30 estudos franceses e estrangeiros sobre a temática. Nos países anglo-saxões, onde o Serviço Social é conhecido como disciplina científica, a situação dos *ex-placés* na idade adulta vem sendo pesquisada desde os anos 1950. A França, onde tal temática, por um longo período, suscitou poucas pesquisas, assiste, a partir dos anos 80, a um investimento, sobretudo por parte do campo acadêmico e das associações, em saber o que se passa com os jovens que deixam os serviços de acolhimento. Conforme o levantamento realizado pelas pesquisadoras, é possível observar que, no conjunto, as pesquisas são muito heterogêneas no que se refere à população estudada, às avaliações, às variáveis observadas e também apresentam carências metodológicas e imprecisão de resultados. Essa diversidade, para Frechon e Dumaret, se explicaria pela evolução das políticas sociais e das correntes de pensamento acerca da proteção da infância. Nesse recenseamento, as autoras revelam que, em 50 anos, as razões do *placement* variaram fortemente, passando da proteção aos órfãos às crianças vítimas de violência. No entanto, para além dessa aparente mudança de status de quem deve ser protegido, o *placement* permanece sendo um modo de intervenção da esfera pública na esfera privada da família. “Retirer un enfant de sa famille, garantir son éducation, c’est aussi s’interroger sur la légitimité de l’Etat de suppléer aux défaillances parentales”⁹ (FRECHON, DUMARET, 2008, p.145).

No período do estágio doutoral em Paris¹⁰, eu pude acompanhar

⁹ Retirar uma criança de sua família, garantir sua educação, isso é também se interrogar sobre a legitimidade do Estado de assumir às incapacidades/falhas parentais.

¹⁰ O estágio foi realizado, com bolsa da Capes, no período de 01/11/2011 a 29/02/2012 no Institut de Recherche Interdisciplinaire Sur Les Enjeux Sociaux

um interesse ampliado pela questão dos *ex-placés*, sobretudo por parte de entidades que investem em um mapeamento detalhado do *devenir* desses sujeitos nas mais diferentes esferas: moradia, trabalho, situação financeira, sociabilidade (lazer, amigos, vizinhos), vida social e cívica e situação familiar (relação com os pais e com os irmãos). Estes são trabalhos (realizados por demógrafos, sociólogos, psicólogos e administradores)¹¹ que fornecem amplos mapas descritivos acerca da inserção desses jovens e que, por vezes, levam à avaliação dos projetos educativos implementados pelas associações e mesmo das políticas de proteção à infância e à juventude de maneira mais ampla. O *devenir* dos *ex-placés* desperta tanto o interesse dos pesquisadores e entidades francesas porque, para estes, uma vez conhecido o *devenir* é possível empreender uma avaliação das políticas institucionais. Ele também permite tensionar a própria legislação e as políticas públicas de uma maneira mais abrangente. Tanto que, em dezembro de 2011, entidades, profissionais, pesquisadores, representantes do governo, representantes das fundações e do judiciário estiveram reunidos na quinta edição dos *Assises Nationales de la Protection de L'Enfance* em Paris, a fim de discutir “*Que deviennent les enfants?*”. Um evento que partiu da seguinte premissa: interrogamo-nos frequentemente sobre o funcionamento dos dispositivos, mas raramente sobre os impactos reais das respostas sobre as crianças.

Dentre os poucos trabalhos mais contemporâneos, pós-ECA, realizados no Brasil acerca de jovens “egressos” de serviços de acolhimento, selecionei, neste momento, três. Dois destes desenvolvidos pela equipe de pesquisadores do Naci¹²-UFRGS, os quais, além de me fornecerem pistas e elementos sobre tal realidade, também me permitiram problematizar algumas questões centrais para a construção do meu objeto de pesquisa. O terceiro, realizado por uma pesquisadora da Psicologia, procura articular a questão da maioria com o desligamento institucional.

A partir de pesquisa realizada, entre 2003 e 2005, junto aos jovens do *Programa Jovem Adulto/POA-RS*¹³, Fonseca, Allebrandt e

(Sciences Sociales, Politique, Santé) – IRIS, da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), sob a orientação do professor Marc Bessin.

¹¹ Para uma leitura mais detalhada ver o trabalho de Marthe Coppel e Annick Camille Du maret (1995) e o de Isabelle Frechon (2003).

¹² Núcleo de Antropologia e Cidadania da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹³ O programa consistia em uma remuneração mensal de 200 reais para cada

Ahlert observaram que, na ausência de retaguarda por parte dos serviços sociais e com um mercado de emprego que oferecia poucas opções àqueles que “sobraram”, os jovens “egressos” acabavam por pensar em outras estratégias para sua vida extrainstitucional, que envolvessem “não a ‘autonomia adulta’ tão almejada nas metas da Bolsa Jovem Adulto, mas sim, dependências, em especial, intergeracionais de outras pessoas” (FONSECA, ALLEBRANDT, AHLERT, 2009, p.57) O trabalho fornece relatos importantes acerca das táticas de resistência mobilizadas por esses jovens nos “interstícios do sistema”; no entanto, o foco da análise ainda recai sobre um mecanismo de transição entre a vivência fora e dentro do abrigo. Ou seja, uma vez que o encontro das pesquisadoras com os jovens se dava durante as ocasiões de reunião do programa, as experiências destes fora do abrigo e as suas rotinas cotidianas acabavam sendo delimitadas em alguma medida por um contexto ainda de “tutela”.

A questão da cotidianidade dos “egressos” ganha um espaço maior em outro trabalho de Fonseca, neste com Magni, Pasini e Paim, sobre o impacto gerado pela institucionalização na vida de meninas que deixaram a antiga Febem, no período de 1990 a 1994. Embora o foco seja adolescentes “ex-infratores” e não jovens sob medida protetiva, o artigo chama a atenção para duas questões que apontam para a ambivalência da “desinstitucionalização” e da própria produção dos sujeitos no espaço dos serviços de acolhimento. A primeira refere-se ao fato de que, em boa parte das entrevistas, a experiência da institucionalização não parecia suscitar tanto interesse por parte das adolescentes como outras questões de ordem mais cotidiana, tais como namoros, brigas com a polícia ou as fofocas sobre amigas e conhecidas. E a segunda está relacionada à ambivalência tanto das adolescentes como dos técnicos educacionais que tentam “executar um programa educacional que ao mesmo tempo deve reabilitar infratores e cultivar cidadãos. Enquanto a primeira tarefa é ligada às ideias negativas de correção e disciplina, a segunda é associada a noções positivadas – a conquista de direitos civis, etc.” (FONSECA, MAGNI, PASINI, PAIM, 2009, p.77). Ou seja, a primeira desmistifica a centralidade da instituição no engendramento das práticas e redes que os jovens estabelecem para dar conta da vida fora da instituição e a segunda reflete mais claramente as tensões presentes nas formas de lidar com a

jovem (que atinge a maioridade) durante 12 meses. A bolsa objetivava oferecer ao jovem desligado “uma forma de buscar autonomia, investindo num projeto próprio de vida, que possibilitasse um afastamento das estruturas institucionais” (FONSECA, ALLEBRANDT, AHLERT, 2009, p.48).

positividade da disciplina.

O terceiro trabalho¹⁴ sobre desinstitucionalização, também realizado no contexto pós-ECA é o de Martha Emanuela Figueiró. Intitulado “Acolhimento Institucional: A Maioridade e o Desligamento”, o livro é resultado de um estudo de caso realizado junto a um jovem (José), com 18 anos completos, recém-egresso de um abrigo na cidade de Natal (RN). A pesquisa, que tem como objetivo a identificação dos efeitos do processo de desinstitucionalização (em termos do desenvolvimento do projeto de vida) na vida desse jovem, delinea um cenário de políticas públicas deficientes, o qual acaba, segundo a pesquisadora, por tornar problemática a sua inserção social. Nesse sentido, a autora aponta para uma série de falhas na rede de atendimento oferecida ao jovem, tanto durante seu acolhimento quanto na sua preparação para o desligamento. “Apesar de José ter apresentado uma reação pessoal positiva no período em que foi desligado definitivamente com a maioridade, ainda assim observaram-se questões problemáticas no seu convívio com o meio social, relacionadas com a maneira como a rede de acolhimento organizou o seu suporte à preparação e orientação de um projeto de vida” (FIGUEIRÓ, 2012, p.123). Nesse ponto, é possível observar que a autora conduz a sua reflexão tendo por base

¹⁴ Esse trabalho foi escolhido para compor essa parte dedicada aos discursos sobre desinstitucionalização, tanto pelas suas contribuições às discussões que procuro suscitar ao longo da tese, quanto – e especialmente – por tê-lo recebido (por e-mail) da assistente social de uma das casas-lares de Florianópolis como sugestão de leitura. Na ocasião, dentre os destinatários da mensagem, também estavam outros colegas de trabalho da profissional, aos quais ela antecipava que esta pesquisa sobre “egressos” lhe parecia muito interessante. A atitude da assistente social me pareceu produtiva para pensar algumas questões: a primeira é que de alguma maneira ela estava me situando sobre os saberes que estariam ou deveriam estar informando as práticas no campo de proteção à infância e à adolescência. A segunda é que talvez ela estivesse me sinalizando que esses saberes estão sendo atualizados/alimentados não só pelas suas experiências profissionais, mas também por fundamentações teóricas. E, para além disso, não poderia deixar de refletir sobre a minha própria pesquisa que, naquele momento, estava em curso, sobretudo no que se refere às expectativas destes sujeitos (que convivem diariamente com os limites e as impossibilidades postas pelas políticas de proteção) em relação a minha proposta. E dessa forma, são inegáveis as minhas próprias expectativas quanto à produtividade da presente pesquisa, para produzir reflexividade nesse campo, quanto a uma problematização da desinstitucionalização que foi construída a partir do ponto de vista dos sujeitos, com os relatos destes acerca das suas experiências.

perspectivas analíticas que, por um lado, são importantes na medida em que lhe permitem delinear os paradoxos do campo de proteção à infância e à adolescência, e, por outro, acabam por fazer persistir a ideia, a qual procuro desconstruir, de que os sujeitos são uma continuidade da institucionalização e que a ausência de políticas faz com que estes se constituam a partir da falta: são sujeitos em situação de vulnerabilidade. Embora a autora opte por trabalhar na perspectiva da desinstitucionalização (desligamento não apenas como saída do abrigo), esta se apresenta totalmente vinculada a um “processo de autonomia que prepare o jovem para viver em sociedade” e também à construção de um projeto de vida previamente estabelecido no âmbito institucional (FIGUEIRÓ, 2012, p.55). A articulação entre desinstitucionalização e autonomia (num sentido mais genérico e vinculado à necessidade de independência em relação à instituição) me parece problemática, à medida que nos faz buscar, após o desacolhimento, aqueles mesmos sujeitos que foram institucionalizados (os sucessos e os insucessos de uma dita “socialização”), incorrendo numa avaliação dos serviços – sobretudo, na capacidade destes de conduzirem os jovens conforme as expectativas de um social (“reintegração social”) – e tendo em vista uma concepção de projeto de vida informada pelos serviços de acolhimento.

Claro está que a noção de autonomia merece atenção, como será possível observar nos relatos das jovens que participaram da presente pesquisa. As jovens falam muito em ser independentes, autônomas, livres, mas o que isso quer dizer? Ser autônoma é trabalhar fora de casa? Ser livre é não depender de ninguém? Ou será que ser livre é ficar em casa com os filhos? Ou mesmo, ser livre é não sair de casa? O quanto e como cada jovem se sente mais ou menos livre, mais ou menos autônoma e independente varia de um contexto para outro, de maneira contingencial. E tais noções são construídas a partir do ponto de vista dos sujeitos e não das expectativas das políticas de proteção.

Tendo em vista tal cenário dos discursos sobre desinstitucionalização, procuro avançar em relação aos estudos centrados e balizados ainda por elementos institucionais e pelas consequências da institucionalização sobre a biografia dos “egressos”. Embora tais perspectivas possam fornecer um mapa interessante para orientar novos programas e projetos voltados à reformulação das políticas de acolhimento e desinstitucionalização, o foco sobre os efeitos da institucionalização parece ser limitado em termos de alcance e também pode acabar legitimando a ideia de que estes jovens em processo de “desinstitucionalização” estariam sendo “devolvidos à sociedade”. Esta perspectiva estaria não só reiterando a existência da

sociedade como entidade dada *a priori*, como também a própria concepção de um processo de “ressocialização”. Também não se trata de identificar experiências e iniciativas alternativas, na esfera pública e privada, aos serviços de acolhimento atuais, que apontem para uma ênfase ampliada na convivência familiar e comunitária. Interessa-me pensar na “inventividade”, não na esfera das políticas de acolhimento, mas sim aquela própria dos sujeitos que circulam ou já circularam pela rede de proteção à infância e à adolescência.

A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA – A CHAVE DA INVENÇÃO/CRIAÇÃO

Em um primeiro desenho do problema da pesquisa, o diálogo com Michel de Certeau (1994) parecia ser produtivo para pensar como essas jovens tanto poderiam se apropriar das “estratégias de reinserção social” postas pelas instâncias governamentais, através das ações dos serviços de acolhimento, quanto mobilizar suas próprias táticas, as quais seriam simultaneamente produto e produtoras de redes sociais, não necessariamente ancoradas na experiência de acolhimento. Esse primeiro esquema teórico encaminhou-me para a problematização da relação entre ação humana e sistema social presente na Teoria da Prática ou Práxis. No trabalho de Bourdieu (1983), um dos principais representantes da Teoria da Prática a partir da década de 70, eu também havia encontrado pistas da transcendência da oposição entre objetivismo e subjetivismo, mais especificamente na recuperação que este faz do conceito de *habitus* como forma de resgatar o lugar e o papel do sujeito na ação. Ao fazer isso, o autor procura retirar o sujeito da condição de “suporte para a ação”, colocando em evidência “as capacidades ‘criadoras’, ativas, inventivas” do agente, as quais são também objeto da atenção de Michel de Certeau (2004). O diálogo com Bourdieu, em especial sobre as condições de exercício deste *habitus* foi o primeiro passo para conceber de forma dialética a relação entre indivíduo e estrutura e, conseqüentemente, a impossibilidade de reduzir a prática a uma resposta mecânica a esquemas pré-estabelecidos, até mesmo porque, como pontua Sahlins (2003,p.9), os indivíduos estarão sistematicamente submetendo suas “categorias culturais a riscos empíricos”.

Na esteira dessas reflexões, a proposta dialética de Roy Wagner presente em seu livro *A Invenção da Cultura* surgiu, num primeiro momento, como uma possibilidade de ampliar o debate sobre táticas e estratégias, ainda que o próprio autor preferisse ficar de fora do debate

entre Pragmatismo e Idealismo. “À maneira dos fenomenólogos e dos etnometodologistas e de alguns antropólogos marxistas, porém, minha atitude foi a de evitar, analisar ou circunscrever esse eixo, em vez de tomar uma posição quanto a ele”. (WAGNER, 2010, p.22). No entanto, já nas primeiras observações de campo acerca das experiências das jovens, pude perceber que estas extrapolavam a proposta ceriteuniana dos “esquemas de operações” entre táticas (por parte dos jovens) e estratégias (por parte das políticas públicas e seus agentes). Além disso, também começava a se tornar mais claro que não só não era possível aproximar as propostas de Wagner e Certeau, como de fato as duas se situavam em lugares muito diferentes no que diz respeito à questão da “invenção”. Para Certeau (1994), o “homem ordinário” inventa o seu cotidiano, a partir do que ele chama de “artes do fazer”, ou seja de astúcias sutis, táticas de resistência pelas quais altera objetos e os códigos e se reapropria do espaço. Para o autor, a invenção se dá em função da relação entre “táticas” e “estratégias”, ambas concebidas como “ações calculadas” voltadas para um determinado fim. Se, por um lado, as “estratégias” permitem “produzir, mapear e impor” ações e projetos, às táticas, por outro lado, cabe a “inventividade artesanal”, a qual orienta a melhor forma de utilizar, ampliar e alterar o que é dado como possibilidade de ação.

A invenção em Wagner (2010), ao contrário, não é algo engendrado ou arquitetado previamente, tampouco uma qualidade que permite distinguir os sujeitos e as culturas (em termos evolutivos) e categorizar suas ações. A invenção, seguindo tal perspectiva, se insere em uma proposta mais ampla e profunda de “análise da motivação humana em nível radical”, na qual os interesses (de atores políticos, classes, etc.) funcionam apenas como um “fenômeno de superfície” de “questões fundamentais”. E tal motivação, como alerta Wagner, embora esteja ligada à ação, não necessariamente se origina dentro do indivíduo, ela é “a necessidade que se sente de resolver as coisas de um certo modo”, ou melhor, é exatamente “o modo como o ator percebe a relativização da convenção” (WAGNER, 2010, p.99). Além disso, a invenção não está associada às descobertas acidentais, mas sim a um componente positivo e esperado da vida humana. Logo, os sujeitos são inventivos não exatamente porque elaboram táticas criativas ou atos e ideias originais, ou porque criam, pela primeira vez, ações que se tornaram originais, mas sim em função da maneira como representam ou mesmo subvertem os dois “domínios universalmente reconhecidos da

experiência” (inato e do controle humano)¹⁵, em diferentes contextos e de forma contingencial (WAGNER, 2010). Logo, a própria invenção, nesses termos, depende da forma como esta é experienciada pelos atores sociais. O termo invenção se presta a diferentes leituras e, por esta razão, é importante o alerta do próprio Wagner (2010, p.77):

Palavras como “invenção” e “inovação” são frequentemente utilizadas para distinguir atos ou ideias originais, ou coisas criadas pela primeira vez, de ações, pensamentos e arranjos que se tomaram estabelecidos ou habituais. Tal distinção oculta uma pressuposição quanto à natureza “automática ou “determinada” da ação ordinária, quase como ocorre com noções deterministas. Ao estender o uso de “invenção” e “inovação” a toda gama de pensamentos e ações, pretendo contrapor-me a essa pressuposição e afirmar a realização espontânea e criativa da cultura humana.

Em certo sentido, como bem lembra Wagner (2010), a “invenção não é absolutamente um processo inventivo, mas um processo de “obviação¹⁶” entre os dois domínios reconhecidos da experiência (o reino do inato e o reino do controle humano). Mas para melhor compreender como funciona esse processo, será importante uma maior familiarização com a terminologia wagneriana. Toda a invenção dotada de significado precisa envolver tanto um “contexto convencional” quanto um “contexto não convencionalizado”, um dos quais “controla” o outro. Cada contexto remete a um modo de simbolização (convencional ou diferenciante) sobre o qual o simbolizador, dependendo da situação ou cultura, e sempre de maneira contingencial,

¹⁵ É importante lembrar que “estes dois domínios não serão os mesmos de uma cultura para a outra, nem são necessariamente verdadeiros tal como representados” (WAGNER, 2010, p.239).

¹⁶ Para Wagner (2011, p.974-975), a “obviação”, enquanto método, funcionaria como uma espécie de consumação da noção hegeliana de dialética que termina em síntese e, portanto, no fim da dualidade. Wagner prefere assumir a tensão permanente ao propor que, com a obviação, se produz uma síntese e então uma antissíntese. Essa “dialética compulsória”, como bem pontua Wagner, nunca será menos ou mais que uma dialética, visto que contém em si própria a continuidade. “Não importa o aspecto que o ator escolha como controle para suas ações, não importa se ele coletiviza ou diferencia, ele vai contrainventar e “preparar” o outro aspecto”.

concentrará forçosamente sua atenção, ou, melhor dizendo, sua ação. Isso significa dizer que toda cultura favorecerá um tipo de articulação ou combinação entre os dois modos de simbolização e os dois domínios da experiência (inato/artificial). É justamente pela dialética (sem síntese) entre os dois modos de simbolização e, sobretudo, pela “obviação” de um destes numa série infinita de reversões do tipo “figura/fundo”, que se afetam mutuamente, que se produz a “invenção”.

Assim, é possível pensar nesse momento, de maneira ainda hipotética, que, quando o contexto convencional é aquele que serve de controle, espera-se que o foco do ator, em termos de ação e pensamento, dirija-se ao comprometimento com algum tipo de convenção cultural (e moral) ideal ou uma expectativa coletiva quanto ao modo como as coisas “devem ser feitas”. Ao concentrar sua ação no modo de simbolização esperado, o ator, no caso da presente tese, estará seguindo as regras ou tentando ser moral. “Isto é, ele controla seu ato de acordo com um tipo de modelo que significa a ‘conjunção’ de sociedade e moralidade, construindo consistência e coesão social” (WAGNER, 2010, p.88-89). Por outro lado, é possível considerar igualmente a possibilidade de o contexto de controle da ação não ser o convencionalizado. Nesse caso, o ator organiza sua ação, de maneira a diferir em alguns ou muitos aspectos das convenções correspondentes às expectativas sociais (e morais).

Em vez de coletivizar o individual e o particular, o ator está particularizando e diferenciando o coletivo e o convencional. Ele está ‘fazendo as coisas do seu próprio jeito’, seguindo um curso particular de ação em uma situação (isto é, as convenções compartilhadas da sociedade) que admite cursos alternativos e, assim, tomando aquilo que faz distintivo e individual”. Em vez de “seguir as regras” e dirigir seu foco para a consistência e a coesão, ele está deliberadamente “testando” e “estendendo” as “regras”, por meio da construção de um mundo de situações e particularidades às quais elas se aplicam (WAGNER, 2010, p.91).

O próprio Wagner sugere, no *post scriptum* de sua obra, que o contraste entre os dois domínios pode ser reimaginado de várias formas, ou seja, é possível pensar, para além da relação entre sociedades ocidentais e tradicionais, a configuração de tais domínios, por exemplo, nas diferentes classes sociais. E, enquanto tal, revela a possibilidade de

pensar qualquer fenômeno social – e, neste caso, opto pela análise dos modos de vida de jovens “egressas” de serviços de acolhimento, como uma “série de interações dialéticas” entre os dois “domínios reconhecidos da experiência” (inato e artificial) (WAGNER, 2010, p.239). Nesse sentido, parece-me importante esclarecer que, na presente tese, não busco simplesmente transladar ou mesmo aplicar o conceito de invenção a uma antropologia das sociedades complexas, uma vez que “essa antropologia do próximo não é uma extensão analógica ou metafórica das outras antropologias ou das antropologias dos tomados como evidentemente ‘outros’” (MALUF, 2011, p.44). Compartilho a inquietação de Sônia Maluf acerca da possibilidade de construir um diálogo entre teorias e conceitos que emergem das etnologias de outras culturas e uma antropologia das sociedades complexas ou do contemporâneo (grande divisor instalado desde a década de 60), mesmo reconhecendo que o impacto (sobretudo em termos epistemológicos¹⁷) sobre a Antropologia das questões trazidas por Roy Wagner transcende as etnologias melanésia e ameríndia. Se é inspirador pensar que a “obra wagneriana pode ser lida como uma partitura que produz muitas possíveis músicas e musicalidades”, é também desafiador fugir de uma simples aplicação da invenção, sem incorrer nos riscos de, na descrição, permanecer buscando uma espécie de síntese ou ainda sem fazer emergir a “tensão dialética” proposta por Wagner (MALUF, 2011, p.44). Trata-se portanto de romper com o descompasso entre o plano teórico e o empírico, que faria assumir a perspectiva dialética e, em termos operacionais, fazer esta permanecer funcionando sob a lógica das táticas e estratégias. E nesse sentido, ao contrário do que aparece na obra de Wagner, não estarei fazendo um comparativo entre sociedades diferentes (sociedade ocidental e povos tradicionais) como forma de “estabilizar provisoriamente a tensão dialética existente”. No caso dessa pesquisa, o comparativo será feito no âmbito de uma mesma “cultura” que também é a mesma ou próxima à da pesquisadora, exigindo portanto o estranhamento daquilo que é observado.

¹⁷ É importante situar a proposta de Roy Wagner num esforço maior de romper com as dicotomias que têm alimentado as discussões no campo da Antropologia, tais como indivíduo e sociedade, natureza e cultura, realidade e representação. A busca pela primazia do relacional, na medida em que as próprias relações precedem os termos relacionados (BENITES, 2007; MACEDO, s/d), e a proposta de uma antropologia reversa inserem-no numa “antropologia pós-social”, como tem sido chamada por Eduardo Viveiros de Castro e Marcio Goldman (MACEDO, s/d).

Além disso, penso que a problematização da experiência das jovens, sob a perspectiva dialética, oferece um outro ponto de vista acerca da própria proposta de Wagner, uma vez que pode fornecer elementos que desconstruam uma “espécie de homogeneidade” da cultura ocidental em relação às sociedades tradicionais. Ainda que Wagner esclareça que o comparativo funciona como recurso metodológico, o modo de simbolização convencional aparece como uma marca da sociedade norte-americana, sem no entanto explorar (com igual tom de novidade) a dimensão dialética presente no âmbito desta (faço essa observação como ressalva, pois compreendo não ser exatamente este o objetivo da obra de Wagner). Nesse aspecto compartilho com Duarte (2012) a preocupação de romper com o “modo unívoco” e “monolítico” que, por vezes, a etnologia e muitos saberes, com os quais esta dialoga, têm se referido à cultura ocidental. Tendo em vista que é o trabalho etnográfico e o campo e talvez, em se tratando de antropologia, especialmente estes que conferem legitimidade “às novas invenções conceituais e teóricas” no campo de conhecimento (como por exemplo, a problematização do conceito de sociedade que emergiu das etnografias sobre a Melanésia), é importante pensar no lugar que a antropologia das sociedades complexas pode ocupar, em termos etnográficos, nessa reconfiguração dos saberes antropológicos contemporâneos e da própria “reinvenção da Antropologia” (MALUF, 2011). Ou ainda, como bem pontua Maluf (2011), seria importante questionar acerca do lugar de “uma antropologia das sociedades ocidentais modernas” nas leituras do trabalho de Roy Wagner e na “própria imaginação antropológica”.

Tomar os modos de vida como foco da pesquisa, faz com que a própria “vida” seja problematizada. Em Wagner, como destaca Tainah Leite (2011, não paginado), é a noção de “vida” e não de “social” que ocupa um papel preponderante, uma vez que é a partir desta que o autor encontra uma via possível para descrever as diferenças entre as culturas e o próprio trabalho dos antropólogos. “Assim como variedade, vida também é um valor e critério para medir-se tudo o que é legítimo no campo do humano: se alguma valoração diferenciada pudesse ser feita entre as culturas, certamente seria em termos de sua vitalidade, que ganha qualidade de radiância” (LEITE, 2011, não paginado). Trata-se, para Wagner, de tomar a vida enquanto “sequência inventiva”. É, especialmente, a fim de avançar nesse “vitalismo” presente na obra de Wagner que me parece produtivo explorar a **dimensão da criação** contida na “invenção”, no âmbito das sociedades complexas, mais especificamente junto às jovens que participaram dessa pesquisa.

Sobre a noção de “invenção”, Goldman (2004, p.201) observa, em sua resenha acerca da obra *A Invenção da Cultura*, que ela deve ser entendida “rigorosamente” no sentido estabelecido por Deleuze e Guattari para a noção de “criação”, ou seja, isso significa que esta “não consiste nem na imposição de uma forma ativa externa a uma matéria inerte, nem da descoberta de uma pura novidade, nem na fabricação de um produto final a partir de uma matéria-prima qualquer”, mas é sim da “ordem da metamorfose contínua”. Somado ao diálogo com Deleuze e Guattari, Goldman também vai buscar nas diferentes cosmogonias estudadas pelos antropólogos elementos para pensar que esta metamorfose está relacionada à maneira como as forças, os seres e o próprio mundo estão sendo permanentemente criados e recriados a partir de algo preexistente.

Para além da associação com a metamorfose, gostaria de propor uma aproximação da invenção wagneriana à concepção de “criação” em Nietzsche, a qual me parece estar mais afinada com as experiências das jovens que pude observar em campo. Como bem lembra Goldman (2011), há alguma coisa da obra de Nietzsche que ecoa na obra de Wagner, para além, eu diria, da expressão “cultura demasiado humana” que encerra a obra *A Invenção da Cultura*. Para o autor, “Experiência”, “Vida” e “Subjetividade” são categorias que estão presentes tanto em Wagner como em Nietzsche. Mesmo numa leitura mais crítica acerca do que Duarte (2012) tem chamado de “pulsão romântica” ou “atual onda romântica”, Tainah Leite (2011) observa uma série de referências que permitiriam identificar os “fios de leitura” que teriam constituído a influência romântica na obra de Wagner, dentre as quais estariam aquelas relacionadas às reflexões de Nietzsche.

Nietzsche, segundo Rosa Maria Dias (2011, p.64), se apodera do termo “criação” para designar um tipo de fazer que não se esgota em um único ato, tampouco em inúmeros atos. “Para ele, o ato de criar não é um simples fazer prático que diz respeito ao terreno da utilidade, não designa apenas um ato particular, mas um ato fora do qual nada existe [...]”. Conforme Dias (2011), ao ampliar a noção de arte para dar conta dos atos que produzem constantemente a vida, Nietzsche faz uso do termo “criação” para descrever uma nova forma de conduta para com o mundo. Criar é portanto uma atividade constante, a partir da qual se estão sempre efetivando novas possibilidades de vida. Em oposição à metafísica que busca o estável, a permanência e o sujeito enquanto substância, Nietzsche propõe a “doutrina da vontade criadora”, a qual privilegia a atividade e a “transitoriedade da vida”. Essa vontade criadora, nesses termos, só pode ser pensada a partir de uma íntima

relação com o tempo, pois essa é a “única via do criador”. Este tempo não é aquele das longas durações, tampouco o das memórias, é o tempo próprio do devir, no qual “aos olhos do criador não há mundo sensível já realizado, onde é preciso se integrar”. Tampouco há um começo e um ponto final, na medida em que tudo está por se fazer, pois o devir é a própria condição para a invenção de novas possibilidades de vida (DIAS, 2011, p.65).

É importante, nesse ponto, situar a maneira como o devir será pensado, em diálogo com Deleuze e Guattari (1997), mas também tendo como base as experiências das jovens. Essa compreensão passa, num primeiro momento, por aquilo que o devir não é, sobretudo para desfazer algumas possibilidades e sentidos que a própria palavra carrega. Nesse sentido, o devir não é uma correspondência de relações, tampouco uma semelhança ou um estado de imitação e mesmo uma identificação. Mas da mesma forma, quando se fala, por exemplo, em devir-animal, não se está querendo dizer que o homem se torna realmente um animal. O devir possui realidade, que não está no “animal que ele se torna”, mas sim na sua própria condição de devir. Então, o que é real é o próprio devir e este não produz outra coisa, senão o próprio devir. O “princípio de uma realidade própria do devir” faz com que este não tenha um sujeito diferente de si mesmo. Ele não origina sujeitos molares (que conhecemos fora de nós), mas sim coletividades moleculares. Ou seja, “devir é, a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais próximas daquilo que estamos em vias de nos tornarmos e através das quais nos tornamos”. (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.64). Então, quando tomo a expressão “jovens em devir, procuro dar conta dos devires múltiplos que atravessam esses sujeitos para além da experiência da institucionalização. Não desejo marcar o que eles vieram a se tornar, enquanto entidade molar, enquanto sujeitos acabados. “Nesses devires não se trata de indivíduos novos, mas de velocidades, relações de movimento e repouso novas, e afectos correlatos, graus de potência correspondentes” (PELBART, 2010, p.111). E será justamente a partir dessas diferenças de intensidades e desses efeitos que se produzirá a “potência de agir”, ou seja, “o que pode” um sujeito.

Como forma de pensar esse sujeito em devir é que a presente tese se alinha à proposta de constituição de uma “antropologia do sujeito”, nos termos de Maluf (2011). Como bem observa a autora, a temática do sujeito vem, cada vez mais, ganhando centralidade nas reflexões das

teorias sociais contemporâneas (Feminismo, Estudos Pós-Coloniais, nas perspectivas foucaultianas e na chamada Filosofia da Diferença); na Antropologia, tais discussões se desenvolveram, em particular, em função da questão do método e de uma reflexão crítica do conceito de identidade. Embora alguns autores tenham ressaltado a falta de uma elaboração antropológica sobre o sujeito e, mesmo, a inexistência de uma teoria do sujeito neste campo, isso não significa que “a antropologia não tenha discutido o sujeito”. Isso pode ser observado nas contribuições da etnologia ameríndia, cujas reflexões sobre a transformabilidade da pessoa (que não é um ser substantivo) e o “ponto de vista” (o qual define a posição de sujeito) têm mostrado “potencial ruptura” com a “metafísica da substância”. O sujeito, lembra ainda Maluf (2011b), também tem se mantido presente em estudos mais recentes sobre agência, os quais inspiram o deslocamento do foco analítico da estrutura para o agente (deixando claro que “falar em agência é falar em sujeito”).

No entanto, para além dessa “presença” do sujeito em “diversos campos dos estudos antropológicos”, é importante ressaltar, seguindo as pistas de Maluf (2011b), que essa constatação, por parte de alguns autores, acerca da inexistência de uma teoria do sujeito na antropologia, talvez possa ser explicada pelo fato de que, em grande medida, tal discussão tem estado relacionada a “questões metodológicas e éticas sobre a relação dos/as antropólogos/as com seus sujeitos de pesquisa” (MALUF, 2011b, p.4). Mas de todo modo, e ainda que de maneira “espectral”, como sugere Maluf (2011b), o sujeito se faz presente em diversos estudos antropológicos contemporâneos. Acontece que este, como diz Strathern (2006, p.393), apenas “não assume a forma que estamos acostumados a ver” e essa tomada de consciência passa necessariamente por uma outra maneira de conceber esse sujeito (de vê-lo) e por outras formas de descrever e analisar as experiências deste nas nossas etnografias. Para tanto, é preciso desconstruir a concepção de sujeito que tem sido perseguida/buscada pelas teorias modernas, ou seja, o sujeito como “entidade unificada” e “figura central de uma metafísica da substância”. É preciso desontologizar. Se é este sujeito que estamos acostumados a ver e a buscar, de fato não o encontraremos.

Para avançar nessa reflexão sobre desontologização do sujeito, será produtivo tomar como inspiração as contribuições de Nietzsche (“sujeito ético”) e Foucault (“modos de subjetivação”). Para Nietzsche, no lugar de um sujeito cujas práticas são balizadas pela moral entendida como “o juízo de valor produzido com base em esquemas fixos de avaliação e do qual são derivadas normas obrigatórias”, emerge o sujeito

ético, que é ético na condução da sua própria vida e que dispõe da capacidade de refletir autonomamente sobre seus próprios atos (SCHMID, 2007, p.46). “O sujeito ético seria, se nos inspirássemos nessa perspectiva, o ser em movimento, aberto ao futuro e à transformação, o ser exigido por uma vontade infatigável de transmutar valores e minar certezas, o ser que duvida e suspeita” (SEGATO, 2006, p.224). Esse sujeito de forma alguma é uma substância; pelo contrário, trata-se de um sujeito que vai se configurar artisticamente, e que portanto é caracterizado pela “experiência sem fim”. “Em vez de procurar a si próprio, ou de render-se às práticas de normalização, trata-se primeiro de fabricar a si mesmo. [...] o sujeito que se compreende como uma obra de arte” (SCHMID, 2007, p.50).

Assim como para Nietzsche, os “modos de subjetivação”, em Foucault, têm pouco a ver com o sujeito ou o retorno a este: não correspondem a uma substância. “É uma forma, e essa forma nem sempre é, sobretudo, idêntica a si mesma. [...] Há, indubitavelmente, relações e interferências entre essas diferentes formas de sujeito, porém não estamos na presença do mesmo tipo de sujeito. Em cada caso, se exercem, se estabelecem consigo mesmo formas de relação diferentes” (FOUCAULT, 2012, p.269). Os modos de subjetivação podem ser tomados como forma, porque justamente são variáveis, conforme o tempo e condições para sua emergência, e relativos, o que os torna passíveis de a qualquer momento serem desfeitos e refeitos. Além disso, os modos de subjetivação em Foucault não são pensados nos termos de pessoa e identidade, mas sim como “uma individuação operando por intensidades (tanto baixas como altas)” (DELEUZE, 1992, p.121).

Tendo como base essa desconstrução do sujeito como substância tanto em Nietzsche como em Foucault, e também na proposta de Maluf, é que pretendo trazer para o primeiro plano da minha análise o sujeito dessa maneira como “não estamos acostumados a ver”, aquele que se constrói contingencialmente a partir das suas múltiplas experiências. E, nesse sentido, é que tanto minhas reflexões, como também a minha escrita, foram afetadas pelo desafio, feito por Maluf (2011b), de tomar o sujeito não apenas como objeto da problemática que dá vida ao meu trabalho, mas sim como “categoria analítica”. Para tal empreendimento, foi fundamental “seguir essas jovens”, a fim de compreender os modos de existência que vão sendo revelados por uma “atitude geral” (suas maneiras de estar no mundo, de praticar ações, de ter relações com o outro, de um certo modo de encarar as coisas) delas para consigo mesmas, para com os outros e para com o mundo (FOUCAULT, 2010, p.11). Nesse sentido, é que procurei reunir e, por vezes, misturar as

experiências das oito jovens, sem, no entanto, perder de vista que cada uma, “com seu nome, sua individualidade designa uma multiplicidade” (DELEUZE, GUATTARI, 1997, p.36). E foi justamente pensando nessa multiplicidade e nas maneiras de capturá-la, que procurei organizar de uma maneira diferente a escrita da presente tese.

Não se trata, portanto, ao contrário do que se poderia pretender, de dizer quem são essas jovens e de defini-las a partir de suas experiências, elas são em devir, e por isso mesmo escapam a qualquer pretensão de encapsulá-las em categorias, sobretudo aquelas que carregam o suposto peso ou os efeitos da institucionalização. O que pretendo lhes apresentar é, talvez, uma parte do “vir a ser”, do que elas podem enquanto sujeitos e não do que são; nesse sentido não há espaço para substância. E dizer o “quanto podem” revela a dimensão de potência contida em cada uma dessas jovens, uma infinidade de atravessamentos de diferentes forças e intensidades que não confluem para uma forma acabada: ser isto ou aquilo diante desta ou daquela situação. É inspiradora nesse ponto a descrição da escritora Virgínia Woolf acerca desta impossibilidade experimentada pela personagem Mrs. Dalloway em meio à multidão e ao vai e vem dos táxis. “A partir de agora, nunca mais diria de ninguém que a pessoa era isso ou aquilo. Ela se sentia muito jovem; ao mesmo tempo, inconcebivelmente velha. Passava por tudo como uma faca afiada; ao mesmo tempo, ficava de fora, contemplando” (WOOLF, 2012, p.14).

Para tal empreendimento analítico, pretendo assumir uma perspectiva teórico-metodológica que privilegia os relatos das experiências dos sujeitos e, portanto, o potencial de transformação que estas carregam. Inspirada, nesse ponto, pela proposta foucaultiana, pretendo tomar a experiência “como algo do qual se sai transformado” (ORTEGA, 1999, p.43). E tais transformações, como se poderá ver na sequência, precisam ser desenvolvidas para que estas jovens possam alcançar outras formas de existência que nunca atingem um ponto final, ou seja, estão sempre por ser reinventadas. Tal opção tem ganhos e consequências teóricas importantes, como diz Ortega (1999), na medida em que ao fazer emergir tais experiências não pretendo apontar para tipos de existência que seriam conformados por um conjunto de características e que atingiriam, em um determinado momento, uma forma acabada e inescapável aos sujeitos, esgotando, portanto, a dimensão criadora. Não busco tipos de existência e tampouco a tipificação dos sujeitos, estes tomados enquanto substância. Nesses termos não há sujeito. O que há efetivamente, e pretendo evidenciar na descrição das experiências das jovens, são formas de se constituir como

sujeito, formas essas que não estão acabadas, estão sim sempre por se fazer e numa relação experimental consigo. “O sujeito-forma é um sujeito apontando para o processo de sua constituição, ou seja, um sujeito como atividade, em devir [...]” (ORTEGA, 1999, p.63).

Outro ponto importante a esclarecer em relação aos relatos das experiências das jovens é que estes, embora façam referência a experiências passadas (o período prévio à institucionalização e a própria institucionalização), estão situados ou re-situados no presente. Trata-se do ponto de vista das jovens acerca dessas experiências e não um exercício de rememoração. Nesse sentido, tais experiências estão sendo permanentemente ressignificadas em função de outras tantas experiências presentes desses sujeitos. Não se trata de um resgate de experiências passadas e tampouco da reconstrução de uma trajetória. Também não são “as experiências”, são os relatos dessas experiências com toda a liberdade que estes possam conter. E por isso, não há uma preocupação em confrontar e/ou complementar tais relatos com informações documentais, e mesmo com os relatos daqueles que estão sendo citados/inseridos nos relatos das jovens. Essa opção pelo relato das experiências se dá primeiramente em termos metodológicos, porque justamente estes estão sendo “inventados” a partir da etnografia, entendida aqui como um movimento epistemológico.

SEGUINDO OS SUJEITOS DA PESQUISA

A desinstitucionalização remete à abertura de uma rede complexa, em suas mais diferentes ramificações. Adentrar nessas redes significa estar exposto a relações diversas que, nas instituições, permaneciam quase “congeladas”. No âmbito dos serviços de acolhimento, essas ramificações eram relatadas pelos jovens, o que me tornava, em certa medida, distante dessas experiências. Essa diversidade, na instituição, obviamente se perdia, em certa medida, na tentativa de homogeneização própria desses espaços, ainda que esses serviços de acolhimento não sejam tão impermeáveis (ou “totais” nos termos de Goffman (1996)) a todos esses atravessamentos. Por mais que pudesse me sentir tocada por elas, eu não era “afetada” por estas experiências em sua intensidade. Fora das instituições, eu me vi sujeita a uma outra negociação de temporalidades, a um outro ritmo, aquele próprio de cada jovem. Imagino que os caminhos e descaminhos, os encontros e os desencontros que me levaram até esses jovens já possam oferecer pistas desses modos de vida que me propus a compreender.

Durante o trabalho de campo, num primeiro movimento de cunho

mais exploratório, consegui localizar/encontrar **23 jovens** de Santa Catarina (Florianópolis, Palhoça, Mondaí) e do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Ijuí, Sapiranga) que haviam passado pela experiência de acolhimento. Destes, apenas um eu não pude encontrar pessoalmente. Para a realização de uma etapa mais sistemática da pesquisa, envolvendo a observação do cotidiano desses sujeitos e também a realização de entrevistas, selecionei **14 jovens (11 mulheres e 3 homens)**, três de Porto Alegre, uma de Ijuí, quatro da Palhoça e seis de Florianópolis. Foram realizadas 24 entrevistas com os jovens e 05 entre profissionais dos serviços de acolhimento e funcionários do governo. Nesse trabalho de localização dos sujeitos, não estabeleci recortes prévios tais como idade, tempo de acolhimento, motivo do desacolhimento, gênero, serviço de acolhimento, etc. No entanto, é importante esclarecer que não participaram da presente pesquisa os jovens que após o período de acolhimento foram encaminhados para adoção formal, uma vez que tal condição ampliaria o escopo da reflexão aqui proposta e mesmo poderia me encaminhar para uma nova pesquisa.

Dito isto, ressalto que o meu objetivo inicial era tão somente localizar os jovens e estabelecer um primeiro contato com eles. Nesse sentido, também se faz importante situar a pesquisa em relação às discussões acerca da manutenção dos vínculos familiares (e retorno para a família após o acolhimento). Praticamente todos os jovens que participaram da presente pesquisa deixaram os serviços de acolhimento quando atingiram a maioridade ou estavam muito próximos desse limitador do tempo de permanência nos serviços de acolhimento. E isso, gostaria de frisar, não foi um recorte intencional. E claro está que, somados à maioridade, outros fatores acabam contribuindo para o desacolhimento, tais como gravidez, união com companheiro, início de uma vida autônoma, etc. A maioridade, por si só, ainda que possa representar um limite de permanência nos serviços de acolhimento, precisa vir acompanhada de possibilidades outras de encaminhamento que, em geral, não têm mais na família uma possibilidade concreta de retorno. O que não quer dizer que essa não permaneça de diferentes formas, na vida desses jovens, mesmo que os fatores que culminaram no acolhimento ainda se façam presentes no cotidiano dessas famílias. Independentemente dos rumos que a vida desses jovens toma após o desacolhimento, os rearranjos dos laços familiares é uma constante. Então, não se trata de voltar a morar com a família e não seria o caso de uma reinserção familiar, uma vez que esses jovens são maiores de idade e, ao menos formalmente, passam a responder pelos seus atos e por sua própria vida.

Sem delimitações prévias, a proposta inicial, em termos metodológicos, consistia no rastreamento desses jovens, pois a dificuldade de localizá-los após o desacolhimento parecia um obstáculo à realização do trabalho de campo. Tal dificuldade já havia sido enfatizada por Fonseca, Magni, Pasini e Paim (2009), na pesquisa que realizaram junto a “meninas egressas da Febem-RS”:

[...] nunca tínhamos encontrado tanta dificuldade para localizar os “informantes” de uma pesquisa. Dos setenta endereços de meninas que receberam baixa entre 1990 e 1994, escolhemos vinte e cinco com prioridade – aquelas mais acessíveis, na área metropolitana de Porto Alegre. Mas logo aprendemos que “endereço”, no universo das vilas populares, não é necessariamente o gancho mais útil para um primeiro contato.

Essa mesma dificuldade para encontrar os “egressos” e, em especial, a precariedade das informações sobre eles no município de Porto Alegre, também figuraram como elemento importante na mudança do objeto de pesquisa de Lilian da Cruz (2006, p.17). A autora, que inicialmente pretendia investigar a situação dos egressos e, conseqüentemente, como se dava a articulação da rede integrada de atendimento à infância, realizou sua pesquisa no âmbito institucional. “A precariedade da informação pode ser um sinal de que as instituições concentram todo seu foco de atenção no atendimento”, observa a pesquisadora.

As mesmas dificuldades, em termos da obtenção de informações e de localização dos egressos, também se fizeram presentes na realização da minha pesquisa de campo, uma vez que a desinstitucionalização de fato se abre em uma trama complexa de relações e de lugares nem sempre fáceis de serem rastreados. Mas ao mesmo tempo, procurei situá-las a partir de um outro lugar, não mais aquele da impossibilidade, mas da compreensão de que aquilo que inicialmente parecia ser um obstáculo, se tornaria um elemento importante na reflexão acerca da própria constituição das jovens enquanto sujeitos: o dever.

Esse movimento de localizar esses sujeitos se deu de maneira diferente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. No primeiro Estado, eu havia mantido o contato com as jovens que haviam participado da minha pesquisa no mestrado. Logo, todos os primeiros contatos foram feitos via redes sociais, até o momento em que tive

outras informações como números de telefone e endereços. No segundo Estado, o movimento foi diferente, uma vez que eu não conhecia nenhum jovem e tampouco os serviços de acolhimento, sobretudo de Florianópolis. O contato com tais serviços, como se poderá ver na seqüência, foi fundamental para que eu pudesse conseguir informações e mesmo algumas pistas sobre como estabelecer uma relação com esses sujeitos.

Rio Grande do Sul – Porto Alegre, Sapiranga e Ijuí

Enquanto pesquisadora, eu tinha muitas expectativas em relação à retomada do contato com as jovens que haviam participado da minha pesquisa no mestrado. O fato de conhecer experiências¹⁸ de institucionalização destas me ajudaria muito nesse primeiro contato. Para esse primeiro momento, parecia produtivo retomar a estratégia de que havia lançado mão anteriormente: o contato via redes sociais na Internet. Foi por conta de um convite feito, em 2007, pelas adolescentes do Lar de São José¹⁹, que acabei criando um perfil no *Orkut* no início de 2008. A minha adesão ao *Orkut*, naquele momento, se colocava como uma possibilidade de retomar o contato com aqueles que os serviços de acolhimento encontravam muitos obstáculos para rastrear (em função das mudanças frequentes de endereço, de cidade, de Estado, de telefone,

¹⁸ Experiências no plural, porque em geral os jovens circularam por diferentes instituições de acolhimento até o desacolhimento.

¹⁹ O Lar de São José, localizado no bairro Santana – Porto Alegre, é uma instituição não governamental, também mantida por recursos financeiros do governo municipal e de doações da comunidade. No período durante o qual realizei a pesquisa de mestrado, a casa-lar acolhia somente meninas, gestantes e não gestantes. O Lar obtinha renda a partir da realização de atividades e serviços que prestava à comunidade como, por exemplo, uma padaria, uma lavanderia e um berçário. O fato de a casa-lar acolher adolescentes gestantes e, em alguns momentos, também os bebês dessas meninas caracteriza a particularidade desse espaço. A instituição que, na época, podia acolher até 18 adolescentes (sua lotação máxima), entre 2005 e 2006 acolhia 13 meninas. A casa-lar, portanto, integra o conjunto das “unidades da rede conveniada”, ou seja, é administrada por uma instituição filantrópica e/ou religiosa e recebe recursos financeiros da Prefeitura de Porto Alegre para manter e gerir suas estruturas. Pelo fato de estar localizada em um bairro de classe média da capital, acaba também por se diferenciar da maioria das casas-lares que estão situadas em bairros afastados do centro da cidade. O tempo de acolhimento no Lar de São José, na época, variava entre sete meses e três anos (CRUZ, 2007).

etc). Essa entrada nas redes sociais me permitiu localizar tanto as jovens do Lar de São José, como também as da Casa-Lar Adventista²⁰ e, mais inusitadamente, no *Orkut* também estavam as jovens do Lar de Nazaré²¹. Naquele momento, não consegui localizar, nas redes sociais, nenhum dos adolescentes com os quais havia trabalhado no Abrigo João Paulo II²². No entanto, se sobre estes não foi possível obter informações em tais redes, através de uma busca mais ampla na Internet localizei duas notícias de um assalto que envolvia um dos jovens do Abrigo João Paulo

²⁰ A Casa-Lar Adventista funcionava inspirada no modelo de “família nuclear moderna”, tendo a figura de uma “mãe social” que gerenciava a casa, ajudada por uma funcionária que era auxiliar de serviços gerais. A mãe social tinha um companheiro que, embora convivesse na casa, não tinha obrigações formais de cuidar das crianças e adolescentes acolhidos. O casal vivia com seus três filhos biológicos e podia acolher, na época, até oito “filhos sociais”. A casa mudou de endereço por duas vezes, durante a realização da pesquisa do mestrado (CRUZ, 2007), mas sempre se manteve localizada em bairros afastados do centro da cidade. Em termos financeiros, a casa-lar era mantida pela Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA), uma “organização privada, não governamental e sem fins lucrativos de objetivos assistenciais, beneficentes e filantrópicos”, mas também recebia recursos do governo municipal. Disponível em: <<http://adra.org.br/quem-somos/>> Acesso em jun. 2013. O tempo de acolhimento na casa-lar, na época, variava entre um ano e cinco anos.

²¹ Esta casa-lar, de inspiração religiosa, havia encerrado suas atividades durante a realização da minha pesquisa do mestrado. As jovens que lá viviam foram “distribuídas” por diferentes serviços de acolhimento e três retomaram para as suas famílias. A casa-lar também abrigava somente meninas (seis) e ficava localizada na zona sul de Porto Alegre. Tratava-se de uma pequena casa, localizada no mesmo terreno de uma casa de formação de freiras, as quais ajudavam no cuidado das adolescentes.

²² A unidade do Abrigo João Paulo II, com a qual trabalhei ao longo da pesquisa do mestrado, estava localizada na Rua Bento Gonçalves em Porto Alegre. Trata-se também de uma entidade filantrópica, conveniada com o governo municipal. Além do capital advindo com doações, a instituição contava com recursos provenientes da comercialização de artesanato produzido pelos adolescentes, bem como de alimentos (legumes, frutas, verduras) que eram produzidos em uma das sedes da instituição. Os adolescentes dessa unidade, entre 2005 e 2006, se diferenciavam em relação aos jovens das outras instituições (Casa-lar Adventista, Lar de Nazaré e Lar de São José) primeiro em função da questão de gênero (essa unidade acolhia apenas meninos); segundo, pela particularidade das experiências de vida (entre os adolescentes verifiquei um índice maior de uso de drogas) e terceiro, pelas “evasões” frequentes e a vivência nas ruas. O tempo de acolhimento variava de sete meses até sete anos (CRUZ, 2007).

II. Nesse momento, pude redimensionar a complexidade das “existências” desses jovens que apontam para lugares, para mim, até então, improváveis. Questionei-me se esse jovem estaria preso, se teria passado de “protegido” a jovem “perigoso”, pensei também na morte e na possibilidade de que muitos daqueles que eu havia conhecido estivessem mortos. Já tinha ouvido o relato de uma colega que pesquisou as experiências com jovens que cumpriam medida socioeducativa e, segundo ela, muitos daqueles que estavam nesta situação já haviam passado por serviços de acolhimento e ela também tinha indícios de que a passagem para o sistema prisional não era uma realidade improvável. A Internet se colocava então, a partir desse episódio, como um meio para dar visibilidade a esses jovens, mesmo que essa visibilidade fosse possível apenas por conta de atos julgados como “criminosos”.

Contudo, nem todos os “egressos” são passíveis de ser localizados na Internet. Muitos somem, desaparecem em teias ainda mais complexas. Não deixam pistas, rastros, é como se, ao saírem dos serviços de acolhimento, adentrassem em um anonimato ainda maior, aquele que nem as estatísticas alcançam. Não posso deixar de lembrar, nesse ponto, de quando Butler (2009) fala sobre as vidas que valem a pena serem choradas. Quais são as vidas passíveis de serem lembradas e localizadas? Eis o que comecei a me questionar. Da mesma forma, aos poucos pude perceber que os jovens que eu havia localizado, via redes sociais, acessavam pouco a Internet. Talvez porque o desacolhimento tenha vindo acompanhado de um desligamento do mundo *on-line*. Ao contrário do que eu imaginava, não recebi resposta imediata daqueles que eu havia localizado no *Orkut*: dos seis contatos feitos, apenas dois retornaram na sequência. Para além das seis jovens, contactei também a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA), mantenedora da Casa-Lar Adventista, na qual eu havia desenvolvido minha pesquisa de mestrado. Foi através da assistente social desta instituição que pude obter informações, ou melhor, uma espécie de “síntese” sobre o que haviam se tornado (e não o vir a ser) as duas jovens que haviam sido acolhidas na casa-lar: “A Julia parece que está bem, está morando com um rapaz em Sapiranga, já a Beatriz não está nada bem, voltou para a casa da mãe e parece que está grávida”. É importante observar a tensão entre a concepção de projeto de vida, nos termos das expectativas das instituições e das próprias políticas de proteção, e as escolhas feitas pelas jovens. Retornar para a casa da mãe e estar grávida mostrava uma ruptura, para a assistente social, dessa concepção de projeto e, portanto, talvez representasse um insucesso do

próprio trabalho desenvolvido pela casa-lar. E, nesse sentido, a jovem não estaria nada bem, em relação à outra que estava trabalhando e sem filhos. Aparecem aqui dois valores: trabalho e maternidade²³, mas somente o primeiro é visto em termos positivos, esperado.

Desde a pesquisa do mestrado e a retomada do contato com as jovens, já haviam se passado quatro anos. Nesse tempo, muitas mudanças se sucederam na vida delas, conforme pude acompanhar ao longo do trabalho de campo no Rio Grande do Sul. A Beatriz, conforme o anúncio da assistente social da Associação, estava mesmo grávida; na verdade, com oito meses de gestação. Ela não estava mais morando com a mãe no Bairro Stella Maris, em Alvorada (região metropolitana de Porto Alegre), mas sim na cidade de Ijuí, distante 400km de Porto Alegre. Ela estava morando com o seu companheiro e a sogra. A Julia também não estava mais em Porto Alegre, havia se mudado para Sapiranga (município da região metropolitana de Porto Alegre) em busca de trabalho. Ela estava morando com o companheiro e os dois irmãos mais novos que também haviam sido acolhidos pela Associação Adventista na época da minha pesquisa de mestrado.

Em Porto Alegre, ainda estavam três jovens “egressas”: a Nina e a Melina, que permaneceram no Lar de São José até a maioridade, e também a Olívia, que tinha sido acolhida pelo Lar de Nazaré. A Nina estava morando sozinha numa pensão no centro da Capital, havia passado por uma experiência de “adoção²⁴” logo que saiu do Lar de São José, mas por inadaptação ao estilo de vida da nova família, preferiu morar sozinha, trabalhar e garantir a liberdade que, segundo ela, durante o longo período de acolhimento não pôde ser experimentada. A Melina estava morando no Jardim Vila Nova, bairro da zona sul de Porto Alegre, juntamente com a família do seu companheiro. A Olívia estava morando sozinha nos fundos da casa de uma amiga, depois de também ter experimentado a “adoção” por parte dos pais sociais da casa-lar, última instituição para onde foi encaminhada depois que o Lar de Nazaré encerrou suas atividades.

Dentre essas cinco jovens (Beatriz, Julia, Melina, Nina e Olívia)

²³ A reflexão sobre a temática da maternidade será desenvolvida no Capítulo 3.

²⁴ Não se tratava de adoção, nos termos formais, uma vez que a adolescente já era maior de idade e não foi registrada como filha da família que a acolheu. Mas é interessante pontuar que o termo adoção é utilizado por algumas jovens, não só a Nina, para marcar a relação de pertencimento à família e mesmo informar sobre a natureza dos vínculos que estabelece dentro desta. Tal temática será abordada mais detidamente no Capítulo 2.

que participaram de uma etapa, digamos, mais sistemática da pesquisa (envolvendo visitas à casa de cada jovem com uma certa regularidade, observação das suas práticas cotidianas, realização de entrevistas, etc), eu selecionei duas para comporem a escrita da presente tese (a Olívia e a Nina). Tal escolha foi feita, tendo em vista as experiências que me permitiram construir e mesmo avançar na problemática da tese, ou seja, os modos de invenção de novas possibilidades de vida. No entanto, vale a pena destacar que os relatos da Beatriz, da Julia e da Melina me forneceram elementos para também ampliar a reflexão que procuro desenvolver sobre a desinstitucionalização.

A escolha por Porto Alegre se justificou, então, num primeiro momento, por esse conhecimento anterior que eu tinha em relação às jovens do Lar de São José, da Casa-Lar Adventista e do Lar de Nazaré. Dessa forma, pensei que a experiência em Porto Alegre funcionaria como uma espécie de “exploratório” que traria várias pistas para trabalhar com os “egressos” dos serviços de acolhimento de Florianópolis, uma vez que esta capital apresenta um número menor de instituições e nenhuma política específica voltada à desinstitucionalização. Da mesma forma, a retomada do contato com as jovens em Porto Alegre se configuraria como um balizador importante para o tensionamento teórico-metodológico do projeto de pesquisa que estava sendo desenvolvido. No entanto, por conta da rede que comecei a rastrear, em Porto Alegre, e sobretudo pela importância etnográfica dos relatos das jovens, comecei a me colocar a possibilidade de o campo nesta capital assumir um lugar não só de entrada, mas de articulação em relação a Florianópolis. Além disso, é importante destacar que a região sul ocupa o segundo lugar em termos do número de crianças e adolescentes que vivem em serviços de acolhimento institucional (8.324), conforme pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz. Nesta região, Porto Alegre figura em primeiro lugar quanto ao número de serviços de acolhimento. Segundo o balanço realizado pela Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre (FASC), em 2011, somente a rede municipal da capital contava com 63 serviços de acolhimento institucional.

A experiência de campo em Porto Alegre me permitiu redimensionar a complexidade das redes traçadas por esses jovens. Estas são ainda mais imprevisíveis do que eu poderia imaginar ou prever. E talvez Ijuí e Sapiranga, e mesmo Porto Alegre, sejam apenas pontos transitórios de uma circulação mais intensa. Os jovens tanto estavam nesses lugares, como, em questão de meses, poderiam estar em muitos

outros. O que quero dizer com isso é que esse movimento de localizar esses jovens talvez não acabe nunca, ou melhor, talvez seja a própria marca do objeto da minha pesquisa. Isso significa que, em pouco tempo, poderia estar começando tudo novamente, do zero, exatamente em relação aos mesmos jovens que até um determinado momento eu havia encontrado. Nunca soube exatamente por onde começaria a rede ou as redes nas quais se inserem os jovens “egressos” dos serviços de acolhimento, o fato é que assim que comecei a retomar os contatos com eles, assim que cheguei a Porto Alegre, cada nova informação ou contato me encaminhou para lugares diversos. Cada encontro inspirou uma nova visita e também sinalizou a importância de localizar não só os jovens, mas todos aqueles que “contam” nessa teia de relações, aqueles que figuram em seus discursos²⁵. A experiência em Porto Alegre me fez ver a importância de rastrear e analisar a experiência desses jovens, a partir dos diferentes pontos de vista daqueles que conformam e se inserem nessas redes que marcam os processos de desinstitucionalização.

Santa Catarina – Palhoça e Florianópolis

Inicialmente, foi difícil compreender a importância de retornar aos serviços de acolhimento, quando já vivera essa experiência durante o mestrado. Parecia-me uma obviedade que, recaindo meu interesse sobre a desinstitucionalização, eu teria de me ocupar dos jovens que não estavam mais nos serviços de acolhimento. No entanto, conforme fui sendo guiada pelos fios da rede de proteção, acabei percebendo que o contato com os profissionais das instituições não só seria fundamental para localizar os “egressos”, como também seria de extrema relevância ouvi-los, como forma de pensar como eles também se veem conformando e integrando a rede de acolhimento, organizando suas ações em função daquilo que entendem por políticas públicas de proteção.

Comecei um trabalho de mapeamento, através da Internet, dos serviços de acolhimento institucional em Florianópolis. Como nem todas as instituições mantêm sites, essa busca na rede não foi suficiente para começar o trabalho. Por mais que eu pudesse imaginar uma Rede

²⁵ Dentre aqueles que contam nessa trama de relações, pude encontrar a mãe da Beatriz, em Alvorada, às vésperas da minha viagem para Ijuí para encontrar a jovem e também a mãe da Nina, em Porto Alegre, numa tentativa de reaproximação entre mãe e filha (essa experiência será analisada no Capítulo 3).

de Atenção à Criança e ao Adolescente em Florianópolis, tal rede não estava dada *a priori*, eu não conseguia visualizar suas conexões, seus participantes e sua extensão. Tais elementos só foram ganhando contornos à medida que comecei a estabelecer relações, sem ordem ou lógica previamente determinada, com aqueles que interativamente passaram a compor a rede. E nesse percurso, de ser “levada pela rede”, vão surgindo relações, atores e instituições imprevistas, bem como a própria rede vai se ramificando e se tornando mais complexa.

A partir da lista dos serviços de acolhimento em Florianópolis, em 2010, eu estabeleci contato com os assistentes sociais de quatro destas instituições (Casa-Lar Nossa Senhora do Carmo, Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito, Ação Social Missão, Lar Recanto do Carinho). Desses quatro serviços, acabei visitando os três primeiros, a fim de estabelecer uma aproximação com os profissionais, obter notícias acerca dos então “egressos” e, em especial, informar-me sobre a possibilidade de localizá-los. No entanto, a forma como imaginamos que o curso da pesquisa deve seguir, por vezes, é atropelada por situações não esperadas. Oportunidades que nos escapam num piscar de olhos ou que surgem quando menos esperamos, fazem-nos rever e pensar o percurso e as estratégias em campo. Considero importante dizer isso porque foi justamente através da assistente social da Ação Social Missão que estabeleci uma relação de diálogo com a assistente social da Secretaria da Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina e, portanto, tive a oportunidade de participar do II Seminário Catarinense Pró-Convivência Familiar e Comunitária em junho de 2010. A partir dessa participação, consegui me situar quanto aos discursos de referência, em termos nacionais, municipais e estaduais, que os agentes que conformam o campo de atenção à criança e ao adolescente propõem e legitimam.

No espaço do seminário, foram relatadas experiências de programas que promoveram a chamada “reordenação institucional”, ou mesmo, como dito por alguns palestrantes, o “reordenamento de uma rede”, como foi o caso do Reordenamento da Liga das Senhoras Católicas de São Paulo – Educandário Dom Duarte, o qual tive possibilidade de conhecer em 2012²⁶. Aqueles que relatam a experiência

²⁶ Na ocasião pude entrevistar a psicóloga da instituição, a qual havia participado do processo de elaboração e implementação do reordenamento institucional. Este material não foi analisado mais detidamente na presente tese, mas contribuiu, ainda que de maneira mais indireta, nas reflexões a respeito da relação entre sujeitos e políticas públicas de proteção, que compõem o Capítulo

da sua instituição ou ONG assumem a postura de quem orienta e também organiza e reformula programas. Ou seja, pude perceber a construção de uma posição “aquele que sabe como fazer”, a partir de um discurso cujo tom é sempre mais imperativo e testemunhal (temos que fazer, temos que mudar...). Os movimentos corporais, expressões faciais e mesmo o discurso verbal daqueles que assistem às apresentações indicam, por vezes, identificação com o que é relatado e também discordância quando não conseguem vislumbrar a possibilidade de fazer na prática o que é proposto. E, aqui, mais uma vez, cabe pensar como conseguia me ver e me pensar nesse cenário de encontro entre conceitos e perspectivas sobre uma mesma temática²⁷. Compartilhar dessas discussões me fez pensar no potencial de agência ou “fazer fazer” dos conceitos. Ou, melhor dizendo, como esses sujeitos agem e se mobilizam em função da forma pela qual concebem e compreendem determinados conceitos. Do mesmo modo, a partir das minhas primeiras observações em campo, pude desconstruir certos preconceitos em relação à maneira como eu imaginava que os profissionais dos serviços de acolhimento atuavam na rede de proteção à criança e ao adolescente. Não que isso tenha significado uma identificação ou simplesmente a possibilidade de assumir o ponto de vista nativo sobre o processo do acolhimento, mas sim de entender como os discursos e práticas nativas “devem servir, fundamentalmente, para desestabilizar nosso pensamento (e, eventualmente, também nossos sentimentos). Desestabilização que incide sobre nossas formas dominantes de pensar, permitindo, ao mesmo tempo, novas conexões [...]” (GOLDMAN, 2008, p.8).

Além de acompanhar as discussões que conformam o campo da proteção à infância e ao adolescente em Santa Catarina, eu tinha expectativa de poder ampliar minha rede de contatos relativos aos “egressos” no espaço do seminário. Por sugestão da assistente social da secretaria, produzi uma carta de apresentação para entregar a todos os participantes, no intuito de que esses pudessem manter contato comigo após o evento. Essa me parecia, a princípio, uma estratégia produtiva, uma vez que poderia expandir meu campo por diferentes municípios de Santa Catarina. Embora o reordenamento institucional e o desacolhimento fossem temáticas centrais no seminário, produzindo inclusive reflexões e questões entre os presentes, eu não tive nenhuma carta respondida. Essa atitude por parte dos profissionais pode ser interpretada de diferentes maneiras. Dentre elas, seria possível pensar no

1.

²⁷ Como desenvolvido em trabalho anterior (CRUZ, 2012).

desinteresse destes pela temática, o que me parece uma conclusão apressada. Talvez esta atitude informe mais sobre a maneira como procurei estabelecer contato, naquele espaço, imprimindo um tom mais institucional à própria pesquisa. Mas também, nessa atitude, poderia estar contida a íntima relação entre “egressos” e serviços de acolhimento, a qual mais comumente aponta para uma avaliação do trabalho desenvolvido nestas instituições, incluindo uma avaliação dos próprios profissionais.

Após o seminário, o contato com os serviços de acolhimento de Florianópolis foi retomado depois da realização do estágio-sanduíche em Paris. Concentrei esforços nas visitas a duas casas-lares²⁸: Casa-Lar Nossa Senhora do Carmo²⁹ e Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito³⁰. Isso porque, à medida que fui acessando os possíveis contatos dos jovens que haviam experimentado o acolhimento, pude perceber que, ao contrário do que se poderia imaginar, a localização deles não era uma tarefa impossível. Claro está que tendo em mãos um número de telefone ou mesmo o endereço de cada jovem, eu estava apenas começando a trilhar um longo e complexo caminho que me levaria até

²⁸ Optei por trabalhar apenas com os jovens de duas casas-lares, pois o número daqueles que eram passíveis de localização acabou por revelar um universo amplo que, em termos etnográficos, eu não poderia contemplar sozinha na presente pesquisa.

²⁹ Localizada no bairro Coqueiros em Florianópolis-SC, a Casa-lar Nossa Senhora do Carmo é uma ONG de cunho filantrópico que, atualmente, acolhe somente meninas com idades entre 6 e 12 anos de idade. Foi fundada em 1994, por iniciativa de duas moradoras da comunidade de Coqueiros, com o objetivo de prestar atendimento a crianças e adolescentes (somente meninas). Em 1996, diante da necessidade de oferecer abrigo também aos meninos, foi fundada a Casa-Lar São João da Cruz. Por um longo período, as duas casas-lares prestaram um atendimento especializado, organizando o acolhimento em função da questão de gênero. No entanto, mais recentemente, a Casa-Lar São João da Cruz encerrou suas atividades, e a instituição voltou-se exclusivamente para o acolhimento de meninas (sobretudo crianças). No período de realização da pesquisa de campo, a Casa-Lar Nossa Senhora do Carmo, cuja capacidade de atendimento é de 16 meninas, estava acolhendo 14.

³⁰ A Casa de Acolhimento, localizada no bairro Mont Serrat, em Florianópolis, é um dos projetos do Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA) e destina-se prioritariamente “ao acolhimento de crianças e adolescentes em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função”. Disponível em:<http://www2.ccea.org.br/blog/casa-de-acolhimento-darcy-vitoria-de-brito/> Acesso em abril de 2014.

lugares (nem sempre facilmente acessíveis) e experiências diferentes.

Nas minhas primeiras visitas às duas casas-lares, já num segundo momento da pesquisa, eu pude novamente falar sobre a tese aos assistentes sociais e coordenadores e também ouvi-los sobre a temática dos “egressos”. Tal temática desde o princípio pareceu despertar o interesse dos profissionais e os meus relatos acerca da experiência francesa não só geraram curiosidade, mas também funcionaram como uma espécie de “acionador” para um exercício de reflexividade, por parte desses sujeitos, sobre suas próprias experiências no campo da proteção à infância e à adolescência. Na minha segunda visita à Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito, eu tive a possibilidade de acessar os prontuários dos jovens, sem que para isso eu precisasse fazer qualquer solicitação “formal”, talvez porque justamente se tratasse de “egressos”, de encaminhamentos feitos, casos encerrados, uma vez que o “ciclo da proteção” havia sido cumprido³¹. O acesso aos prontuários foi autorizado e oferecido pela assistente social da casa-lar, a qual fez uma espécie de “pré-seleção” dos casos que, na perspectiva dela, poderiam ser interessantes para a minha pesquisa: “esse seria um bom caso para acompanhares”³². Assim a assistente social abriu a gaveta com os fichários, começou a olhar os nomes dos jovens, seguidos por seus casos. Ela foi colocando as pastas sobre a mesa, empilhadas na minha frente. Essa era uma situação um tanto ambivalente para mim: se, por um lado, eu tinha muita curiosidade de olhar e conhecer aqueles dossiês, uma vez que já havia lido tantas pesquisas baseadas nesse tipo de

³¹ Essa minha hipótese é reforçada, em alguma medida, pela observação feita pelos pesquisadores do NACI acerca da dificuldade de acesso aos prontuários de adolescentes em situação de acolhimento institucional (não se trata de “egressos”, como no caso da minha pesquisa). No âmbito de uma pesquisa antropológica realizada em 2005, demandada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA – POA), os pesquisadores relataram os obstáculos enfrentados para coletar dados sobre os jovens abrigados, em função, sobretudo, do receio, por parte de alguns profissionais, de que os dados fossem divulgados. “Mesmo explicitando nosso comprometimento a não publicar nenhum modo de identificação da criança e do adolescente pesquisado, na maioria dos locais não tivemos acesso aos prontuários. Dessa forma, tivemos que nos adequar às possibilidades existentes de receber as informações a partir de conversas com as assistentes sociais e psicólogas das unidades” (SCHUCH, FONSECA, 2009, p.116).

³² Os casos “bons” eram os jovens que, segundo ela, tinham vivenciado situações de violência (sobretudo abuso). Fatores estes que começaram a aparecer com maior frequência nos últimos anos.

material e sempre me perguntei sobre os seus limites, por outro, não sabia exatamente o que fazer com eles.

Tendo em vista que a pesquisa não tinha como objetivo uma avaliação do período do acolhimento e tampouco da vida pregressa dos jovens, no que exatamente todos aqueles relatos poderiam me ajudar? Mesmo que em algum momento essas histórias pregressas relacionadas ao acolhimento aparecessem nos relatos, eu pretendia que estas emergissem das minhas conversas com os jovens, ou, mais exatamente, da perspectiva deles: na maneira como se viam nessas experiências e também pela forma e pelo conteúdo que gostariam de relatar. Por que não no formato de um conto de fadas, como era o desejo de um dos jovens que participou da pesquisa? Ao contrário de uma “história realística”, como ele mesmo denominou:

O cara pode imaginar muitas coisas melhor, muita coisa melhor sabe...uma coisa muito mais vantajosa para mim para poder ter um discernimento melhor para poder escrever. Enquanto eu escrevo coisas realísticas, que aconteceram realmente, teve muita coisa ruim, já dá um desânimo para escrever. No conto de fadas o cara tá ali empolgadão, naquela noia sabe? Então, o cara sempre evita alguma coisa de ruim que aconteceu...

Comecei a folhear cada prontuário, tentando entender um pouco quem eram aqueles jovens (ou pelo menos como toda aquela rede de profissionais de diferentes campos de saberes (Psicologia, Serviço Social, Direito, etc) os via e os caracterizava, sobretudo como “sujeito de direito”, e o que aquelas histórias poderiam me informar sobre aqueles que talvez eu viesse a encontrar. A minha leitura dos dossiês foi acompanhada do entra e sai de meninos e meninas na sala das assistentes sociais. Eles chegavam com demandas variadas e alguns permaneciam apenas me observando pela janela, talvez curiosos com a minha presença, talvez pensando que eu também pudesse estar entrando em suas vidas.

Ainda que os prontuários não sejam o objeto propriamente desta pesquisa, é importante destacar como os relatos neles contidos acabam por homogeneizar todos aqueles jovens. Com exceção dos motivos do acolhimento, a impressão que se pode ter é que se está sempre diante do mesmo jovem. E quando alguma folha de uma pasta acaba indo parar em outra, de outro adolescente, é difícil perceber, num primeiro olhar, que esta está deslocada. As pastas, na sua maioria, são divididas por

sacos plásticos seguindo as “categorias”: juizado, escola, saúde, documentos. Quando se trata de um grupo de irmãos, o “quebra-cabeça” se torna ainda mais complexo, porque o relato do judiciário estará presente, em geral, apenas na pasta de um dos irmãos. Os relatos se constituem como verdadeiras atas, mais descritivas do que propriamente analíticas (ainda que a análise não seja o objetivo destes). Há solicitações diversas e a mais recorrente refere-se ao pedido do assistente social do serviço de acolhimento ao juizado para que o adolescente possa passar férias junto de algum membro da família. Na sequência da autorização do juizado, é aberta uma solicitação (exigência) por parte desse para que a instituição de acolhimento, logo após o retorno do jovem, produza um relatório sobre o período vivenciado pelo jovem na companhia da família. É possível localizar também as atas das audiências tanto de “acolhimento” como de “desacolhimento” (termo nativo que sinaliza a saída/desligamento do jovem do serviço de acolhimento).

Em alguns casos, encontrei os relatos das psicólogas do extinto Sentinela (hoje PAEFI³³) e também outros que dão conta do andamento (“situação”) de cada caso. Pude localizar também alguns trabalhos de escola, cópias de documentos, os quais, quando acompanhados de fotos, me permitiam conhecer previamente o ou a jovem que eu possivelmente viria a encontrar. Em meio aos relatos, é possível observar o fenômeno da “circulação” entre diferentes serviços. Aqueles que eram “egressos” da casa-lar já haviam passado, em grande parte, pela Casa de Passagem³⁴ e também por outros serviços de acolhimento.

Com o mapeamento feito a partir dos prontuários, eu pude obter informações que me permitiram localizar oito jovens (três meninos e

³³ O PAEFI é o serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos situado no âmbito da proteção especial de média complexidade, que objetiva apoiar, orientar e acompanhar famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos.

³⁴ Serviço que, como o próprio nome sugere, objetiva oferecer acolhimento de “caráter emergencial” diante de uma necessidade de acolhimento imediato. Em geral, a criança ou adolescente permanece nesta instituição enquanto é realizado um “estudo diagnóstico”, a partir do qual são consideradas as “condições de manutenção do convívio familiar ou necessidade de afastamento do mesmo” e também a “solução mais adequada naquele momento (“retomo imediato ao convívio com a família de origem (nuclear ou extensa) ou pessoas da comunidade que lhe sejam significativas” ou “encaminhamento para outros serviços de acolhimento, no caso de impossibilidade imediata de reintegração familiar”) (BRASIL, 2008).

cinco meninas), os quais haviam sido desacolhidos entre 2010 e 2011. Desses, apenas uma eu não tive a oportunidade de encontrar e cinco participaram da etapa sistemática da pesquisa. Dentre estes, três haviam retornado para o convívio familiar. Um jovem havia voltado para a família, após o desacolhimento, mas, tendo em vista os conflitos com o padrasto, o juizado decidiu, a pedido da mãe, encaminhá-lo para a Casa de Semiliberdade Frutos do Aroeira³⁵ – Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA) de Florianópolis-SC, a qual foi concebida para acolher adolescentes e jovens, de ambos os sexos, em cumprimento de medida socioeducativa, uma vez que ele estava próximo de completar 18 anos e não teria como retornar para uma casa-lar. No Frutos, eu conheci outro jovem (“egresso” de uma instituição de Florianópolis que foi extinta) que também, por estar próximo da maioridade e por não ter para onde ir, foi acolhido neste projeto destinado a jovens que estão cumprindo medida socioeducativa.

Na Casa-Lar Nossa Senhora do Carmo, o levantamento dos contatos dos “egressos” não se deu através da minha busca nos arquivos das assistentes sociais. A assistente social e a diretora da casa-lar se reuniram comigo para compor uma lista dos “egressos” que poderiam ser localizáveis, ou seja, dos quais a instituição tinha algum contato (endereço, telefone) ou de outras pessoas que pudessem fazer a mediação (familiares, empregadores, padrinhos do “Programa de Apadrinhamento Afetivo”, conhecidos, etc.). A lista foi composta com dados de cerca de 22 jovens, em sua maioria desacolhidos no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, incluindo dois “grupos de irmãos”. Tendo em vista a longa história da casa-lar, desde sua fundação em 1996, era esperado que boa parte dos jovens que eu encontraria estariam próximos dos 30 anos de idade. Desta lista, consegui localizar cinco jovens (quatro mulheres e dois homens – um destes pude contactar somente por telefone). Os demais acabei não localizando por falta de informação (aqueles que, a princípio, poderiam saber do paradeiro dos jovens nem sempre tinham seus contatos) ou por uma questão do próprio tempo da pesquisa e dos objetivos desta. Logo que comecei a encontrar cada um dos “egressos” dos quais obtive os dados para o contato, percebi que eu era apenas uma pesquisadora e que não conseguiria manter uma rotina de visitas mais sistemáticas (tendo em vista que cada um morava em um lugar – bairro, cidade, estado – diferente) e tampouco contemplar, em termos analíticos, as experiências de todos.

³⁵ Trarei mais detalhes sobre essa instituição no Capítulo 1.

Os sujeitos da pesquisa: impasses analíticos

Dentre os “egressos” da Casa-Lar Nossa Senhora do Carmo, selecionei cinco jovens (todas mulheres), localizadas através das informações fornecidas pela casa-lar, com exceção de uma (Virgínia). Quatro destas moram na Palhoça-SC (Clarissa, Virgínia, Alice e Isabelle) e uma (Estella) reside no Morro da Caixa em Florianópolis. Também compõem a análise da presente tese, os relatos das experiências da Nicole (“egressa” da Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito), da Nina (Lar de São José) e da Olívia (Lar de Nazaré). O fato de se tratar de oito mulheres não foi intencional. Como havia dito anteriormente, ao rastrear os “egressos”, procurei não seguir recortes prévios, tais como a questão de gênero. Estava preocupada, em um primeiro momento, em localizar os “egressos” que tiveram experiência de acolhimento institucional.

Nesse movimento, o número de jovens mulheres foi maior desde o princípio, o que de fato poderia ser uma questão a ser problematizada em outro momento. Se o número de jovens em serviços de acolhimento no Brasil aponta para uma pequena diferença entre crianças e adolescentes do “sexo masculino” (52,3%) e do “sexo feminino” (47,7%), o que significaria, num contexto de desinstitucionalização, o fato de ter encontrado mais jovens mulheres? Isso poderia nos informar, de alguma maneira, sobre como a questão do gênero pode marcar essas experiências de desinstitucionalização e sobre a possibilidade de devir desses sujeitos? Mesmo não tendo tais questões como eixo orientador da minha problemática, eu pude acompanhar, durante uma etapa mais sistemática da pesquisa, as experiências de desinstitucionalização de três jovens homens. No entanto, para compor mais diretamente a análise da presente tese, escolhi apenas as jovens (mulheres). E isso se deu, não só tendo em vista a articulação entre o material etnográfico e a questão-problema da presente tese, mas sim e sobretudo, em função da relação mais próxima que pude estabelecer com essas jovens.

As oito jovens que dão vida ao presente trabalho são aquelas que se mostraram mais abertas em relação à pesquisa e também à minha presença em suas vidas. E isso inegavelmente produz uma diferença na etnografia realizada. As casas delas se constituíram como lugares aos quais eu poderia “ir e vir”, eram “lugares confortáveis”, nos quais eu poderia estar à vontade para circular e também para voltar quantas vezes fossem necessárias (WINKIN, 1998). Por vezes, fui surpreendida pela postura de algumas, como a Clarissa, que me ligava para saber quando eu apareceria novamente (ela fazia a agenda da pesquisa) e, por vezes,

se mostrou interessada em pensar a problemática da pesquisa. Nesse ponto, a questão de gênero também deve ser considerada na relação que estabeleci com as jovens: trata-se de uma mulher pesquisando mulheres. Além disso, em termos do desafio de pensar a desinstitucionalização, o fato de elas serem mulheres me permite pensar, certamente, esse processo a partir de um outro lugar. Isso porque, como será possível observar ao longo dos capítulos, em termos de “invenção”, a relação de cuidado que as jovens estabelecem com os seus filhos, as maneiras pelas quais experimentam a maternidade e também se relacionam com os seus companheiros são questões incontornáveis e imprimem uma especificidade ao processo de desinstitucionalização. Com isso pretendo dizer que reconheço que a tese está sendo permanentemente atravessada pela questão do gênero; no entanto, esta não se constitui como o único marcador possível para pensar as experiências dessas jovens. Não se trata de um estudo de gênero. Dito isso, imagino ter criado uma base argumentativa para sustentar minha opção por outras categorias analíticas, tais como “invenção” e “sujeito” para pensar os modos de vida dessas jovens.

Outro ponto importante a abordar refere-se a uma escolha terminológica feita ao longo da pesquisa: “jovens” e não “mulheres”. Tal opção partiu inicialmente de uma questão etária, ainda que eu reconheça todos os problemas implicados nesta. Nem todas as jovens eram “maiores de idade”. E, nesse ponto, em termos de desinstitucionalização, para as políticas públicas de proteção à infância e à adolescência, a idade é uma questão fundamental. Estão na condição de protegidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), crianças (até doze anos de idade) e adolescentes (entre doze e dezoito anos de idade). Após a maioridade, apenas excepcionalmente o Estatuto (parágrafo único) se aplicará “às pessoas entre dezoito e vinte e um anos” (BRASIL, 1990). Fora os casos excepcionais, a maioridade marca não só a finalização da proteção do ECA, como também sinaliza que, a partir desse momento, a maneira pela qual esses sujeitos serão assistidos dependerá do que eles farão após o desacolhimento (se constituem família, se tornam mães, etc.). Se por um lado, algumas das jovens que participaram da pesquisa estão próximas dos 30 anos, já constituíram suas famílias, são mães, trabalham, por outro lado, há os casos como o da Nicole e o da Sophia, que ainda moram com os pais e não atingiram a maioridade. Então, como designá-las: são adolescentes? São jovens? Os estudos contemporâneos referem-se a uma complexificação e flexibilização dos limites e dos modos de acessar a “vida adulta” (GUIMARD, PETIT-GATS, 2011). Como então poderíamos definir a

juventude, quando o seu principal referente (idade adulta) escapa ele mesmo ao seu modo de definição anterior – ou seja a conquista da estabilidade e da autonomia? (VAN DE VELDE, 2008).

Tendo em vista tais questionamentos e o impasse criado pelo fato de participarem da pesquisa pessoas maiores e menores de idade, acabei optando pela expressão “jovens em devir”. Tal escolha me pareceu mais acertada, diante, sobretudo, do fenômeno da “dessincronização dos diferentes limiares de passagem à vida adulta”, ou seja, se há um tempo atrás era possível observar uma sucessão ordenada e linear dos tempos da vida (sincronização), hoje, vários marcadores de entrada na vida adulta (tais como a saída da casa dos pais) se tornaram reversíveis (BESSIN, 1997; GUIMARD, PETIT-GATS, 2011). A dessincronização produziu uma “quebra” nessa irreversibilidade. E, seguindo tal perspectiva, se a juventude pode ser tomada como uma “transição”, ela tende mesmo a se prolongar ao longo da vida dos sujeitos. Dessa forma, para além da escolha de uma dessas designações (jovens, adolescentes, mulheres), o que importa é não circunscrever os sujeitos, *a priori*, em função de um destes marcadores e processos específicos. Qualquer que fosse a opção terminológica, estaríamos frente a impasses analíticos fora do escopo da tese. Assim, consciente de não ter resolvido todo esse impasse, optei pela utilização operacional da categoria “jovem” pelo fato de esta contemplar justamente o fenômeno da dessincronização temporal e o “prolongamento da juventude”.

ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

A fim de desenvolver a questão-problema apresentada ao longo dessa introdução, organizei a presente tese em três capítulos. No **Capítulo 1**, procuro problematizar a relação entre sujeitos e políticas públicas, a partir da técnica de “reversão figura-fundo”. Para tanto, problematizo a concepção de Estado, desconstruindo o seu lugar de “ente”, de onde seriam exclusivamente gestadas e articuladas as políticas públicas e, na sequência, retomo o histórico de políticas de proteção à infância e à adolescência e seus desdobramentos atuais, para pensar como foi sendo construída a relação entre sujeitos e direitos. Num segundo momento, busco refletir sobre os lugares aos quais os egressos aparecem associados, em geral, às experiências “mais alternativas”, como é o caso da república implementada pela Associação Terra Nova, em Mondaí-SC e o *Contrat Jeune Majeur* na França. Por fim, pretendo mostrar como o tensionamento da relação entre sujeitos e direitos permite resgatar a dimensão vivencial dos sujeitos implicados

em tais direitos e também a problematização da categoria “egresso”.

O **Capítulo 2** é reservado à análise dos relatos das jovens acerca do inter cruzamento das suas experiências familiares e de acolhimento. Este será analisado tendo em vista a prática da “circulação de crianças”, a qual, na presente pesquisa, tem como especificidade o fato de as próprias jovens se colocarem em circulação (através da fuga), fazendo emergir o seu potencial de agência (potência para ação). E será justamente em função dessa articulação entre circulação (como via para a “invenção”) e agência, que se constituirá a própria possibilidade de **devir** desses sujeitos.

O **Capítulo 3** é dedicado às experiências de desinstitucionalização, as quais serão analisadas a partir da chave analítica da invenção/criação. Procuo descrever o que, nesse contexto, as jovens tomam como objeto da invenção/criação de novas possibilidades de vida. Para além da análise, mais individualizada, das experiências das jovens Clarissa, Virgínia, Alice e Nina, esse capítulo também apresenta duas seções dedicadas respectivamente às relações de parentesco e à questão da maternidade e do cuidado com os filhos. A seção “virada no jogo das relações de parentesco” tem como foco analítico a problematização ou, mais exatamente, o processo de “virada” nas relações que as jovens estabeleciam com os seus parentes (em especial, pai, mãe e irmãos), antes do acolhimento institucional. E a seção “maternidade e cuidado com os filhos” procura contemplar estas duas temáticas que se tornaram incontornáveis para pensar a desinstitucionalização de algumas jovens, sobretudo a questão do “devir-mãe”.

CAPÍTULO 1

“EGRESSOS” DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS: A “REVERSÃO FIGURA-FUNDO”

A relação entre as demandas dos jovens egressos dos serviços de acolhimento e as políticas públicas voltadas a estes sujeitos apareceu, desde o princípio do doutorado, como a questão central da pesquisa. A experiência advinda da pesquisa realizada durante o mestrado, junto aos adolescentes³⁶ que viviam em serviços de acolhimento apontava para muitos questionamentos sobre a trajetória³⁷ desses sujeitos quando em situação de desinstitucionalização. Por onde andariam eles e como estaria, depois de cinco ou seis anos, a vida das meninas e dos meninos com quem eu havia convivido por um período de dois anos no âmbito institucional? Quais seriam, depois desse tempo, as narrativas desses jovens acerca das suas experiências? Interessava-me, sobretudo, saber como teriam feito para “se virar” depois que o tempo de acolhimento havia alcançado o seu limite máximo, aquele posto pela maioridade.

Essas perguntas serviram de inspiração para dar início a um trabalho de localização desses jovens e conseqüentemente de reencontro com histórias que, hoje, estariam sendo contadas a partir de outros tantos lugares, e por sujeitos cujas vidas eram atravessadas por

³⁶ São contemplados, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, crianças (a pessoa até 12 anos de idade incompletos) e adolescentes (aquela entre 12 e 18 anos de idade). Quando falo sobre a experiência de acolhimento, emprego o termo *adolescente*. Em relação ao período da desinstitucionalização, opto pelo uso do termo *jovem*.

³⁷ Em um primeiro desenho da pesquisa, parecia-me produtivo trabalhar com a concepção de trajetória. Contudo, a partir da realização do trabalho de campo e da reconfiguração do esquema teórico da tese em função deste, acabei observando que a concepção de trajetória apontava para uma espécie de continuidade em relação à experiência de acolhimento, o que era um problema. Ainda que se reconheçam reflexões – tais como a de projeto e metamorfose empreendida por Gilberto Velho (2003) – nas quais essa continuidade poderia ser rompida, apontando para as eleições feitas pelos indivíduos num “campo de possibilidades”, essas permanecem reiterando uma posição para o indivíduo em relação ao social, esse entendido como lugar onde estariam disponíveis tais possibilidades de mudança. Nesses termos, a noção de experiência parece-me mais próxima da proposta de uma dialética entre “convenção” e “invenção” que atravessa a tese e também com a concepção de “devir”, que será desenvolvida no capítulo 2.

diferentes intensidades e “devires”. Mas se por um lado me parecia válido problematizar as experiências de vida dos egressos, por outro, estas me pareciam diretamente ligadas às políticas públicas que se ocupavam da proteção desses jovens. Era em função justamente das políticas que a questão dos egressos emergia como uma problemática de pesquisa. Só havia egressos porque, em algum momento, tendo em vista a garantia dos direitos desses adolescentes, suas vidas e as de seus familiares foram atravessadas pela experiência de institucionalização. Isso porque era a partir da experiência de acolhimento e de seus desdobramentos que parecia se produzir a especificidade desses jovens e de suas “trajetórias”.

Os serviços de acolhimento eram, portanto, o lugar de partida e, conseqüentemente, as políticas que os produziam como parte do dispositivo de proteção à infância e adolescência. Mas, se em termos de políticas públicas, havia um interesse ampliado em relação ao processo de institucionalização, no que se refere aos egressos, eu pude observar que se produzia uma espécie de “não lugar” nessas mesmas políticas que outrora os reconheceram como sujeitos de direitos ou ainda como sujeitos cujos direitos foram em algum momento violados. Eis que essas lacunas deixadas pelas políticas seriam os primeiros sinais de que a relação entre sujeitos e políticas precisava ser analisada a partir de uma outra perspectiva, a qual privilegiasse (ou fizesse emergir como primeiro plano) os jovens e seus modos de vida, sem no entanto produzir um apagamento dessas políticas ou abandoná-las. Para tanto, comecei a me questionar acerca das possibilidades de pensar essa relação, de maneira a não alimentar a dicotomização entre sujeitos e políticas e tampouco uma concepção de egresso como produto dessas. Inspirada pela reflexão de Strathern (2011) e também por Wagner (2010), optei por considerar a relação entre sujeitos e políticas a partir da “técnica da reversão figura-fundo”, uma vez que essa, ao promover oscilações entre perspectivas, acaba por produzir diferentes compreensões do mundo.

Tendo em vista que “cada contextualização coloca uma nova configuração da figura e do fundo em evidência” (STRATHERN, 2011, p.247), seria possível pensar como, no caso dos “egressos”, se produziu uma “reversão figura-fundo” na sua relação com as políticas, numa situação de desinstitucionalização. As políticas de proteção à infância e à adolescência, tanto em seu histórico como em sua configuração contemporânea, são marcadas pela relação entre sujeitos e direitos, ou, mais exatamente, pelo reconhecimento dos direitos dos sujeitos. Se, por um lado, podemos considerar que tal reconhecimento representou, sobretudo no que diz respeito ao acolhimento institucional, mudanças

relevantes na maneira de conceber e implementar as práticas de proteção a crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados, por outro, percebe-se uma ênfase nos direitos e não propriamente nos sujeitos desses direitos. Ou seja, nesta contextualização, os direitos e, portanto, as próprias políticas, estão sendo tomados como “figura”. No entanto, alguns fatores observados a partir da pesquisa de campo – tais como a própria problematização da categoria “egresso”, as reflexões sobre a “desontologização” do Estado e conseqüentemente o tensionamento da concepção de políticas públicas, a observação do cotidiano dos jovens e os relatos desses acerca das suas experiências e a ausência de um lugar para os egressos nas políticas de proteção – acabaram por produzir uma “reversão”, de maneira que os sujeitos e seus modos de vida podem ser tomados/analizados como “figura”, enquanto as políticas e os direitos passam a ser o “fundo”.

Nesse ponto, é importante esclarecer dois aspectos a respeito dessa reversão. O primeiro é que ela não é definitiva, pois justamente a relação entre figura e fundo produz, como bem pontua Strathern (2011, p.244), relações instáveis: “[...] apesar de o fundo, por definição, englobar a figura, o que virá a contar como figura e o que virá a contar como fundo não é, de forma alguma, algo definitivo, e aqui os valores a serem atribuídos a fenômenos particulares são imprevisíveis”. A aparente fixação em um dos momentos da reversão (no caso dos sujeitos) é uma questão de ordem metodológica, para fins de análise. Além disso, tendo em vista que a técnica da reversão figura-fundo está associada a “certas concepções sobre o ato de interpretar”, como bem lembra Strathern (2011), e que, portanto, cada ato de interpretação é seletivo, isso significa que, ao interpretar essa relação, procuro justamente especificar a singularidade de um de seus termos (os sujeitos). O segundo aspecto é que tal reversão é produzida, não só a partir dos fatores especificados acima, mas especialmente em função de uma alternância de pontos de vista acerca do que está sendo observado; no caso desta pesquisa, envolve tanto a perspectiva da pesquisadora como também a dos sujeitos da pesquisa. Eis que o cruzamento destes pontos de vista acaba precipitando uma maneira de interpretar essa relação entre sujeitos e políticas, a qual, ao tornar visível (ressaltando particularidades) em desses momentos (no caso, os sujeitos), inevitavelmente evoca um “campo inteiro de possíveis (e outras) particularidades e entendimentos” (STRATHERN, 2011, p.242). O fato de existirem “muitas escolhas, coordenadas ou perspectivas a adotar” acaba por produzir uma escala ao objeto em questão (aquilo que está sendo observado), uma vez que este se torna ampliado ou reduzido em

função dessas “outras ordens de coisas” (STRATHERN, 2011, p.242). Ao destacar (fazer do fundo figura) os modos de vida dos jovens, em relação ao “aplainamento” (fazer da figura fundo) das políticas de proteção, não pretendo fazer destas um simples contexto do qual emergem ou onde seriam colocados os sujeitos, mas sim problematizar o fato de que, embora tais políticas componham os modos de vida desses jovens, estes também são feitos de muitas outras coisas, que estão para além da experiência de institucionalização e dos desdobramentos desta, como será possível observar, sobretudo, a partir dos seus relatos apresentados no Capítulo 2.

Dessa forma, num primeiro momento, gostaria de problematizar a concepção de Estado, desconstruindo a concepção deste enquanto ente, de onde exclusivamente seriam gestadas e articuladas as políticas públicas. Essa desontologização do Estado permitirá pensar numa outra compreensão das políticas públicas de proteção, muito mais fluidas, e que, portanto, considera as demandas dos sujeitos e aquilo que é produzido em função das relações sociais. Tal empreendimento em direção ao resgate de uma dimensão vivencial dos sujeitos em relação às políticas, como será possível observar no desenvolvimento deste capítulo, é histórico e ainda permanece em aberto. Assim, na sequência, pretendo retomar o histórico das políticas de proteção à infância e à adolescência e seus desdobramentos atuais, a fim de pensar como foi sendo construída a relação entre sujeitos e direitos e, conseqüentemente, a inexistência de um lugar para os egressos em tais políticas. Além disso, será importante problematizar o que esse não lugar pode nos informar sobre as próprias políticas de proteção, uma vez que ele, ao contrário do que se pode pensar num primeiro momento, não sinaliza o abandono de uma espécie de vigilância (de intenção de governabilidade) sobre esses sujeitos, mas sim de que esta não foi objeto de investimento e de uma maior articulação por parte dessas políticas. Como será possível desenvolver na continuidade deste capítulo, os lugares aos quais os egressos aparecem associados são aqueles próprios das experiências “mais alternativas”, como é o caso das repúblicas, experiência cujo fundamento recai sobre as concepções de “autonomia” e “projeto”, as quais, em contato com as perspectivas dos jovens, produzem o fenômeno da “equivocação não controlada” (KELLY, 2010). E, por fim, pretendo mostrar como o trabalho de campo, em especial os relatos dos egressos, acabou por tensionar a relação entre sujeitos e direitos de maneira a resgatar a “dimensão vivencial” dos sujeitos implicados em tais direitos. E como forma de recuperar essas experiências dos sujeitos é que desenvolverei a problematização da

categoria egresso, a qual será fundamental para a reversão figura-fundo na relação entre políticas e sujeitos.

1.1 ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O LUGAR DOS SUJEITOS

Os debates em torno da concepção de políticas públicas parecem sempre nos encaminhar para uma relação dos sujeitos com o Estado e suas instituições, o que acaba por reduzir a complexidade da relação entre política e sujeitos e a ontologizar o próprio Estado. A relação entre as demandas dos sujeitos e as dinâmicas estatais, por vezes, é alimentada pela tentativa de buscar uma posição para o Estado, o qual, mesmo quando essa é negada, permanece como “virtualidade”, demarcando limites e conhecimentos entre público e privado. “Significa supor que o que não está manifestamente atualizado continua a existir de alguma forma, ou antes, continua a funcionar de algum modo, sendo possível, portanto, recolocar a variável em jogo” (GOLDMAN, 1999, p.67). Assumir um outro ponto de vista acerca da concepção de políticas públicas e da relação dessas com os sujeitos passa, então, por uma outra forma, bem mais fluida, de pensar o Estado. Isso implica compreender tais políticas a partir de um outro ponto de vista, que não é o do Estado, enquanto entidade dada *a priori*, mas sim o das relações sociais e como estas vão demarcando os efeitos dos engendramentos estatais. “Si el estado no tiene una fijación institucional ni geográfica, su presencia resulta más engañosa de lo que antes pensábamos, y necesitamos teorizar el estado más allá de lo empíricamente obvio” (TROUILLOT, 2001, p.2). A qualificação da presença estatal como “enganosa” pode ser interessante, na medida em que coloca sob suspeita as tentativas de enxergar o Estado em lugares e na sua forma mais “convencionalmente” reconhecida e descrita.

Não se trata, no entanto, de negar tal presença, propondo o fim do Estado, nem tampouco simplesmente generalizar e estender sua presença para todos os lugares. Parece-me, sim, uma tentativa de seguir os rastros dos efeitos fluídos das ações deste, na forma como sua presença pode marcar as relações sociais. Mais do que revelar a ubiquidade estatal, trata-se de descolar a sua presença de estruturas e instituições. Eis o porquê de ser instigante a proposta de Trouillot de conceptualizar o Estado em mais de um nível, ou, quem sabe, nos termos de Deleuze e Guattari, este estado precisaria ser visto na sua complexidade rizomática, a qual se abre em mil platôs, ou em mil planos de experiências diversas. O Estado apareceria, então, em lugares postos contingencialmente à medida que as suas fronteiras passam a ser

múltiplas, sem necessariamente respeitar os contornos institucionais.

Dentro de esta visión, el estado aparece como un campo abierto con múltiples fronteras y sin fijación institucional – lo que implica decir que es necesario conceptualizarlo en más de un nivel. Aunque unido a un número de aparatos, no todos ellos gubernamentales, el estado no es un aparato sino un conjunto de procesos. No está necesariamente limitado por alguna institución, ni hay institución que pueda encapsularlo completamente³⁸ (TROUILLOT, 2001, p.4).

Nesse sentido, talvez se possa dizer que a materialidade do Estado reside menos nas instituições do que nos processos e relações de poder. Esta também depende da forma como vemos tais processos e efeitos do estado, para além do espaço nacional. É interessante observar que, mesmo quando procuramos desnaturalizar a presença do Estado, os discursos sobre políticas públicas acabam por permanecer buscando uma posição para este. Como se fosse uma “sombra” que paira sobre as relações, o Estado permanece como uma concentração ou um lugar absoluto de poder. Tal concepção encobre uma perspectiva mais foucaultiana sobre o poder, ou seja a de que este se encontra pulverizado no tecido social, sob a forma de micropoderes que são acionados nas e pelas relações sociais. Assim como bem lembram Judith Butler e Gatarly Spivak, o Estado é sim uma forma de poder; no entanto, não podemos deixar de reconhecer outras tantas, que podem ou não ter traços estatais. Logo, é possível que a preocupação em localizar o poder pareça pouco frutífera, na medida em que este se coloca de forma contingencial e é revelado justamente pela ação de sujeitos e instituições. O que pretendo enfatizar é que boa parte dos efeitos estatais pode ser capturada através dos sujeitos (dos agenciamentos e modos de subjetivação destes) que ajudam a produzi-los.

Pensar o Estado implica revisitar as noções de espacialidade e temporalidade, sobretudo quando o percebemos enquanto conjunto de condições e disposições sob as quais nos encontramos (BUTLER,

³⁸ “Dentro desta visão, o estado aparece como um campo aberto com múltiplas fronteiras e sem fixação institucional – o que implica dizer que é necessário conceituá-lo em mais de um nível. Ainda que ligado a um número de aparatos, nem todos governamentais, o estado não é um aparato senão um conjunto de processos. Ele não está necessariamente limitado por alguma instituição, nem tem instituição que possa encapsulá-lo completamente”. (tradução minha).

SPIVAK, 2009). É curioso lembrar que a própria palavra estado remete à condição de alguém ou algo em um certo momento, como, por exemplo, estado de felicidade, de estresse, etc. E é ainda mais interessante observar que, no dicionário, tal concepção vem antes mesmo daquela que define o Estado como sociedade politicamente organizada, país, nação. Por isso, é tão instigante a questão posta por Buttler e Spivak: “en qué estado estamos cuando empezamos a pensar el estado?”³⁹ Ou seja, sob quais condições e disposições nos encontramos? E parece justamente que a concepção de Estado aparece ou só pode aparecer nesse deslocamento de perspectiva.

Por eso, vale la pena notar que en el centro de este “estado”, que define tanto una dimensión jurídica como una disposición de la vida, hay una tensión producida entre modos de ser o estados de ánimo, constelaciones de conciencia temporarias o provisorias de distinta clase, y complejos jurídicos y militares que gobiernan cómo y dónde podemos movernos, asociarnos, trabajar y hablar⁴⁰ (BUTLER, SPIVAK, 2009, p.45).

Nesses termos, a desnaturalização do Estado está diretamente relacionada à revisão da concepção de políticas públicas. Especialmente quando as reconhecemos não como sendo gestadas exclusivamente a partir do Estado, mas na sua complexa articulação entre política e espaço público. Ou seja, se é possível desontologizar o Estado como o lugar central de onde emanam e onde são legitimadas as demandas sociais, faz-se necessário tomar as políticas enquanto todas as ações e os projetos que a sociedade organiza para sua “autoconstituição”. Nesse ponto, é fundamental considerar as políticas públicas não apenas como ideias racionalizadas, cujo produto seriam documentos escritos, mas também como ações que podem ser apreendidas na “observação do cotidiano de relações sociais” (LIMA, 2002, p.13). Estando no centro do Estado a tensão permanente entre modos de ser e complexos jurídicos,

³⁹ “Em que estado estamos quando começamos a pensar o estado?”. (tradução minha)

⁴⁰ “Por isso, vale a pena notar que no centro deste “estado”, que define tanto uma dimensão jurídica como uma disposição da vida, há uma tensão produzida entre modos de ser ou estados de ânimo, constelações de consciência temporárias ou provisórias de distinta classe, e complexos jurídicos e militares que governam como e onde podemos nos mover, associar, trabalhar e falar”. (tradução minha)

talvez seja possível considerar as políticas públicas como sendo as tentativas mais ou menos organizadas e sistematizadas de publicização das demandas políticas dos sujeitos. Ou, mais exatamente, da tentativa de articular, como sugere Maluf (2010), modos de representação coletivos e a dimensão da experiência dos sujeitos, através do confronto entre os “discursos oficiais” e o dos sujeitos, estes que, por vezes, são tomados apenas como “objeto” de tais políticas.

1.2 POLÍTICAS DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA: OS DIREITOS DO SUJEITO ENQUANTO “FIGURA”

Ao retomar o histórico das políticas públicas de proteção à infância e à adolescência no Brasil até suas configurações atuais, pretendo mostrar como este percurso é marcado pela centralidade do Estado e pelo reconhecimento dos direitos dos sujeitos. Nesse percurso, ou nessa contextualização, será possível perceber como as políticas e os direitos dos sujeitos foram sendo tomados como “figura”, enquanto os sujeitos permaneciam como “fundo”. A maneira pela qual crianças e adolescentes se tornam alvo de políticas no país se reveste de particularidades, ainda que seja fruto de uma série de disputas políticas e lutas entre atores diversos que, como bem lembra Patrice Schuch (2009), “ultrapassam as fronteiras nacionais”. Dessa forma, em diálogo com Schuch (2009, p.106), é possível pensar que, ao longo do percurso de “consolidação dos aparatos de gestão da infância”, ou das “tecnologias de governo”, numa linguagem foucaultiana, três perspectivas diferenciadas (ou três modelos de intervenção) dominaram o debate em torno do que a autora chama de “conduta sobre a conduta de crianças e adolescentes: “uma preocupação higiênico-sanitarista”, “um modelo modernista de desenvolvimento da nação” e “um investimento na formação de sujeitos de direitos e na participação da comunidade nas políticas de atendimento”. Tais modelos de intervenção são importantes na medida em que nos informam sobre “as formas distintas de constituir os sujeitos do atendimento” (SCHUCH, 2009, p.106).

No que se refere às políticas públicas voltadas à infância, é possível observar que este pretendido objetivo de racionalizar e neutralizar a dimensão vivencial dos sujeitos possui matrizes históricas, as quais permanecem, ainda hoje, sendo reificadas. Entre os séculos XIX e XX, período em que se deu, segundo Rizzini (2008), a gestação das principais ideias e práticas que se processaram no país até a década

de 90, percebe-se uma tentativa de categorizar os indivíduos, especialmente em termos morais, para que estes pudessem ser alvo das políticas de atendimento da época. Nesse sentido, fica evidente a necessidade de os indivíduos se enquadrarem em determinadas categorias, em geral dicotômicas, para serem alvo de programas voltados, sobretudo, à educação e higienização das novas gerações. O século XIX serve como marco na mudança da concepção de infância, à medida que esta deixa de ser objeto de “interesse, preocupação e ação no âmbito privado da família e da igreja para tornar-se uma questão de cunho social, de competência administrativa do Estado” (RIZZINI, 2008, p.23). Nessa perspectiva, a criança deixa de ser um elemento secundário na família e passa a ser tomada como “chave” para o futuro da nação. Na esteira de uma lógica higienista e saneadora, será preciso moralizar o universo da pobreza, tarefa esta relegada ao Estado. E a criança será justamente o foco/alvo deste empreendimento, pois se constituirá como um dos principais instrumentos de intervenção do Estado na família.

Será também nesse contexto que a concepção de infância será revestida de ambivalência. Se, por um lado, a criança simbolizava a esperança e o futuro da nação, na medida em que poderia se tornar útil à sociedade (quando retirada do seu meio e reeducada), por outro, aquela que não pudesse ser criada por sua família era tida como incapaz e indigna e, portanto, deveria ser de responsabilidade do Estado e “objeto de leis, medidas filantrópicas, educativas/repressivas e programas assistenciais” (RIZZINI, 2008, p.25). Assim nasce, no fim do século XIX, a dicotomia, por décadas alimentada, entre a “criança em perigo” e a “criança perigosa”. Tal divisão é orientada pela criação de uma categoria específica e pejorativa (“menor”) em torno da qual é configurado todo um aparato jurídico-assistencial, que, em nome da manutenção da paz e do futuro da nação, visava “classificar cada criança e colocá-la em seu devido lugar” (RIZZINI, 2008, p.26). E, à medida que tais categorias vão sendo criadas e legitimadas, também vai sendo construído um lugar para o Estado, uma posição de poder que substitui a participação ativa dos cidadãos no processo político. A categorização dos indivíduos, revelada pela dimensão formalizada das políticas públicas, acaba por determinar uma tipificação do atendimento, ou seja, a bifurcação da intervenção junto às camadas populares. “À criança pobre, cujo seio familiar era visto como ignorante, mas não imoral, reservava-se o cuidado médico e o respaldo higienista. À criança que perdera sua inocência (ou encontrava-se em perigo de...), logo pervertida, portanto criminosa – a Justiça” (RIZZINI, 2008, p.64).

No fim do século XIX, numa onda de preocupação com a identidade nacional do país, é ampliado o interesse pela questão da infância e conseqüentemente a forte presença do Estado no planejamento e implementação das políticas de atendimento à criança, a qual havia se tornado “um magno problema”. Educar a criança (moralizá-la e civilizá-la) significava “cuidar da nação”. Tanto que, nas duas primeiras décadas do século XX, a regularização da infância se torna uma urgência e, nesse sentido, há uma intensa produção de leis que buscam contemplar simultaneamente proteção e intervenção a fim de “corrigir os menores” para que se tornassem indivíduos produtivos para o país. De acordo com Rizzini (2008), as leis de proteção à infância desenvolvidas nas primeiras décadas do século XX no Brasil seguem esta máxima de “educar o povo e sanear a sociedade”. Como forma de prevenir a desordem, o recurso da transferência da autoridade paterna à paternidade do Estado passa a ser uma prática comum, para disciplinar os filhos que escapassem desse programa moralizador. “As leis visavam prevenir a desordem, à medida que ofereciam suporte às famílias nos casos em que não conseguissem conter os filhos insubordinados, os quais poderiam ser entregues à tutela do Estado, e pela Suspensão do Pátrio Poder” (RIZZINI, 2008, p.64).

No início do século XX, em função de uma espécie de judicialização da infância, populariza-se a “categoria jurídica menor”. “O emprego meramente jurídico do termo cede ao surgimento de uma nova categoria social, a dos menores. O menor é identificado como alvo privilegiado de políticas paternalistas, voltadas para o controle e a contenção social, especialmente a partir da instauração da República, quando o Estado se volta para a construção de políticas centralizadoras dirigidas a essa população” (RIZZINI, RIZZINI, 2004, p.68). E será justamente como forma de “consolidar as leis de assistência e proteção” aos menores que o Código de Menores será implementado em 1927. “Em vez de a menoridade ser compreendida como uma condição para o acesso aos direitos e obrigações sociais, esta passa a ser tomada como motivadora de um campo legal relativamente autônomo, no qual tais direitos e obrigações receberiam um contorno específico” (VIANNA, 2002, p.271). O Código de Menores, de 1927, foi a primeira lei especificamente voltada para os menores de idade, como lembram Rizzini e Rizzini (2004). Até esse período, é possível observar as dificuldades em situar as crianças e os adolescentes em relação às diferentes instâncias sociais: ora ocupavam o lugar daquele que precisa ser recolhido, ora o daquele que precisa ser reformado/reabilitado e mesmo o daquele que se torna um perigo iminente para a sociedade. Na

década de 50 é que começa a surgir uma série de debates, sobretudo no âmbito internacional, para defender os “direitos” do menor e regulamentar a sua proteção. O contexto era propício para que tudo a que se estava assistindo no cenário internacional pudesse estimular um debate nacional acerca da “necessidade de uma transformação do Código de Menores elaborado em 1927” (SCHUCH, 2009, p.118). Para além da questão legislativa, as mudanças que estavam sendo anunciadas relacionavam-se também ao papel do Estado, da família e ao aparecimento das primeiras noções da “relevância da participação comunitária” em torno das causas e soluções dos problemas do menor. Na esteira de um “modelo modernista de desenvolvimento da nação”, o sujeito da intervenção, aos poucos, passa a ser conceitualizado como “sujeito de necessidades” (SCHUCH, 2009, p.119). Na linguagem do desenvolvimento que ganha concretude na presença de um Estado forte (governo militar) e de uma política totalizante, o foco não eram os direitos dos cidadãos, mas sim o subdesenvolvimento (SCHUCH, 2009).

Em outubro de 1979, o Código de Menores é reformulado, adotando efetivamente a “doutrina da situação irregular”, caracterizada “pelas condições de vida das camadas pauperizadas da população” (RIZZINI, RIZZINI, 2004, p.41). Logo, o reconhecimento dos menores enquanto sujeitos de direitos, passíveis de proteção e de intervenção, dependia do reconhecimento legal de uma “patologia social”, ou de uma situação de não conformidade social em função, prioritariamente, da condição de pobreza das famílias. Embora as tendências higienistas tivessem perdido terreno, como bem observa Schuch (2009), a concepção de “patologia social”, que passa a orientar o novo Código, deixa pistas de que o discurso médico ainda representava uma forte influência no campo da proteção da infância e adolescência. “As influências psicologizantes, próprias da expansão do modelo familiar freudiano, passaram a ser fundamentais para a gestão da infância. Tendo em vista essa tendência, a internação de crianças começou a ser, cada vez mais, associada à imagem de um descomprometimento paterno quanto ao filho” (SCHUCH, 2009, p.121).

A revogação desta segunda versão do Código de Menores e, conseqüentemente, da “doutrina da situação irregular” só viria em julho de 1990, com a aprovação daquela que foi considerada “uma das leis mais avançadas do mundo”, que se propunha justamente a garantir, com absoluta prioridade, os direitos das crianças e dos adolescentes. Até então, entre os séculos XIX e XX, as políticas voltadas à infância revelavam a presença de um Estado disciplinador, que se ocupava de construir a população, à medida que ditava as condições morais de

pertencimento à sociedade. Ao longo do século XX, como bem pontuam Rizzini e Rizzini (2004) e Schuch (2009), o “poder tutelar do estado” passa a adquirir diferentes feições, que atingirão seu ponto alto, sobretudo, em função da reconfiguração nas políticas de proteção postas pela implementação do ECA e do reconhecimento dos direitos de crianças e adolescentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) fez com que o Brasil ocupasse um lugar de vanguarda no ordenamento jurídico da problemática infanto-juvenil. A partir desse momento é que o país passa a trilhar o caminho aberto em novembro de 1989 pela Assembleia Geral da ONU ao adotar a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças. Assiste-se, portanto, no âmbito jurídico-estatal, a uma mudança fundamental quanto ao reconhecimento do lugar das crianças e adolescentes como sujeitos de seus direitos. Trata-se, portanto, não de identificar aqueles que estão simplesmente submetidos às leis, mas sim de enfatizar que há uma dupla relação entre sujeitos e direitos: os direitos fazem das crianças e adolescentes sujeitos, cidadãos e estes, ao serem vistos como sujeitos, têm seus direitos reconhecidos e garantidos pela lei. Crianças e adolescentes são sujeitos de direito, e tal sentença coloca em evidência o vazio da categoria “menor”, que por um longo tempo orientou a legislação da infância no Brasil e insistiu em ocultar os direitos dos sujeitos.

O ECA foi elaborado a partir de princípios já presentes na Constituição de 1988 (“Constituição Cidadã”) e que estavam em total sintonia com o processo internacional de efetivação dos direitos da criança e do adolescente. No entanto, se a constituição sinalizava o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direito, foi a publicação do ECA que confirmou a adoção da “Doutrina da Proteção Integral”, a qual está baseada no “reconhecimento de que, da condição peculiar de pessoas em desenvolvimento decorrem, para crianças e adolescentes, inúmeros direitos a serem garantidos pelo Estado, pela família e pela sociedade” (CRAIDY, LAZZAROTTO, OLIVEIRA, 2012, p.24). Isso quer dizer que, pela primeira vez, estavam se reconhecendo crianças e adolescentes como cidadãos e, por conta disso, esses sujeitos teriam garantidos seus direitos e também prioridade absoluta no acesso às políticas sociais. Além disso, como bem observa Izabella Silva (2010, p.56), é importante salientar que o Estatuto pode ser considerado “um dos primeiros dispositivos de regulamentação acerca da proteção social pública, sob a ótica dos direitos, antes mesmo da Lei Orgânica da Seguridade Social”, que seria aprovada em 1991.

O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre a “proteção

integral à criança e ao adolescente” e, nos termos dessa lei, é considerada criança “a pessoa até doze anos de idade incompletos” e adolescente aquele “entre doze e dezoito anos de idade”. Já se sabe toda a problemática que envolve a delimitação entre infância e adolescência a partir de critérios etários, uma vez que outros fatores (tais como subjetivos, culturais, sociais) têm papel fundamental na reflexão sobre tais etapas da vida. É igualmente difícil determinar a passagem da adolescência para a juventude ou vida adulta a partir do critério exclusivo de faixa etária. As discussões mais contemporâneas acerca dos percursos de vida têm justamente mostrado a complexa conjugação entre aquilo que se observa nas práticas dos sujeitos e o que pretendem as políticas públicas, quanto à categorização dos sujeitos: “d’un côté, les frontières entre les âges se font plus floues, intangibles, subjectives; de l’autre, les parcours de vie restent fortement structurés, notamment par l’intermédiaire des seuils d’âge induits par les politiques publiques” (VAN DE VELDE, 2008, p.9)⁴¹. Contudo, de certa forma e tendo em vista o que diz essa legislação, tal delimitação demarca aqueles que podem ser protegidos e conseqüentemente ter seus direitos garantidos até os 18 anos, e, excepcionalmente, nos casos expressos em lei, aplica-se o Estatuto às pessoas entre 18 e 21 anos de idade. Nesses termos, o Estatuto, enquanto legislação específica, não se ocupa propriamente dos “egressos” (sobretudo daqueles maiores de 18 anos), mas de prescrições nas quais estão implicados, ainda que indiretamente, os possíveis desfechos da experiência de acolhimento: recomenda que o acolhimento seja transitório, que seja promovida a reintegração familiar e a preparação gradativa para o desligamento e que as entidades que desenvolvem programas de internação tenham como obrigação a manutenção de programas destinados ao apoio e acompanhamento dos egressos.

Nesse ponto, cabe esclarecer que a lei (e, nesse caso, o Estatuto) não seria o princípio geral de toda a regra na ordem prática humana, como fez parecer a “juridicização da cultura ocidental”. Como bem lembra Foucault, a lei “[...] não passa de um dos aspectos dessa longa história no curso da qual se constitui o sujeito ocidental tal como hoje se nos apresenta”. (FOUCAULT, 2010, p.101). Fonseca e Cardarello (2009, p.246) observam que há um grande espaço entre as intenções e os

⁴¹ “De um lado, as fronteiras entre idades se fazem mais indistintas, intangíveis, subjetivas; de outro, os percursos de vida permanecem fortemente estruturados, notadamente por meio das fronteiras de idade induzidas pelas políticas públicas”. (tradução minha).

resultados da legislação e este, em grande medida, é fruto de uma “expectativa irrealista” de que, através do judiciário, se possa solucionar o conjunto dos problemas sociais. Não há em nenhum lugar uma legislação que, em si mesma, possa dar conta da promoção dos direitos humanitários, uma vez que é “preciso a participação ativa dos agentes sociais para adequar o espírito da legislação à diversidade de contextos” (FONSECA, CARDARELLO, 2009, p.246). Isso significa que, no caso dessa pesquisa, a incursão sobre a legislação da infância, sobretudo o Estatuto da Criança e do Adolescente, vem acompanhada do reconhecimento de que esta revela apenas uma parte, ainda que importante, das práticas desses sujeitos. Parte esta que nos ajuda a pensar, na sequência, como escapam a essas leis, os modos, mais amplos, pelos quais esses jovens se constituem como sujeitos para além das ajudas “formais” previstas em estatuto e operacionalizadas em termos de políticas públicas. Ou seja, é interessante pensar até onde podem ir as práticas desses sujeitos, diante das impossibilidades e dos limites postos pelas convenções.

A maior parte dos jovens que participaram dessa pesquisa deixou os serviços de acolhimento com 18 anos ou se encontrava muito próxima da maioridade. Durante todo o período em que estiveram acolhidos, sob medida protetiva, vivenciaram tal percurso sob as diretrizes do ECA. Isso significa que, formalmente, com a maioridade, o ciclo de garantia dos direitos está completo e cumprido. Isso porque, como bem observa Gregori (2000), a maioridade, enquanto demarcação da idade, tem o objetivo de “instituir uma linha que separa a cidadania plena de uma cidadania assistida”. Ao romper esta linha, portanto, não são mais objeto do Estatuto – a menos em casos excepcionais em que este se aplicará às pessoas entre 18 e 21 anos – e, portanto, nessa perspectiva da lei e dos direitos, estariam idealmente prontos, num processo de obtenção da cidadania plena. A partir desse momento, a maneira pela qual eles serão assistidos e mesmo “classificados” pelas políticas assistenciais dependerá muito do que farão a partir do desacolhimento: se vão constituir família, se vão ter filhos, etc. E isso gera incertezas não só por parte dos jovens, como também dos profissionais envolvidos com o processo de institucionalização, que se veem diante da difícil tarefa de conjugar a dimensão educativa que deveria sustentar as dinâmicas de acolhimento e a “urgência” na qual se inscrevem as lógicas de concepção e implementação de políticas de proteção à infância e à adolescência. Assim, em diálogo com Marc Bessin (2006), é possível pensar que, por mais que tais profissionais tentem privilegiar uma temporalidade policrônica das experiências, a

“urgência” acaba por racionalizar a diversidade de temporalidades e agenciamentos que marcam as experiências desses jovens, sobretudo no fim da medida protetiva.

“Plena” ou “assistida”, a cidadania desses jovens se desfaz do lugar específico que o Estatuto havia produzido e assume um outro, mais geral e ambíguo, no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), cuja gestão e operacionalização depende do ainda jovem Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Nesse ponto, penso ser importante recuperar ainda que brevemente a discussão em torno das mudanças mais recentes no campo da política de assistência social no Brasil, para situar e mesmo esclarecer a reflexão que farei acerca do não lugar dos egressos. Dessa forma, não me deterei numa discussão mais ampla a respeito da configuração da PNAS e do SUAS, cuja abrangência extrapolaria os objetivos do presente trabalho, mas sim pretendo focar na maneira pela qual a proteção está organizada nesse contexto, sobretudo pensando nos jovens desta pesquisa.

O percurso do reconhecimento da assistência social como política pública no Brasil é longo e marcado por disputas e pelo assistencialismo. Será somente na constituição de 1988 que a assistência social aparecerá pela primeira vez sob o status de política pública, à medida que passa a compor, juntamente com a saúde e a previdência social, o triângulo da seguridade social. Tal reconhecimento, que será reforçado e regulamentado, em 1993, pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), permite a entrada da assistência social em um novo campo – “o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal” (BRASIL, 2004, p.31). Em função dessas reconfigurações no campo da assistência social é percorrido um longo caminho, marcado por debates nacionais balizados pelas críticas à política editada em 1998, o qual culminará na aprovação, em outubro de 2004, da atual Política Nacional de Assistência Social (PNAS). A PNAS nasce com o objetivo de fazer o redesenho da própria política de assistência social na perspectiva da implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como forma de materializar as diretrizes da LOAS. Nesses termos, a organização da Assistência Social passa a ser configurada a partir de quatro diretrizes básicas: **descentralização político-administrativa** (cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal), **participação popular**, **primazia da responsabilidade do Estado** na condução da Assistência Social em cada esfera do governo e **centralidade da família** para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos. Vulnerabilidade e risco são concepções recorrentes na estruturação da PNAS e fundamentais na

caracterização daqueles que a própria política produz como seus “usuários”:

[...] famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida, identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; [...] exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas [...], diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p.33).

Essa categorização dos usuários da política de assistência social oferece pistas para pensar o quanto tal política pode ser “autoritária” por pressupor uma condição de humanidade, de cuidados e proteção que é organizada a partir da “falta”. Ou seja, o reconhecimento de uma situação de risco e vulnerabilidade é tomado como condição para que estes sujeitos possam ser atendidos pelas políticas públicas, para que se tornem “alvo” destas e, portanto, sejam “guiados” no processo de reflexão acerca da sua própria condição. E, tendo em vista esses usuários, a assistência social em termos de proteção deverá se configurar ou mesmo se subdividir em graus de complexidade: “proteção social básica” e “proteção social especial”. Essa subdivisão demarca também, ao que me parece, o lugar dos sujeitos e a condição dos seus vínculos, de maneira que a passagem da “rede básica” à “rede especial” implica uma mudança de estado ou status: do sujeito vulnerável ao sujeito em risco, ou cujos direitos foram violados. A proteção social básica é destinada à população que vive em situação de vulnerabilidade social (decorrente da pobreza, privação e fragilização de vínculos afetivos) e tem como principal objetivo a prevenção de situações de risco, por meio do “desenvolvimento de potencialidades” e do “fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários”. Para dar conta desse objetivo, os serviços da proteção social básica devem ser executados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), tendo em vista a “orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário”. É importante enfatizar, nessa subdivisão da proteção, que a situação de pobreza não configura uma violação de direitos, uma vez que, assim como a miséria, a desigualdade e a indignidade, são “situações” e não “processos”, como no caso da “exclusão social”. Esta sim, “pode levar ao acirramento da desigualdade

e da pobreza e, enquanto tal, apresenta-se heterogênea no tempo e no espaço”. A violação de direitos, nesses termos, é o que determina a passagem de um grau de complexidade a outro: “A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua [...]” (BRASIL, 2004, p.37). Tanto que é no âmbito da proteção social especial que se observará a interface com o “sistema de garantia de direito”, de maneira a produzir uma “gestão compartilhada” com o Poder Judiciário, o Ministério Público e o Executivo.

Além disso, no âmbito da proteção especial, há uma outra gradação (“especial de média complexidade” ou “especial de alta complexidade”) que se dá, em grande medida, em função da manutenção ou do rompimento dos vínculos familiares e comunitários. Na média complexidade, encontra-se o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), onde são atendidos indivíduos e famílias cujos direitos foram violados, mas ainda há manutenção dos vínculos familiares e comunitários. Seguindo tal estrutura é que os serviços de acolhimento (casa-lar, casa de passagem, família substituta, família acolhedora e república) estão situados na proteção especial de alta complexidade, uma vez que objetivam atender famílias e indivíduos que se encontram “em situação de ameaça”, “sem referência” e, portanto, com seus direitos violados.

A questão da proteção, ou, mais exatamente, em qual complexidade (baixa ou especial) os jovens estarão inseridos, quando deixam os serviços de acolhimento, é objeto de discussão e de discordâncias por parte dos profissionais que trabalham na área. A psicóloga e então coordenadora do PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos) observa que há duas concepções em torno do lugar dos egressos na Política de Assistência Social tal como está sendo implementada em Florianópolis hoje: de um lado, há aqueles que entendem que os jovens quando saem dos serviços de acolhimento devem ser acompanhados na média complexidade, mais exatamente, sendo atendidos juntamente com seus familiares no PAEFI. De outro, há o ponto de vista dos profissionais do PAEFI, que entendem que se a criança e o adolescente retornaram para a família é porque o poder judiciário, o serviço social do judiciário, entendeu que “aquela família estava em condições de receber aquela criança de volta, então, não existe mais violação de direito. E nós

trabalhamos com violação de direito”. E nesse ponto a violação de direito é um marcador fundamental, que está para além da situação de vulnerabilidade, como justifica a psicóloga:

Então, se existe apenas uma situação de vulnerabilidade, porque a família vai ter que se readaptar, a criança vai ter que se readaptar à família, vão ter que acontecer algumas mudanças para receber essa criança de volta, isso não é média complexidade, é proteção social básica, porque é uma situação de vulnerabilidade.

E sendo situação de vulnerabilidade, esse jovem deveria voltar a acessar a proteção social básica, em especial através dos CRAS. Mas nem todas as pessoas que trabalham na assistência social têm a mesma compreensão da estrutura de funcionamento da política de assistência social: “tem gente que entende que, se saiu da alta complexidade, tem que vir para a média. Nós do PAEFI entendemos que não, porque se a gente atender, primeiro que a gente não vai “ter pernas” para isso e segundo, para nós, é uma situação muito lógica, se o judiciário tá entendendo que ele vai estar numa situação de segurança em casa, não existe mais violação de direito”, pontua a psicóloga. A questão da proteção em seus diferentes níveis de complexidade, no caso dos egressos, não está simplesmente vinculada à maioridade, mas sim especialmente à violação de direitos, como explica a psicóloga, ao alertar também para a especificidade de cada caso:

Por exemplo, se é um adolescente de 16 anos que saiu do abrigo porque se entendeu que ele tem condições de voltar para casa, então para mim é básica [tipo de proteção]. Se é um de 18, saiu do abrigo porque atingiu a maioridade, mas a situação familiar dele tinha alcoolismo, tinha drogas, ele não tem amparo, ele não tem acolhida, eu acho que é média. Era muito bom se fosse ciências exatas, mas não é, então eu acho que depende muito do caso.

Se cada caso é um caso, o caso da Sophia, adolescente menor de idade que retornou para a família depois de uma experiência breve de acolhimento em função de uma suposta situação de abuso vivenciada no âmbito familiar, é um exemplo da compreensão que as famílias têm dessa fronteira tênue entre vulnerabilidade e violação de direitos. Ou, mais exatamente, a compreensão que extrapola possíveis fronteiras e

limites postos pela estruturação da proteção no âmbito da assistência social. Na minha última visita à casa da adolescente, localizada no bairro Chico Mendes-SC, deparei-me com muitas mudanças na vida da família. O casal e seus dois filhos (a Sophia e seu irmão menor) haviam sido “atropelados”, ou seja, expulsos da sua própria casa pelos traficantes durante a madrugada. A compra da casa pelo casal foi feita “de boca”, sem nenhum registro, e não havia possibilidade de chamar a polícia, pois, segundo a mãe da adolescente, as pessoas envolvidas no negócio eram todas ligadas ao tráfico. A mãe estava inconformada: “depois de ter a minha casa com tudo, agora ter que morar de aluguel, não está sendo fácil, até fome a gente passou esses dias”. Diante dessa situação e sem saber a quem recorrer para pedir ajuda, a mãe da adolescente lembrou de procurar pelo “Sentinela” (Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e suas Famílias)⁴²:

Eu lembrei que, quando a Sophia retornou para casa, elas me disseram que, se eu precisasse de ajuda, que eu entrasse em contato. Eu liguei, a mulher me disse que não podia me ajudar, porque eles não estavam mais acompanhando o caso da Sophia. Então, eu disse: tudo bem, mas é que vocês tinham me dito para procurar se eu precisasse. Na época, eles tinham me dado o material escolar para a Sophia.

Já no ponto de vista do então presidente da Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre (FASC), tendo em vista o trabalho que esta secretaria vinha desenvolvendo, a circulação dos jovens que deixam os serviços de acolhimento no Sistema Único de Assistência Social se daria no sentido inverso àquele previsto pela psicóloga do PAEFI de Florianópolis: “Ele vem da alta para a média,

⁴² O programa Sentinela foi absorvido pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), cujo objetivo é o desenvolvimento de ações que busquem promover, preservar e fortalecer os vínculos familiares e comunitários a fim de restabelecer a “função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que causam fragilidades ou as submetem a situações de risco pessoal e social. O PAEFI está situado no âmbito da proteção especial de média complexidade. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecoespecial/mediacomplexidade/atendimento-especializado-a-familias-e-individuos-paefi>> . Acesso em jun. 2013.

depois da média para a básica”, na perspectiva de um trabalho integrado e articulado entre as três áreas, que objetiva o retorno familiar:

Todas as crianças e adolescentes que vão voltar para o retorno familiar, elas vão ficar referenciadas no CREAS e no Conselho Tutelar da região. E o Conselho Tutelar e o CREAS vão fazer um plano individual de atendimento não dessa criança, mas dessa família, das medidas que vão ser aplicadas, do acompanhamento das medidas pelo conselho. [...] Então, se tiver isso, se monta um plano individual de atendimento; se não tiver isso, nem adianta retomar, porque tu vais montar um plano para a família e a família não vai ter como se organizar, porque ela não vai ter onde deixar seus filhos.

Ao apresentar esses diferentes pontos de vista acerca do atendimento dos egressos no âmbito das políticas assistenciais, não pretendo buscar um lugar fixo para esses jovens, o qual só alimentaria mais a própria condição de egresso. Contudo, pretendo mostrar que a ausência de um lugar, ao contrário de revelar uma ruptura em relação à experiência de acolhimento, reitera uma forma de governabilidade ainda não investida de uma política específica.

É importante observar que o desacolhimento institucional vem acompanhado também de um debate amplo no campo da proteção à infância e à adolescência que se refere ao direito da convivência familiar e comunitária. Tal debate foi legitimado e ampliado em função da aprovação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), o qual, visando romper com uma “cultura da institucionalização”, que marca a história das políticas de proteção nesse campo, procura “fortalecer o paradigma da proteção integral” e os “vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 2006). Em sintonia e reforçando o que já estava previsto na Constituição Federal (art.226), no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Orgânica de Assistência Social, o PNCFC considera a família como importante mecanismo (central) para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Tomando a convivência familiar como premissa, há uma série de questões a serem observadas para evitar que este direito não seja violado. A primeira delas certamente é a medida de abrigamento que, como bem observa Luseni Cordeiro de Aquino (2004, p.331), “implica a violação do direito à convivência familiar” e, portanto, sua aplicação,

quando necessária, se configura sempre como uma “decisão extrema”. Uma vez abrigado, faz-se necessário atentar para a provisoriamente dessa experiência, a inclusão da família em programas oficiais de orientação, apoio e de promoção social, etc. Isso significa que a família (biológica, substituta ou adotiva) é construída, nos termos das políticas, como o lugar para onde idealmente retornam as crianças e os adolescentes que são desacolhidos dos serviços de acolhimento. Dentre aqueles que retornam para a família, é possível observar que, por vezes, o desacolhimento vem acompanhado da integração das crianças e dos adolescentes em outros projetos educativos, como é o caso do Centro de Educação e Evangelização Popular (CEDEP). O centro, que existe há 25 anos e há seis está localizado no bairro Monte Cristo – Florianópolis, atende crianças dos seis aos 14 anos no contraturno da escola. No espaço do CEDEP, as crianças realizam atividades educativas diversificadas, tais como oficina de artes literárias, artes cênicas, dança, música, artes plásticas, informática, capoeira, etc. Esse foi o caso de duas irmãs menores de idade cujo retorno para a família foi, em alguma medida, negociado, em função da participação das duas adolescentes no projeto educativo no contraturno da escola.

No entanto, entre os jovens que participaram dessa pesquisa, poucos são aqueles que foram desacolhidos quando eram menores e cuja tutela retornou para os pais ou familiares. A maioria é conformada por jovens que deixaram estes serviços, como já foi dito em outro momento, em função da maioridade ou da proximidade desta (em função da maternidade, do início da vida com um companheiro(a), etc). E isso se deve a diferentes fatores; entre eles, é possível citar a ausência de trabalho com as famílias paralelamente ao acolhimento da criança e/ou adolescente, ausência ou pouco contato com os familiares, longa tramitação dos processos de destituição ou extinção⁴³ do poder familiar (o que acaba dificultando e mesmo inviabilizando os processos de adoção), rompimento dos vínculos familiares sem que haja destituição do poder familiar, impossibilidade de acolhimento pela parentela extensa, baixa ou nenhuma possibilidade de adoção (em função da idade), etc. No âmbito do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e

⁴³ Segundo Eunice Terezinha Fávero (2007, p.26), as sentenças judiciais podem determinar a destituição ou a extinção do poder familiar. A medida de extinção do poder familiar é utilizada quando a mãe e/ou o pai manifestam desejo ou concordam com a entrega da criança em adoção. Já no caso da destituição, não há anuência dos pais.

Comunitária (PNCFC), quando a desinstitucionalização não vem seguida de possibilidades de “reintegração à família de origem, ou colocação em família substituta”, os “egressos” são tomados como objeto de programas e serviços que buscam a promoção da autonomia e de uma vida independente. Nesse ponto, é importante esclarecer que, quando a categoria “egresso” é utilizada, em raros momentos, nos documentos escritos, ela vem associada à maioridade e, portanto aos jovens (não mais aos adolescentes, como no ECA) que permaneceram mais do que o tempo previsto pelo estatuto nos serviços de acolhimento.

A desinstitucionalização, ao mesmo tempo que constitui uma espécie de não lugar dos egressos nas políticas assistenciais – visto que no Brasil não há nenhuma política social específica voltada para esses sujeitos –, também aponta para a emergência de iniciativas mais “alternativas” que procuram dar continuidade ao trabalho desenvolvido nos serviços de acolhimento. Dentre estas, figuram as chamadas repúblicas, as quais, conforme o glossário do PNCFC, correspondem a uma “modalidade de acolhimento institucional que visa à transição da vida institucional para a vida autônoma, quando atingida a maioridade, sem contar necessariamente com características de ambiente familiar” (BRASIL, 2006, p.129). Nos termos da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada e publicada em 2009, ainda que o atendimento nas repúblicas também deva objetivar o desenvolvimento da autonomia, a definição desse serviço volta a passar pelas situações de vulnerabilidade, risco social e pessoal, abandono e fragilidade (extremada) ou rompimento dos vínculos familiares.

Embora pretenda atender os jovens (entre 18 e 21 anos), a república é destinada prioritariamente àqueles que foram desligados dos serviços de acolhimento. O que se pode observar é que a tipificação dos serviços termina por implicar igualmente uma espécie de “tipificação” dos sujeitos, no caso das repúblicas, em função da “falta” ou da “ausência de condições” que comprometeram o desenvolvimento da autonomia dos jovens. No âmbito desses serviços, a conquista da autonomia, nos termos das políticas, passa pela construção de um “projeto de vida”. Em função desse projeto, elaborado em conjunto com o profissional de referência, é definido o tempo de permanência do jovem no serviço e, sobretudo, sua prorrogação.

Na impossibilidade de implementar a experiência da república, experiências ainda mais alternativas são criadas, ou, melhor dizendo, alimentadas às avessas pelo próprio sistema de proteção. Esse é o caso

da Casa de Semi-Liberdade Frutos do Aroeira⁴⁴ – Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA) de Florianópolis-SC, que foi concebida para acolher adolescentes e jovens, de ambos os sexos, em cumprimento de medida socioeducativa⁴⁵. Contudo, em função do aumento da demanda nos serviços de acolhimento e da falta de alternativas para os jovens que nesses espaços permanecem até a maioridade, o Frutos acaba acolhendo também jovens que haviam sido acolhidos anteriormente por medida de proteção. Ou seja, hoje o Frutos acolhe jovens que estão cumprindo medida socioeducativa e também jovens sob medida de proteção. Em meio a essa indefinição das fronteiras entre proteção e correção é que pude encontrar o Bernardo, um jovem próximo de completar a maioridade e que havia deixado a Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito. Mas no Frutos, ele não é uma exceção, há outros casos de jovens sob medida de proteção que convivem no espaço de cumprimento de medida socioeducativa, tais como o Pedro, que já completou 18 anos e permanece no projeto. O caso deste jovem chama atenção, sobretudo pelo seu empenho juntamente com os profissionais do Centro na concepção e implementação do projeto da República. Justamente pensando na busca por alternativas para jovens, sob medida protetiva, que completam maioridade e não têm para onde ir, o projeto da República se torna uma urgência. Mas tal projeto esbarra na carência de recursos, na falta de interesse por parte da iniciativa privada e até mesmo do governo em financiar projetos dessa ordem.

A existência de repúblicas, no Brasil, não é exatamente uma novidade. Antes mesmo de iniciar o trabalho de campo, eu já tinha conhecimento desta modalidade de acolhimento, especialmente pelo fato de funcionarem como uma possibilidade de “reinserção social” para os egressos. No entanto, foi somente na realização da pesquisa exploratória do doutorado em Porto Alegre-RS, em 2010, que comecei a pensar na república como um dispositivo-chave num processo que denominei “desinstitucionalização institucionalizada”. Em visita ao Lar de São

⁴⁴ No novo site do Centro Cultural Escrava Anastácia, o nome e os objetivos do Frutos aparecem reconfigurados. No lugar de Casa de Semi-Liberdade, o Frutos aparece como Casa de Convivência, vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, que acolhe adolescentes e jovens (de 15 a 21 anos). O objetivo principal do Frutos é reaproximar adolescentes e jovens de suas famílias e comunidades. Disponível em: <http://www2.ccea.org.br/frutosdoaroeira/o-projeto/>. Acesso em 03 de abril de 2014.

⁴⁵ Aplicada, conforme disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, quando é verificada a prática de ato infracional.

José, uma das instituições em que desenvolvi minha pesquisa de mestrado, pude reencontrar uma das jovens que, embora tivesse sido desacolhida da casa-lar, ainda, na época, permanecia trabalhando nesta, como auxiliar de serviços gerais. Tal visita tinha por objetivo a retomada de contatos e uma possível inserção nas redes que estes sujeitos vão traçando. Além de conversar com a jovem, tive a oportunidade de falar brevemente com a diretora da casa, uma freira que, desde o meu mestrado, já era responsável pela coordenação da casa-lar. Nesse encontro, pude explicar à diretora, em linhas gerais, a pesquisa que venho desenvolvendo na Antropologia, um pouco na tentativa de novamente ser “situável” para ela e também de perceber as suas reações em relação ao tema sobre o qual vinha me debruçando. A reação foi imediata: havia um discurso pronto sobre as dificuldades do desligamento institucional. Este é, segundo ela, muito complicado porque a sociedade não está preparada para “reinsereir” os jovens e lhes dar oportunidades. Inclusive, tais dificuldades são ampliadas diante do aumento do número de casos de adolescentes com problemas, segundo ela, psiquiátricos. A casa de acolhimento, antigamente reservada a um pequeno número de jovens (no máximo 10), sobretudo gestantes, agora procura atender um número maior de jovens (em média 18) e crianças, o que denota claramente uma readequação do perfil institucional. O mais interessante, em termos da discussão que proponho neste momento, é que, na avaliação da diretora, a desinstitucionalização deveria ser gradual e, digamos, “institucionalizada”. Ou seja, uma vez deixando a casa-lar, a adolescente poderia ir para uma república e depois para outra instituição e, assim, sucessivamente até que estivesse “reinserida socialmente”. Talvez conforme as fases e a idade, esta encontraria um lugar “mais adequado”. É interessante observar, a partir da resposta da diretora, que, no lugar de demonstrar um interesse sobre os modos de vida desses sujeitos após o desacolhimento, mesmo que no sentido de avaliar o trabalho desenvolvido pela casa-lar, sua reflexão é orientada pela premissa de que esses sujeitos ainda precisam ser guiados na construção da sua autonomia e que, portanto, seria necessário haver mais políticas e um prolongamento da institucionalização para que isso fosse possível.

Então, ao fazer a crítica a essa concepção do que eu tenho denominado de “desinstitucionalização institucionalizada”, não pretendo diminuir os esforços dos serviços de acolhimento ao pensarem estratégias que possam fornecer diferentes tipos de apoio e ajuda quando esses jovens precisam deixar os serviços de acolhimento. Pelo contrário, a experiência da república, como pretendo desenvolver na sequência,

tem se configurado como alternativa, sobretudo no caso dos jovens que no limite não podem contar com a ajuda de familiares e mesmo de uma rede mais ampla de relações (parentela extensa, amigos, vizinhos, etc). Mas gostaria de chamar atenção, nesse momento, para o fato de que, se, por um lado, não há um lugar para os egressos nas políticas assistenciais e há uma escassez de informação sobre os seus modos de vida pós-institucionalização, por outro, é nas repúblicas e, portanto, no prolongamento da experiência institucional, que estes sujeitos reaparecem no cenário de tais políticas. E, nesse ponto, cabe perguntar: como se constituem tais experiências? Estas poderiam ser pensadas como um prolongamento da tutela sobre esses sujeitos? As repúblicas estariam focadas numa continuidade do trabalho desenvolvido nos serviços de acolhimento? Permanecem estas sendo guiadas por uma lógica de controle, ou estão investindo em outras formas de cuidado? E, por fim, quais informações tais experiências podem nos fornecer sobre esses jovens e, em especial, sobre as maneiras pelas quais eles podem assumir o curso da sua própria vida?

Como havia mencionado na introdução da presente tese, a busca pelos egressos, em Santa Catarina, acabou me levando novamente para os serviços de acolhimento. E para chegar até estes, retomei o contato com a assistente social da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina, a fim de ter um mapa das instituições e, através destas, obter algumas pistas para localizar os jovens que haviam sido desacolhidos. Além das experiências de acolhimento que, segundo a avaliação da profissional, mereciam destaque no âmbito da secretaria pelo trabalho desenvolvido (pensando sobretudo na preocupação com o desacolhimento), ela também destacou a experiência da Terra Nova (Sociedade Beneficente do Vale do Pirapocu), uma associação que havia assumido o desafio de implementar uma república em Mondaí, um pequeno município (com 10.231 habitantes) localizado no extremo oeste de Santa Catarina, distante 100 km de Chapecó e 693 km de Florianópolis. A iniciativa da Terra Nova logo despertou minha curiosidade, porque, além de seu trabalho como casa-lar ser destaque dentre os serviços de acolhimento de Santa Catarina, ela havia conseguido consolidar no estado, mesmo com poucos recursos, uma experiência que os profissionais do Frutos estavam batalhando para implementar: uma república para acolher os “egressos” maiores de 18 anos. Além disso, o meu interesse pela iniciativa da Associação era motivado, em grande medida, pelo que eu havia acompanhado na França durante a realização do estágio-sanduíche. Neste país, como pretendo mostrar na sequência, ao contrário

do que acontece no Brasil, a problemática dos egressos não só é objeto de discussão, como há uma proteção específica (*Le Contrat Jeune Majeur*) voltada aos jovens com idades entre 18 e 21 anos, que “apresentam dificuldades de inserção social por falta de recursos ou de um apoio familiar suficiente” (GUIMARD, PETIT-GATS, 2011, p.31). Esta proteção, que pode se estender até os 21 anos, foi criada para suprir os efeitos da diminuição da maioridade de 21 para 18 anos em 1974. O *Contrat* é uma medida facultativa, mas que, para ser demandada pelos jovens aos Departamentos (Départements⁴⁶), requer o cumprimento de uma série de condições – dentre estas, a necessidade de apresentar um “projeto”.

A inexistência de um dispositivo como o *Contrat Jeune Majeur* no Brasil pode nos auxiliar na compreensão da forma como são pensadas e gestadas as políticas públicas de proteção à juventude no país e mesmo a concepção de Estado que permeia as práticas nesse campo no Brasil. Mas também aponta para uma relação diferente entre poder público (instituições, profissionais de assistência social, etc.) e os sujeitos a serem protegidos. Enquanto na França a existência do *Contrat* leva os pesquisadores e mesmo os profissionais dos serviços de acolhimento a se questionarem sobre o cumprimento dos objetivos inicialmente norteadores de tal dispositivo (proteção dos jovens em situação de vulnerabilidade, em especial aqueles que tiveram suas trajetórias marcadas pelo acolhimento institucional), no Brasil, a discussão mais ampla sobre a desinstitucionalização é praticamente inexistente e talvez por isso algumas iniciativas, como é o caso do projeto de república do Frutos da Aroeira, encontrem muitas dificuldades para saírem do papel. E, nesse sentido, a república implementada pela Terra Nova-SC me parecia interessante, porque, embora estivesse situada em um contexto de políticas de proteção muito diferente daquele observado na França, ela também tinha sua concepção de funcionamento baseada em um contrato, ou “termo de compromisso”, como denominou a diretora da Associação.

1.3 UM LUGAR PARA OS “EGRESSOS”: A REPÚBLICA EM MONDAÍ E O *CONTRAT JEUNE MAJEUR* NA FRANÇA

A Terra Nova-SC iniciou suas atividades em 1965, quando um

⁴⁶ O Departamento, na França, é uma unidade administrativa local com competência em matéria de ação social, gestão de estradas, portos, aeroportos, ensino e manejo territorial, entre outros.

grupo ligado ao movimento missionário *Die Rufer* da Alemanha recebeu um convite da Convenção Batista Pioneira do Sul do Brasil para fazer missões. Desde que foi fundada como entidade, através do empenho dos missionários, da própria comunidade de Mondaí e de recursos advindos da Alemanha, a associação passou por muitas transformações na estrutura e também nos projetos a serem desenvolvidos. Criada inicialmente para dar oportunidade a meninas e adolescentes que desejavam cursar o ensino fundamental (Internato Feminino) e também para oferecer qualificação aos filhos de pequenos agricultores (Centro de Aprendizagem), em 2000, a Terra Nova passou a atender as primeiras crianças e adolescentes encaminhados pela Justiça da Infância e Juventude. Em 2005, como forma de se adequar aos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de prestar atendimento em pequenos grupos, a Terra Nova teve toda sua estrutura física reestruturada. Essa reforma possibilitou que a Associação, no ano seguinte, pudesse oferecer o atendimento do abrigo em forma de casas-lares (uma unidade masculina e outra feminina). Não se tratava exatamente de implementar casas-lares, mas sim de fazer algo diferente, oferecendo a crianças e adolescentes um outro tipo de experiência de acolhimento. Para tanto, os profissionais que trabalham na Associação, em especial a diretora administrativa e pedagoga, que está na instituição desde 1979, foram buscar inspiração em outras entidades que estivessem desenvolvendo um trabalho semelhante. Depois de algumas visitas e pesquisas, os profissionais conseguiram planejar e implementar um serviço de acolhimento que funciona a partir de “unidades familiares”. Trata-se de quatro casas-lares, com capacidade de oito a dez crianças/adolescentes por unidade, construídas em formato de um “L”, de maneira que duas casas sempre se encontram, pelos fundos, e as mães sociais podem se comunicar. Dessa forma, no interior de cada casa, há um espaço para as crianças/adolescentes, com quartos de dormir, banheiro e uma sala-cozinha-copa em conjunto e também uma porta, a qual separa este espaço daquele reservado à família biológica da mãe social. Durante o período em que a mãe social está trabalhando, a porta permanece aberta; quando ela está de folga, a porta permanece fechada. No espaço ocupado pela família da mãe-social, também há uma sala-cozinha-copa, dois quartos, um banheiro e uma saída separada, pela qual ela pode sair durante sua folga e também se comunicar com a outra mãe social⁴⁷.

⁴⁷ Este breve histórico da Associação foi construído com base nas entrevistas realizadas com a diretora administrativa da instituição e também no texto

A Terra Nova fica localizada no quilômetro 02 da Rodovia SC-283, numa área ampla e cercada por muito verde. A escolha por este local teve uma dupla motivação: que as crianças tivessem espaço para realizar suas atividades, mas que também ficassem próximas da cidade, com a vantagem de “ter acesso à inserção na comunidade”. “Então, a gente resolveu construir aqui não tão perto da rua, as pessoas que passam normalmente não veem o que acontece, mas perto suficiente para a gente poder se movimentar na cidade, mas dando uma proteção para as nossas crianças, poderem ser e viver do jeito que elas são e com a sua história, sendo ajudadas”, explica a diretora da Associação. De fato, quem transita pela estrada nem sempre percebe que ali está localizada uma instituição dedicada à proteção de crianças e adolescentes. Ela não lembra em nada a ideia que, em geral, se faz dos serviços de acolhimento institucional localizados nos centros urbanos. Somente ao cruzar o portão de entrada é que, aos poucos, se pode perceber o movimento das crianças entre as casas e também avistar a roda de chimarrão que vai sendo formada ao longo do dia pelas mães sociais, enquanto velam as brincadeiras dos pequenos. Em 2012, quando realizei minha pesquisa de campo, as quatro casas-lares acolhiam 36 crianças e adolescentes, atendendo duas comarcas (Mondaí e Itapiranga), cada uma comportando três municípios. Além dos serviços, mais comumente disponíveis nas casas-lares (atendimento psicológico e assistencial), a Terra Nova dispõe de oficinas de música e de informática e de um acompanhamento pedagógico permanente para as crianças e os adolescentes acolhidos, cujas atividades são realizadas em uma biblioteca localizada na própria Associação.

A transformação em abrigo, aos poucos, trouxe para os profissionais que trabalham na instituição uma série de questionamentos relacionados à chegada da maioria dos adolescentes acolhidos, os quais lhes fizeram repensar sua forma de trabalho. Antes, pelo sistema antigo, eles haviam se acostumado com uma outra lógica de funcionamento, baseada na ideia de que as crianças retornavam para a casa dos seus pais, tão logo terminassem a oitava série. Era um acolhimento temporário e que tinha um desfecho certo: o retorno das crianças para a casa dos pais. A partir do momento em que se tornou um abrigo, tudo isso foi colocado em xeque, como lembra a diretora: “Agora, nós tínhamos um abrigo, para onde a justiça encaminha crianças e adolescentes para sempre, não tem férias escolares, tem a saída só se o

processo andar. Então, nós tínhamos que redefinir toda a nossa forma de trabalho”. A estas mudanças, somou-se uma outra, que era crucial: a redução da maioridade no Brasil para 18 anos. Os profissionais não sabiam o que fazer com todos os adolescentes que haviam crescido na Associação e que começavam a atingir 18 anos. “O que fazer com eles?”, essa era a pergunta que todos começaram a se fazer diante do cenário que começava a ser desenhado, mesmo tendo em vista todo o investimento da Associação no retorno familiar. Com a chegada da maioridade, os casos de destituição do poder familiar e a redução das possibilidades das adoções tardias se tornavam ainda mais evidentes e demandavam urgência em termos de encaminhamento, como explica a diretora da Terra Nova:

Muitos deles [adolescentes] a gente conseguiu manter pelo sistema, porque a gente trabalhava antes o vínculo parental-familiar, e a gente conseguiu encaminhar para um tio, para a vó ou para um irmão mais velho. Às vezes, nesse decorrer do tempo, os pais estavam separados e um estava com a sua vida familiar novamente equilibrada, então, a gente inseria ali. Mas, de repente, começaram a surgir casos, onde o pátrio poder foi retirado e onde o contato familiar foi cortado. A idade era tão alta, que não havia abertura para ninguém adotar.

Diante desse cenário, e da forma como este interrogava os profissionais, teve início a busca por uma alternativa para a situação dos jovens que completavam 18 anos e ainda permaneciam na Associação. Assim como aconteceu com o projeto do abrigo em 2005, a criação da república lhes colocava um desafio ainda maior, como relata a diretora: “Quando a gente mudou para esse sistema aqui, eu sempre dizia assim: olha, eu sei o que nós fazemos; o que nós vamos fazer agora, eu não sei. Então, todo mundo é cobaia.” No entanto, mesmo sem conseguir fazer projeções do trabalho que teriam pela frente e dos resultados desse investimento, a diretora lembra que havia um objetivo claro e que para eles era incontornável: “ajudar os jovens que a Associação havia cuidado por oito ou dez anos”. A Associação, diante de todos os obstáculos postos pelo desacolhimento na maioridade, não poderia “colocar na rua”, os jovens que não tinham, segundo a diretora, chances de deixar a casa. Ainda que, na sua perspectiva, a família seja o mais importante (o investimento nos vínculos familiares), a Associação teria, de alguma maneira, que assumir esses jovens, mesmo que esta

responsabilidade já não fosse sua. Não fazer isso seria “desumano”, como argumenta a diretora:

Então, em cima disso, a gente decidiu: não vamos jogar eles para a rua. Isso, para mim, era coisa desumana, porque eu ainda acredito que a família é mais importante e que a gente tem que medir todos os esforços possíveis e impossíveis para manter esses vínculos. Porque, o que acontece com esses jovens que não têm vínculo nenhum? Se eu olho, hoje, o jovem, se perde o seu trabalho, se sua primeira experiência de trabalho não deu certo, você tem onde voltar, onde ficar, alguém que te motiva, alguém que te consola, alguém que vê junto para tentar consertar o que você fez. E esses jovens, a gente lava a mão porque não tem mais responsabilidade?

A inspiração para criar o projeto da república veio da experiência da Alemanha, a qual a diretora da Terra Nova tinha tido oportunidade de acompanhar em uma das visitas ao país. Ao pesquisar sobre o tema, a profissional descobriu que havia algo semelhante no Brasil: a república: “então assim, para não fazer uma coisa ilegal, nós tentamos ver o que existia no Brasil. Em uma pesquisa na Internet, nós buscamos alguns planos de trabalho de república do Estado de São Paulo, que tinha experiência, Minas Gerais também. Então, nós resolvemos adequá-la à nossa realidade”. Sem muitos recursos para alugar uma casa na cidade, onde esses jovens pudessem ser acolhidos, os profissionais resolveram aproveitar uma casa de madeira que já estava disponível na área da Associação para que os jovens, conforme a demanda, pudessem ocupá-la. Embora estivesse localizada no mesmo terreno das casas-lares, a República foi pensada para promover a autonomia dos jovens. Dessa forma, quando deixa a casa-lar para morar na república, o jovem passa a morar sozinho e, aos poucos, assume a responsabilidade das suas próprias despesas. Em 2012, quando estive em Mondáí, quatro jovens, acolhidos anteriormente no próprio abrigo da Associação, já haviam passado pela república. A diretora da Associação, naquele momento, já podia fazer uma avaliação dessas primeiras experiências, identificando pontos nos quais eles precisavam melhorar, como, por exemplo, a inserção no mercado de trabalho e um maior investimento na visão de “perspectiva de futuro”.

Nesse ponto, antes de me dedicar mais detidamente sobre a república em Mondáí, gostaria de refletir sobre a emergência da noção

de contrato no campo de Proteção à Infância na França, em função da criação do *Contrat Jeune Majeur*, especialmente sobre como esta fornece elementos para pensar alguns aspectos da experiência de Mondáí. A aproximação das duas experiências me parece interessante uma vez que, por um lado, ambas parecem distantes (no contexto das políticas de proteção à infância e da própria assistência social) e, por outro, compartilham de algumas preocupações semelhantes. Na França, o futuro dos *jeunes majeurs* se tornou objeto da legislação de proteção à infância e à juventude francesa; no Brasil, é em função da ausência de uma legislação específica que surgem experiências alternativas como a Associação Terra Nova, preocupada em criar uma casa alternativa para acolher os jovens maiores de 18 anos. No entanto, assim como na França, a república em Mondáí aponta para os primeiros sinais de uma tendência nas políticas voltadas aos jovens maiores de 18 anos no Brasil (já difundida em outros países, como França e Alemanha) que seria a articulação entre proteção e contratualização. Em função desta, há todo um investimento para a responsabilização dos próprios sujeitos pela sua inserção social. E este acaba por se tornar um objeto privilegiado da tensão permanente no ato da proteção, a qual, segundo Bessin (2011), se inscreve entre um polo mais securitário e outro mais protecional: *surveiller e veiller sur (vigiar e cuidar)*.

O *Contrat Jeune Majeur* emerge, na França, num contexto conformado por uma série de transformações (de ordem sobretudo legislativa) nas políticas de Proteção à Infância. A primeira destas, em 1974, refere-se ao rebaixamento da maioridade civil (de 21 para 18 anos), o qual acabou por provocar uma reviravolta nos modos de *prise en charge* das crianças protegidas pelos dispositivos de proteção à infância. Tal decisão política foi seguida da promulgação de dois decretos, que terminam por criar uma nova categoria jurídica: o *jeune majeur* (termo usualmente utilizado pelos administradores e pelos profissionais que atuam diretamente no acompanhamento desses sujeitos). Os *jeunes majeurs* são os jovens com idades entre 18 e 21 anos que apresentam dificuldades de inserção social por falta de recursos ou de um apoio familiar suficiente. Logo, é importante enfatizar que tal categoria não contempla apenas os jovens que, durante a infância e adolescência, foram acolhidos em serviços de acolhimento, mas sim todos os jovens que se encontram em situação de dificuldade de inserção. Para suprir os efeitos da redução da maioridade e das lacunas que esta deixou em termos da proteção e assistência aos jovens maiores de 18 anos é que surge a possibilidade de os próprios sujeitos demandarem a continuidade de uma medida que os proteja após a

maioridade. Em função da criação da categoria *jeune majeur*, surge também, na França, todo um novo “mercado de serviços” especializados, tais como os *services de suite*, com modos de funcionamento específicos tanto em termos educativos quanto materiais (GUIMARD, PETIT-GATS, 2011).

Para melhor compreender a experiência francesa, cabe retomar alguns pontos-chave sobre o funcionamento do sistema de proteção francês, o qual é organizado sobre dois eixos: um administrativo no âmbito do Departamento (*Aide Sociale à l'Enfance* – ASE) e outro judiciário no âmbito do Estado (*Protection Judiciaire de la Jeunesse* – PJJ). Ambos, até 2007, eram encarregados de fornecer um apoio material, educativo e psicológico aos menores e suas famílias, quando estas são confrontadas por dificuldades que colocam em risco sua saúde, segurança, educação e seu desenvolvimento. Isso significa que os jovens de 18 a 21 anos poderiam se beneficiar, até aquele momento, de uma proteção por parte dessas duas instituições, obtendo um status administrativo ou jurídico de *jeune majeur*. No nível judiciário, esses sujeitos poderiam demandar uma *Action de Protection des Jeunes Majeurs* (APJM) e, no administrativo, estava a possibilidade do *Contrat Jeune Majeur* (CJM). É importante lembrar que essa proteção, através do APJM e do CJM, foi criada para amenizar os efeitos da redução da maioridade de 21 para 18 anos e se constitui como uma medida transitória para:

[...] palier les inconvenients que la loi entraîne pour les jeunes pris en charge par les services de protection [...]. Dans tous le cas il s'agit d'une mesure facultative: le jeune demande à faire valoir un droit qui peut lui être accordé, si le Juge des Enfants (JE) ou le Conseil Général (CG) selon les cas, estime cette demande motivée” (JUNG 2010, p.11)⁴⁸.

No entanto, em função de muitas reviravoltas no sistema de proteção francês, sobretudo em função da Reforma da Proteção da Infância em 2007, assiste-se a um desengajamento do Estado nos procedimentos civis e no apoio educativo oferecido, até então, aos

⁴⁸ “Amenizar os inconvenientes que a lei provoca para os jovens que são atendidos pelos serviços de proteção [...]. De todo modo, trata-se de uma medida facultativa: o jovem pede que se faça valer um direito que lhe pode ser acordado, se o Juge des Enfants (JE) ou o Conseil Général (CG), segundo o caso, avalia esta demanda como pertinente.” (tradução minha)

jeunes majeurs pela PJJ, a qual passa a se responsabilizar apenas pela ação penal. Diante de tal cenário, os Departamentos são confrontados com um aumento da demanda de proteção aos *jeunes majeurs*, uma vez que o recurso ao judiciário se torna subsidiário e se justifica, como bem lembra Jung, apenas nos casos de fracasso da medida administrativa. Tendo em vista tais mudanças, a Reforma da Proteção Francesa tem suscitado uma série de debates, por parte dos profissionais, os quais se focalizam em dois aspectos: o “quadro contratual” e a “suspensão da *prise en charge*” (JUNG, 2010; GUIMARD, PETIT-GATS, 2011). No que se refere à suspensão da *prise en charge*, de um lado estão aqueles que defendem que a proteção aos *jeunes majeurs* deve ter fim aos 21 anos ou mesmo antes, uma vez que o prolongamento desta implicaria no risco de produzir os chamados “assistidos sociais”; de outro lado, há os que sustentam que o fim da proteção aos 21 anos seria prematura, tendo em vista a situação econômica, social e familiar do jovem. Para estes últimos, os jovens não estariam prontos e ainda precisariam ser protegidos.

Em relação ao quadro contratual, alguns observam que os limites postos por este, sobretudo o endurecimento destes limites nos últimos tempos, somados ao contexto econômico atual, tendem a inserir os *jeunes majeurs* numa lógica meritocrática, na qual a relação educativa se reduz a um trabalho normativo (GUIMARD, PETIT-GATS, 2010, p.116). Isso significa que, diante do aumento da demanda aos Departamentos (com o fim da *Action de Protection des Jeunes Majeurs* (APJM), a proteção aos *jeunes majeurs* se concentra no *Contrat Jeune Majeur*), os profissionais que trabalham diretamente com estes sujeitos avaliam que, no que se refere à atual concepção ou princípio de funcionamento do *Contrat Jeune Majeur*, há uma sobreposição das questões econômicas sobre aquelas de ordem educativa. E, seguindo tal lógica, aqueles que têm mais chance de contratar com os departamentos não são os jovens que encontram maiores dificuldades de inserção, mas sim, os que estão mais preparados, com um projeto consistente e os meios para a execução deste. “Le risque de la contractualisation du projet est de favoriser les jeunes qui possèdent le plus de ressources et tenir pour responsables ceux qui n'accèdent pas à une réussite sociale et professionnelle”⁴⁹ (GUIMARD, PETIT-GATS, 2011, p.163).

Como forma de situar a análise da experiência da república em

⁴⁹ “O risco da contratualização do projeto é de favorecer os jovens que possuem mais recursos e tomar como responsáveis aqueles que não acedem a um êxito social e profissional”(tradução minha).

Mondáí, pode ser produtivo esclarecer mais alguns detalhes acerca do *Contrat Jeune Majeur*. A duração deste pode variar de um mês a um ano, sendo passível de renovação até que o jovem complete 21 anos de idade. Para que seja firmado, é preciso que os jovens cumpram uma série de “ritos administrativos”. O primeiro destes consiste em escrever uma carta endereçada ao inspetor da ASE, na qual o jovem deve justificar sua demanda e apresentar o seu projeto escolar e profissional. Tais cartas são sempre manuscritas; algumas são elaboradas pelos jovens individualmente e em outras é possível perceber a intervenção do educador, o qual acompanhou o jovem durante o período de acolhimento. O segundo rito contempla a “avaliação da demanda”, efetuada por um assistente social da ASE e formalizada numa entrevista presencial. O terceiro remete à “assinatura do *contrat*”. Nesta ocasião, se fazem presentes diferentes protagonistas (o jovem, o profissional da ASE e o educador do *foyer* onde o jovem havia sido acolhido até a maioridade). A assinatura do *Contrat* é um “ato solene”, no qual é realizada uma última entrevista com o jovem e, conseqüentemente, a última avaliação por parte do inspetor da ASE. A assinatura do *contrat* marca, formalmente, o acesso do jovem a um outro status (*jeune majeur*), o qual vem acompanhado do anúncio do fim de certos privilégios próprios da minoridade (em especial o fim da obrigação de assistência), do acesso a novos direitos (direito de voto, segurança social, etc.) e do reconhecimento de certos deveres (declaração de impostos) (GUIMARD, PETIT-GATS, 2011, p.42).

O *Contrat Jeune Majeur*, com suas processualidades, coloca-se como um tema privilegiado para problematizar a tensão entre distintos pontos de vista (dos jovens, dos profissionais que trabalham nas diferentes instituições e também aqueles da ASE) acerca das políticas de proteção na França e do caráter contratual que estas têm assumido em relação aos *jeunes majeurs*. Essa tensão, evidenciada nos trabalhos de Nathalie Guimard e Juliette Petit-Gats (2010; 2011), assim como no de Céline Jung (2010), também pôde ser observada nas minhas visitas aos serviços de acolhimento dedicados ao acompanhamento dos *jeunes majeurs*⁵⁰. A partir dos relatos dos educadores e diretores dessas

⁵⁰ A pesquisa de campo em Paris foi realizada junto a três estabelecimentos do **Centre Français de Protection à L'Enfance – CFPE** (Relais Alésia, La Villa Jeanne e Les Nouveaux Cèdres), **SOS Villages D'Enfants** e **Association Jean-Cotxet** (Foyer Educatif Amandiers-Bellevile).

O CFPE congrega seis diferentes tipos de estabelecimentos que se ocupam de proteger e acolher crianças e adolescentes, dentre os quais selecionei três, tendo

instituições⁵¹, foi possível perceber o quanto tal tensão também vai sendo alimentada em função da posição ambivalente que o jovem assume durante todo o processo da contratualização. Se, por um lado, o fato de os jovens poderem demandar ajuda junto aos departamentos (mesmo não sendo todos os departamentos que oferecem tal

em vista a problemática da presente tese:

O Relais Alésia acolhe crianças e adolescentes que sofrem de “problemas psicopatológicos agravados ou causados por um contexto familiar do qual o afastamento é imposto ou indicado”.

La Villa Jeane é um centro de acolhimento mãe-criança, atendendo jovens desde a gestação até os três anos de idade da criança. É destinado às jovens maiores ou menores de idade dispostas a aderir a um projeto de inserção para elas e também para seus filhos. A ação dessa instituição se inscreve no campo de apoio à parentalidade.

Les Nouveaux Cèdres dispõe do serviço de apartamentos, os quais abrigam jovens entre 17 e 21 anos de idade, em especial aqueles sob o *Contrat Jeune Majeur*, em curto ou longo prazo.

SOS Villages D’Enfants: Fiz questão de conhecer o trabalho desta instituição, primeiro porque se trata de uma forma de *placement* muito específica (acolhimento de irmãos), segundo porque esta havia encomendado mais recentemente uma pesquisa sobre o *devenir* dos *ex-placés*, a qual foi conduzida por Annick Camille Dumaret.

O Foyer Educatif Amandiers-Belleville representa a última etapa do percurso institucional no âmbito da Associação Jean-Cotxet e tem como principal objetivo a inserção dos *jeunes majeurs* acolhidos para o aprendizado de uma “vida autônoma”.

⁵¹ A proposta inicial da pesquisa de campo em Paris consistia em realizar entrevistas com os diretores dos estabelecimentos, a fim de conhecer o trabalho desenvolvido nas instituições de *placement*, sobretudo no que se refere ao trabalho de preparação para o desacolhimento dos *ex-placés*. Também objetivava conhecer tais estruturas de *placement* (a especificidade de cada uma, perfil do público acolhido, etc.), a relação que os profissionais dessas instituições estabeleciam com os jovens e também obter informações sobre o *devenir* desses sujeitos. No entanto, o estágio-sanduiche, que inicialmente tinha como objetivo empreender uma reflexão sobre o sistema de proteção francês, foi marcado pela descoberta da existência do *Contrat Jeune Majeur* (informação esta que pude obter a partir das orientações com o professor Marc Bessin). Em função desta informação (e também do diálogo com Juliette Petit-Gats), para além das entrevistas com os diretores, decidi também ouvir os educadores (profissionais que trabalham nesses serviços) e alguns jovens em situação de contrato. Essa ampliação da abordagem me permitiu coletar um vasto material etnográfico, o qual pretendo explorar mais detidamente em um outro trabalho (um estudo comparativo das experiências francesa e brasileira).

possibilidade) os coloca num lugar de agentes (como sujeitos das políticas e não como objeto destas), por outro, a exigência de um projeto (a ser defendido na carta a ser endereçada à ASE) procura produzir novamente o enquadramento desses sujeitos, à medida que permite traçar uma espécie de perfil ideal dos jovens que podem ser contemplados com a assinatura do *Contrat*.

O projeto é fortemente marcado pela proposta de “inserção social”, a qual, em geral, está relacionada às oportunidades a curto prazo, sobretudo em termos de emprego e moradia. E a expectativa daqueles que ditam “indiretamente” o conteúdo de tal projeto (digo indiretamente porque a maneira como este é construído cria a impressão de que o jovem traça livremente os objetivos do seu próprio projeto e é totalmente responsável por este) é de que a autonomia desses jovens será construída imediatamente na sequência da execução dos objetivos propostos. Nesse sentido, é legítima e mesmo evidente a avaliação dos educadores de que as questões econômicas se sobrepõem às de ordem educativa na versão atual do *Contrat Jeune Majeur*. Contudo, é igualmente interessante pensar sobre o potencial de agência desses jovens, que emerge ao longo dos “ritos administrativos” e culmina na assinatura do *Contrat*. Faço referência, nesse ponto, à maneira como este pode se tornar objeto da invenção desses sujeitos, ou melhor, uma extensão daquilo que é tomado como convenção pelas políticas de proteção. É possível observar, por parte dos jovens, uma apropriação dos discursos da ASE em torno da concepção do que seria um “bom projeto”, a ponto de os jovens aprenderem a maneira como a carta deve ser escrita, o seu conteúdo e os tipos de atividades mais valorizados pela ASE, procurando garantir assim a sua aprovação.

Em Mondai, ao contrário da experiência francesa, a entrada na república não depende da escrita de um projeto; no entanto, de certa forma ele é delineado pela própria instituição, nas condições postas por esta para que o jovem possa ingressar e mesmo permanecer na república até os 21 anos. “Não possuir vínculo familiar” é um primeiro critério e, na sequência deste, seguem-se outros, que funcionam muito mais como prescrições a serem cumpridas e que demandam um investimento, por parte do sujeito, em um projeto de vida que está sendo delineado, *a priori*, pela Associação: “Estar matriculado em uma escola, com frequência sistemática, demonstrando avanço em seu processo de aprendizagem”; “Estar disposto a buscar a inserção no mercado de trabalho”; “Aceitar o acompanhamento sistemático dos profissionais responsáveis” e “Respeitar as normas pré-estabelecidas pela entidade”. No lugar de um contrato propriamente dito, como na França, os jovens

assinam um “termo de compromisso”, o qual, independentemente do nome, é orientado pelo princípio da contratualização, como busquei explicar anteriormente. O “termo de compromisso” representa a anuência do jovem quanto ao cumprimento de todas as 15 cláusulas constantes no Regulamento Interno da República. Dentre estas, vale a pena destacar aquelas que fazem referência ao aceite, por parte do jovem, das orientações dadas pela equipe técnica da entidade quanto à convivência familiar, social, escolar e no mundo do trabalho, à disponibilização de tempo para encontro com a psicóloga da entidade, à continuidade dos estudos (tendo média compatível para passar de ano) e à procura por emprego para assumir, com o tempo, as suas despesas.

É importante problematizar, nesse ponto, a relação entre a presença do “termo de compromisso” em Mondai e do *Contrat Jeune Majeur* na França com a desconstrução do princípio da dádiva, em que se baseou a experiência de acolhimento. Ao assinar o “termo de compromisso” ou o *contrat*, torna-se evidente a necessidade de uma contrapartida, por parte do jovem, em relação à oportunidade que lhe está sendo ofertada. E isso pode ser observado a partir do relato da diretora da Associação acerca da transição entre a casa-lar (abrigo) e a república feita por uma das jovens:

Para entrar na república, eles não têm nada. Eles saem do abrigo com a roupa, algumas coisas [...]. Então, devagarinho, ela foi adquirindo sua roupa de cama, seu travesseiro, seu edredom, suas toalhas e devolvendo as coisas do abrigo, comprou a sua cama... Estava realmente aprendendo a lidar com o dinheiro, começou devagarinho a contribuir com as taxas de água e luz, com a sua própria alimentação. Porque no início, era tudo dado para ela.

O ato de assinar tal termo faz com que a dádiva seja conhecida pela jovem (torna-se consciente desta), ao reconhecer que no ato de dar está implicado um retorno. Nesse sentido, para que haja o dom, argumenta Derrida (1991), é preciso que aquele que o recebe, não retribua, não entre num contrato, não tenha jamais contraído dívida. É preciso, no limite, que ele não reconheça o dom como dom. Se ele o reconhece como o dom, se o dom lhe aparece como tal, esse simples reconhecimento é suficiente para anular o dom.

La simple identification du passage d'un don comme tel, c'est-à-dire d'une chose identifiable

entre quelques-« uns » identifiables ne serait autre que le procès de la destruction du don. [...] *A la limite, le don comme don devrait ne pas apparaître comme don : ni au donataire, ni au donateur.* Il ne peut être don comme don qu'en n'étant pas présent comme don. Ni à l'« un » ni à l'« autre ». Si l'autre le perçoit, s'il le garde comme don, le don s'annule⁵² (DERRIDA, 1991, p.26-27).

A presença do “termo de compromisso”, além de marcar a entrada do jovem na república e, portanto, a anulação do dom em função do reconhecimento desse por parte dos jovens, sinaliza de maneira importante a diferença entre a proteção voltada aos menores e aquela concedida aos maiores de 18 anos. Esta é orientada pelo caráter contratual, o qual se torna objeto de tensão entre o ponto de vista dos jovens e o dos profissionais, sobretudo no que se refere à construção de uma dita autonomia.

Dentre os objetivos do projeto da república estão principalmente a contribuição para “construção da autonomia” e a “efetivação do projeto de vida” por parte dos jovens. Nesse ponto, eu gostaria de chamar atenção para uma questão que atravessa as experiências dos quatro jovens que foram acolhidos na república em Mondáí: a maneira pela qual são concebidas essas concepções de “autonomia” e “projeto”, pelos profissionais da associação, na maioria das vezes não coincide com as demandas e expectativas desses jovens, como será possível observar nos relatos da diretora da Associação. Nesse ponto, é importante esclarecer e mesmo enfatizar que a análise que pretendo desenvolver na sequência tem como base os relatos da diretora da Associação acerca das experiências dos quatro jovens que foram acolhidos na república. No período em que estive em Mondáí, a república não estava acolhendo nenhum “egresso” e, por isso, não pude observar de maneira mais sistemática essa experiência e coletar os relatos dos próprios jovens, como pude fazer em relação às jovens que

⁵² “A simples identificação da passagem de um dom como tal, isso quer dizer de uma coisa identificável entre alguns identificáveis não seria mais que o processo de destruição do dom. [...] No limite, o dom enquanto dom deveria não aparecer como dom: nem a quem recebe, nem ao doador . Ele pode ser dom enquanto dom a menos que ele não esteja presente como dom. Nem a um, nem ao outro. Se o outro o percebe, se ele toma como um dom, o dom se anula”. (tradução minha).

dão vida aos capítulos 2 e 3 da presente tese. Eu tive a oportunidade de encontrar apenas uma das jovens acolhida na república, quando de uma visita que esta fez à Associação para um atendimento com a psicóloga. No entanto, devido ao curto tempo de contato com a jovem e também à resistência/dificuldade desta em contar sua experiência, acabei optando por não trazer o seu relato nesse momento.

Vale a pena destacar, contudo, que a escolha por basear esta descrição/análise nos relatos da diretora administrativa da Associação também pode funcionar como uma estratégia metodológica importante, uma vez que oferece um contraponto às perspectivas sobre desinstitucionalização apresentadas pelas jovens no decorrer da tese e também permite pensar como os sujeitos que estão nas instituições (os profissionais que trabalham nestas) conseguem avaliar o trabalho que desenvolvem e compreender as escolhas feitas pelos jovens. No caso da diretora da Terra Nova, é igualmente importante destacar o quanto a sua preocupação em descrever e avaliar o caso de cada jovem que foi acolhido na república nos informa sobre a natureza da relação (de proximidade) que procurou estabelecer com estes sujeitos.

O acolhimento na república vem acompanhado de todo um movimento, por parte dos profissionais da Associação, para inserir os jovens no mercado de trabalho. No que diz respeito à construção da autonomia, esse lhes parece um ponto incontornável. Paralelamente ao trabalho, a preocupação com a escolaridade, construída durante o período de acolhimento na casa-lar, é reforçada. E nesse sentido, trabalho e educação são valores importantes e centrais para o cumprimento do “termo de compromisso”, como se pode acompanhar no relato da diretora:

O primeiro adolescente, a gente conseguiu para ele logo uma colocação de trabalho. Ele começou a trabalhar numa empresa que fornece pintinhos para os aviários. A gente tentou integrar, nós negociamos com a empresa que ele trabalhasse meio turno e ele continuasse frequentando a escola de forma regular.

Esse jovem havia sido acolhido pela Associação, na casa-lar, durante oito anos e, por um tempo, tudo parecia se encaminhar bem na experiência dele na república, do ponto de vista das expectativas da diretora e mesmo da Associação como um todo. Após o desacolhimento, entretanto, o jovem tinha para receber uma herança deixada pelo pai e que a Associação se preocupou em guardar numa poupança até ele

completar a maioria. Esse dinheiro, segundo a diretora, foi o fator de ajuda e o complicante para que a experiência da república não fosse levada adiante. Por mais que, do ponto de vista da Associação, eles estivessem tentando ajudar o jovem a “repensar o seu futuro”, para este, ele tinha “um dinheiro para gastar”. Tendo em mãos o dinheiro, o jovem começou a fazer suas “negociatas” e os profissionais da Associação acabaram por interferir, conversando, uma vez que eles “não poderiam mais decidir de verdade a vida” do jovem, pois ele já era maior de 18 anos. “A gente começou a dizer: olha o que você está fazendo, você está jogando o seu dinheiro fora”, lembra a diretora.

Do ponto de vista institucional, havia uma preocupação em cuidar, orientar e ajudar na condução da construção do futuro do jovem. Nesse ponto, inspirada pela reflexão empreendida por Bessin (2011, p.170), é possível pensar que os profissionais da Associação estavam ocupados em *veiller sur*, ao passo que, para o jovem, esse cuidado era compreendido como vigilância, ou *surveiller*: “As pessoas do lado de fora [da instituição] começaram a fazer a cabeça dele: você obedeceu tantos anos o que eles mandam, agora tu ainda vai fazer o que aquela mulher quer ou o abrigo quer, ou o que o pessoal lá disse que tu tem que fazer, tu tens que pensar com a tua cabeça”. E então ele decidiu sair, depois de passar um ano na república. “Na verdade, a gente estava segurando ele, porque ele estava fazendo a sétima série e a gente queria segurar para ele completar a oitava série, mas não deu”, lamentou a diretora. A dificuldade enfrentada pela diretora para manter o jovem na escola e a tensão existente entre o ponto de vista desta e o do jovem sobre a concepção de autonomia se aproximam, em alguma medida, da tensão que se inscreve na problemática clássica, pontuada por Bessin (2010), acerca do acompanhamento e do controle social entre um polo securitário e um polo mais protecional. Entre “*surveiller*” e “*veiller sur*”, a diferença é, por vezes, dificilmente palpável, sobretudo no que se refere aos dilemas morais aos quais são confrontados os profissionais quando se questionam sobre o prolongamento da intervenção, no caso de problemas trazidos pelos jovens (BESSIN, 2010, p.170).

A diretora também relata que, ao sair da república, o jovem parou de estudar, embora continuasse trabalhando na mesma empresa até o início de 2012. Segundo a diretora, ele mudou de trabalho e parece “não estar fazendo nada de muito errado”, mas está procurando “recuperar a sua juventude”. E isto talvez fosse, para ele, o mais importante desde o princípio do desacolhimento e não tanto a continuação dos estudos e a inserção no mercado de trabalho – esses seriam, é possível pensar, apenas o instrumento para a sua invenção de novas possibilidades de

vida. A experiência desse jovem na república e, sobretudo, a sua saída, levaram os profissionais a repensar o trabalho que estavam desenvolvendo: não se tratava mais de ajudar o jovem a entender a sua história de família, mas sim de investir numa “perspectiva de futuro”. “A gente estava muito mais preocupado em como poderíamos ajudá-los a estudar, a entender a sua vida, a aceitar o que acontece. E muito pouco essa perspectiva do que vai ser”, conclui a diretora.

Mesmo tendo deixado a república, o jovem por vezes retorna à Terra Nova, no fim de semana, para visitar, jogar bola e ver o irmão. Segundo a diretora, ele volta para encontrar aqueles que permaneceram na Associação (inclusive os profissionais que lá trabalham), mas sempre com uma “certa distância”. Esta foi sendo construída porque o jovem “se sentia chateado” por achar que estava sendo “cobrado” em relação à quebra do “termo” assinado quando entrou na república, como lembra a diretora sobre a última conversa que os dois tiveram: “Olha, você assinou aqui comigo um termo, onde você aceitava a nossa interferência; nós não estamos obrigando você, nós estamos fazendo você refletir e se você diz ‘eu faço o que eu quero e eu não vou cumprir, não quero mais estudar’, então, você não pode mais ficar na república, você vai ter que assumir a sua vida”. E talvez tenha sido exatamente isso que o jovem fez: assumiu o curso da sua própria vida. E aqui é possível perceber o peso e o compromisso que a assinatura de tal “termo” representava para ele, em especial porque o documento deixava clara a necessidade de uma contrapartida de seu lado, como forma de retribuir o investimento que a Associação havia feito nele. Se, para a Associação, o “termo de compromisso” era uma maneira de garantir o cuidado e a proteção dos jovens, sobretudo em termos da possibilidade de orientá-los quanto às suas escolhas, para o jovem, isso assumia um outro “peso”, já que apontava para um prolongamento da tutela e, conseqüentemente, da vigilância sobre o curso da sua vida.

A segunda jovem acolhida na República estava prestes a completar 18 anos e, assim como havia acontecido com o primeiro jovem, a Associação logo buscou sua inserção no mercado de trabalho. Por estar com a escolaridade mais adiantada (estava cursando o ensino médio), os profissionais conseguiram um emprego integral de oito horas diárias para ela. A escolaridade, conforme explicou a diretora, foi um diferencial dessa jovem em relação ao outro acolhido na República, que “estava com a escolaridade bastante atrasada”. No entanto, o fato de a jovem passar a morar sozinha numa casa (república) e ficar o dia inteiro fora da Associação fez com que ela se sentisse excluída do ambiente em que viveu por tanto tempo. “Aqui dentro, ela voltava às 10 horas da

noite e se sentia sozinha porque os outros já estavam dormindo. No fim de semana, quando estava aqui dentro, ela via as outras crianças, participava das refeições – ela estava incluída, mas percebia, na conversa, que também estava fora”. Como não se sentia mais fazendo parte do cotidiano da Associação, em especial porque, talvez, as experiências que estava tendo fora daquele espaço institucional não correspondessem mais, ou ainda, não assumissem mais uma centralidade nas maneiras pelas quais ela poderia se constituir como sujeito, a jovem decidiu deixar a república. “Então, ela chegou um dia e disse: olha, eu arrumei um outro lugar para morar na cidade com amigas (uma destas também era uma ex-acolhida da Associação). Ela tinha condições para pagar. Então, a gente deixou ela sair”. A diretora conta que essa jovem sempre foi “muito fechada”, pois falava pouco sobre a sua vida e se negava a contar sua história na terapia. Por vezes, os profissionais da Associação buscaram inseri-la no “grupo familiar de uma madrinha” que, segundo a diretora, tinha muito interesse em acolhê-la, mas esta opção não parecia despertar o mesmo interesse por parte da jovem: “ela não fazia a sua parte”, explica a diretora.

Dessa forma, logo que deixou a república, a jovem decidiu abandonar o emprego que a Associação lhe conseguira, como cuidadora de uma senhora de idade. Nessa escolha, segundo a avaliação da diretora, havia a possibilidade de encontrar uma família, o que anteriormente já lhe havia sido ofertado, mas ela não aceitou.

A gente dizia que era uma ilusão, que eles estavam usando isso como argumento para ter alguém para cuidar, tipo assim, que ela iria herdar, ia ter uma família. E, de repente, lá fora, ela sentiu essa necessidade e quis recuperar alguma coisa que antes não aceitou. Então, ela até ficou um ano e pouco lá, daí percebeu que estava sendo explorada e retomou para a cidade.

No regresso, a jovem encontrou dificuldades para se inserir novamente no mercado de trabalho, uma vez que, por se tratar de um município pequeno, o fato de ter abandonado o outro emprego acabou sendo um obstáculo. Foi então, nesse momento, que a jovem resolveu procurar aquela madrinha que, desde o princípio, desejava lhe acolher. “Hoje, ela mora lá, uma outra cabeça, no interior aqui do município e essa madrinha estava ajudando e ela estava aberta, pela primeira vez, para fazer a sua parte”.

A terceira “candidata” a ser acolhida na república foi a que mais a

Associação pôde ajudar nesse período de acolhimento, porque, segundo a avaliação da diretora, “ela estava aberta para receber ajuda”. A jovem tinha pouca escolaridade e também apresentava problemas de aprendizagem. Assim como aconteceu com os outros dois acolhidos, a Associação conseguiu um emprego de *baby-sitter*, pois achavam que ela “não tinha estrutura para entrar numa empresa”. Além do emprego, os profissionais da Terra Nova conseguiram-lhe um financiamento, através da Comarca de Itapiranga, para frequentar um curso profissionalizante na área de vendas e farmácia. “Ela aceitou as primeiras orientações”, argumenta a diretora, e isso foi importante para que eles tentassem buscar a sua inserção no mercado de trabalho. Com o emprego e um salário melhor, a Associação imaginava que ela estava preparada para dar o próximo passo, que seria “sair da república e assumir a sua vida”. No entanto, nesse meio tempo, a jovem conheceu um rapaz e decidiu morar com ele. O relacionamento entre os dois, conforme o relato da diretora, é “bastante difícil”: a jovem está grávida do primeiro filho e está sofrendo violência por parte desse companheiro.

Nós tentamos ajudá-la, a nossa professora acolheu-a na sua casa, agora na semana passada, tentando trabalhar com ela, que ela faça uma denúncia. E, ontem, a informação que eu tive é que ela decidiu dar mais uma chance para o rapaz, a chance para sofrer novamente uma violência. Ela está repetindo a história de antes da família. Isso dói bastante para a gente, porque ela fez toda uma caminhada e a gente nota que ela não consegue aceitar essa ajuda. Então, é uma coisa assim, infelizmente triste.

A quarta jovem que foi acolhida na república, ao contrário dos outros três, não tinha uma história muito longa na Terra Nova. Era de Mondá e integrava um grupo de cinco ou seis jovens, segundo os relatos da diretora da Associação, que era um problema para o Conselho Tutelar e que este, aos poucos, foi encaminhando, uma a uma, para a Terra Nova. A jovem era “rebelde” e “não tinha limites dentro de casa”: “ela saía com outros adolescentes em festinhas, aí precisava chamar a atenção, entrou na prostituição, sendo usada por homens em troca de coisas”, lembra a diretora sobre o percurso da jovem antes de ser acolhida na casa-lar. Quando completou 18 anos, no início de 2012, tinha toda uma expectativa de retornar para a casa da mãe. A Associação havia desenvolvido um “trabalho bem grande” com a mãe, para que de fato esse retorno fosse possível. Além de voltar a viver com a família, a

jovem sonhava em trabalhar e em “ir bem na vida”.

No entanto, num fim de semana em que foi passar na casa da mãe, aconteceu um problema, a partir do qual a mãe rompeu a relação com a filha e passou a se “negar a manter contato”. A diretora diz que nunca soube exatamente o que motivou tal atitude por parte da mãe, mas que pôde ter algumas pistas do que havia acontecido a partir de uma de suas conversas com a jovem, na qual procurou questionar acerca do porquê de estar “jogando a vida fora”. A profissional lembra que, além de não estar mais estudando, a jovem passou a criar muitos problemas dentro da casa. “Eu chamei e mostrei para ela: só porque a sua mãe agora definiu uma coisa, você vai continuar culpando-a pela sua vida? Ou você vai uma vez olhar e dizer: eu já tenho quase 18 anos, quero ser adulta, quero ser respeitada pelo adulto, então, eu não tenho como mudar a minha situação familiar, mas eu posso mudar a minha vida a partir de agora, de uma forma negativa ou positiva. Que escolha tu vais fazer?”. Depois dessa conversa com a diretora, a jovem optou por se “esforçar”, voltou a estudar e decidiu que iria “fazer a sua vida”. No ponto de vista da diretora, a jovem estava bem “empolgada” com a república e tinha conseguido um emprego. Contudo, a instituição não tinha conseguido trabalhar com a jovem de uma “forma consciente” a construção de “uma maturidade fora do grupo”, uma vez que ela não estava na Associação há muito tempo. Ela passava boa parte do tempo fora da Associação e, quando estava presente, ficava sempre criando intrigas entre as outras adolescentes.

Diante dessas questões, como argumenta a diretora, foi preciso acrescentar mais duas “regrinhas”, para além daqueles critérios estabelecidos através do termo de compromisso, que serviram como base para advertir a jovem quando estas não fossem cumpridas: uma destas regras estava relacionada à questão do “leva e traz” de informações e a outra às “coisas ilícitas”. No entanto, a jovem não queria mais saber dessas “conversas” e regras institucionais, sobretudo no que se refere à cobrança de certas posturas consideradas corretas ou morais. Agora ela era uma adulta e queria poder viver a sua liberdade sem prestar contas para ninguém. E por isso acabou deixando a república, depois de dois meses de experiência, e foi viver com uma das amigas com quem ela andava antes do acolhimento.

Então, quando se fala em reintegração social, proteção, autonomia e projeto (concepções que sustentam direta ou indiretamente tais experiências), os jovens e os profissionais que trabalham na implementação das políticas de proteção estão pensando nos mesmos termos? Seria possível pensar numa conciliação entre o ponto de vista

dos jovens e o daqueles que elaboram e implementam as políticas oficiais da rede de atendimento? A ausência de consenso não passaria apenas de um mal-entendido? Tendo em vista a experiência da república em Mondai, seria possível pensar, em diálogo com Kelly (2010), que, em se tratando dessa relação entre os jovens e os profissionais que trabalham na Associação, não estamos diante de um mal-entendido, ou da existência de caminhos diferentes para resolver o mesmo problema. “O problema é precisamente que não é o mesmo problema” (2010, p.290), neste caso, estamos diante de um “equivoco”, acerca das demandas dos jovens em relação às políticas e aquilo que estas, por vezes, engendram em nome da proteção destes sujeitos.

A conquista da autonomia é o principal objetivo do projeto da república, no entanto, este parece assumir diferentes significados para os profissionais da Associação e para os jovens. Do ponto de vista institucional, como foi possível perceber ao longo dos relatos da diretora, a autonomia está fortemente associada à inserção no mercado de trabalho e à continuidade dos estudos. Do ponto de vista dos jovens, é possível pensar que a autonomia está relacionada à liberdade para fazer escolhas e também à possibilidade de aproveitar a vida e a juventude perdida. Os conselhos, as orientações dos profissionais e sobretudo, a importância da terapia assumem, na perspectiva institucional, o tom do cuidado. Na perspectiva dos jovens, os conselhos são entendidos como regras, prescrições morais, ou seja, como limites para aquilo que desejam poder ser. Eis que me parece interessante aqui pensar o que Kelly (2010) denominou de “equivoco não-controlado” em seu estudo sobre a tradução mútua entre os Yanomamis e o Estado acerca da saúde no contexto dos “Encontros de Saberes”⁵³.

Tal reflexão parte da discussão de cunho epistemológico proposta por Viveiros de Castro (2004) sobre a contribuição do perspectivismo ameríndio, como método, na reconfiguração das concepções de tradução (enquanto “equivocação controlada”) e consequentemente da própria Antropologia. Como bem observa Viveiros de Castro (2004), o problema do perspectivismo não é descobrir um referente comum para duas representações diferentes, mas sim o contrário – trata-se de tornar explícita a “equivocação implicada”, por conta da presença de múltiplos

⁵³ “Encuentros de Saberes” foi o nome dado às oficinas patrocinadas pelo Ministério da Saúde da Venezuela, entre novembro de 2003 e fevereiro de 2004 em La Esmeralda (capital do município do Alto Orinoco – Amazonas). Essas promoveram o encontro entre altos funcionários do Ministério e representantes dos povos indígenas de diferentes partes do Estado (KELLY, 2010, p.267).

referentes. Nesses termos, a “equivocação” aparece como um modo de comunicação, por excelência, entre diferentes perspectivas e, portanto, como condição e limite mesmo do empreendimento antropológico. A equivocação, ao contrário do que a palavra pode sugerir, não corresponde a uma patologia identificada na comunicação entre antropólogos e nativos, mas sim à própria condição do discurso antropológico. Não funciona como um impeditivo à relação, mas ao contrário é seu próprio impulsionador. Contudo, se, por um lado, a equivocação é controlada e, portanto, surge como reconhecimento da existência de distintos sistemas de referência e funciona como elemento positivo e esperado das relações sociais, por outro lado ela aponta para “uma falta de consciência”, por parte dos antropólogos, da existência desses “equivocos que estão implicados na tradução intercultural” (KELLY, 2010). Essa falta de consciência dos equivocos (tanto por parte dos antropólogos como dos nativos) ou “equivocação não controlada”, como denomina Kelly, faz com que, no lugar de reconhecer uma significação alternativa, se incorra numa “univocalidade” e se pressuponha “a existência de um sistema de referência único e compartilhado ao qual todas as representações se referem” (KELLY, 2010, p.289). Kelly avança na proposta de Viveiros de Castro, trazendo a reflexão sobre “equivocação” para o âmbito das relações entre indígenas e Estado, uma vez que “o termo é mais apropriado que um ‘mal-entendido’, que suporia uma confusão de significados compartilhados, quando, na verdade, se trata do ‘desconhecimento da significação alternativa’”. E tal desconhecimento, em geral, acaba por alimentar a busca improdutiva de uma posição consensual entre a perspectiva do Estado (em termos de políticas públicas) e a dos sujeitos (com suas demandas), quando na verdade não se trata, como pontua Viveiros de Castro (2004, p.11), de descobrir quem está errado e menos ainda quem está enganando quem, pois a equivocação não é um erro, um engano ou uma decepção. As equivocações “[...] do not belong to the world of dialectical contradiction, since their synthesis is disjunctive and infinite”⁵⁴, pois a equivocação será sempre indissolúvel.

O caso da república em Mondai me parece ilustrativo dessa equivocação não controlada, sobretudo quando a diretora administrativa da Associação se pergunta por que os jovens, mesmo tendo um lugar para morar, um emprego, segurança e acolhida, preferem deixar a república e fazer sua vida sozinhos, de uma maneira mais autônoma

⁵⁴ “Equivocações não pertencem ao mundo da contradição dialética, já que sua síntese é disjuntiva e infinita”. (tradução minha).

(autonomia nos seus termos). Ao “quebrarem” o “termo de compromisso” estabelecido com a instituição e conseqüentemente as condições de permanência na república, os jovens estariam, no ponto de vista institucional, abandonando um projeto de vida, elaborado aos moldes e princípios (sobretudo morais) ensinados durante o período do acolhimento. No entanto, talvez seja possível pensar, que a questão aqui é justamente a existência de concepções diferentes de “projeto de vida” que, quando em relação, e, sobretudo numa situação de “quebra” do termo de compromisso, fazem com que os profissionais que trabalham nas repúblicas percebam aquilo que seria uma “equivocação não controlada”, nos termos de Kelly (2010), como um não investimento em um projeto de vida.

1.4 OS SUJEITOS ENQUANTO “FIGURA”

Como eu havia mencionado no início deste capítulo, a problematização da categoria egresso, sobretudo a partir da recuperação das experiências dos sujeitos, permite uma “reversão” do tipo “figura-fundo” na relação entre políticas e sujeitos. Até aqui, foi possível observar que a ênfase nos direitos parece apontar para um “tipo de sujeito social que vai se descortinando” e mostra uma primeira face: a dos direitos dos sujeitos. Cabe, agora, refazer as perguntas, ou, mais exatamente, invertê-las a fim de nos indagarmos sobre “qual é o sujeito de direitos?”. Que lugar tem ocupado o sujeito desses direitos, o qual tem sido objeto das políticas e práticas institucionais? Ou, mais exatamente, qual o lugar que poderá ocupar, de maneira a fazer emergir seu “protagonismo social”?

O que quero dizer com isso, em diálogo com Rifiotis (2007), é que a noção de sujeitos de direitos inaugurada pelo ECA e que orienta até hoje as práticas no campo da proteção à infância e à adolescência, revela uma relação incontornável entre sujeitos e direitos, mas cuja ênfase ainda estaria mais nos direitos do que nos sujeitos propriamente ditos. Pode-se ter pistas da urgência desse “deslocamento do centro de gravidade do debate atual dos direitos do sujeito para os sujeitos de direito” não só a partir do que está previsto no Estatuto – uma vez que se reconhece o “hiato não desprezível entre a determinação jurídica e a sua aplicabilidade” –, mas especialmente a partir das leituras que os agentes que atuam nesse campo de proteção fazem da concepção de sujeitos de direitos (RIFIOTIS, 2007, p.234). A princípio, todas as ações por parte do Juizado da Infância, dos Conselheiros Tutelares, dos profissionais dos serviços de acolhimento são praticadas em nome da garantia dos

direitos desses sujeitos. Então, talvez fosse produtivo questionar em que medida a urgência de contemplar e garantir esses direitos não acaba por ocultar os próprios sujeitos a esses direitos.

Em uma das minhas visitas aos serviços de acolhimento, pude observar um pouco da rotina dos assistentes sociais. E uma dessas situações em especial me forneceu pistas para pensar nessa questão dos direitos enquanto “figura”. Eu estava pesquisando os prontuários dos jovens, para obter informações sobre o paradeiro dos “egressos”. De repente, uma menina, acolhida pela instituição, entra na sala dos assistentes sociais e pede ajuda à profissional que estava comigo no momento. Ela precisava de alguns materiais para levar para a escola, tais como areia, pote de vidro, etc. A profissional dá dicas sobre onde ela poderia encontrá-los. A menina não desiste, decidida a convencer a assistente social a ir buscar os materiais com ela. Então, a profissional, diante das investidas da menina, diz, num tom bem firme: “Tá, vai lá procurar os materiais, que eu estudei todo esse tempo foi para garantir os teus direitos”. A intervenção com objetivo de garantir os direitos dos sujeitos é totalmente legítima e esperada, numa época em que a questão dos Direitos Humanos está na pauta das discussões globais, mas esta alimenta uma configuração de sujeito que está “marcada pela responsabilidade do Estado” em garantir esses direitos. A proposta lançada por Rifiotis (2007) de se pensar “qual é o sujeito de direitos?” aponta para a recuperação da “dimensão vivencial” dos sujeitos implicados em tais direitos, os sujeitos em seu “protagonismo social”. E, ao procurar empreender esse resgate da dimensão vivencial dos sujeitos, não se pretende que as políticas possam contemplar as especificidades e demandas de cada sujeito, uma vez que toda política, justamente por seu caráter público, segue determinadas categorias homogeneizadoras (tais como vulnerabilidade, situação de violação de direitos, etc). Mas, ao mesmo tempo, tal proposta permite colocar em perspectiva essa concepção de um “universal” capaz de recobrir uma totalidade em termos da sua diversidade. O desafio posto por esse processo de resgate da dimensão vivencial dos sujeitos está, portanto, no exercício de identificar e refletir sobre as limitações das políticas, sobretudo no que diz respeito ao reconhecimento da agência dos sujeitos. Trata-se, ao que me parece, de um exercício permanente de reflexividade acerca das possibilidades de engendrar e implementar políticas que sejam mais plurais, para que não tenham como base um problema único.

Nesse sentido, tais questões me fornecem elementos para propor uma “reversão figura-fundo”, que permita trazer para o primeiro plano os sujeitos, sem, no entanto, produzir um apagamento das políticas. E

se, por um lado, a ênfase nos direitos e nas políticas tem produzido a categoria egresso como continuidade das práticas de institucionalização, tal reversão nos permite justamente problematizar tal categoria, a partir de um outro lugar que é aquele próprio das experiências cotidianas dos sujeitos. Nesses termos, a reversão na relação entre egressos e políticas permite retirar os jovens de uma posição de “sujeito vítima” (pensado em termos de suas fragilidades e vulnerabilidades) e revela sua “outra face”, aquela própria do sujeito em devir.

1.5 PROBLEMATIZAÇÃO DA CATEGORIA EGRESSO: SUJEITOS EM DEVIR

A necessidade de problematizar a categoria egresso aparece desde a elaboração do projeto de pesquisa. Num primeiro momento, em diálogo com Fonseca, Allebrandt e Ahlert (2009, p.45), já era possível pensar o quanto essa categoria pode ser imprecisa, visto que faz referência tanto “ao nenê adotado por um casal de classe média, à criança que retorna à família na favela, ao “menino de rua” que passou três dias no abrigo e ao jovem que cresceu e completou dezoito anos dentro da rede institucional”. No entanto, à medida que comecei a rastrear os jovens “egressos” de serviços de acolhimento, tal categoria me pareceu ainda mais vaga, não só pela heterogeneidade que abrangia, mas principalmente porque, conforme os jovens foram sendo encontrados, pude perceber que não havia um grupo de egressos (como as políticas de proteção parecem conceber) e que esses sujeitos eram atravessados por inúmeras outras experiências e relações as quais, na maioria das vezes, não estavam relacionadas à experiência de acolhimento.

O tensionamento da categoria egresso veio acompanhado de uma mudança na ordem das perguntas postas em relação a esses jovens. Quem são? Onde estão? Por onde andam? O que fazem? E quais são as políticas voltadas a esses jovens? Essas são perguntas comumente suscitadas em se tratando de jovens em processo de desinstitucionalização; elas despertam o interesse de todos (inclusive os meus, como mencionei na abertura do capítulo), sobretudo daqueles envolvidos com a criação e execução de políticas de proteção à infância e à adolescência. Conforme pesquisa realizada por Bernal (2004) junto aos prontuários de crianças e adolescentes institucionalizados pelo Serviço Social de Menores no período de 1938-1960, é possível ter pistas de que, desde a década de 40, o problema da “integração dos jovens na sociedade após internamento” gerava debates. Nos

prontuários, prevalecia a saída aos 18 anos e esse momento marcava a passagem da categoria “interno” à de “egresso”. “Fecham-se os prontuários. Agora é vida de egresso” – esse é o título do último capítulo do livro de Bernal (2004), o qual nos revela o quanto a categoria egresso esteve e permanece atrelada ao encerramento de um conjunto de procedimentos formais por parte das instituições. “Pensar em alguns desfechos para aqueles jovens”, propõe-se a pesquisadora, diante do “ponto crítico na vida” que representaria o término do período de institucionalização.

Acontece que esse “desfecho”, ou ainda as respostas para as perguntas acima citadas, ajudaria a avaliar e repensar as políticas de proteção e os serviços de acolhimento institucional. Tanto é que, como observa Cruz (2006, p.17), a ausência de estudos acerca da situação dos egressos pode ser um sinal da concentração de esforços das instituições sobre o atendimento e o conseqüente desprezo da “análise e produção de indicadores que poderiam subsidiar os gestores das políticas públicas, bem como qualificar os serviços prestados pelas instituições”. De fato a qualificação dos serviços é de grande importância e praticamente todas as pesquisas sobre a temática se propõem a dar conta dessas questões, que certamente são relevantes para a construção do campo. No entanto, tais perguntas nos fazem, de certa forma, perseguir um “grupo social” que seria produto ou resultado de uma política institucional, dos sucessos e insucessos dessa. E nesse sentido, seria pertinente indagar, em diálogo com Wagner (1974), se em termos desses jovens se poderia falar em grupo. Ou se, por trás da categoria “egressos”, estaria a suposição da existência de um grupo social, com contornos e forma definidos em função de semelhanças em suas trajetórias, especialmente daquelas geradas pela intervenção do Estado. Pensá-los como grupo não seria uma impossibilidade, mas resta saber o que deixamos de ver nessas experiências quando as circunscrevemos a partir de uma “forma de organização e de uma coerência” que não correspondem à maneira pela qual esses jovens parecem se movimentar.

E quando pensamos em grupos, estamos fazendo isso sob quais termos? Pois afinal “temos inúmeras maneiras de definir grupos” e igualmente muitas “definições para grupos”, as quais vão desde seus aspectos físicos, de forma, até sua máxima fluidez, como as redes (WAGNER, 1974). O próprio desenvolvimento da Antropologia Social sempre esteve marcado, ainda que por correntes teóricas distintas, pela necessidade de localizar e descrever as forças que mantêm os seres humanos juntos, sua “grupidade”, como bem pontua Wagner (1974). E tal preocupação veio acompanhada de uma espécie de “jogo de

“fingimento heurístico”, conforme observou o autor. Tratava-se de fazer dos nossos problemas os problemas dos outros. Ou seja, se, em nossa cultura, “fundar, integrar, tornar-se membro e participar de grupos é uma questão intencional e importante”, de alguma maneira “esse modo nativo de fazer a sociedade” poderia, por extensão, ser explicado e descrito a partir dessa mesma lógica. É nesse ponto que reside a insuficiência de uma definição padrão, centrada nos grupos, para dar conta daquelas socialidades que nos são desconhecidas (WAGNER, 1974).

Ao trazer essa reflexão, de cunho mais epistemológico, empreendida por Wagner acerca da existência de grupos sociais, para analisar as experiências das jovens da presente pesquisa, reconheço que não se trata de um mesmo contexto e tampouco da mesma preocupação. Talvez possa ser interessante reter algo desta discussão a fim de problematizar a maneira como os sujeitos são tomados pelas políticas e mesmo pelo campo da proteção à infância e à adolescência. Tenho pistas para pensar que esse paradigma da “grupidade” está muito presente nas práticas e rotinas dos serviços de acolhimento, como será possível observar no Capítulo 2 em função dos relatos das próprias jovens. E talvez seja por isso que os jovens, quando têm a oportunidade de ir para uma república, acabem por sentir o peso do que seria uma experiência mais individualizada, focada na autonomia e no projeto do indivíduo. Dessa forma, em se tratando das jovens dessa pesquisa, parece-me mais produtivo, ao contrário de recair na facilidade da suposição prévia da existência de grupos, procurar compreender as sutilezas das suas dinâmicas de socialidade. E essa socialidade, pelo que pude observar, não necessariamente resulta de um agrupamento, mas sim da própria maneira como esses jovens lidam com ela, pela maneira como constroem seus modos de vida, através de esforços criativos.

Dito isto, é importante apresentar uma outra questão de ordem aparentemente mais “operacional”, sobre como tratar esses jovens na pesquisa e sobretudo no texto etnográfico. Inicialmente parecia que as atas resolveriam temporariamente esse impasse, como forma de sinalizar para o leitor e para mim mesma que eu estava falando sobre os egressos, mas que isso sinalizava uma incongruência teórico-metodológica. Como denominá-los? Sujeitos? Jovens? Atores? Agentes? Cada uma dessas formas remete a uma diferente perspectiva teórico-metodológica e todas, em alguma medida, incorrem em generalizações acerca de experiências e subjetividades muito específicas. É interessante pensar como propostas tão ousadas acabam, em termos textuais, retomando as nomenclaturas e categorias combatidas em termos

teóricos. Não se pode esquecer de que o texto é o ponto alto da pesquisa cujo empreendimento depende, na maioria dos casos, dos interesses e das intenções de um sujeito: o pesquisador. E nesse sentido, as palavras de Favret-Saada parecem esclarecedoras ao lembrar que não existem posições neutras no campo de poder dos relacionamentos discursivos: “o evento da interlocução sempre destina ao etnógrafo uma posição específica numa teia de relações intersubjetivas” (FAVRET-SAADA, 1977, *apud* CLIFFORD, 2008, p.42).

Então, percebi que cada vez que acionava a categoria egresso para falar sobre os “egressos” eu estava permanentemente presentificando uma problemática que seria o próprio cerne da pesquisa. Ao mesmo tempo, a palavra egresso funcionava como uma chave explicativa, a quem perguntasse sobre o que eu estava pesquisando: eu diria “egressos” de serviços de acolhimento e parecia que tudo estava esclarecido. Mas somente *parecia*, pois – excetuando os profissionais que trabalham com políticas de proteção e serviços de acolhimento, que lidam com essas questões cotidianamente – tal chave acionava, para as demais pessoas, uma série de mal-entendidos, como, por exemplo, associar os serviços de acolhimento e os jovens que cumprem medida socioeducativa. A própria ideia de serviços de acolhimento parecia mais confusa do que o termo abrigo e, mesmo em se tratando de jovens que deixaram serviços como esses, o comum seria associar a trajetórias de insucessos e de dificuldades em firmarem sua independência.

Uma outra tendência que também parece acompanhar a categoria egresso pôde ser observada por mim, não só entre os pesquisadores franceses, mas também entre os brasileiros: a preocupação em relação àqueles que experienciaram longos períodos de acolhimento institucional, sobretudo quanto à inserção social depois da maioridade. Os pesquisadores observam que, se para os jovens que não tiveram tal experiência e mesmo aqueles em condições mais favoráveis, a inserção social e a conquista da autonomia, com a chegada da maioridade, já podem ser complicadas, essas dificuldades seriam potencializadas no caso dos jovens que passaram pelos serviços de acolhimento e que, por vezes, não podem contar com a ajuda de familiares. E sobre esse ponto, é possível pensar no prolongamento sistemático da tutela, que se estende da família ao Estado, como lugares incontornáveis na inserção desses jovens:

[...] temos assistido a um crescente alargamento do período de dependência, e a guarda é atribuída primordialmente à família nuclear. Quando esse

esquema falha, o problema deve ser equacionado e decidido preferencialmente pelo Estado, mas com participação ativa da sociedade civil. Contudo, mesmo considerando um número expressivo de experiências bem-sucedidas, o destino dessas crianças e jovens sem formação ou convívio regular com as chamadas instituições socializadoras é qualificado como incerto ou, na linguagem do ECA, como “estando em risco”. Parece existir um entrave, de natureza mais profunda na nossa cultura, que toma essa população deslocada e com futuro fadado ao insucesso (GREGORI, 2000, p.17-18).

Quando iniciei o trabalho de campo, de certa forma buscava encontrar a especificidade de ser egresso, a qual seria produzida pelas lacunas deixadas pelas políticas públicas ou mesmo pela ausência dessas. Nesse meu percurso, comecei a observar que, mesmo diante de tal ausência, era recorrente o interesse sobre as experiências pós-acolhimento desses jovens (mas afinal por onde andam?), como se estes, sobretudo sob o ponto de vista dos direitos, fossem tomados como uma continuidade do trabalho intensivo dos dispositivos que conformam a proteção à infância e à adolescência. Ou seja, mesmo sem políticas voltadas aos egressos, a curiosidade sobre suas trajetórias permanecia pairando sobre os profissionais dos serviços de acolhimento, os representantes do governo e também os pesquisadores: havia se criado uma entidade (os egressos) que deveria permanecer ecoando um investimento feito, em termos da proteção, formação e socialização desses sujeitos (incorporação de princípios morais, de hábitos, de saberes e fazeres). Isso porque as perguntas sobre os egressos – por onde andam? o que fazem? (suas relações com o trabalho, a família e a sociedade) – já colocavam previamente um limitador numa diversidade que extrapola a condição de egresso associada ao processo de institucionalização e aos seus desdobramentos. E tal diversidade, como pretendo mostrar no Capítulo 2, parece ter muito a ver com a mudança sistemática e recorrente que marca a vida desses jovens, na maneira como lidam com o tempo e, sobretudo, na maneira pela qual desmarcam as convenções.

Aos poucos, no entanto, fui percebendo que o problema da tese não estava nessa especificidade de ser egresso, pois esta não existia ou pelo menos não correspondia aos modos de vida desses jovens. O problema estava justamente na ausência dessa especificidade,

principalmente no que ela nos informa sobre esses sujeitos, e as políticas públicas e conseqüentemente as relações que se estabelecem entre esses. Então, talvez não se trate simplesmente de substituir a categoria egresso por outra, mas essa reflexão serve para não incorrer no risco de enclausurar previamente esses modos de vida – que pretendo descrever e analisar – que se propõem, creio eu, a dizer muito mais sobre esses jovens enquanto devir. Por isso, talvez seja mais produtivo repensar as questões que nos fazemos quando queremos saber sobre as experiências desses jovens, de maneira a refletir não sobre aquilo em que eles se tornaram, mas sobre seu devir, ou jovens em devir. E o fato de serem em devir poderia num primeiro momento sugerir um tipo de especificidade em relação aos outros jovens. Afinal, não seriam todos os jovens em devir? Não seriam todos os sujeitos em devir? O uso do conceito de devir, na expressão jovens em devir, não pretende funcionar como um marcador de diferenças, mas sim o contrário, como expressão que permite desmarcar possíveis especificidades que a categoria egresso possa instaurar.

CAPÍTULO 2

EXPERIÊNCIAS DE “CUIDADO”: CIRCULAÇÃO E DEVIR

“Vais encontrar o mundo, disse-me o meu pai, à porta do Ateneu. Coragem para a luta.” Bastante experimentei depois a verdade deste aviso, que me despia, num gesto, das ilusões de criança educada exoticamente na estufa de carinho que é o regime de amor doméstico, diferente do que se encontra fora, tão diferente, que parece o poema dos cuidados maternos um artifício sentimental, com a vantagem única de fazer mais sensível a criatura à impressão rude do primeiro ensinamento, têmpera brusca da vitalidade na influência de um novo clima rigoroso”.

Esse é o primeiro parágrafo da obra *O Ateneu*, de Raul Pompéia, no qual são narradas as impressões do personagem Sérgio acerca da família, diante do aviso do pai no momento de entrada no colégio interno. Trata-se de um trecho inspirador, no que diz respeito à temática que pretendo abordar no presente capítulo: experiências familiares e de institucionalização. Sérgio, através de suas memórias, nos fala sobre a maneira como se vê em relação à família e como essa perspectiva o informa sobre o mundo que está por descobrir e, principalmente, o que deste ele poderia esperar. Trata-se de uma luta, lembra o pai, da qual ele sairia transformado. O momento da entrada no colégio interno não é capaz de demarcar onde exatamente começam e terminam as experiências familiares e as de institucionalização. Estas estão imbricadas, se afetam mutuamente. São experiências de cuidado, cujos sentidos podem variar e se alterar, dependendo da perspectiva assumida por cada sujeito nas relações que estabelece. Mas é sobretudo em função da combinação dessas experiências que poderá emergir a potência para a invenção de novas possibilidades de vida.

Dessa forma, no presente capítulo, pretendo analisar os relatos das jovens sobre as suas experiências familiares e de acolhimento institucional, procurando refletir em que medida a articulação entre estas instâncias poderá apontar para a invenção de novas possibilidades de vida. Tal entrecruzamento de experiências, a partir das quais os sujeitos são transformados, será analisado tendo em vista a prática da “circulação de crianças”, que nessa pesquisa tem como marca a emergência da agência dessas jovens (de sua potência para ação), e

também a partir de uma temporalidade específica própria do devir.

As práticas de mobilidade infantil ou a prática de “circulação de crianças”, “transação pela qual a responsabilidade de uma criança é transferida de um adulto a outro ou de uma família a outra”, já há muito tempo figura nas reflexões antropológicas, em especial nas etnografias junto a sociedades da Oceania e da África e mesmo no Ártico e no sudeste da Ásia. No entanto, como bem lembra Fonseca (2006), poucos pesquisadores têm se dedicado a estudar a circulação de crianças nas “sociedades complexas”, onde “o Estado e os processos de globalização desempenham um papel importante”. Somente nos últimos anos é que, segundo a autora, se assiste à ampliação do interesse pelos estudos sobre adoção, os quais apontam para os desafios que a temática da circulação coloca. Em particular, no caso do Brasil, o estudo de tais práticas ganha visibilidade, a partir dos anos 80, com a pesquisa de Cláudia Fonseca em bairros populares de Porto Alegre-RS (2006a, 2006b). No entanto, essa mobilidade infantil e conseqüentemente a coletivização do cuidado em relação às crianças é comum no país, desde o período colonial, sem estar restrita às classes populares (FONSECA, 2006a; 2006b).

Em um movimento exploratório quanto ao alcance teórico-metodológico da expressão “circulação de crianças”, é possível observar que, em linhas gerais e tendo em vista as sociedades complexas, esta revela o deslocamento das crianças, desde muito cedo, da casa de seus genitores para outros espaços de cuidado e convivência, tais como a casa da parentela extensa e, até mesmo, por um circuito mais amplo que envolve vizinhança, amigos e também agências do Estado (tais como os serviços de acolhimento em suas diferentes tipificações). Os anglosaxões, como pontua Lallemand, dispõem de dois termos para falar sobre a circulação de crianças: *adoption* e *fosterage*. Enquanto na *fosterage* a circulação não implica a mudança de identidade, nem mesmo, por vezes, de localidade geográfica, na adoção, a transferência dos direitos do genitor ao tutor é definitiva e implica a mudança de status e mesmo de identidade da criança. Ainda que brevemente, mas de forma capital, o termo *fosterage* é mencionado na obra de Marcel Mauss sobre o dom, para esclarecer o equívoco do missionário George Turner ao chamar de “adotiva” a criança que é recebida para ser criada pelo marido e sua mulher depois das festas do nascimento. Para Mauss, não se trata de adoção, mas sim do costume de *fosterage* [criação de crianças] uma vez que este remete ao deslocamento ou colocação temporária (para fins de cuidado, alimentação e educação) desta criança, da irmã (e do tio uterino) para o irmão (cunhado). Conforme Lallemand, a oposição entre esses dois termos – que emergiu a partir da publicação,

em 1969, do artigo de J. Goody – aos poucos deu lugar a uma concepção de *continuum* entre essas duas noções, uma vez que parece mais produtivo que estas possam ser conjugadas de maneira contingencial e tendo em vista as especificidades da sociedade ou o segmento social estudado. Tomá-las de maneira apartada ou polarizada pode acabar por produzir simplificações, em especial no caso da presente pesquisa, na qual é recorrente, por parte das jovens, o uso da palavra adoção em sentidos diversos daquele tomado mais convencionalmente.

Il semble effectivement difficile de s'en tenir à une vision tranchée de ces deux seuls modes de cession des enfants. Et ce d'autant que beaucoup de populations pratiquent simultanément plusieurs sortes d'arrangements entre ascendants et tuteurs parmi lesquels certains s'apparenteraient plutôt à l'adoption et d'autres au fosterage. Alors, polariser excessivement l'intérêt sur deux seulement de ces types de transferts, leur assigner à chacun des localisations géographiques précises et exclusives, peut aboutir à des erreurs ou, au moins, à de dangereuses simplifications (LALLEMAND, 1993, p.50)⁵⁵.

É importante destacar que a circulação, por ser um processo histórico, tanto tem incorporado novos elementos, ao longo do tempo, como especialmente, hoje, é pensada sob diferentes configurações. Fonseca (2006a) já chamava atenção para as diferentes modalidades da circulação, lembrando que esta poderia incluir desde a experiência das creches até a adoção e o abandono⁵⁶. Para além destas modalidades

⁵⁵ “Parece efetivamente difícil de se persistir em uma visão segmentada desses dois únicos modos de transferência de crianças. Ainda mais considerando que muitas populações praticam simultaneamente diversos tipos de arranjos entre ascendentes e tutores entre os quais alguns seriam mais próximos da adoção e outros do *fosterage*. Então, polarizar excessivamente o interesse sobre dois únicos tipos de transferência, dar-lhes a cada um localizações geográficas precisas e exclusivas, pode levar a erros ou no mínimo a perigosas simplificações”. (tradução minha).

⁵⁶ Talvez fosse mesmo possível incluir, dentre essas diferentes modalidades de circulação, o rapto de crianças. Como bem lembra Antonella Tassinari, entre os Kadiwéu, a captura de crianças é uma prática recorrente, não apenas simbólica, mas efetiva. Para os Kadiwéu, conforme pesquisa realizada por Lecznieski (2005), criar crianças raptadas de “outros” (inimigos, estrangeiros e afins) é um

sugeridas por Fonseca, Mota Maués aponta, em artigo publicado em 2004, para a extensão da circulação de crianças também às classes médias, como forma de incluir, nesta “ciranda”, “fluxos mais curtos e dinâmicos” com outros atores e instituições além dos marcados pelas relações de parentesco. A autora sugere que, assim como nas classes populares, as famílias de camadas médias urbanas apresentam a mesma dinâmica de mobilidade, marcada pela separação dos pais, novos casamentos, mudança de cidade, licença maternidade e novos usos dos termos de parentesco. A circulação poderá abarcar, conforme a autora, não só os espaços familiares, mas também outros “espaços flexíveis e plurais”, tais como as aulas e os treinos de natação, de futebol, as sessões com psicólogo, o curso de línguas, etc.

A etnografia empreendida por Gregori, no início da década de 90, junto a diferentes agrupamentos de meninos de rua na cidade de São Paulo também pode fornecer pistas de uma outra configuração do fenômeno da “circulação de crianças”. A tal concepção, a autora soma uma expressão produtiva para pensar os processos “extremamente dinâmicos de constituição da identidade” dos meninos que aprendem a conviver com o cotidiano das ruas: a “viração”. Esta expressão substantiva o verbo “se virar”, que remete à ação comum de crianças e adolescentes que estabelecem táticas de sobrevivência nas ruas de pequenas cidades e grandes metrópoles. Assim como descreveram Fonseca e Mota-Maués, os meninos de rua também circulam por “vários locais do espaço público, pelas instituições, nas idas e vindas entre suas casas e as ruas. “Eles se “viram” circulando. A movimentação é constante: eles não se fixam em um lugar, assim como não estabelecem relações muito permanentes”. (GREGORI, 2000, p.19). Na lacuna deixada pelas políticas públicas e pelas contradições da trama institucional que se ocupa do atendimento de crianças e adolescentes, estes meninos e meninas aprendem a se virar para circular e circulam para se virar. “Circulando entre os vários organismos, se virando, eles sobrevivem e se protegem. [...] Seu destino permanece preso a uma circularidade das ações”. (GREGORI, 2000, p.22). No trânsito entre a casa de familiares, vizinhos e amigos, abrigos, instituições de cumprimento de medidas socioeducativas e outras instituições de tutela, Gregori inclui um outro “espaço” que não é novo, mas permanece sendo o ponto de convergência de muitas modalidades de circulação: a rua, passível de regras, códigos e hierarquias como qualquer outro espaço de

movimento de “aproximação” desta alteridade para a vida doméstica (TASSINARI, 2007).

circulação, também acolhe e conforma uma espécie de matriz da circulação que perpassa e alimenta a trajetória desses sujeitos e também de suas famílias.

Dos treze meninos e meninas entrevistados com maior profundidade e cujos históricos nos prontuários institucionais acompanhei, metade passou parte considerável de suas infâncias com parentes ou em internatos. Para a outra metade, a experiência com a rua já havia sido desenvolvida por outros membros da família (irmãos de rua ou mães pedintes) (GREGORI, 2000, p.77-78).

Além de descrever a circulação constante que alimenta o padrão de vivência dessas crianças, Gregori se questiona sobre as causas deste processo que inclui simultaneamente apego e fluidez das relações estabelecidas. No acompanhamento sistemático da rotina desses sujeitos, a autora, assim como Fonseca e Motta-Maués, localiza, na estrutura familiar, elementos que apontam para uma dinâmica instável:

[...] pais que saem de casa, vinda de diferentes padrastos, novos filhos, crianças de outros parentes sendo criadas juntas, etc. Em segundo lugar, são famílias para as quais a renda para o sustento nunca foi estável. [...] São também famílias que se mudam frequentemente [...], alterando a rotina de seus membros (GREGORI, 2000, p.72).

Ainda que Gregori reconheça que tais fatores não são suficientes para explicar o grande número de crianças e adolescentes nas ruas, as descrições feitas pela autora sobre a trajetória das crianças e dos adolescentes que “sobrevivem” nas ruas são pautadas por estas categorias que, por fim, permanecem apenas reiterando a própria matriz da circulação. Para a autora, os motivos possíveis “dessas entradas e saídas, idas e vindas” não são passíveis de definição; no entanto, a circulação pode ser tomada como um “padrão”, talvez inclusive funcione como um *habitus*, nos termos de Bourdieu, um conjunto de pré-diposições que organizam e orientam as práticas desses adolescentes. Claro está que, enquanto *habitus*, tais disposições permanecem como matriz que tem suas origens no universo familiar e é apenas transposta ao cotidiano das ruas.

Carolina Ciordia, mais recentemente, pensando na situação específica da circulação de crianças em Buenos Aires, se apropria de tal

concepção para analisar as situações de trânsito institucional que experimentam as crianças. A autora estende ainda mais as práticas de circulação, questionando-se sobre os processos em que crianças e adolescentes transitam por diferentes instituições e grupos domésticos sob o cuidado de um juiz e das autoridades desses lugares e são, eventualmente, dados em adoção. Ciordia (2010) acompanha a negociação do estado de adotabilidade de uma criança ao longo de um processo demorado, do qual participam múltiplos agentes que, de diversas maneiras, incidem sobre essa decisão, como numa espécie de “circulação institucional de crianças”. Em diálogo com Suzanne Lallemand⁵⁷, Ciordia (2010) observa esta modalidade de circulação enquanto “continuum de práticas complementares, con graduaciones y matices entre una y outra” (LALLEMAND *apud* CIORDIA, 2010, p.172). Nesse sentido, a trama de relações que é conformada em função do trânsito das crianças é tecida a partir da complementação das ações de agentes judiciais e outros atores sociais responsáveis pela criação e cuidado destas. Isso aponta para uma rede de agentes diversos, que inclui tanto processos temporários/momentâneos, como também rupturas radicais e irreversíveis. “Si bien la adopción puede ser concebida desde el ámbito judicial y administrativo como una solución posible para esos niños, el proceso por el cual se arriba finalmente a ella no es lineal ni unívoco” (CIORDIA, 2010, p.172).

Andréa Lobo (2013), ao pesquisar sobre questões de mobilidade infantil, família e fluxos migratórios em Cabo Verde, também fornece questões importantes para pensar o quanto a circulação é valorizada duplamente, ao longo da vida, pelos boavistenses: como oportunidade, mas também como sacrifício e superação. Segundo a autora, quando a mobilidade infantil é relatada por adultos (acessada pela memória), é comum perceber que, moralmente, superar-se é altamente admirado e as dificuldades enfrentadas são fundamentais para justificar as idas e vindas de uma casa a outra durante a infância.

Diante desse panorama das abordagens teóricas da concepção de “circulação de crianças”, o que se observa é uma tentativa de caracterizar tal processo em suas diferentes modalidades e configurações. Estas na sua diversidade me fornecem elementos em comum para pensar como as relações podem ocupar o lugar das estruturas mais tradicionalmente associadas ao cuidado e à formação de crianças e jovens. Assim como descrevem as autoras, as experiências

⁵⁷ Ciordia faz referência à obra de Suzanne Lallemand, de 1993, intitulada “La circulation des enfants en société traditionnelle. Prêt, don, échange”.

das jovens que participaram da presente pesquisa, desde a infância, também são marcadas por uma intensa circulação entre diferentes instituições de tutela, seja a família, a casa da parentela extensa e de amigos e vizinhos, as diferentes modalidades de serviços de acolhimento e a rua. No entanto, o uso da concepção de “circulação de crianças” aqui não figura como uma tentativa de elencar uma outra modalidade de circulação, tal como circulação de jovens egressas de serviços de acolhimento, mas sim de tornar visível o potencial de agência desses sujeitos. No caso dessas jovens, a circulação, ao invés de ser uma iniciativa da família ou mesmo do Estado, teve início pela ação das próprias jovens que, ainda crianças, se desvencilharam das condições de maus-tratos vivenciadas no âmbito de suas famílias (consanguíneas ou adotivas) e foram em busca daquilo que entendiam por cuidado e proteção.

O fato de a transferência ser solicitada pela própria criança é frequentemente invocado, como observam Suzanne Lallemand (1993) e Claudia Fonseca (1998) na literatura etnográfica. Essa solicitação que é instigada pela própria criança e que é reveladora da tomada de decisão por parte das jovens gerações já figurava nos estudos de Lee Guemple junto aos Inuits, assim como também no de Jérôme Rousseau acerca dos Tununermuitde e nos de Esther Goody sobre os Gonjas (denominada pela autora de “Circulação Voluntária”) (LALLEMAND, 1993; FONSECA, 1998; LOBO, 2013). Mas se tal prática é recorrente nos estudos das sociedades tradicionais, esta, como lembra Lallemand, seria motivo de surpresa para um ocidental. Isso porque, em geral, a criança é posta em circulação pelos genitores ou tutores.

No entanto, Claudia Fonseca (2006), ao analisar o histórico da circulação de crianças no Brasil, pôde observar a presença do fenômeno da “autocirculação” de crianças. Tendo como base os Processos de Apreensão de Menores (entre 1901 e 1926), presentes nos Arquivos Públicos de Porto Alegre, a autora empreende uma reflexão sobre a relação entre adultos e crianças (ou mais exatamente a disputa dos adultos pelas crianças). A maioria dos casos envolve brigas entre o pai ou a mãe da criança e terceiros, os quais, tendo cuidado desta durante certo tempo, acreditam ter adquirido certos direitos legais. Embora a legislação no período fosse outra – não fazendo distinção entre crianças e adolescentes, e a maioridade fosse aos 21 anos –, a autora destaca exemplos de “menores” que não se conformavam mais com o papel de objeto (passivo) de tais disputas e conseguiam se impor, de uma maneira ou outra, como atores: “A rebeldia juvenil podia ser dirigida contra os próprios pais da criança. Certos menores pediram para não voltar ao lar

onde sofriam “maus-tratos”, tinham que “dormir no chão por não haver cama” e “até fome passavam”. Ao longo dos processos, figuram também casos de crianças que se negavam a ficar com os tutores legalmente designados, ou que pretendiam exercer “uma opção na escolha de lar substituto/empregador” e, no limite, situações de fuga após o julgamento (FONSECA, 2006, p.71).

São interessantes as contribuições da autora, pois, ao fornecerem uma perspectiva histórica acerca da “autocirculação” no Brasil, mostram que tal fenômeno não é uma novidade nas “sociedades complexas”. No entanto, para além da questão do período histórico analisado por Fonseca (1901 e 1926), é importante destacar que a “autocirculação” é pensada em um contexto judiciário (e a partir da análise documental) no qual está em questão a tutela dos “menores”. É em meio a essa disputa que a criança pode, em algumas situações, decidir com quem deseja ficar ou até mesmo tomar a iniciativa de procurar o juiz.

Na presente pesquisa, por outro lado, a prática da “autocirculação” revelou-se menos excepcional e ocorrendo em contextos “não formalizados”. De fato, como pretendo mostrar a partir dos relatos das experiências das jovens, no triângulo – tutor, genitor, criança – será a criança que tomará a iniciativa de deixar a casa da família para buscar ajuda na casa de vizinhos, de amigos, na rua e até mesmo junto ao Conselho Tutelar, até ser encaminhada para um serviço de acolhimento, onde sua permanência, em geral, será prolongada. Mas esta decisão, por parte da criança, é marcada pela fuga. Fuga em direção àquilo que ela entende por cuidado e proteção.

E, nesse ponto, será produtivo questionar não sobre as motivações do ato de se colocar em circulação, mas sobretudo, acerca dos sentidos que este assume para as jovens e das possibilidades de devir implicadas. Seguindo a definição presente na introdução da tese, o devir aqui será tomado como “intermezzo”, enquanto maneira de “estar entre”, de “passar entre”. Então, quando tomo a expressão “jovens em devir procuro dar conta dos devires múltiplos que atravessam esses sujeitos para além da experiência da institucionalização. Não desejo marcar o que eles vieram a se tornar, como entidade molar, como sujeitos acabados. “Nesses devires não se trata de indivíduos novos, mas de velocidades, relações de movimento e repouso novas, e afectos correlatos, graus de potência correspondentes” (PELBART, 2010, p.111). E será justamente a partir dessas diferenças de intensidades e desses efeitos que se produzirá a “potência de agir”, ou seja, “o que pode” um sujeito.

E isso, no meu ponto de vista, produz uma especificidade nessa

“prática de circulação”, sobretudo na maneira como esta tem sido abordada nas análises de diversos autores, como “locus de relações de aliança” (LOBO, 2013). O fato de as próprias crianças se colocarem em circulação acaba por tensionar esse lugar de “mediação” que esta circulação poderia assumir, ao transitar por diferentes lugares de cuidado, reforçando as redes de solidariedade e ajuda mútua entre os adultos. E, nesse sentido, num contexto de desinstitucionalização, parece-me mais produtivo pensar não nos “desdobramentos mais a longo prazo dessa circulação”, a qual acaba por complexificar a lógica de que as “crianças partem e voltam” (FONSECA, 2006b, p.26), mas naquilo que tenho chamado, seguindo uma das jovens da presente pesquisa, de “virada no jogo das relações de parentesco”⁵⁸.

Dito isso, retomando a observação de Lallemand (1993), seria interessante analisar em que medida, ainda hoje, essa agência das crianças na prática de circulação, nos causaria estranhamento ou surpresa e o quanto ela tem sido explorada pelos pesquisadores. E se por um lado é possível afirmar que tal mobilidade não tem início, digamos, de maneira espontânea (ainda que determinada pela criança) pois é impulsionada por uma série de condições e circunstâncias limites, por outro, cabe perguntar o que deixamos de ver nessa tomada de decisão por parte da criança, quando analisamos tal mobilidade sob a perspectiva da vitimização dos sujeitos. Deixamos de ver a agência destes, a qual encontra, em tais situações-limite, elementos para sua emergência.

Dessa forma, será importante esclarecer a concepção de agência que orienta tais reflexões. Para tanto, gostaria inicialmente de enfatizar que tal concepção foi sendo formulada não somente a partir do diálogo com diferentes autores, mas, sobretudo, em função do material etnográfico que dá vida à presente pesquisa. Trata-se, portanto, de uma concepção que é também balizada pelo meu ponto de vista, como pesquisadora, acerca da observação e análise das ações dessas jovens ao produzirem seus modos de vida. Por conta desses problemas é que se faz necessário lembrar que, neste trabalho, tal concepção se insere na perspectiva da invenção wagneriana e que, portanto, tal escolha depende de algumas desconstruções, principalmente em termos das suposições sobre as maneiras pelas quais as pessoas agem. “Assim, se desejamos levar a invenção a sério, devemos estar preparados para abandonar muitas de nossas suposições sobre o que é real e sobre por que as pessoas agem como agem” (WAGNER, 2010, p.77). A ideia de que o

⁵⁸ Esta expressão será objeto de discussão no Capítulo 3.

homem inventa suas próprias realidades não é nova, como bem observa Wagner, logo no início de sua obra *A Invenção da Cultura*; no entanto, tal invenção pode ser tomada de maneiras diferentes, como pretendo mostrar na sequência, e isso tem implicações não só sobre o que é real, mas consequentemente sobre o próprio “inventor” ou agente. Ainda que Roy Wagner, em sua obra, evite circunscrever o eixo idealista/pragmático, não se pode esquecer que os debates em torno da invenção/convenção remetem, de alguma maneira, à temática da agência humana, a qual tem uma história na disciplina, como bem mostrou Sherry Ortner (2007a; 2007b). Sem a pretensão de aqui expor uma teoria da agência, não posso deixar de retomar, ainda que brevemente, os principais aspectos desse debate.

A ideia de agência, como bem pontua Sherry Ortner (2007a), padece de muitos dos mesmos problemas que a ideia de sujeito e esta, eu diria, pode ser ainda mais complexa quando promove a articulação de ambos. A definição de agência, assim como a de agente, nos coloca um desafio, que é desvencilhá-la de toda uma tradição antropológica que, até o fim da década de 70, tinha a estrutura como foco privilegiado de suas problematizações. A ênfase na estrutura, de um lado, acabava por fixar, de outro, uma espécie de “indivíduo heroico”, ao qual cabia apenas “enfrentar forças e formações sociais e culturais externas” (ORTNER, 2007a, p.20). E foi justamente na tentativa de superar tal oposição, que os representantes da Teoria da Prática, que emerge no fim dos anos 70 e início dos anos 80 (sobretudo a partir dos trabalhos de Pierre Bourdieu, Anthony Giddens e Marshal Sahlins), propõem, em linhas gerais, tomar as práticas dos atores e as estruturas da sociedade e da cultura a partir de uma perspectiva dialética. E seguindo tal perspectiva, era possível pensar que tanto os sujeitos sociais eram produzidos por meio da prática no mundo, como também – e esta parecia a novidade da época – que a produção do próprio mundo se daria por intermédio da prática. “Além disso, a ideia de que o mundo é “feito” – em sentido muito amplo e complexo, é claro – por intermédio da ação de pessoas comuns também significava que ele poderia ser desfeito e refeito” (ORTNER, 2007a, p.38).

Na perspectiva da invenção wagneriana, ainda que o autor não faça uso do termo agência na sua obra “*A Invenção da Cultura*” (o que talvez nos informe sobre a posição do autor em relação a esses debates), está implicado o desafio de pensar a motivação humana em um nível radical. Nesse sentido, não se trata de capturar aqueles fenômenos de superfície que mais facilmente seriam problematizados quando se pretende pensar a ação humana (tais como os “clichês sobre os

interesses”), estes são apenas um subconjunto de questões fundamentais que ajudam a compreender o fenômeno da invenção da cultura, da sociedade e de si mesmo. E tal invenção não se dá a partir da dialética entre indivíduo e estrutura ou indivíduo e sociedade. Os fenômenos humanos são observados desde um exterior, mas este é “tão prontamente criado” quanto as nossas mais “confiáveis perspectivas interiores”. (WAGNER, 2010, p.14). Trata-se sim de uma dialética, mas uma dialética sem síntese entre modos diferentes de simbolização. As relações são anteriores aos termos.

No que se refere à questão da motivação, Wagner alerta que esta, embora ligada à ação, não necessariamente se origina “dentro” do indivíduo. Esta é parte do mundo da convenção e não uma “coisa” ou “força” que emana do ator. E, seguindo tal perspectiva, o agente (o inventor) não é necessariamente o centro da motivação, uma vez que “objetos, imagens, memórias e outras pessoas” nos motivam tanto quanto podemos motivar a nós mesmos. “As motivações podem ser ‘dispostas’ por aquilo que uma pessoa faz, por aquilo que outros fazem, por uma situação em que a pessoa se encontre, e a forma e a fonte da motivação são sempre uma função das distinções convencionais por meio das quais essas coisas são interpretadas” (WAGNER, 2010, p.99). Dessa forma, a motivação, na perspectiva wagneriana, é revelada pelo modo como o inventor percebe a relativização da convenção e as possibilidades de contrainventá-la.

Além disso, é importante reiterar que a maneira pela qual o autor concebe a invenção está totalmente dissociada de um movimento inusitado ou criativo acessível apenas a alguns indivíduos. A invenção é um componente esperado da vida humana. E, nesses termos, talvez se possa dizer que a agência, nessa perspectiva, emerge da maneira como os sujeitos desmarcam ou contrainventam as convenções. Ou ainda, como não têm a preocupação em conter a dimensão diferenciante que a dialética precipita. A agência, nessa perspectiva, é revelada à medida que os sujeitos, sem a pretensão de estabelecer e manter projetos, inventam seus modos de vida, ao conjugarem (de maneira contingencial) os dois modos de simbolização (convencional e diferenciante) com os dois domínios reconhecidos da experiência (o reino do inato e o da agência humana).

2.1 CLARISSA: A VIDA COMO BEST-SELLER

“A minha vida dá um *best-seller*”, ela me disse na primeira vez que eu fui até a casa dela, na época, localizada no bairro Brejaru na

Palhoça, Santa Catarina. Clarissa é uma jovem de 27 anos, de sorriso fácil e muito articulada para falar. A diretora do abrigo Nossa Senhora do Carmo, quando me passou os contatos dos “egressos”, sabia praticamente de cor o paradeiro da Clarissa, uma jovem que para ela seria batalhadora e decidida. E logo na nossa primeira conversa, a descrição dada pela diretora parecia feita sob medida: a Clarissa é uma empreendedora e desde cedo aprendeu a fazer as coisas do seu jeito. Quando precisou trocar de emprego, logo após a separação do seu atual companheiro, para dedicar mais tempo ao cuidado da filha, logo colocou suas condições para a dona da padaria: “Infelizmente, eu não posso trabalhar por menos de mil reais. Se eu tiver uma renda abaixo de mil reais eu não consigo sobreviver, porque é difícil. Não é só questão de pagar aluguel, tu paga a água, tu paga a luz. Tu tem um nível de vida, é muito fácil tu subir, tu voltar é difícil”. Diante dos argumentos, a dona da padaria titubeia: “não, mas primeiro tenho que ver teu serviço...”. Mas a Clarissa se mantém firme: “Infelizmente, eu não consigo viver com menos de mil reais”. A dona da padaria bateu o martelo: “Então tá, podes começar na segunda-feira”.

No nosso primeiro encontro, ela estava morando com a filha numa casa de madeira, que à primeira vista me pareceu abandonada. As portas e janelas tinham frestas enormes e pela ação do tempo já não fechavam em sua totalidade. Havia muitos buracos nas paredes e também no assoalho, através dos quais era possível enxergar o chão de terra embaixo da casa. Mas ela nem sempre viveu assim. Como ela mesma fez questão de dizer, já esteve “bem de vida”, tinha casa própria e mais de um carro na garagem e foi dona de bar e lanchonete, mas o ex-marido tinha colocado tudo fora, em festa. Mãe e filha moravam de frente para o terreno onde ficava anteriormente a sua casa de alvenaria. Desta, na ocasião, só restavam alguns escombros e da história de como tudo se perdeu, parece ter ficado a memória e a certeza de que era preciso recomeçar sozinha. A vontade de um recomeço foi o que marcou os relatos da Clarissa desde o nosso primeiro encontro. No entanto, no decorrer da pesquisa, esse foi sendo reconfigurado em função de alguns acontecimentos importantes na vida da jovem: a retomada da vida em comum com seu ex-companheiro e conseqüentemente uma nova chance para uma convivência familiar (incluindo a aproximação da jovem do seu segundo filho, que durante o período da separação havia preferido permanecer morando com o pai, e também a reaproximação dos seus dois filhos) e a gestação não programada do seu terceiro filho. Em função dessas mudanças, mãe e filha deixaram o Brejaru e foram morar em uma casa ampla de alvenaria, talvez aos moldes do que a

Clarissa havia desejado, no Alto Aririú (outro bairro da Palhoça).

Firme em suas opiniões e posições, é como se o tempo a tivesse feito olhar de maneira reflexiva e distanciada o seu próprio percurso. Desde criança aprendeu a assumir os riscos em nome de um modo de vida que fosse alternativo àquele experimentado no ambiente familiar. Tanto que a sua experiência de acolhimento não foi uma intervenção externa sobre a sua trajetória, foi uma escolha sua. “Eu saí de casa por vontade própria. Eu fui para a rua porque eu quis, porque eu não quis mais viver dentro de casa com a minha mãe”. Ela desejava se desvencilhar dos maus-tratos e da exploração da mãe, a qual fazia ela e a irmã pedirem esmola para sustentar os caprichos dela. E depois de cinco anos nessa condição, ela decidiu, aos 13 anos, que a saída de casa seria a chance de inventar novas possibilidades de vida. A prática de esmolar que havia surgido para a Clarissa e a irmã como uma brincadeira de criança, de “guri pequeno travesso”, como lembra a jovem, cujo dinheiro permitia que elas comprassem salgadinhos na escola, acabou virando obrigação diária: se as crianças podiam pedir esmola para elas, a mãe entendeu que essa prática seria, daquele dia em diante, para o seu benefício. “Na verdade, assim, se chegasse em casa e não tivesse, a gente apanhava. Se tornou tão obrigação que ela não tinha mais obrigação de colocar comida dentro de casa”, lembra Clarissa.

A prática de esmolar se tornou uma forma de controle, com todos os rigores disciplinares e cuja máxima seria extrair desses corpos o máximo de produtividade. Ao contrário do que se poderia imaginar ou mesmo buscar uma justificativa para tal forma de exploração, a mãe era funcionária da prefeitura municipal de Florianópolis. Ela “[...] nunca ganhou mal, sempre se especializou nos setores em que ela trabalhou, ela trabalhou na Biblioteca Pública, no Posto de Saúde, na creche São Sepé, então, assim, em vários lugares conhecidíssimos, com influência”. A esmola desencadeou uma série de outras obrigações diárias que, quando não cumpridas, a mãe respondia com surra⁵⁹. Depois que o padrasto deixou a casa – padrasto esse que a Clarissa reconhece como pai –, a relação da mãe com as filhas se tornou ainda mais complicada. “Daí foi sempre uma situação pior que a outra, um dia mais estressante que o outro, porque todo dia tinha alguma coisa. Se não pedisse esmola, apanhava; se não cozinhasse, se não limpasse. Com oito anos a gente

⁵⁹ Opto, nesse momento, como ao longo de todo o trabalho, em não usar a categoria violência, uma vez que essa não emerge enquanto conceito dos relatos das jovens e, portanto, ao tomá-la estaria incorrendo numa espécie de tradução dos termos delas por termos descritivo-analíticos da pesquisadora.

tinha que lavar a nossa roupa. Lavar não era tu lavar uma calcinha debaixo do chuveiro. Era lavar roupa pesada mesmo. Até que depois, com 10, 11 anos, nós já tínhamos a obrigação de lavar a roupa dela. Então, assim, a história é bem sofrida, bem complicada mesmo”.

No caso da Clarissa, num olhar mais apressado, a fuga de casa poderia parecer uma forma de não enfrentamento da situação de maus-tratos, mas pelo contrário, esta se torna a própria motivação para que a jovem percebesse que ali estava a oportunidade de assumir a condução da sua própria vida, de se tornar agente no processo de criação de novos modos de existência, como ela mesma relata:

Eu cheguei atrasada em casa, além de eu ganhar uma surra, de eu ficar de castigo, ela [a mãe] simplesmente disse que eu só sairia de casa para ir pedir esmola. Então, aquilo ali ficou batendo na minha cabeça: por que eu posso sair de casa para ir pedir esmola para ela, eu posso sair de casa para pedir favor para ela, por que eu não posso mais conversar com um amigo? Por que eu não posso mais namorar? Para dar dinheiro para ela, podia; para fazer outra coisa, não; sendo que nem estudar nós estudávamos mais. Então, eu fugi de casa, mas não fugi nesse dia. Eu levei uma semana para fugir, para tomar coragem e fugir de casa.

Depois de ficar na casa do então namorado, de buscar abrigo na casa de uma amiga, ela começou a vagar pelas ruas e conheceu o Betinho, um homem que era usuário de drogas, soropositivo e tinha uma filha com a idade da Clarissa. Ele morava numa “casinha, um barraquinho de favela, bem pequenininho de pau a pique que mal conseguia abrigar pai e filha”. E foi pela mediação do Betinho, desse homem fora de qualquer padrão esperado pela sociedade, que ela ouviu falar pela primeira vez em Conselho Tutelar. “De madrugada, eu acordei e escutei uma conversa dele com outras pessoas usando droga de que o certo para mim seria procurar meus direitos, porque aquilo ali não era normal, que se o Betinho me deixasse morando ali, o Conselho Tutelar podia vir me buscar...e daí, quando foi de manhã, eu levantei e fui até o Conselho Tutelar”.

Ela não sabia ao certo onde ficava o tal Conselho Tutelar⁶⁰, mas

⁶⁰ O Conselho Tutelar é uma instituição criada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com o objetivo de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes. Tendo em vista tal função, esta instituição age a

mesmo assim foi atrás daquilo que lhe parecia ser a única possibilidade de enfrentar toda aquela situação, sobretudo a mãe. Foi perguntando e se informando até que chegou ao lugar que procurava. Estava ali naquele lugar, o qual poderia ser entendido como sendo fundado no simples “artifício de redefinir convenções” (a partir do encaminhamento de crianças e adolescentes para os serviços de acolhimento em nome da sua proteção), a possibilidade de seguir um curso particular da ação em uma situação que admite cursos alternativos (WAGNER, 2010). A partir daquele momento, o Conselho Tutelar que, a princípio, funcionaria como um dispositivo que produz sujeitos (sujeitos sob medida protetiva, sujeitos em situação de vulnerabilidade, sujeitos em situação de risco, etc) tem seu uso subvertido pela jovem, na medida em que ela faz deste uma “linha de fuga”, no sentido de efetivar novas possibilidades de vida e de se tornar agente do seu próprio processo de institucionalização.

Diante do conselheiro tutelar, ela tinha apenas um pedido a fazer: “Ó, Marcelo, é assim, eu não quero voltar para casa, eu não vou voltar para casa!”. O conselheiro sabia o que precisava ser feito, mas resistiu em fazer por vias que não lhe são as habituais, ou mais esperadas e portanto racionais: “Não, mas a gente não pode fazer assim, porque tem que ter um acompanhamento... A gente tem que chamar tua mãe, porque a gente tem que conversar, porque não é assim, a gente tem que tentar uma reconciliação”, lembra a Clarissa. A jovem já havia experimentado a ineficiência da reconciliação quando tinha oito anos de idade e fugiu de casa com a irmã, por conta da mesma situação, e acabaram indo parar no SOS Criança. Onde ele tentava enxergar reconciliação, ela já não via nada além de ruptura. E, nesse ponto, é possível observar uma tentativa de chegar a uma espécie de consenso acerca da proteção, o qual, no entanto, não seria possível, pois quanto mais o conselheiro acionava a convenção (é tarefa do conselho proteger os direitos da criança e do adolescente, mas isso deve ser feito de maneira a preservar o máximo possível o princípio da convivência familiar e comunitária) mais ele acabava por contrainventar o seu oposto: a dimensão da invenção (era a própria jovem que desejava ser acolhida e que sinalizava os termos da intervenção). Havia um curso esperado da ação, mas a Clarissa desejava fazer do seu jeito. Além disso, para o conselheiro, a concepção de proteção passava pela garantia dos direitos da Clarissa à convivência familiar e pelo trabalho de restabelecimento dos vínculos, ao passo que,

partir de denúncias de violação dos direitos previstos no ECA, mediante a atuação dos conselheiros, os quais são legalmente encarregados de assegurar tais direitos (RIBEIRO, 2009, p.94).

para a jovem, a proteção, naquele contexto, significava a possibilidade de romper o mais rápido possível com a situação de exploração materna. Em termos de “proteção”, a jovem e o conselheiro estavam produzindo o fenômeno da “equivocação não controlada”, ou mais exatamente do “desconhecimento da significação alternativa”, o qual acaba por alimentar a busca improdutiva de uma posição consensual entre a perspectiva do Estado (em termos de políticas públicas) e dos sujeitos (com suas demandas) (KELLY, 2010).

Após três dias, a jovem retornou ao Conselho Tutelar e foi atendida por uma conselheira: “Aí, eu já tava bem pior, aí eu não tinha tomado banho nesses três dias, eu não tinha me alimentado direito, eu não sabia o que era dormir direito”. Mas, mesmo assim a Clarissa mantinha a mesma posição: “O que eu disse, eu vou voltar a dizer: ou vocês me arrumam um orfanato⁶¹ ou eu vou continuar nas ruas, para casa eu não volto”. A conselheira providenciou o encaminhamento da jovem para um albergue, como era da vontade dela, mas fez isso ainda tendo em vista a possibilidade de uma reconciliação ou de “formar essa união familiar de novo”. E tendo o convencional (intervenção do Conselho Tutelar) como base para sua invenção, a Clarissa circulou por muitos lares, antes de chegar na casa-lar Nossa Senhora do Carmo. Teve problemas de adaptação, pois aquilo que ela entendia por proteção e que a fez sair de casa, fugir da tutela da mãe, não coincidia com a proposta de cuidado que orientava alguns dos lares por onde passou. “Coisa assim, uns tratamentos que não era cabível a umas crianças que precisavam de carinho, de atenção, de apoio, de conversa, sabe? Então, eu achava aquele cara [responsável por uma das instituições onde a jovem foi acolhida] muito estranho, as meninas passavam e ele ficava olhando. E, realmente, até na época, aconteceu que o lar foi fechado porque foi descoberto que ele saía com meninas da casa, que ele abusava de meninas na casa”. Nisso, a Clarissa ligou para a assistente social que, na época, cuidava do processo e pediu para trocar de casa, pois ela queria ir para um lugar onde fosse respeitada, onde pudesse ser “bem acolhida” e “bem aceita”. A conselheira não sabia mais o que fazer com a Clarissa, talvez porque ela não estivesse acostumada com uma jovem que tinha optado pelo acolhimento institucional e que iria cobrar para ser vista não como mais um caso de direitos violados, mas como sujeito com demandas específicas. “Não, mas como é que tu não vais ficar na casa?” – impacientou-se a conselheira, “Meu deus! Eu arrumo

⁶¹ Categoria nativa usada naquela época para fazer referência aos serviços de acolhimento.

uma casa para ti, tu não fica; eu arrumo outra para ti, tu não fica. O que tu queres, afinal de contas?”. A pergunta da conselheira a princípio poderia remeter apenas à inconstância própria da adolescência, em termos das dúvidas, insatisfações, etc. Mas na verdade, ela é reveladora de uma falta de consenso ou tensão entre o ponto de vista dos jovens e o daqueles responsáveis pela concepção e execução das políticas públicas. A Clarissa sabia o que ela queria, mas talvez a sua demanda não correspondesse às expectativas e ao modo de ação próprio da profissional naquele contexto.

Então por mais que a conselheira tenha procurado fazer com que a jovem agisse segundo as expectativas coletivas, segundo uma imagem compartilhada de moral e do social, ela não foi capaz de impedir a invenção; pelo contrário, o modo de ação da Clarissa revelava uma dimensão que extrapolava as categorias postas pelo sistema de proteção: aquelas próprias de um sujeito que se constrói na falta e que incorpora a intervenção do Estado. Ao revelar suas expectativas em relação ao cuidado no âmbito dos serviços de acolhimento e confrontar estas com a da conselheira, a Clarissa estava acionando e tornando visível o seu potencial de agência e, portanto, agindo de maneira a desmarcar aquilo que era tomado como convenção. Mas para que esse potencial de agência da jovem fosse visibilizado e mesmo para que ela conseguisse levar adiante a sua invenção e se diferenciar, ela precisava estar em relação com a convenção (nesse caso, a dimensão revelada pelo sistema de proteção), uma vez que, como bem lembra Wagner (2010, p.165), o sujeito pode de fato “[...] ‘contrafazer’ um mundo convencional dele próprio, mas o convencional será sempre um fator”.

Até que a conselheira decidisse sobre o encaminhamento da Clarissa, ela ficou temporariamente na Casa de Passagem, que ela chama de “albergue” e onde a irmã dela já havia permanecido por três anos. Foi no albergue que a Clarissa conheceu a Virgínia, uma outra “egressa” da Casa-Lar Nossa Senhora do Carmo. Já na minha primeira visita à Clarissa, ela me falou sobre a jovem, sobretudo acerca da possibilidade de encontrá-la, uma vez que ela também estava morando na Palhoça, no bairro Frei Damião. “Tem uma outra menina que morou no “orfanato” comigo e que também está morando por aqui. Eu encontrei ela umas duas vezes ali na padaria”. Logo que ela me falou sobre a jovem, eu me interessei em encontrá-la e quem sabe reunir as duas, em um mesmo encontro, para que pudessem falar sobre suas experiências de cuidado.

2.2 VIRGÍNIA: “INDO E VOLTANDO”

A Virgínia mora no bairro Frei Damião na Palhoça, lugar que, segundo o relato da Clarissa, apareceu na mídia em 2010 por conta dos treinamentos do exército para a missão no Haiti. O local foi escolhido em função das suas semelhanças com o país antes e depois do terremoto. Na ocasião, os moradores mais engajados deram depoimentos acerca do descaso com que eram tratados pelo poder público. Eles relatavam que, mesmo pagando impostos como todos os outros cidadãos, não tinham saneamento, iluminação, fora os graves estados de alagamento com que a comunidade convive frequentemente. E foi num desses dias de chuva forte e de ruas alagadas que eu e a Clarissa fomos ao encontro da Virgínia: uma verdadeira saga por um labirinto de pequenas ruelas que pareciam a cada esquina se estreitar mais ainda. A Clarissa para o carro uma, duas, três vezes, andamos pela chuva e nada da casa da Virgínia. Esta era tão difícil de localizar que a própria Virgínia não conseguia explicar onde morava: a única indicação era o bar da Paraguaiá. No caminho, a Clarissa me contou que a situação da Virgínia era “bem precária”, uma vez que ela estava com quatro filhos e raramente saía de casa. Com o barulho dos carros, as crianças vieram para o avarandado nos receber. Em volta da casa de madeira, havia muita água. As ruas todas de areia ficavam ainda mais indefinidas em função da chuva que insistia em cair cada vez mais forte. Nós nos equilibramos sobre uns pedaços de madeira até chegar na casa. Não eram quatro filhos, eram seis; e mais um já estava a caminho, nos conta a Virgínia sorrindo. A Clarissa ainda disse: “E eu que pensei que tu tivesse quatro”.

A jovem tem 30 anos e teve o primeiro filho com 17. No total são oito filhos: sete dela com o seu companheiro e um dele, o mais velho, fruto de uma relação anterior à união com a Virgínia. Ela me conta que não fez a cirurgia de ligadura de trompas porque “tem medo dessas coisas” e que “não toma comprimido” (anticoncepcional) porque “tem problema no coração”. O número de filhos não se constituiu como um problema para a jovem, pois, segundo ela, é bem fácil cuidar de sete filhos, o difícil mesmo é a hora do parto, de que ela diz ter medo. Além disso, o fato de ter muitos filhos, como explica a jovem sorrindo, deve ter uma explicação genética, pois a sua mãe e as suas irmãs seguiram o mesmo caminho: o de não ter dificuldade alguma para ter filhos. A mãe teve 10 filhos e a irmã oito.

A Virgínia é uma jovem magra, branca, de estatura mediana, com os cabelos negros compridos, que cobrem boa parte das suas costas. No rosto, uma expressão desgastada pelo tempo insiste em denunciar uma

situação de abandono em relação a si mesma. Ela não trabalha fora de casa e não tem qualquer perspectiva nesse sentido. Se existem projetos para o futuro, estes se concentram totalmente na criação dos filhos. O único emprego formal que ela teve foi interrompido na sua primeira gestação, há mais de 10 anos. Ela passa todos os dias em casa na companhia dos filhos. A única visita que recebe é da mãe e, muito raramente, vai até a casa da irmã. “Não vou na casa de ninguém e ninguém vem na minha casa. A única que vem volta e meia na minha casa é uma comadre minha”, ela me explica, revelando um misto de decisão e resignação acerca da sua rotina; afinal de contas, isso não a entristece, pois, como ela mesma diz sorrindo: “os filhos me alegam”. Ela passa os dias envolvida com os afazeres da casa. Acorda cedo, antes mesmo das sete da manhã para fazer café para os dois filhos menores, os maiores acordam e vão direto para o Projeto⁶², onde fazem suas refeições. Ela limpa a casa, lava as roupas, e já deixa a janta preparada, pois o marido leva comida para o serviço todos os dias. Ao meio-dia, os filhos raramente estão em casa para almoçar, exceto os dois menores. Para eles, faz uma sopa e ela mesma raramente almoça, sobretudo no contexto da última gestação, pois tem se sentido muito enjoada. Enquanto ouvia seus relatos e a observava, eu não deixava de pensar no quanto a vida pode ser frágil e chegar ao seu limite, mas, ao mesmo tempo, como é possível enxergar nessa mesma fragilidade a potência. Ali não se tratava mais de uma “egressa” de uma instituição de acolhimento, era uma mulher, uma mãe como tantas outras nas redondezas.

A Virgínia deixou a casa da mãe, em Chapecó, e veio para Florianópolis com 11 anos de idade. E desse momento em diante, sua vida foi sempre assim: “indo e voltando” (modo nativo de fazer referência à prática de circulação infantil). Veio para Florianópolis para morar na casa da tia, no bairro Itacorubi. A princípio, ela iria para a casa da tia para voltar a estudar, mas isso nunca aconteceu. Além de a tia nunca deixar ela ir para a aula, ela era obrigada a fazer todo o serviço da casa e cuidar da filha pequena da tia, como ela mesma relata. “Ah, eu não vou ficar, deu! Não vou cuidar dos filhos dos outros, eu vou cuidar dos meus o dia que eu tiver. O pai dela e a mãe dela, que fizeram, que cuidem, mas só que os dois trabalhavam. Ah não! Vou embora, e ela que fique aí, deixei ela sozinha e fugi”. Foi na tentativa de fugir da casa da tia, que “era muito ruim”, que aos 14 anos ela foi parar na Casa de Passagem, sem saber exatamente como. “Só sei que eu tava andando e

⁶² Projeto de cunho educativo que funciona no contraturno da escola.

uma mulher lá me levou numa firma e começaram a brigar porque ela queria que eu fosse morar com ela. Eu não conhecia ninguém e para a minha tia eu não queria voltar. Daí um homem lá falou que ele era da polícia e que eu tinha que ir lá para a Casa de Passagem até arrumar para onde ir”. Foi na Casa de Passagem, ou “albergue” como chamam as jovens, que a Virgínia e a Clarissa se conheceram e estabeleceram uma relação de amizade antes mesmo da experiência na Casa-Lar Nossa Senhora do Carmo.

A Virgínia foi transferida para a casa-lar antes da Clarissa. Segundo os relatos das duas, a conselheira tutelar não desejava que elas ficassem juntas, porque elas “aprontavam muito”. Quando a Clarissa estava para ser transferida, ela chegou a pedir para a conselheira para ficar junto com a Virgínia, uma vez que elas já tinham feito amizade lá na Casa de Passagem. Mas a conselheira respondeu que não cuidava do caso da Virgínia e que, portanto, não sabia para onde ela havia ido e, além disso, a Clarissa não poderia ficar escolhendo “orfanato”: “Era só o que me faltava agora! Eu te arrumei uma casa-lar muito boa, se tu não parar nesse lugar, tu não vai mais parar em lugar nenhum”, lembra a jovem das palavras da conselheira. Depois de um tempo, a Virgínia já estava instalada na casa-lar havia duas semanas quando a Clarissa chegou. O reencontro foi marcado por muita alegria e surpresa, uma vez que elas não imaginavam que voltariam a ficar juntas. “E foi certinho. Cheguei lá de manhã, conheci o pessoal, conheci as crianças e ela [a Virgínia] já estava estudando nesse meio tempo, porque a primeira coisa que eles fazem é colocar na escola. Daí não vi ela. Ah, quando ela chegou, ao meio-dia, pensa... foi aquele abraço, aquela conversa. Eu acho que ela já foi um dos pontos para eu me adaptar mais fácil, para eu ficar na casa”, lembra a Clarissa com carinho do primeiro dia na casa-lar.

Os relatos das duas jovens sobre a experiência do acolhimento por vezes se cruzam. E a primeira personagem a figurar nas suas histórias é a educadora Esther, ambígua na sua maneira de cuidar das crianças, e na sua forma de estabelecer laços, alimentando uma relação de amor e ódio, como lembra a Clarissa. “É porque na verdade, assim ó, uma pessoa que me ensinou bastante coisa. Ela era uma pessoa que tinha educação, tinha uma classe, uma educação, uma boa formação, mas não nasceu para ser mãe. Não conseguiu educar as dela, não era a dos outros que ela ia educar”. E as impressões da Virgínia sobre a Esther iam no mesmo sentido das da Clarissa: “Ela xingava nós, né? Acho que ela não gostava”. E é nessa ambiguidade da educadora que emerge a relação entre proteção e autoridade, ou seja, proteger é também decidir quem

tem autoridade sobre. E isso aparece de forma bem marcada na avaliação que a Clarissa faz da Esther, sobretudo no uso que ela fazia dessa autoridade. “Porque o tipo de agressão que ela tinha pelas crianças, sabe aquela coisa de autoridade? Só que a autoridade dela se não fosse cumprida na hora que ela quisesse, ela batia. Poucas vezes ela botava de castigo, geralmente ela batia”. E o uso dessa autoridade vem acompanhado de gradações, do que seria tolerável, como é o caso do castigo, ao intolerável: bater. E na conjugação da autoridade com a proteção, há também uma espécie de gradação, de quem precisa ser mais protegido. Esse era o caso da Bruna, uma das meninas da Casa-lar que tinha deficiência auditiva.

A gente era muito ligada mesmo. Então, teve duas vezes que ela foi bater na Bruna, que a Bruna foi tomar banho e reinou porque não tinha xampu, não tinha o pente que ela queria e daí ela gritou para alguém levar e ninguém foi levar. Daí a Esther gritava para ela lá da cozinha: “Cala a boca, senão eu vou te meter a mão, cala a boca senão...”. E aquilo ali foi me irritando. Quando ela saiu para bater na menina, eu pulei na frente da porta: “A senhora não vai bater nela! Sai da frente. Quando ela botou a mão em mim, eu já agarrei nela e disse: Não, a senhora não vai bater nela. Aí ela viu que eu tava falando sério, eu ia falar para a tia Cecília. Mas já tinha acontecido dela bater na Bruna várias vezes. Ela tirava o chinelo e batia.

Contudo, esse modo de agir, pautado pela autoridade, descrito pelas jovens não correspondia à imagem que a Esther havia construído na casa-lar: de alguém que tinha boa educação, boa índole e que carregava uma experiência adquirida nos outros lares em que já havia passado. Modo este que, talvez, estivesse orientado pelo registro da convenção, numa lógica que prima pela “socialização” ou “reintegração” social dos sujeitos. Mas para as jovens, num registro da “invenção” havia um outro tipo de vínculo que esperavam estabelecer com as educadoras e que era praticado na relação com outra profissional que só trabalhava três dias por semana na casa-lar. “Mas é assim, ela tinha uma relação de amor e carinho. Tudo o que ela fazia. Se ela fazia um bolo, ela chamava todo mundo que quisesse ajudar. E tu sabe que, para criança, meu deus! Elas não têm esse contato, elas não têm esse carinho, não têm esse amor. Então, assim, tu tinha um contato, não era só aquela coisa de regra, só de leis, tinha realmente um contato”, lembra

a Clarissa. A proteção, para elas, passava por um outro lugar: o do afeto e de uma socialidade e não pela autoridade, sobretudo em termos de um investimento para dar aos sujeitos uma forma acabada.

Para além dos “atritos” com as educadoras e mesmo com as regras estabelecidas pela casa-lar, tanto a Clarissa como a Virgínia ressaltam que a experiência do acolhimento foi marcada por muitos aprendizados, que vão desde as tarefas domésticas (cozinhar, lavar, arrumar) e escolares até o cuidado de si (hábitos de higiene, de cuidado com o corpo) e também dos outros (preocupação com a colega que tinha deficiência auditiva, levar os menores para a escola, cuidar das monitoras em situação de doença, etc). Tanto que a Clarissa faz questão de dizer que sempre viu a sua experiência de acolhimento na casa-lar do mesmo jeito, desde o princípio de maneira positiva. Mesmo que discordasse e tivesse atritos com uma das monitoras, ela sempre viu o acolhimento como uma experiência de aprendizagem. “Eu entrei em outubro de 97 e saí em dezembro de 98. Mas foi um período muito bom, eu tive alguns atritos com uma monitora, mas que na verdade nós se brigava, mas nós se gostava no fundo”. E os relatos da Virgínia seguem no mesmo sentido dos da Clarissa. “Eu para mim, acho que eu aprendi tudo lá, desde comida até tudo. Porque daí, na verdade, a mãe não me cuidou, porque ela sempre teve, um tempo ela ficou louca, né, porque meu pai morreu, nós era pequena ainda e aí depois ela não mandou mais em nós, nós ia na aula se nós queria, se não queria nós não ia. Agora, que ela tem um pouco de juízo”. Para a jovem, ser governado passa a ser uma convenção, a ponto de ela sentir falta dessa “condução” em relação ao seu modo de agir, de se comportar, de estabelecer valores, de maneira que toda e qualquer ação passa a depender sempre da supervisão do outro. Esse “ser governado” não remete somente à disciplina, como poderia parecer num primeiro momento, mas ao cuidado. Cuidado este, a partir do qual ela pode se constituir enquanto sujeito.

Como a mãe da Virgínia não conseguia mais “governar” os filhos, tanto a experiência de acolhimento como também a dos outros lares (por onde a jovem passou depois que saiu da casa da mãe) são vistas como fundamentais nesse restabelecimento daquilo que para ela havia se tornado convenção, ou seja, ser governado. “E daí a gente sempre se governou [na casa da mãe] e lá [casa-lar] tinha alguém que mandava na gente. Em todos os lugares que eu ia, tinha alguém que me mandava. Daí aprendi a fazer comida, tudo lá; às vezes, até limpar a casa. Lá elas faziam a gente limpar tudo bem limpinho. Aprendi um monte de coisa, até o colégio que eu aprendi foi lá”, lembra a Virgínia. Então ser governado, ser cuidado, passa a ser, nessa perspectiva, a condição para a

aprendizagem. De maneira que, para a Virgínia, a casa-lar ficou associada como o lugar de estudo, tanto que, depois do desacolhimento, ela nunca mais retornou para a escola. “Eu estudei na casa-lar quando eu fiquei ali, estudei quase um ano, na sexta, e daí depois eu não estudei nunca mais. Nunca mais fui na aula. Porque depois eu fui para Chapecó e daí tava tudo diferente lá, daí eu não fui mais”. E é também recorrente nas narrativas das jovens, a possibilidade de essas aprendizagens se presentificarem nas suas experiências familiares atuais: na maneira como educam os filhos, como demarcam o certo e o errado, na maneira como ressaltam a importância dos estudos e do trabalho. No entanto, ao contrário do que se poderia pressupor, não se trata de uma simples transposição de tais experiências de um contexto para outro, tampouco da incorporação de certos modelos morais. Tais aprendizagens, ou experiências de acolhimento, acabam por se mesclar a outras tantas (para além da institucionalização), conformando o devir-mãe dessas jovens, ou seja, aquilo que elas desejam “vir a ser” como mães, sobretudo no que diz respeito às concepções de cuidado.

A experiência de reunir a Clarissa e a Virgínia nas minhas visitas se tornou produtiva, tanto para elas como para a pesquisa propriamente dita. Para as duas, a pesquisa promoveu o seu reencontro, depois do longo tempo que as separou da experiência do acolhimento. É sempre interessante observar, no encontro das jovens, o lugar que cada uma ocupa na relação, ou melhor, a maneira como cada uma pode se construir como sujeito. A Clarissa sempre procura assumir a posição de quem entende de políticas públicas, de quem corre atrás dos seus direitos, de quem não deixa o tempo passar. Ela busca aproveitar a melhor oportunidade no tempo. Essa posição vai sendo construída na medida em que a Virgínia, aparentemente, não deseja marcar posição alguma, a não ser a daquela pessoa que não sabe muito bem como funcionam as coisas, porque dificilmente sai de casa. Inclusive o próprio fato de não sair de casa, em função dos filhos, é usado como esse marcador de posição: de quem não tem obrigação de saber, pois não está exposto às mudanças que acontecem para além da esfera da casa e do cuidado com os filhos. Ao contrário da Clarissa, a Virgínia não faz projeções, a não ser a de que, se existe um problema, alguma possibilidade de solucioná-lo irá aparecer ou de que alguém vai lhe ajudar e tudo vai se resolver de alguma forma, independentemente do seu grau de esforço. Nesse ponto, é importante pontuar que tal posição, embora possa, num primeiro momento, apontar para o que se poderia chamar de uma ausência de “projeto de vida”, na verdade, é reveladora de uma maneira de conceber o tempo, na qual as decisões e as escolhas

vão sendo tomadas à medida que as situações vão sendo apresentadas ao sujeito. E isso nos fornece pistas sobre um estilo de vida que vai sendo conformado a partir de uma temporalidade específica que rompe com uma apreensão mais cronológica do tempo (*chronos*).

Além disso, é importante mencionar o meu próprio lugar nessa reaproximação das duas jovens – ora me vejo como mediadora, ora me vejo compondo a relação e ocupando um outro lugar: talvez de amiga, talvez da assistente social (como por vezes a Virgínia me apresentava aos outros), ou mesmo a de alguém com quem podem contar. Tanto que, assim que ficou sabendo da data provável para a chegada do bebê, ela me telefonou para me comunicar a notícia: seria para o início de agosto. Perguntei se estava tudo bem, ela me disse que sim e que só queria mesmo me dar a notícia. Duas questões me chamaram atenção nessa ligação da Virgínia: a primeira é que ela parecia ver em mim alguém em quem ela podia confiar e talvez com quem contar, sobretudo quando estivesse no hospital para ganhar o bebê. A possibilidade de ser cuidada e de ter alguém que se importe com ela. A segunda questão é que ela estaria vendo em mim justamente a possibilidade da ampliação de uma rede de contatos, por onde ela poderia circular e se sentir mais segura. E mesmo, seria possível pensar que ela estaria evidenciando o seu potencial de agência, à medida que estaria ampliando sua possibilidade de inserção numa rede de assistência social. Por mais que eu tivesse lhe explicado sobre a pesquisa e sobre quem eu era, penso que, para ela, clara mesmo era a possibilidade de encontrar alguém com quem contar e até mesmo se manter próxima da Clarissa. Se a invenção não é uma exclusividade dos antropólogos, como alerta Wagner (2010), os sujeitos da pesquisa também podem inventar o mundo e os próprios antropólogos, nos seus próprios termos, de maneira a ter para si posições e papéis em relação aos outros que lhes façam sentido.

A Clarissa e a Virgínia deixaram a casa-lar praticamente na mesma época. A Clarissa foi desacolhida em 1998, quando tinha 15 anos, em função da gestação da sua primeira filha. Segundo o relato da jovem, embora não fosse uma norma da casa-lar, havia uma espécie de acordo tácito de que preferencialmente as adolescentes grávidas não permanecessem morando na instituição. A jovem já estava grávida fazia um tempinho, quando resolveu fazer escondida o teste de gravidez e o resultado deste lhe foi entregue pela tia durante sua festa de 15 anos. “Então, assim, eu tinha a metade das minhas fotos de 15 anos rindo, brincando, fazendo festa e a outra metade com a cara inchada de choro”. Na ocasião, ela ainda morava na casa-lar, mas a festa foi realizada no centro da Capital, em uma associação. A festa havia sido toda

organizada e paga pela jovem, a partir de uma rifa que ela havia feito. “Eu sempre fui meia trambiqueira, a veia já vem desde cedo. Então, a minha festa foi tudo eu que fiz, comida, bebida, tudo, do princípio ao fim”. Quando soube da notícia, não conseguiu pensar em nada, a sensação era de desespero total, pois ela sabia que não poderia mais permanecer no abrigo e que os seus planos futuros de trabalho e estudo seriam de alguma maneira interrompidos. “Eu trabalhava no Besc, eu trabalhava pela Promenor, eu tinha um futuro pela frente, porque na verdade lá dentro todo mundo gostava de mim. Eu era funcionária exemplar, toda vida trabalho perfeito, excelente, horário de chegada, horário de saída. Então, aquilo tudo... e a turma toda que trabalhava comigo também estava na festa. Então, assim foi bem complicado, tu vê tudo passando ali, então, eu preferi na hora não pensar”.

No fim da festa, ela retornou para a casa-lar e foi somente uma semana depois que ela teve coragem para conversar com a diretora do abrigo e explicar a situação. A diretora lhe perguntou se ela queria ou não ficar com a criança, mas nesse momento ela estava no quarto mês de gestação e sua decisão já estava tomada: ela desejava ficar com a filha. Ela permaneceu mais dois meses na casa-lar, e saiu de lá para casar não com o pai da sua filha (o adolescente que ela namorava quando deixou a casa da mãe), mas com um companheiro que ela havia conhecido no trabalho. Quando ficou sabendo da gravidez, na época, ela chegou a procurar o pai da sua filha, mas não tinha mais nenhum plano de viver junto com ele e, portanto, de criarem a filha juntos. “Eu disse para ele que eu estava grávida, mas que eu já tinha chegado em outra situação da vida, eu já tinha visto as coisas completamente diferentes. O pai dela já não era aquele carinha legalzinho, ele já era um traficante, furtava”. Como a jovem não desejava ficar com ele, ele acabou optando por não reconhecer e tampouco registrar a filha, como lembra a jovem. “Ah, então se não queres ficar comigo, então eu não quero nem saber dessa criança”. Mas mesmo ele não tendo registrado a filha, a Clarissa decidiu “não passar por cima” e deixou o espaço no registro sempre em aberto para ele. “Eu mandei avisar que ela tinha nascido, eu não passei por cima da lei, deixei um espaço aberto, se ele quisesse registrar podia registrar, mas eu não dei a vez para a pessoa que morava comigo”.

A Virgínia saiu da casa-lar antes da Clarissa, para voltar a morar com a sua mãe em Chapecó. A experiência na casa-lar não chegou a durar um ano, segundo ela, dos 14 para os 15 anos, assim como a Clarissa. No entanto, como a experiência em Chapecó durou pouco tempo – pois, como ela mesma diz, desde o momento que chegou na cidade não se adaptou –, ela acabou “voltando de volta” para

Florianópolis. “Indo e voltando”, de Chapecó para Florianópolis e vice-versa, assim foi sendo construído o seu processo de desacolhimento institucional. Tanto a Clarissa como a Virgínia têm muitas lembranças das crianças e dos adolescentes com os quais conviveram tanto na casa-lar como na casa de passagem. A Alice é um desses casos. A jovem também foi acolhida durante sete anos na Casa-Lar Nossa Senhora do Carmo (de 1997 a 2004), só que faz parte de uma “geração” da casa que veio depois da Clarissa e da Virgínia. Mas, sobretudo, a Clarissa lembra do dia em que a Alice chegou na casa-lar e com o tempo ficou conhecendo a história de maus-tratos vivenciada pela jovem. Logo depois que a Alice chegou na casa, a Clarissa foi desacolhida com 15 anos em função da gestação da sua primeira filha. Somente em 2007 é que a Clarissa foi reencontrar a Alice numa casa de baile na Palhoça-SC. Depois disso, elas se viram mais umas duas vezes no bairro, mas como a Clarissa mesma diz, “foi tudo muito rápido, sempre de bate-papo rápido”.

Elas moravam no mesmo bairro, mas ambas desconheciam o endereço uma da outra. Foi, no entanto, em uma das minhas visitas à casa da Virgínia que descobrimos que a Alice era sua vizinha. Esta seria mais uma coincidência ou um detalhe importante da pesquisa? As três jovens (Virgínia, Clarissa e Alice) que foram acolhidas na mesma casa-lar em períodos muito próximos (a Clarissa e a Virgínia foram acolhidas antes da Alice) moravam no mesmo município (Palhoça), no mesmo bairro (a Clarissa morava em um bairro muito próximo) e duas (Virgínia e Alice) moravam praticamente na mesma rua. No entanto, a Virgínia e a Alice nunca haviam se cruzado e a Clarissa não sabia que a Alice estava tão próxima. Eu já conhecia a casa da Alice, mas como fazia caminhos diferentes para chegar na casa de cada uma, até então, não havia percebido que as jovens eram vizinhas. O fato de as jovens serem vizinhas é um elemento importante na reflexão acerca da categoria “egresso” problematizada no Capítulo 1. Embora estejam morando próximas e sejam egressas da mesma casa-lar, elas não estabeleciam nenhum tipo de relação, até então, e, portanto, não se configuravam como um “grupo”, como se poderia pressupor. Se existia algum vínculo entre elas, por conta da experiência de acolhimento, este não se atualizava no presente.

2.3 ALICE: “A VONTADE DE PENSAR QUE A VIDA PODE SER DIFERENTE”

O primeiro encontro com a Alice foi difícil de acontecer. Quem

me passou o contato dela foi a Isabelle (que será apresentada na sequência), outra jovem que havia sido acolhida na Casa-Lar Nossa Senhora do Carmo no mesmo período. A Alice mora sozinha em uma casa de madeira, que comprou com parte da herança que a mãe deixou para a jovem e seu irmão gêmeo. Ela não tem filhos, mas está sempre rodeada de crianças, seja nos empregos, na família ou na vizinhança. Ela diz gostar muito de criança e acalenta o sonho de ser mãe há bastante tempo. Mas, recentemente, ela descobriu que tem um problema nos ovários e a possibilidade de engravidar no futuro depende do sucesso do tratamento a ser feito. Depois de algumas tentativas frustradas de nos encontrarmos (muito em função do tratamento de saúde e do trabalho da jovem), chegou o dia em que finalmente pude conhecer a Alice: uma negra simpática, de abraço afetuoso e olhar distante, cuja história foi marcada por muito sofrimento, perdas, abuso, solidão e carência de família.

No dia do nosso encontro, ela foi me buscar na parada do ônibus. Da parada até a casa da jovem são três ou quatro quadras, ao longo de uma rua de terra, ladeada por casas e pequenos comércios. Em um desses, funciona um pequeno bar (aos olhos daqueles que, como eu, não conhecem o bairro) que é também um dos pontos de tráfico de drogas do bairro. Mas isso eu só fui saber depois. Quando chegamos na frente na casa da Alice, ela pede para eu não reparar, pois a “casa é simples”. E completa: “moça solteira, sabe como é...”, não tem ajuda para fazer os serviços mais pesados, como capinar a volta da casa e limpar por debaixo desta. Trata-se de uma casa de madeira, em sua cor natural, ou melhor: na cor que o tempo lhe foi imprimindo. Sobre pilares de concreto, ela fica suspensa do chão, o que de certa forma a protege nas situações de enchente, que um tempo atrás assustaram a moradora. Nós entramos pela cozinha e ela me conduz até a sala. Do sofá, onde me sento, é possível observar uma pequena mesa de canto, na qual a jovem tem um porta-retrato, com as fotos das pessoas mais importantes da sua vida: uma foto maior do seu irmão gêmeo (que é loiro como o pai), uma foto um pouco menor do seu afilhado e uma outra, a menor de todas em preto e branco (mas se fosse pela importância talvez fosse a maior) da sua falecida mãe, que foi retirada com cuidado da antiga carteira de trabalho desta. Essa é a única lembrança (palpável) que ela tem da mãe. A mulher que adotou⁶³ a Alice e seu irmão, quando do falecimento da

⁶³ A Alice diz ter sido adotada formalmente pelo casal de vizinhos, através do Juizado da Infância. Não tenho outras informações a não ser seu próprio relato sobre essa experiência, logo, talvez esse processo não tenha se dado de maneira

mãe, “deu fim” (queimou) todas as lembranças que os gêmeos poderiam ter da sua família biológica, como lembra a jovem. “Fotos, na casa tinha bastante, que a gente tava com um coelhinho na frente sabe? Ela queimou. Eu tinha uma, meu irmão tinha outra, ela queimou dos dois. Se usava aqueles retratos de escola, queimou tudo, não sei como uma pessoa pode ser tão má assim! Queimou na nossa frente..”.

O pai nunca assumiu os filhos e a mãe, segundo os relatos da Alice, era uma batalhadora que trabalhou por muitos anos no departamento de serviços gerais da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). Ela tinha uma casa e algumas economias quando faleceu. Na ocasião do seu falecimento, como os filhos tinham três anos, um casal de vizinhos os adotou. Contudo, segundo a Alice e também a Clarissa, que conheceu a história da jovem, o interesse deles não era em cuidar e proteger as crianças, mas ficar com o dinheiro (sobretudo a pensão) que a mãe da Alice havia economizado. “Pô, e a gente não pediu para ir com eles, por que eles quiseram? Só para quê? Por causa do dinheiro? O que eles gastaram do dinheiro da gente, assim, que era da minha mãe, que ela trabalhou 15 anos na Epagri, então, ela tinha um dinheiro bom. Ela tinha pensão do meu pai. Daí eles gastaram um monte de dinheiro, venderam tudo o que a minha mãe tinha dentro de casa, os móveis tudo e eram tudo móveis novos, o povo fala, né...”, relembra Alice. Triste e com lágrimas nos olhos, ela segura o porta-retrato nas mãos, e desabafa: “Daí, eu digo assim, tá, pegar duas crianças só por quê, né, para quê? Para judiar ainda. A gente não pediu para tá indo lá, a minha vó teve aqui e o juiz não deixou com a minha vó, porque ela tava velhinha, assim já de idade”. Na ocasião, a avó da Alice morava em Minas Gerais e quando soube do falecimento da filha veio até Santa Catarina para pedir a guarda das crianças, mas, como explica a Alice, na avaliação do Conselho Tutelar, a avó já era idosa para assumir tal responsabilidade e, portanto, a tutela acabou ficando com o casal que, algum tempo depois, começaria a ser denunciado pela vizinhança e pela escola em função dos maus-tratos às duas crianças, mas em especial à Alice, segundo ela, por ser negra.

Mesmo sofrendo maus-tratos, a jovem não pensava em deixar a

formal, ou seja, oficializado como adoção. Mas a questão mais importante não está em saber se foi ou não uma adoção, mas sim qual o peso dessa expressão para a jovem. Ou seja, por que a palavra “adoção” é empregada tanto pela Alice como também por outras jovens que participaram da pesquisa em situações por vezes diferentes que vou problematizar ao longo desse capítulo.

casa do casal e, se isso acontecesse, ela imaginava levar o irmão junto com ela; afinal, “ele também tava sofrendo, ele também apanhava”. No entanto, o desfecho da história foi bem diferente daquele que ela ousaria sonhar. Num quarta-feira, o homem que adotou os irmãos saiu para trabalhar à noite na Marina no Morro da Lagoa e, em casa, permaneceu apenas a mulher com as crianças. Só que nesse dia, lembra Alice, o homem havia dado 50 centavos para os gêmeos e a filha biológica do casal viu e foi imediatamente contar para a mãe. “Daí ela na varanda assim e ela com a vara e dava: 'cadê esse dinheiro! Cadê esse dinheiro!’” Os irmãos, com medo e sentindo dor, só conseguiam dizer que ele não havia dado dinheiro algum. Depois disso, a Alice disse para o irmão que tinha tomado uma decisão: ia fugir daquela casa. A fuga, naquele momento, não significava apenas o não enfrentamento da situação de maus-tratos, tratava-se mais de encontrar elementos que a permitissem, num outro momento, buscar outras possibilidades de vida, de achar uma “saída” ali onde não parecia ser possível. Ela se investiu de potência e assumiu o risco de abandonar a casa daquela família, mas o fez pensando numa volta para uma outra vida junto com o irmão que para ela era a própria família. A fuga nos diz mais sobre o devir, devir-liberdade, liberdade essa que não se faria apenas na imaginação, não era um sonho. Aquela experiência, ao contrário de intimidá-la, ampliava sua potência de agir. O irmão teve medo de que a mulher fosse pegá-los e recuou. Mas a Alice não: “Eu vou fugir, não queres ir não vai, mas eu vou fugir”. Fugiu sem destino, toda machucada, à procura de socorro: “Fui, corria, subi um pedaço do morro da Lagoa ali não sei nem como, pelo mato, descalça e subindo, pisei em cima de espinho. Com a cara, com os braços, toda inchada. Eu cheguei no vizinho lá em cima, ele me socorreu, me botou para dentro de casa. Me deram banho. Daí botaram meu braço na salmoura, para aliviar assim um pouco do inchaço”. Nesse meio tempo, a mulher foi até a casa desse vizinho em busca da Alice. Os vizinhos negaram que a menina estivesse lá, mas a mulher espiando para dentro da casa insistia: “Eu sei que ela tá aí, se vocês não me derem ela eu vou chamar a polícia”. Mas os vizinhos, que sabiam dos maus-tratos recorrentes, já tinham feito denúncia ao Conselho Tutelar e enfrentaram a mulher: “Chama! Chama! Daí mesmo é que tu não vai levar essa criança daqui”.

Diante desse episódio, as duas crianças foram levadas para o Juizado para participar de uma audiência. Os dois foram atendidos por psicólogas, só que em salas separadas. Indagados sobre a vontade de deixar a casa do casal, os irmãos deram respostas diferentes: ela desejava sair, mas ele disse que poderia ficar. Ao saber que sua resposta

havia contribuído para a separação dos dois (uma vez que somente ela seria levada para a casa-lar), ela desejou voltar e tentou de todas as maneiras convencer a psicóloga de que tudo aquilo não passava de uma invenção de criança: “Não, não vou, não quero, era mentira, eu nunca apanhei. Daí, só que já era tarde, nessas horas é que a gente vê que contar sempre a verdade nunca é bom. Eu não me interessava se eu ia apanhar, sofrer maus-tratos, passar fome, passar frio, sede...eu queria saber de estar com o meu irmão. Ficar com ele, também era a única família que eu tinha, que eu sabia que eu tinha”.

As imagens do dia da audiência permanecem muito vivas na lembrança da Alice; ela relembra tudo em detalhes, desde a arquitetura do prédio do fórum, até o carro que levou os dois irmãos para este lugar. Antes de ser levada para a Casa-Lar Nossa Senhora do Carmo, a psicóloga tentou convencê-la de que ela iria para um lugar melhor, onde ela seria acolhida, cuidada, bem tratada e que ela teria muitas meninas para poder conversar. Mas para ela, o difícil não era aceitar a vida no abrigo, mas sim a vida longe do irmão: “[...] o restante eram coisas que... eu também era criança, só de eu estar bem acolhida ali, estar bem cuidada, eu já ficava bem”. Durante o período em que ela esteve na casa-lar, o casal (no caso, o marido da mulher) só levou o irmão para visitar a Alice uma única vez. Foram sete anos separada do irmão, separação essa que não foi capaz de desfazer os laços, mas os reconfigurou num contexto de desinstitucionalização. Até hoje, a Alice é crítica em relação à intervenção do Conselho Tutelar, que, segundo ela, contribuiu para esse distanciamento entre os irmãos: “Eu tenho raiva de lembrar do Conselho Tutelar, se eles sabiam que tavam fazendo as coisas não era de hoje, sabiam que era com os dois, então, por que não tirar os dois? É claro, é só pensar, se ele tava dizendo que não, é porque alguma coisa há, tá sofrendo alguma coisa assim. Eu tinha medo, imagina ele”.

Interessante observar como o Conselho Tutelar, enquanto dispositivo, aparece reiteradamente nos relatos das jovens, se configurando como a figura central da intervenção. O Conselho Tutelar, para quase todas as jovens, é a própria concretude da intervenção e da rede de proteção à infância e à adolescência. Nesta figura são depositadas, por vezes, suas expectativas e anseios de uma mudança de vida, como no caso da Clarissa e da Virgínia, e por outras, as frustrações e revoltas devido às alterações nas relações e nos laços familiares. Ora esse dispositivo se empenha em produzir sujeitos, ora tem suas funções subvertidas a partir das ações e dos usos que as jovens fazem dele. Ainda que, hoje, as intervenções só possam ser feitas via decisão judicial, é o

dispositivo presente no momento da intervenção, o Conselho Tutelar, que será o protagonista das ações estatais nos relatos das jovens. De certa maneira, é possível pensar que, para as jovens, são as próprias políticas públicas de proteção que estão investidas nesse dispositivo.

A experiência da Alice e do seu irmão gêmeo é inegavelmente marcada por dificuldades, sofrimentos, maus-tratos e talvez até mesmo uma precariedade de condições de vida; no entanto, ela é também reveladora de ações e posturas de enfrentamento, superação, união entre os irmãos, como na história de João e Maria (escrita pelos irmãos Grimm) retomada por Rifiotis em sua reflexão sobre os sujeitos dos direitos. Os relatos das experiências da Alice e do seu irmão inicialmente apontam para uma situação-limite, de precariedade, falta de alternativas e, sobretudo, para soluções emergenciais, como foi o caso da institucionalização. No entanto, no desenrolar dos acontecimentos, é possível perceber um “enfrentamento das adversidades”, em especial por parte da Alice, que foge de casa e na sequência dá o seu depoimento acerca dos maus-tratos à psicóloga do Conselho Tutelar e, por fim, a conquista da desejada liberdade. Ainda que a liberdade se realize, de certa forma, sob a forma da institucionalização, é possível perceber a “mudança na condição de vida” dos irmãos. A Alice pode não ter retirado o irmão da tutela do casal e também não ter conseguido que eles fossem morar juntos, mas ela o libertou da condição de maus-tratos, mesmo que para isso ela tenha precipitado a sua institucionalização e a separação dos dois. Trata-se de uma experiência de superação (em nome da união dos irmãos, em nome da preservação daquilo que para a jovem seria sua família e da sua autonomia) que, embora não tenha culminado com a retomada de uma vida juntos por parte dos irmãos, marca uma mudança fundamental em relação à maneira pela qual a jovem pôde se construir como sujeito, ao reconhecer e investir na sua capacidade de agir e na mudança no curso da sua vida, que até aquele momento parecia imutável e dependente da vontade do casal que havia adotado os gêmeos (RIFIOTIS, 2007, p.233-234).

Durante o longo período de acolhimento (de outubro de 97 a novembro de 2004), a Alice foi consultada sobre a possibilidade de ser adotada novamente. A adoção não figurou como oportunidade apenas para ela, como será possível observar ao longo deste capítulo: outras jovens, em algum momento da sua experiência de acolhimento, tiveram que decidir sobre a opção de terem uma “nova família”. Independentemente de uma formalização dessa “oportunidade”, é importante ressaltar, em diálogo com Andrea Cardarelli (2009), que a adoção tem um grande prestígio entre muitos agentes da área da

assistência à infância. “Seja nacional ou internacional, a adoção é geralmente vista como um processo tranquilo, constituindo-se na garantia para a criança ‘ter raízes’, ser amada e beneficiar-se com todas as condições materiais necessárias para o seu bom desenvolvimento” (CARDARELLO, 2009, p.195). Mas, de outro lado, ainda seguindo o argumento de Cardarello, estão os valores manifestos entre as próprias crianças, os quais nem sempre coincidem com aqueles que orientam as políticas oficiais de adoção. E, para a Alice, a adoção significava, naquele momento, a separação definitiva do irmão gêmeo, com o qual ela alimentava esperanças de conviver tão logo deixasse a casa-lar. É importante esclarecer que é um dado importante o fato da Alice e também das outras jovens, num contexto no qual as políticas são orientadas por uma lógica “familista” (centrada na família), não fazer a opção pela adoção. No entanto, ao não optar pela adoção, não significa, como se poderia suspeitar, uma opção pelo abrigo ou pelo acolhimento. Trata-se muito mais, em alguns casos, de uma maneira de alimentar algumas expectativas quanto ao restabelecimento dos laços com a família biológica ou ainda do receio de uma nova experiência de maus-tratos e/ou abandono. E, nesse sentido, a instituição se configuraria como uma espécie de “território neutro”, no qual se pode permanecer aguardando os possíveis desfechos do desacolhimento tardio.

A Alice, ao negar a adoção, estava investindo numa concepção de família cuja concretização dependia da convivência com o seu irmão. “Como é que eu vou embora? Vou para uma família, para onde não conheço, uma cidade maior, um outro país... e o meu irmão?”. Para a jovem, a adoção seria como um “pedido de separação” em relação ao irmão, pedido este muito próximo daquele feito quando ela optou por fugir da casa da família que a maltratava. Além disso, ela tinha receio de que uma nova experiência de adoção pudesse ser uma repetição de tudo aquilo que ela tinha vivido antes de ir para a casa-lar. “Na hora lá é tudo muito bonito e também assim quando o juiz saiu da casa lá, onde eu fui adotada, na frente do juiz e da assistente social era uma coisa, a gente sempre tinha sapato bonitinho, arrumadinha. Agora o juiz e assistente social iam embora, já era diferente. Ai que a gente abrisse a boca, ai que a gente falasse alguma coisa de errado. Então, como é que eu ia lutar contra eles?”. É importante ressaltar, a partir dessa reflexão da Alice, como a possibilidade do devir pode emergir justamente em meio a uma teia complexa de controles, de burocracia e das expectativas dos diferentes agentes implicados nesse emaranhado de relações. A possibilidade de “fazer o corte” com todos esses pontos de assujeitamento se realiza como “linha de fuga” em direção àquilo que se

pode desejar ser, ou melhor, vir-a-ser.

Em relação às outras crianças e adolescentes que conheceu na casa-lar, a Alice lembrava praticamente de todas e fez questão de pegar o álbum de fotos para me apresentar uma a uma e também relatar os momentos importantes que viveu durante o acolhimento. Ao abrir o álbum, imediatamente todas aquelas histórias emergem diante dos nossos olhos, a cada página, todas as imagens ganham vida novamente: “Tá meio velhinho [o álbum], mas... essa aqui foi no dia da minha primeira comunhão, nós tava fazendo o bolo. Ah, daí, chegou um pessoal para tirar foto da gente, e eu queria, mas não sabia fazer pose! (risos) Os meninos chegavam, faziam pose, faziam bico e eu não sabia, daí eu comecei a rir e eles tiraram foto de mim. De vez em quando, eu paro, fico olhando, me dá uma saudade! Onde tá esse povo?!”. Assim como a Clarissa, a Alice também lembra da Bruna que tinha deficiência auditiva e inspirou as outras meninas da casa a buscarem outras maneiras de se comunicarem com ela e também com ela aprenderam a deixar de serem cuidadas para poder cuidar. “Agora a gente tá sem convívio, a gente destreina um pouco, mas a gente sabia bastante gestos. Eu, principalmente, sempre levava ela na aula, daí sempre ficava lá e trazia de volta, né. Aprendi alguma coisa bastante assim com os gestos, mas, agora, a gente tá destreinada!”

Mas se são muitas as lembranças, poucas são as notícias sobre aqueles com os quais conviveu o período da infância e da adolescência. Durante o tempo em que estive na casa-lar, viu muitas meninas e meninos partirem, sem deixar nenhum contato: “Geralmente elas saíam, mas ninguém pensava que ia voltar. Geralmente, saíam meio brigadas, porque a maioria das meninas que saíram de lá, ou fugiram ou queriam ir mesmo para a casa da mãe. E naquela época, era bem difícil a pessoa ter celular”. Das amigas que fez, apenas uma permaneceu: a Isabelle. A Alice chegou na casa-lar antes da Isabelle e logo de início as duas fizeram amizade. Elas dividiam o mesmo quarto, saíam sempre juntas e a Alice sempre acompanhava as “artes” que a amiga aprontava: “Querendo ou não, a gente sempre morou juntas... somos irmãs, né? Eu gosto dela como uma irmã”. Talvez seja interessante pontuar a partir dessa frase da Alice, o fato de, por vezes, as relações de amizades serem tomadas, metaforicamente, como relações familiares. Em relação à experiência da Alice, é possível pensar que a metáfora da família embora inicialmente passe pela co-residência e pelo compartilhamento de uma mesma condição temporária (de acolhimento), num segundo momento esta vai sendo ressignificada em função de outros elementos, tais como a possibilidade de ajuda, de poder contar com o outro. O que é

ser irmã, nesses termos? Ou ainda, ser como uma irmã? Sob quais condições e quais são os atributos de uma irmã?

Tendo em vista que vai sendo construída relacionalmente e de forma contingencial, esta metáfora é mediada pelo tempo e consequentemente pelos afastamentos que ele pode produzir. Tanto que, em se tratando de outras jovens que participaram da pesquisa, o desacolhimento parece, por vezes, implicar na não continuidade dessa metáfora familiar (que aparentemente se constituiria pela solidariedade), de maneira que, quando esta é mencionada, permaneceria associada a uma experiência passada e que, hoje, já não ocupa a mesma centralidade em suas vidas e diante de outras relações que passam a estabelecer em outros contextos. Para a Alice, mesmo a situação de desacolhimento não foi capaz de produzir um afastamento em relação à Isabelle; pelo contrário, diante das situações de conflito, a questão da reciprocidade entre as duas se fez ainda mais presente.

E foi com a Isabelle que, depois de um tempo, a Alice retornou à casa-lar. Ela havia crescido na casa-lar e foi desacolhida quando faltava uma semana para fazer 18 anos. Durante muito tempo, pensou em voltar, mas sempre era invadida por um duplo sentimento: saudade e medo. Saudade de reviver aquela “experiência gostosa” e medo de se reencontrar com coisas que ela não queria mais lembrar. Mas quando finalmente retornou, era como se, a partir do reencontro com as experiências vividas na casa-lar, ela fosse novamente investida de potência, do desejo de buscar uma vida que valia a pena ser vivida.

Não o que eu passei lá, mas aí começa a relembrar tudo, passado, o que me levou para lá. Mas quando eu cheguei na cozinha não me deu vontade de sair mais, porque é gostoso. Na época, todo mundo sentado, nós aprontamos cada coisa na cozinha, então... fiquei nervosa! Tenho vontade de ir lá mais vezes, só que daí a gente fica meio assim. A gente vai pensar que a gente vai ficar mais triste, mas não, no fim, a gente sai mais forte de lá. Vontade mais de vencer, de mudar, de pensar que a vida da gente pode ser diferente.

Na visita acompanhada da amiga, que tinha ido buscar roupas e comida para os filhos, ela pôde reencontrar as profissionais que permaneceram trabalhando na casa-lar depois da saída dela e se viu, de alguma forma, em cada uma das crianças que estavam acolhidas na época. “Meu deus do céu... bem legal visitar! Tinha uma monitora que tava lá e era a mesma, daí, as crianças. A gente pensa que já passou por

isso também, é complicado”. Retornar à casa-lar também a fez lembrar da saída, de como teria que se virar sozinha e “dar a cara para bater”. “A diretora da casa-lar sempre dizia assim: aqui dentro é uma coisa, agora quero ver lá fora, lá fora é completamente diferente. E é o que ela disse: completamente diferente. Lá na casa-lar, tinha muita gente ainda que reclamava, agora quando tu sai, quero ver o que é lá fora”. Essa relação de oposição entre dentro (instituição) e fora (vida), aparece também nos relatos de outras jovens que participaram da pesquisa, como será possível observar na sequência deste capítulo. Embora essa oposição possa aparecer com outra nomenclatura – tal como ilusão e vida real –, permanece demarcando o ponto de vista dos serviços de acolhimento em relação ao processo de institucionalização. Além disso, seria possível pensar que o dentro, nessa perspectiva, seria o lugar da proteção total, do cuidado, da tutela, ou, como diriam os educadores franceses, a instituição funciona como um *cocoon* (lugar cuja atmosfera de proteção e conforto acabaria por não preparar os adolescentes para a vida após o desacolhimento) e as crianças e adolescentes seriam portanto *cocooned*, ou seja, superprotegidos e dependentes da estrutura e das rotinas institucionais. Contudo, como será possível observar, para algumas jovens talvez o *cocoon*, sobretudo quando passa pela negociação da liberdade, acaba se aproximando muito mais de uma prisão do que propriamente de um ambiente próximo ao familiar.

Além disso, talvez esses discursos institucionais estejam sendo permeados por uma pretensa “totalidade” das instituições, nos termos de Goffman (1996), na medida em que buscam equivocadamente delimitar uma espécie de separação desses sujeitos em relação à sociedade. Para Goffman (1996, p.16), toda instituição tem tendências ao fechamento, o que significa dizer que algumas até podem ser mais fechadas que outras, mas o fato é que tal “fechamento” ou “caráter total”, nos termos do autor, é simbolizado justamente “pela barreira à relação social com o mundo externo”. E nos discursos institucionais, tal mundo externo seria a própria realidade, marcada por suas adversidades e desafios, e para a qual os indivíduos devem ser preparados, ao passo que o mundo das instituições seria aquele próprio da proteção e no limite da simulação do social.

2.4 ISABELLE: “A VIDA NÃO É FÁCIL, MAS TAMBÉM NÃO É DIFÍCIL”

A Isabelle e a Alice têm uma longa história de amizade e alguns desentendimentos. Elas se conheceram na casa-lar Nossa Senhora do

Carmo e, mesmo depois do desacolhimento, a amizade permaneceu, tanto que a Alice, durante o tempo em que ficou desempregada, trabalhou na casa da Isabelle, como babá dos filhos da amiga, para que essa pudesse trabalhar fora. A primeira vez que visitei a Isabelle, ela estava morando em uma casa grande, uma parte em alvenaria, outra em madeira, localizada no alto de uma lomba, no bairro Coqueiros – Florianópolis. A casa pertencia ao pai do segundo companheiro que ela teve e, por isso, sua permanência nesse lugar era provisória, uma vez que ele já havia manifestado o interesse em retornar para essa moradia. Quando cheguei em frente à casa, encontrei tudo fechado e logo imaginei que ela tivesse esquecido do nosso encontro. Ao ligar para ela, descobri que estavam todos em casa e que ela já iria abrir a porta para mim. Ela fez questão de me contar que, na época, estava com quatro filhos e que tinha pego mais uma para criar, filha do seu atual companheiro. Estavam todos dormindo, com exceção do mais velho, que acompanhou toda a nossa conversa. Alguns dormiam na sala e outros nos dois quartos da casa. Ela me mostrou um por um e foi me dizendo seus respectivos nomes.

A Isabelle é uma jovem de estatura mediana, magra, branca e com os cabelos castanhos, mas que já foram pretos, como ela mesma diz: “eu sou como camaleão, estou sempre mudando a cor do cabelo”. No tom de voz e no jeito de falar ela se mostra decidida, parece que com ela “não há mau tempo”; desdobra-se para cuidar de todos os filhos e já pensa em ficar com a guarda da filha do seu companheiro, por medo de que – se ele “vier a faltar”, como ela mesma explica – a ex-companheira dele acabe ficando com a menina. Mas isso para ela não é problema, uma vez que ela diz gostar de criança e ter muita paciência. Tanto que, na segunda vez que nos encontramos, eu descobri que ela estava esperando seu quinto bebê e estava de mudança para a Palhoça.

Ela não conheceu seus pais biológicos, pois logo que nasceu, em Porto Alegre, foi adotada por uma mulher, que ela chama de mãe. Ela conta que a sua mãe biológica não quis ou não pôde ficar com ela, mas que até hoje respeita e entende a atitude desta. “Eu perdooo porque, se ela não ficou comigo, alguma coisa houve, entendeu? Talvez ela me deu para alguém que me criasse e me desse do bom e do melhor”. Embora tenha curiosidade de saber notícias sobre a mãe biológica, ela diz que encontraria muitas dificuldades para descobrir qualquer pista sobre seus familiares, a começar pela própria certidão de nascimento, na qual constam apenas os nomes dos pais adotivos e a data do nascimento parece estar trocada. “Eu fui registrada em 01 de abril e eu fui nascida em outubro. Então, assim, é uma coisa que deixa a gente confuso. Então,

a gente não sabe por onde ir, entendeu? E tá registrado como na Carmela Dutra [maternidade de Florianópolis]. Pode ter sido que ela me deu lá, entendeu?” Nesse ponto, é possível perceber que o conteúdo do documento não despertava o seu interesse e tampouco, na perspectiva dela, informava sobre quem ela é e sobre sua família. Este dizia mais sobre um outro ponto de vista acerca da sua história, o momento em que foi “dada” logo que nasceu, o qual ela já se habituou a não relatar.

Quando foi adotada, logo após seu nascimento, Isabelle se encontrava em estado de desnutrição. “Eu era um bebê, então, quando eu fui pegada eu já tava com um dia de vida, quando essa minha mãe me pegou. Tanto que me botaram em tudo quanto é plano de saúde, tudo tentaram me fazer, tudo particular para ver se eu vivia”. A mãe adotiva era sozinha e segundo a Isabelle, ela “ganhava bem” e era “tipo aeromoça”, ou melhor, era dona de uma agência de turismo. Como não podia ter filhos, na época, ela adotou a Isabelle e mais um menino, que embora ela chame de irmão, sinaliza que ele era de outra família, antes da adoção. “Nós não somos da mesma família, ele é de outra”. Aqui pode ser interessante pensar que, ao fazer essa distinção em relação ao irmão, ela pode estar justificando a natureza do laço que se estabeleceu entre os dois (marcado pelo distanciamento) e que é diferente daquele estabelecido com a mãe que a adotou. Tanto que, em relação à mãe, a não ser quando indagada por mim, a jovem não se preocupou em contar que havia sido “dada” logo após seu nascimento.

Antes de falecer, a mãe da Isabelle pediu para um amigo que frequentava a casa que cuidasse das duas crianças. “Aí ela veio a pedir por favor que adotasse a gente, não maltratasse a gente, que ela tinha medo que a gente fosse para um abrigo, para a gente não sofrer... mas foi tudo diferente, entendeu?”. A diferença é que a vida que a Isabelle passaria a viver junto com esse pai em Santa Catarina, ao contrário das expectativas da mãe e da própria jovem, foi marcada por muito sofrimento e maus-tratos. “Porque, na verdade, o meu pai não maltratava ele [o irmão], o meu pai não judiava dele, o meu pai só judiava de mim”. Nesse ponto, novamente pode ser interessante pensar na questão da natureza do vínculo que a jovem estabelece com o irmão e como este acaba por configurar a relação com o pai. A sequência de maus-tratos, por parte do pai, fez com que a Isabelle fosse encaminhada para um “acompanhamento” com a assistente social na Casa-Lar Nossa Senhora do Carmo. Nesse período, ela não estava propriamente acolhida, mas sim passava uma parte do dia com as outras crianças, sobretudo para estudar. A passagem de um serviço de acompanhamento ao acolhimento institucional propriamente dito se deu em função de uma

situação em que o pai “bateu” na Isabelle e deixou a jovem com um “sintoma”, como ela diz.

Cansada de “viver apanhando”, assim como a Alice, a Isabelle fugiu e foi procurar abrigo na casa de uma amiga que a levou para a casa-lar. “Cheguei lá, tentei esconder, mas nem consegui. Quando ela viu a minha mão, a mãe dela viu, meu deus! O que é isso, Isabelle? Eu disse: ah, o meu pai me bateu. Aí ela disse: meu deus! Que pai é esse? Onde é essa casa-lar? Vamos lá agora! Me botou dentro do carro e me levou. Tanto que eu fiz corpo de delito, tudo”. Assim que foi feito o exame de corpo de delito, em função dos hematomas, ela foi encaminhada definitivamente para a casa-lar. “Para ver como eles não deixaram para o outro dia”, lembra a jovem. Foi em outubro de 1999, quando ela foi acolhida na casa-lar, onde permaneceu até agosto de 2009, quando estava perto de completar 18 anos. Nesse meio tempo, o pai tentou, por vezes, tirar a jovem do abrigo, mas não teve sucesso. “Lá, ele ia, de vez em quando. Mas eu tinha medo dele, não por ele fazer alguma coisa comigo, mas assim, ele tentar me tirar de lá e eu sofrer de novo, como eu estava sofrendo”. O pai da Isabelle não chegou a ser punido pelos maus-tratos. Ele acabou falecendo enquanto a ação, posta pela casa-lar, ainda estava sendo julgada. O irmão da Isabelle até hoje “joga na cara” da jovem essa ação colocada contra o pai; segundo ele, por conta disso a jovem não deveria ter direito de receber a sua parte na herança. “Ah, tu não devia nem ganhar herança, porque na verdade, tu botava o pai no “pau”, na justiça”. Foi justamente devido a essa herança do pai, que, hoje, os dois irmãos não têm mais tanta proximidade. Eles estão em uma briga na justiça pela casa do pai, localizada em Barreiros-SC. Mas para a Isabelle, ela está nessa luta pensando no futuro dos filhos, nos direitos deles. “Eu quero por causa dos meus filhos; por causa de mim, não, porque eu morro e não levo nada. Posso morrer agora, dar um ataque e não levo nada. E daí como é que ficam os meus filhos?”. Nessa expectativa da herança é que ela alimenta o sonho de comprar uma casa própria na Palhoça, na vizinhança da casa da Alice no bairro Frei Damião, pois lá, segundo ela, os preços dos imóveis são mais acessíveis.

A jovem não passou por outra experiência de acolhimento, antes da casa-lar Nossa Senhora do Carmo. Na casa-lar, ela teve o seu primeiro namorado e que, depois do desacolhimento, veio a se tornar o pai do seu primeiro filho. Ela não demorou muito para se adaptar à rotina da casa, que não era muito diferente em relação àquela que ela tinha na casa do pai. Nos dois lugares, ela tinha horário para fazer suas atividades e tarefas, a diferença é que na casa do pai, o não cumprimento

dessas implicava em maus-tratos. “Ali não [na casa-lar], ali tinha um horário, mas não apanhava, entendeu? Só ficava de castigo: as coisas que tu mais gostava, cortavam”. E durante os quatro anos de acolhimento, ela aprendeu que precisava dominar bem as regras da casa, para justamente poder driblá-las e encontrar seus momentos de liberdade. “Aí, o que que é? Que tu cai na consciência que tu: ó, vou chegar naquele horário para mim poder sair, né?”, lembra ela sorrindo.

Isabelle decidiu que só deixaria a casa-lar quando atingisse a maioridade, pois, para ela, a experiência de acolhimento havia feito “bastante diferença” na sua vida, uma vez que ela não tinha tido “amor do pai”. “É como eu digo, é uma experiência que eu tive, eu cresci muito lá dentro, eu cresci bastante, foi uma lição de vida para mim. Porque assim, eu tive muita coisa assim com a minha família adotada, fui maltratada, mas eu digo que lá eu ganhei do bom e do melhor”. Assim como para a Alice, para a Isabelle, as pessoas que viviam ou trabalhavam na casa-lar eram como uma família, pois a família adotiva “na verdade já não era mais”. E foi em função da convivência com essa família que ela diz ter mudado muitas coisas na sua vida, sobretudo em termos de valores, de uma moral que, hoje, ela procura seguir na criação dos seus filhos. Ao contrário de reforçar uma posição de vítima e de alguém que teve seus direitos violados, que seria produto da experiência familiar e mesmo da institucionalização, a jovem, assim como a Clarissa e a Virgínia, encontra sua “potência” no devir mãe. “Eu, como a Alice – não sei as outras pessoas –, mas a gente sempre tirou, como a diretora da casa-lar sempre falou, bons exemplos. A gente poderia estar o quê? Poderia estar por motivo, porque como a pessoa é sofrida foi para lá, poderia ter motivo para estar nessa vida. E tem gente que tem tudo do bom e do melhor e tá roubando, traficando, tá usando, tá fazendo um monte de coisa. O que tu aprendeu ali foi para tua vida toda. Coisa que tu vai levar até para os teus filhos”.

Durante o período do acolhimento, a Isabelle também teve a possibilidade de ser adotada por uma família que ela havia conhecido através do “Programa de Apadrinhamento Afetivo⁶⁴”. Nesse ponto, cabe explicar, ainda que brevemente, sobre tal experiência, uma vez que esta será também mencionada nos relatos das outras jovens. Em linhas gerais, este programa institui madrinhas/padrinhos a crianças e adolescentes que residem em serviços de acolhimento, a fim de que

⁶⁴ Uma reflexão ampliada acerca da experiência do Apadrinhamento Afetivo em Porto Alegre-RS encontra-se no trabalho de Luísa Maria da Silva Dantas (2011).

estes possam fortalecer seus vínculos com a comunidade. A ideia da criação e implementação do Programa de Apadrinhamento Afetivo nas casas-lares Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz (esta já extinta), no fim dos anos 90, surgiu da necessidade, observada pelos profissionais destas instituições, de responder ao que seria uma das maiores faltas das crianças e adolescentes: “a construção de referenciais individuais, fortalecendo sua subjetividade e a formação de vínculos, manifestando-se através da amizade e afeto” (DE OLIVEIRA, 1999, p.1). De acordo com Marcia de Oliveira (1999), assistente social da casa-lar Nossa Senhora do Carmo e também autora de uma pesquisa sobre a implementação do programa nas duas casas-lares mencionadas, o Apadrinhamento Afetivo, ao promover o “fortalecimento dos laços de amizade”, buscava desconstruir, em alguma medida, a concepção de que o “apego” se constitui somente em função do “amor materno” ou “familiar” e também romper com o “ciclo da institucionalização”.

O casal que apadrinhou a Isabelle tinha duas filhas e a mulher queria adotar mais duas meninas, uma maior para fazer companhia para a filha mais velha e uma menor para acompanhar a mais nova. Nos fins de semana, o casal levava a Isabelle para a casa deles ou para passear, mas ela “acabou aprontando” porque ela não queria ficar com eles; assim como a Alice, ela não queria ser adotada novamente. “Eu já fui adotada, já fui maltratada, vou ser adotada de novo? Para quê? Para me causar mais trauma. Depois, para eles não poder me criar ou ela ter um problema de saúde e devolver de novo. Como em muitos casos acontece. Entendeu? Acho que se tem o compromisso de adotar é para a vida toda, não tem essa de chegar e ficar doente e querer devolver de novo”. E, ao contrário de outras jovens que participaram da pesquisa, hoje, a Isabelle não se arrepende de ter feito a opção de não ser adotada. “Não me arrependo, não. Acho que eu não ia conseguir. Depois de velha, eu sabendo do meu caso, eu não ia conseguir chamar a minha família nova de pai e mãe”.

Nesse ponto, é importante observar que o parentesco, sobretudo as terminologias, por vezes, geraram o que, a princípio, poderia ser tomado como um mal-entendido na minha interação com as jovens. No entanto, as experiências das jovens, em especial da Isabelle, me permitem avançar na ideia de um simples mal-entendido acerca da palavra mãe e os significados que esta pode assumir. Quando a Isabelle começou a contar sua história, a palavra mãe era usada tanto para se referir a sua mãe adotiva, quanto a sua mãe biológica. Por conta disso, não era possível compreender que ela havia sido “dada” logo que nasceu e que a “mãe” que havia falecido era sua mãe adotiva. Então, eu

perguntei a ela: “e da tua família de sangue, fica alguém com quem tu tens contato?”. “Família de sangue” é uma expressão que outros jovens da pesquisa já haviam utilizado e que, naquele momento, me parecia funcionar como uma chave na compreensão dos relatos da Isabelle. E então, ela responde: “De sangue? Como assim de sangue?”. Nisso, procuro uma outra terminologia: “Tua família biológica”, que pareceu fazer menos sentido ainda. “Á... não tenho biológica”, ela responde sorrindo. Eu insisto, nessa última vez, recorrendo equivocadamente ao termo “parente”: “Teus parentes mesmo?”. E nesse ponto a resposta dela fazia total sentido: “Quer dizer, os adotivos? Isso?”. Então, parecia que eu havia encontrado o termo: “Não, os que não são adotivos”. Nesse momento voltamos a nos entender e eu pude compreender que ela não tinha notícias sobre os pais de sangue. Mas permanecia a curiosidade sobre a terminologia, uma vez que ela desconhecia expressões como “de sangue” ou “biológico”. E, por isso, perguntei novamente: “Como é que tu chamas, por curiosidade, aqueles que não são os teus pais adotivos?”. E num tom de obviedade, ela responde: “Chamava por pai, mãe... normal”. Ela tinha uma explicação para os termos, como posso observar quando fala novamente nos pais adotivos: “pai e mãe adotivo, pai e mãe de coração”, mas na prática a marcação se desfaz e o termo “mãe” é usado indiscriminadamente.

A palavra mãe, assim como a palavra pai tomada como exemplo por Wagner (2010, p.79), carrega múltiplas possibilidades de associações, entre as quais estão as de parentesco biológico e as de relações de parentesco (agir como mãe). Assim como a palavra pai, “mãe” tem um amplo leque de significados e associações convencionais, uma incalculável disseminação de associações pessoais ou idiossincráticas para diferentes indivíduos e grupos. A palavra “mãe” é usada, por exemplo, correntemente tanto para designar a mãe de sangue, como a mãe adotiva, ou mesmo alguma outra parente, ou amiga próxima. O que se pode perceber, e isso hoje não é mais nenhuma novidade, é que a palavra mãe, por exemplo, é atribuída às pessoas próximas que possuem determinados atributos ou agem de determinadas formas (em termos de cuidado, de afeto, da ajuda financeira, da ajuda na criação dos filhos, por darem conselhos) sem que haja consanguinidade. Então, a partir dessa conversa com a Isabelle, em vez de enfatizar essas múltiplas possibilidades de associações que a palavra mãe pode acionar, pretendo pontuar justamente o “ponto de vista cultural do definidor”, no caso da jovem, sobretudo em termos das suas prioridades, das associações possíveis que julga ter maior peso nas suas experiências. Ou seja, para ela, as relações de parentesco eram “básicas” e todas as outras

(em especial o parentesco biológico) seriam mais uma “extensão” dessas. Para a jovem, o importante, sobre sua experiência, não eram os acontecimentos progressos ao seu nascimento, mas sim o que aconteceu na sua vida a partir do momento em que foi “dada” na maternidade. A mulher que a criou/adotou era sua mãe e isso era o mais importante a ser relatado, isso informava sobre o que ela poderia ser e também sobre a sua família. E para além disso, o aparente mal-entendido da minha comunicação com a jovem estava na verdade sinalizando também que os contextos nos quais os elementos simbólicos (tais como o termo mãe) se relacionam entre si, nunca são, como lembra Wagner (2010, p.81), “absolutamente convencionalizados no sentido de serem idênticos para todos aqueles que os compartilham; sempre têm pontas soltas, são incompletamente partilhados, estão em processo de mudança...”. E, seguindo tal perspectiva, fica mais fácil compreender que não se tratava de um “mal-entendido”, mas sim do fenômeno da “equivocação não controlada” (KELLY, 2010).

2.5 NICOLE: “A GENTE NÃO TEM COMO ESQUECER, MAS EU NÃO GOSTO DE LEMBRAR”

“Todo mundo disse que eu ia ficar uns dois, três dias lá para depois sair... eu saí no mesmo dia”. Essa foi a primeira lembrança da Nicole logo que lhe perguntei sobre o dia da sua saída da casa-lar. Ela sabia que não ficaria nem mais um dia depois da realização da audiência, em que ela e o pai firmaram o desejo de viver juntos depois de seis anos sem se ver. Era uma terça-feira, dia 27, que ela jamais esquecerá pois, no dia seguinte era o seu aniversário e o desacolhimento foi seu “presente antecipado”. “Foi tudo! Imagina, tava no abrigo num dia e no outro em casa. Ao contrário das outras jovens que participaram da pesquisa, a Nicole permaneceu na casa-lar por apenas três meses e 27 dias, os quais, para ela, foram sentidos como longos anos. Mas antes de ir para a casa-lar, a jovem também passou pela Casa de Passagem, um mês e 16 dias, uma experiência que para ela foi “horrível”. O desacolhimento foi muito esperado pela jovem, tanto que cada dia que passava foi contado com precisão e nem mesmo seus amigos da casa-lar acreditaram que ela sairia tão rápido quanto imaginava. “Daí, nesse dia eu já tava adivinhando, eu disse que eu ia sair de lá. Ninguém acreditou em mim. Daí eu me despedi de todo mundo. Nesse dia, à noite, a jovem finalmente havia chegado na primeira casa em que morou com o pai, no balneário Ingleses, Florianópolis, logo que deixou a casa-lar. Essa era uma casa menor do que aquela em que estão hoje, só tinha um

dormitório, o qual o pai precisou dividir para fazer um quarto para a filha. Ter um quarto para a adolescente foi uma das condições impostas pelo juiz ao pai para que este pudesse levá-la para viver com ele. “Era tipo um quarto grandão, daí o meu pai dividiu, daí fez um quarto para mim pequenininho. Daí a gente saiu de lá e veio para cá. Ele já tava trocando de casa”.

O meu primeiro encontro com a Nicole estava agendado para uma quinta-feira, às 10h da manhã. Ela tem escola à tarde e, por isso, uma “condição” que o pai dela me colocou foi de que nossos encontros fossem sempre pela manhã, para que ela não perdesse aula. O pai é pedreiro e não teve a oportunidade de completar o ensino fundamental e talvez por isso ele tenha o estudo como um valor. Pai e filha já estavam morando num pequeno apartamento no Rio Vermelho-SC. Trata-se, na verdade, de uma casa grande que é subdividida em pequenos apartamentos e o deles é o primeiro no andar térreo. A Nicole tem 17 anos e é uma jovem sorridente, filha única, com cabelos loiros e, como ela mesma diz, é totalmente a cara do pai. A jovem fala muito em ser independente, em não ter que depender do pai para fazer as coisas, de poder ter um emprego para se virar sozinha. O pai da jovem, por outro lado, não quer que ela trabalhe por enquanto, acha que ela precisa primeiro estudar e por isso investe nos estudos dela. É possível dizer que a Nicole se encontra numa outra condição em relação às jovens que participaram da pesquisa. Ela é mais nova, ainda está estudando, pretende fazer faculdade e é dependente financeiramente do pai. Liberdade e autonomia são valores centrais para a jovem e por isso os estilos de vida que ela vai construindo são, na maioria das vezes, pautados por esses. Nesse aspecto, ela se aproxima das duas jovens de Porto Alegre (como pretendo mostrar na sequência), cujas experiências são fortemente marcadas pela conquista da independência e pela liberdade de poder fazer suas escolhas e, portanto, numa maneira geral de conduzir suas próprias vidas.

A Nicole, ao contrário das outras jovens, nunca falou exatamente sobre os motivos que culminaram no seu acolhimento, embora tenha me dado pistas de que enfrentava problema com o padrasto e, posteriormente, com sua fuga junto com o namorado da sua prima. É importante esclarecer que a jovem é egressa da Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito, instituição na qual eu tive acesso aos prontuários dos adolescentes que haviam sido desacolhidos. Então, de certa forma, conheço a versão “institucional” do seu acolhimento; no entanto, como na presente pesquisa pretendo ouvir os sujeitos e as maneiras como constroem seu modo de vida, penso que devo compartilhar com o leitor

aquilo que a própria jovem desejou relatar em nossos encontros. Até mesmo porque não apenas o dito, mas sobretudo os silêncios e as lacunas acerca de determinadas experiências nos informam de uma maneira importante sobre o que a jovem pode enquanto sujeito. E isso ficou muito evidente para mim, em dois momentos durante os nossos primeiros encontros. Primeiro, quando ela me contava sobre suas mudanças de cidade e seu desejo de conhecer mais estados, uma vez que já havia visitado São Paulo e havia adorado a experiência. Quando lhe perguntei de onde havia surgido essa oportunidade de conhecer a capital paulista, ela prontamente me respondeu: “com a minha prima”. E eu continuei: “antes de ir para a casa-lar?”. E a jovem completa, mostrando seu incômodo e preocupação em relação a uma possível publicação dos motivos que a levaram para a casa-lar: “Tipo assim, aconteceu umas coisas lá comigo, que você já sabe ou não? Você não sabe? Ah tá. Eu pensei que todo mundo sabia. Porque daqui a pouco todo mundo vai saber e daí vão me chamar de putinha”.

O segundo momento foi quando, ao narrar sua experiência de acolhimento, a jovem fez questão de dizer que não gostava de psicólogas, porque, para ela, falar sobre a sua própria vida é uma experiência horrível. “Não gosto de psicóloga. Tem que ficar falando da vida própria é horrível. Tipo agora eu tô falando com você, mas é depois do abrigo e não antes, porque eu fui para lá. Porque eu não gosto de falar disso, não gosto de me lembrar. A gente não tem como esquecer, mas eu não gosto de lembrar”. O encontro com a psicóloga funcionava como um acionador de memórias que ela não pretendia negar, mas tampouco desejava pensar sobre elas e como elas haviam mudado sua postura diante da vida. “No primeiro dia, eu chorei, porque tinha que falar tudo. Daí eu não gostava de lembrar, eu gosto de guardar para mim o que aconteceu comigo. Mas mesmo assim vem na minha cabeça, mas isso é normal. Não tem como sair da minha cabeça. É difícil afastar da gente. Ninguém consegue. Eu prefiro mais lembrar das coisas boas, quando eu saí do abrigo só aconteceram coisas boas”. Para a Nicole, mais do que recontar sua história, a partir da sua experiência prévia ao acolhimento, ela gosta de pensar na superação de tudo que passou e construir sua vida a partir do momento que foi desacolhida, ainda que essa seja uma tarefa um tanto pesada. “Se eu não superasse, eu ia ficar sem destino. É o que eu mais quero, ficar não lembrando. Mas assim mesmo vem na minha cabeça. A coisa mais horrível é ficar lembrando da situação, ficar lembrando se podia fazer diferente, poderia ter feito coisas que eu não fiz, mas na hora eu não pensei. Na hora que eu era para ter tido coragem, eu não tive. Eu era muito imatura”. Diante dessas

duas situações, me pareceu ainda mais evidente que, para que a minha “invenção”, nos termos wagnerianos, acerca das suas experiências, em algum momento, viesse a se encontrar com a “invenção” dela, eu deveria estar mais atenta aos aspectos que para ela de fato aparecessem como relevantes. E para a jovem, contava muito mais falar sobre seu processo de amadurecimento e mudança, do seu vir a ser, e como ela podia se ver, hoje, em relação àquelas experiências. “Na minha avaliação, do ano passado até agora, que isso aconteceu ano retrasado, eu acho que eu tô mais madura, porque antes eu não era assim. Era tipo bem frágil. Aquela menina frágil que precisa de todo mundo do seu lado, um braço forte, uma pessoa adulta. Agora, eu não preciso de nada disso. Eu sei que sou por mim mesma. Só não sou madura totalmente, porque eu ainda não sei as consequências da vida...”

Dessa forma, acerca do dito, é possível entender que antes do acolhimento, a Nicole morava com a mãe e o padrasto e havia mudado algumas vezes de bairro (ora em Coqueiros, ora no Centro) e até mesmo ido para o município de São José. A jovem nasceu no Rio Grande do Sul e, quando tinha quatro anos, ela se mudou com os seus pais para Florianópolis. Segundo ela, a mãe desejava se mudar para Florianópolis, mas o pai queria permanecer no Rio Grande do Sul. “Tava até tudo bem lá no Rio Grande, quando chegou aqui... piorou tudo”. Foi então que, quando ela tinha nove anos, depois de uma grande briga entre o casal, o pai da Nicole saiu de casa. “A minha mãe ficava gritando que ele batia nela, mas ele nunca bateu, nem encostou a mão dele nela. Uma vez que ele bateu mas foi... porque ela merecia! É verdade, ela merecia! Tá louco!”. A jovem lembra que o pai não queria sair, mas acabou deixando a casa depois que os tios da Nicole o obrigaram.

Depois que o pai saiu de casa, a Nicole nunca mais o viu, porque, segundo ela, a mãe a privava desse contato, sobretudo depois que passou a viver com o seu padrasto. “Foram muitos anos, muitos aniversários, ano novo, tipo nos meus aniversários, eu queria tanto que o meu pai estivesse lá. Como ele ia estar se a minha mãe privava ele disso? E o meu padrasto ajudava, ainda”. A jovem não gosta do padrasto desde o primeiro dia em que o conheceu, pois, como ela mesma diz, ele soube transformar a sua vida num verdadeiro inferno. “Acho que foi quatro anos aturando aquela coisa lá, brigando comigo, tá louco! Se ele for para onde eu estava morando ele vai ser varrido de lá. Apanha para caramba. Aquela coisa lá, que fez mal para mim”. A convivência com o companheiro da mãe a cada dia se tornava ainda mais insuportável a ponto de a jovem ter, por vezes, pensado em fugir de casa, mas como não tinha para onde ir, acabava desistindo da ideia. “Eu pensava em

fugir, mas para onde? Não tem como. Se os meus parentes não estão nem aí para mim, para onde que eu ia? Para debaixo da ponte?”. Sem contato e notícias do pai e com cada vez menos esperança de reencontrá-lo, Nicole se viu sem saída numa teia que parecia estar sendo tecida pela própria mãe para afastar pai e filha. “Ele tinha o telefone da minha mãe, ligava para mim, ele queria me ver, mas a minha mãe não deixava, inventava um monte de desculpas, daí no outro dia falava que ele ia me pegar lá e não ia me pegar. Ele não sabia que ela tinha falado isso para mim. A esperança de ver ele de novo foi embora. Na minha vida, eu não tinha expectativa de nada. Eu ia estudar e voltava lá para aquela casa, porque eu não podia sair”.

Enquanto morava com a mãe, a Nicole quase nunca saía de casa, passava boa parte do tempo envolvida com os afazeres domésticos e mal tinha tempo para estudar. Ela não sabia andar de ônibus, era um “bicho do mato”, como ela mesma diz, só pegava ônibus com a mãe ou os parentes, “eu não saía muito, era mais em casa enfiada”. A jovem conta que sua mãe, por não ter estudado, hoje trabalha numa empresa de limpeza. Já o seu próprio futuro ela pretende construir de uma maneira totalmente diferente. “Ela não se formou, então, é bem difícil pegar trabalho para quem não estuda, por isso que eu quero me formar. Eu não quero ser igual a ela”. E esse emprego no centro de Florianópolis, a mãe havia conseguido depois que elas tinham se mudado para a residência em Coqueiros. Segundo a jovem, a mãe teria se “esforçado um monte” para conseguir essa oportunidade, mas isso acabou afastando ainda mais as duas, porque, em função do trabalho, a mãe não lhe dava atenção. “Por isso que se eu voltasse atrás, eu não queria que ela trabalhasse. Eu podia trabalhar, mas ela não podia. Se ela não trabalhasse ia ser bem melhor”. Devido ao trabalho, a mãe passava o dia fora de casa, só retornando no fim do dia; nos fins de semana, quando tinha folga, as dificuldades na relação entre mãe e filha pouco se alteravam. “Se ela trabalhasse ou se ela não trabalhasse, ela tinha o mesmo tratamento”. E essa relação entre as duas, segundo sua avaliação, vem mesmo de antes do seu nascimento. Na época, a mãe teria feito tratamento para engravidar da Nicole e o parto foi marcado por complicações, as quais colocaram em risco a vida das duas. Para a jovem, esse teria sido o motivo pelo qual a mãe não lhe deu valor até agora. “Eu acho que ela botou na cabeça que eu seria a causa da morte dela. Porque ela já não podia, daí teimou em fazer esse tratamento”. Mesmo que a mãe nunca tenha lhe dito nada nesse sentido, a Nicole diz que podia sentir isso no modo de agir da mãe com ela e também muito em função do que o pai lhe conta sobre a época em que viviam os três juntos. “Ela não era tipo

uma mãe cuidadosa, essas coisas. É o que o meu pai mais fala. Eu não sei de nada”. No entanto, quando insisto com a jovem que, depois que o pai dela havia deixado a casa, ela ainda pôde conviver alguns anos com a mãe e talvez isso lhe ajudasse a fazer sua própria avaliação, ela reitera a posição do pai, mas permanece em dúvida: “a mesma coisa que ele falou. Minha mãe não cuidava de mim. Ele tinha que chegar para me trocar, me dar banho, senão, se deixasse, eu ficava chorando até ele chegar lá. Eu não sei se é verdade, eu não lembro de nada, eu era criança”. Mas ela conseguiu lembrar que, depois da partida do pai, as coisas ainda pioraram, pois ela era mais “grudada” com ele do que com a mãe e por isso justamente é que a filha sentiu a falta dele quando ficou com nove, dez anos.

A prima da Nicole foi a primeira pessoa que ficou com a sua guarda, quando a jovem saiu da casa da mãe. A prima não era muito mais velha que a Nicole, mas, por ser maior de idade, pôde assumir essa responsabilidade. No entanto, a Nicole relata que, na verdade, era o namorado da prima quem mais queria ficar com a sua guarda, mas isso acabou não acontecendo, pois ela se desentendeu com a prima e acabou fugindo da casa, localizada no balneário Ingleses (Florianópolis). Ficou 15 dias perambulando pela rua, dormia escorada e comia com a ajuda das pessoas que encontrava pelo caminho. Depois disso, a jovem foi levada para a Casa de Passagem que, segundo ela, foi a pior experiência da sua vida, sobretudo, porque se lembra de ter apanhado muitas vezes. “Tinha que pegar fila para tudo, tinha que acordar na mesma hora e, quando não acordava, a mulher chegava e gritava. É horrível. Eu também apanhei muito. Fiz acho que uns três B.Os (Boletim de Ocorrência)”. Numa das ocasiões em que foi necessário registrar o boletim de ocorrência, a jovem lembra que uma das meninas que morava na instituição veio para cima dela e a ameaçou com uma gilete. “A menina pegou aqui no meu pescoço, ainda bem que uma educadora lá foi para cima dela, mas me cortou só aqui, nem tenho mais a marca, foi nesse dedo aqui”. Ela permaneceu na Casa de Passagem durante um mês aguardando vaga em uma casa-lar, para ser transferida. Nesse período, alimentava a esperança de que algum conhecido a tirasse de lá, antes mesmo de ela ir para outro abrigo. “Eu sempre ficava lá toda hora, olhando para os ônibus para ver se tinha algum conhecido, e nada, nada...”. Foi na Casa de Passagem que ela recebeu pela última vez a visita da mãe; depois disso, as duas não se reencontraram, até mais recentemente. Depois da Casa de Passagem, a jovem foi encaminhada para a Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito, cuja experiência foi um pouco melhor do que a vivida anteriormente, mas, ainda assim, ela

diz que se sentia muito presa e controlada. “Eu já fiquei presa na minha vida toda, eu não queria passar por isso novamente. Eu acho horrível isso”. Embora a casa-lar fosse próxima do centro de Florianópolis e, portanto, perto de tudo, ela não podia ir a lugar algum que não fosse da escola para a instituição de acolhimento. “Eu era controlada e não podia ir para nenhum lugar. Não gostava de lá. Eu não gosto de ser controlada. Eu gosto de fazer o que eu quero, quando eu quero. Eu não podia namorar, não podia ter celular, não podia sair, tinha que ir do colégio para o abrigo e só”.

Durante o tempo em que ficou na casa-lar, não fez muitas amizades. Segundo ela, ficou próxima de duas ou três meninas, mas como ela aprendeu a não se apegar às pessoas que conhece, ela não sofreu com a separação e tampouco sente vontade de retornar à casa-lar para visitá-las. “Amigas a gente faz sempre, né? Em qualquer lugar que a gente vai, a gente faz amigas. Eu não sou muito apegada, para eu me apegar à pessoa, eu tenho que ver se a pessoa é legal, importante, essas coisas, se não for...”. Para a Nicole, os abrigos servem para manter as crianças e adolescentes, durante um tempo, longe dos parentes e de todo perigo, mas no seu caso, a intervenção teria sido desnecessária pois ela não estava correndo nenhum perigo. “Eu sei me virar. Eu não sou tão frágil assim quanto eles pensam, mas eles querem proteger de tudo, então, eu não posso fazer nada. Eu fui obrigada”. A experiência de ter passado três meses na casa-lar foi horrível e, por isso, caso o pai não a tivesse levado para morar com ele, ela teria fugido, mesmo sabendo das dificuldades enfrentadas para tal empreendimento. “Eu não ia ficar mais nenhum minuto. Eu tinha pensado até em fugir de lá, porque só ficar no abrigo, fica depressivo, né? Porque não sai para nenhum lugar e se sair tem que ser bem planejado, é muito ruim. Eu saía muito poucas vezes. Todo mundo que tava lá já fugiu de lá e voltou. Eu tava até pedindo umas ajudinhas.” No entanto, ela sabia que a fuga implicaria ter um lugar para onde ir e também, depois que soube que o pai iria buscá-la, ela desistiu da ideia. “Mas também se a gente fugir tem que saber aonde a gente vai. Se eu fosse para os meus parentes, eles iam me dedurar com certeza, eles já não gostam de mim, para que ficariam me acobertando? E também depois que eu soube que o meu pai tava lá, daí eu não quis mais aprontar”.

Na casa-lar, a Nicole, assim como outras “egressas” que participaram da pesquisa, também teve a chance de ser adotada por uma mulher que já tinha dois filhos e que ia até a casa-lar acompanhando uma amiga que tinha uma irmã acolhida na instituição. A jovem entendia a adoção, naquele momento, como talvez a única possibilidade

de deixar a casa-lar e ter uma vida nova, de conhecer coisas que ela não conhecia. Ao mesmo tempo, nunca chegou a acreditar de fato nessa possibilidade, sobretudo porque para ela só havia uma família, aquela que ela já conhecia e que era marcada pela consanguinidade. “Tinha uma mulher que queria me adotar, ela viu a minha situação e tudo, mas ainda bem que o meu pai chegou a tempo. Mas eu nunca pensei que eu ia ser mesmo adotada, a possibilidade de ter uma outra família que não seja do meu sangue. Daí, ela viu que o meu pai tava lá, daí eu acho que ela parou de pensar nisso. Também eu não queria ser adotada”. Quando a jovem diz que não pensava em outra possibilidade de ter família que não fosse aquela do seu próprio sangue, ela está nos informando sobre o lugar que este ocupa na dinâmica das relações sociais. Ou seja, o sangue é da ordem do dado e, mesmo que talvez nem seja o mais importante no estabelecimento dos laços, ele lhe parece incontornável. O sangue é o lócus das relações de parentesco e a jovem não vislumbra outras possibilidades de estabelecer relações que passem por outros lugares, tais como os afetos.

Foi um dos primos da Nicole que contou ao pai da jovem tudo o que havia acontecido com ela, inclusive o fato de estar numa casa-lar. Depois disso é que o pai foi “correr atrás”, como ela diz, da guarda da filha, pois, até então, ele pensava que ela estava bem e morando com a mãe. No dia em que soube que o pai havia descoberto o seu paradeiro, ela foi invadida por um duplo sentimento: de felicidade e susto. “Fiquei feliz, tipo fiquei me protegendo eu mesma. Mas acho que fiquei bem assustada porque fazia anos que eu não via meu pai. E saber que ele estava lá, que ele tava vivo, bem, porque vai dizer, se ele morresse ninguém dos meus parentes ia falar”. A jovem fala com frequência na dificuldade de relação dela com os parentes da mãe, sempre procurando mostrar que esta é marcada por falta de afinidades e pelo afastamento:

Eu não vou mais na casa deles, não vou mais para lá, não falo com mais ninguém dos parentes. Eles me faziam sofrer muito, então, eu prefiro não chegar muito perto de novo. Eu já tive experiência de que eles não querem nada para mim. Todo mundo pensa que eu tenho culpa no cartório, que eu sou a culpada de tudo.

A saída da casa de acolhimento veio acompanhada de uma espécie de “virada” no jogo das relações parentais⁶⁵, sobretudo no que se

⁶⁵ Tal questão será abordada no Capítulo 3.

refere aos afetos em relação à mãe e ao pai. Nesse momento, a jovem convive com uma decisão judicial que prevê que a mãe se mantenha a uma distância de pelo menos mil metros da filha (medida protetiva) e que o pai tenha a sua guarda definitiva, não mais provisória, até a maioridade. Depois dos 18 anos, a possibilidade de retomar o contato com a mãe ainda se mantém como uma incerteza para a jovem, uma vez que tal relação passaria por outros lugares, sobretudo aquele que diz respeito à convivência da mãe com o seu padrasto. “Eu tenho que saber se eu quero fazer. Também não sei se ela vai estar ainda com o meu padrasto, porque é bem difícil ela não estar com ele, daí tá difícil separar essas coisas... Tipo eu tentando me acostumar com isso, ficar longe dela, não saber notícias dela, ver que ela não tá mais longe”. A jovem já havia se acostumado a viver longe do pai e agora se vê tendo que passar pela mesma situação novamente, só que, dessa vez, lhe parece ainda mais difícil: estar com o pai e não poder saber notícias da mãe e tampouco estar perto. Em relação ao pai, ela disse que precisa se acostumar novamente com a presença dele, depois de tanto tempo de afastamento, e conviver com a reconfiguração dos laços entre pai e filha. “Eu fiquei sem ver ele seis anos. Ele falou que é cinco, mas eu contei seis”.

2.6 NINA: “TU NÃO TEM OUTRA ESCOLHA, ATÉ O DIA QUE TU TEM QUE SAIR E ENFRENTAR AQUI FORA”

O encontro estava marcado para as 15h, na pensão localizada na Rua Riachuelo, centro de Porto Alegre. Trata-se de uma rua bem movimentada, conhecida sobretudo pelo grande número de sebos que abriga. Em meio a estes, algumas lojas, um supermercado tradicional de Porto Alegre e muitos espaços de serviços diversos compõem o cenário do passar apressado dos transeuntes que vão e vem no ritmo próprio de uma capital. A pensão parece ser um dos poucos pontos de moradia no quarteirão, com uma fachada azul, um tanto envelhecida, que também acolhe uma das casas de livros usados mais conhecida da cidade. O barulho é intenso e a rua, a esta altura, se torna um tanto estreita. A não ser pela cortina que se balança na janela, a sensação que tive foi a de estar em frente a um sobrado esquecido ou mesmo abandonado, que destoa das modernas lojas que foram se amontoando em seu entorno. Diante do casario, pensei que essa minha primeira visita à Nina deveria assumir o tom do reencontro, uma vez que não a via pessoalmente desde 2007. Em meio à multidão que dá vida à conhecida Riachuelo, posso

avistar a jovem que vem ao meu encontro acompanhada de um rapaz, o qual eu desconhecia⁶⁶. A Nina é uma jovem branca, de cabelos negros compridos e levemente ondulados. Divertida, ela está sempre cercada de amigos, de pessoas com as quais “pode contar”. Como veremos, esse é um aspecto fundamental, por isso se dedica e procura preservar suas amizades, assim como sua liberdade para fazer o que tem vontade, sem ter que dar satisfação a ninguém. E nesse ponto é possível observar uma certa proximidade entre a sua experiência e a da Nicole, na medida em que, para as duas jovens, a liberdade é um valor central e portanto deve ser cultivado e preservado em suas vidas.

Assim que ela abre a porta da pensão, deparo-me com um ambiente escuro, com uma escadaria velha de madeira que, a princípio, não possibilita ver aonde nos levará. No segundo andar, o quarto da Nina fica do lado direito de quem sobe a escada; de frente para este fica localizado o banheiro coletivo. Todos os quartos são divididos por paredes de compensado e, segundo a jovem, a pensão acomoda em torno de 20 pessoas. O quarto da Nina é muito pequeno, aproximadamente uns 4m², de maneira que os móveis que ela tem preenchem quase a totalidade do espaço, sobrando pouca área para se transitar. Assim que entramos no quarto, os dois jovens acendem seus cigarros e isso vai se repetir muitas vezes até a hora da minha partida. À medida que a conversa vai fluindo, mais um cigarro. Pergunto a ela como vai a vida e ela prontamente dispara histórias sobre as jovens que passaram pelo Lar de São José na época em que realizei a pesquisa do mestrado (talvez porque fosse esse o assunto e as experiências que tínhamos em comum naquele momento). Ela sabia sobre o paradeiro de algumas, mas retornou ao lar apenas uma vez depois do desacolhimento, aos 18 anos de idade. Para ela, assim que o “pessoal das antigas⁶⁷” foi saindo do abrigo, não havia mais motivo para visitar a instituição, uma vez que o vínculo estabelecido com alguns – como o caso de algumas monitoras – já não precisava mais do espaço institucional para ser mantido. Mesmo sendo alguém que valoriza suas amizades, a jovem é crítica em relação à natureza dos laços estabelecidos durante o acolhimento e faz questão de enfatizar que a convivência num mesmo espaço por si só não fazia das adolescentes que lá viviam suas amigas.

Além disso, para ela, as relações de amizade não se estabelecem

⁶⁶ Depois fiquei sabendo que se tratava de um amigo, cujo companheiro, assim como a Nina, era morador da pensão.

⁶⁷ Adolescentes que haviam sido acolhidas na mesma época da jovem e que, assim como ela, tinham experimentado um período longo de institucionalização.

em função da co-residência e do compartilhamento de uma mesma condição temporária (de acolhimento), é preciso mais que isso: trata-se de ter a capacidade de ajudar o outro e de poder ser ajudado. “Não existe amizade na adolescência, para começo de conversa. É companheirismo, tu tá ali com a pessoa para ela não estar sozinha. Tu tens muitos amigos na tua vida, mas amigo mesmo é aquele que te ajuda e, na adolescência, tu não tem essa capacidade. Muitas pessoas que se conhecem na adolescência hoje não se falam. E lá, a gente não era amigos porque morava num mesmo lugar, eram situações diferentes, por mais que morasse ali não significava que eu tinha que considerar elas minhas amigas, pelo contrário, eu nem conhecia elas. Eram estranhas”. Para além da preocupação em demarcar a diferença entre amigos e companheiros, esse relato fornece pistas importantes acerca da discussão empreendida no Capítulo 1, sobre o fato de os egressos não se constituírem como grupo. Embora as práticas institucionais sejam atravessadas por essa lógica da “grupidade” (o que está pressuposto nas políticas de proteção), sobretudo pela coletivização dos espaços e das atividades cotidianas, a jovem consegue se distanciar da experiência de acolhimento vivida e observar, de maneira crítica, que não se tratava de um grupo. Ou seja, por mais que houvesse um investimento nesse sentido, por parte da casa-lar, a jovem não se sentia fazendo parte de um grupo pelo simples fato de compartilhar o mesmo espaço com outras adolescentes.

Tendo em vista o relato da jovem e as contribuições de Marilyn Strathern (1999) acerca da socialidade, é possível pensar na amizade como algo que se produz relacionalmente, mas que tais relações, ao contrário do que se poderia imaginar, não são previamente marcadas pela solidariedade e pela “grupidade” (vontade de estar junto) facilmente relacionadas às classes populares. As dinâmicas de socialidade que se estabeleciam entre as jovens, no âmbito dos serviços de acolhimento, não carregavam, *a priori*, um valor e tampouco faziam delas um grupo. A experiência da jovem nos permite justamente desconstruir uma espécie de “sentimentalização da noção de relacionalidade”, nos termos de Strathern (1999), à medida que sinaliza que se tratava de relações, sim, mas que estas não necessariamente faziam das outras adolescentes suas amigas e mesmo pessoas com as quais poderia contar.

A Nina foi criada somente pela mãe durante boa parte da infância, uma vez que o pai nunca assumiu a filha e abandonou a mãe da jovem quando ela ainda estava grávida. Mas antes de deixar mãe e filha, o homem bateu na barriga da mãe grávida com uma pá, na tentativa de

interromper a gestação. Como forma de defender a filha, a mãe “esmurrou” a cara do companheiro e foi até a delegacia, como diz a Nina, “para procurar os seus direitos”, sobretudo no que se refere à pensão que a partir daquele momento deveria receber do pai da jovem. Mas na época, a mãe da Nina não tinha condições de criar a filha sozinha e por isso esta foi encaminhada para a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) ainda bebê. “Na época, a mãe era da pá virada, não queria trabalhar, não tinha emprego, não tinha casa, dormia grávida debaixo do carro.” Como a mãe não tinha condições de criar a filha sozinha, pois estava desempregada e sem ter onde morar, a jovem permaneceu na Febem durante um mês. Passado esse tempo, a mãe da Nina, com medo de que a criança fosse colocada em adoção, providenciou uma casa para morar e um emprego em uma loja para mostrar que era capaz de cuidar da filha sozinha. A jovem ficou morando com a mãe até os nove anos de idade e depois, durante um ano e meio, foi morar com a avó⁶⁸, a mulher que havia criado a mãe da Nina. Contudo, desta vez, a separação não se deu em função de questões financeiras, mas sim devido ao mau comportamento da filha. “A minha mãe não me aguentava mais, disse que eu era muito sem-vergonha e que eu azucrinava muito, que eu era muito peste. Aí a minha mãe me levou para lá [casa da avó] depois que eu tinha fugido de casa”. A princípio, a mãe da jovem pensou em deixar a filha permanentemente com a avó, ela pensou em abandonar a filha. “Eu me lembro na despedida, quando a minha mãe pegou e disse na rua assim que eu ia ter que ficar lá e que não ia me buscar mais, eu me lembro que eu chorei horrores, aí ela veio para Porto Alegre e eu fiquei lá”, lembra a jovem chorando. No entanto, ela mudou de ideia, “deu para trás”, quando ficou sabendo que a filha havia apanhado uma surra da avó e havia ficado trancada em um quarto por dias. “E aí eu ligava todo dia implorando para ela voltar, eu achava que não ia mais ver a mãe, né, e aí bem no fim ela acabou desistindo e voltou. Mas isso passou anos. Um ano e meio. Mas não foi fácil a despedida”, completa. Então, ela voltou para buscar a filha e permaneceu com a sua guarda até os 14 anos, quando a expulsou de casa. Como a mãe não a queria mais em casa, ela foi buscar abrigo na casa de uma vizinha. Depois de um tempo, a jovem retornou para a casa da mãe, mas novamente foi expulsa. Ela voltou para a casa da vizinha e acabou sendo levada pelo Conselho Tutelar para uma casa-lar em Porto

⁶⁸ A mãe da Nina, quando criança, foi abandonada pela mãe na casa de uma amiga. Essa amiga foi quem criou a mãe da jovem e que, portanto, a Nina considera como avó.

Alegre.

Falar sobre a sua experiência de desinstitucionalização acabou por trazer à tona a primeira situação de abandono que a mãe a fez experimentar já com nove anos de idade. E isso a comoveu de forma inesperada, como ela mesma disse: “Não imaginei que eu fosse chorar durante essa entrevista”. Mas ela viu a cena do abandono voltar diante dos seus olhos, se viu implorando para que a mãe não a deixasse na casa da avó e isso a fez questionar duplamente (no passado e no presente) por que a mãe estaria fazendo aquilo e por que não a perdoar. A comparação entre este abandono e aquele experimentado aos 14 anos (o qual culminou no abrigo) é inevitável. Ela percebe que já havia sido abandonada antes, mas por algum motivo que ela desconhece, da primeira vez a mãe voltou atrás: ela voltou para buscá-la na casa da avó. E por que não faria o mesmo da segunda vez? Porque talvez, ela reflete, a mãe soubesse o que estava acontecendo e que aquela partida seria para não mais voltar. “Eu achava que, dessa vez, depois de eu sair do abrigo, ia ser da mesma forma, ela ia acabar desistindo, mas ela não desistiu...”. Eram outros motivos, um outro momento e havia outras instituições e agentes mediando a relação dela com a mãe. Instituições estas que a jovem considera culpadas pelo afastamento entre mãe e filha.

Logo que chegou à casa-lar, com 14 anos, descobriu que lá dentro “não se tem amigo, pois é cada um por si”. Com o tempo de acolhimento aprendeu que não poderia mais ser a “filhinha da mamãe”, que nunca tinha brigado e que tampouco tinha voz para enfrentar as adolescentes mais velhas da casa. “Eu era mirradinha assim, então todo mundo queria se prevalecer, porque eram todas mais velhas e eu não tinha voz para nada”. Por ser pequena, muitas coisas ela acabava aceitando quieta, até o momento em que percebeu que era somente “no grito” que as coisas funcionavam por lá. A única amizade que fez na casa-lar, além das monitoras com as quais ainda mantém contato até hoje (uma inclusive que ela diz ter sido sua mãe lá dentro) foi com a Beatriz. A Beatriz é uma das egressas que também participou da presente pesquisa; ela foi acolhida inicialmente no Lar de São José e depois na Casa-Lar Adventista. Hoje, mora em Ijuí com o seu companheiro e a sogra e tem uma filha pequena. A jovem, na época em que conheceu a Nina, tinha 12 anos e foi encaminhada para o Lar de São José tendo em vista o principal objetivo dessa instituição: acolher adolescentes gestantes. A Beatriz havia sido violentada pelo avô e engravidado. A Nina considerava a Beatriz como amiga não só porque por um tempo dividiram o mesmo quarto e estavam sempre juntas, mas também porque se apoiavam mutuamente. “Por mais que a nossa

história fosse diferente, a nossa idade era parecida. Nós éramos as mais novas. Então, era óbvio que a gente ia se fechar”.

A Beatriz, “naquele lugar”, era o “porto-seguro” da Nina, era alguém com quem podia contar. Tanto que a Nina acompanhou toda a gestação da amiga até o momento em que ela foi ganhar o bebê no hospital e depois nos primeiros cuidados com a criança quando mãe e filha retornaram para a casa-lar. Depois do parto, a Beatriz ainda pôde ficar alguns dias com a filha, mas na sequência, ela foi colocada para adoção, contrariando a vontade da mãe que, na época, era menor de idade e, portanto, não pôde ficar com a guarda da recém-nascida. E nessa relação entre mãe e filha, a Nina teve papel importante tanto no momento de apoiar a amiga, como principalmente no auxílio para a elaboração de uma carta que a jovem mãe deixaria para a filha com a qual, a partir daquele dia, não poderia mais conviver. “Daí ela se despediu, ela fez uma carta para a criança, eu ajudei ainda a fazer a carta. Eu sei que para ela não foi fácil, mas era uma coisa que devia ser feita, porque ela era muito nova, ela tinha 12 anos, era uma piá, que é que tem na cabeça aos 12 anos?”.

Ao contrário das jovens “egressas” que moram em Santa Catarina, a Nina, ao fazer uma avaliação da experiência de acolhimento, não ressalta as aprendizagens e os valores morais com os quais conviveu. Para ela, a institucionalização cria uma série de situações cotidianas que acabam culminando numa espécie de amadurecimento prematuro e rápido, porque faz os adolescentes assumirem “responsabilidade antes da hora”. “Eu me sentia uma guria de classe média morando num barraco, com um bando de gente que não sabia o que era aquilo, porque a maioria vivia na pobreza. E eu tive que me adaptar à pobreza, coisa que eu nunca tinha tido. É estranho dividir tudo e, ao mesmo tempo, morar com pessoas estranhas, sendo vigiado por monitores como se tu fosse um delinquente juvenil, é muito estranho”.

Dentre essas situações cotidianas, ela enfatiza o desafio de se acostumar com a ideia de que mesmo as atividades mais pessoais seriam estendidas ao coletivo, e também com o cerceamento da liberdade. As saídas em grupo é o que a jovem lembra imediatamente: os passeios eram sempre para os mesmos lugares, todas juntas, usando roupas parecidas e sem dinheiro para poder comprar as coisas que viam nas lojas.

A gente tinha que sair em grupo e aí a gente não podia ir cada um para um lado. Tinha que todas ir para o mesmo lugar. E aí, achar o lugar que eu

tinha que ir? Então, era sempre o mesmo lugar, porque não tinha muito lugar para ir. E aí era enjoativo sair, porque sempre era a mesma merda e era pouco tempo. Então, não dava para aproveitar e, como a gente não tinha dinheiro, era ruim, porque a gente sempre ia no shopping. A gente olhava as coisas e cobiçava que a gente queria um dia e sabia que ali a gente não podia comprar.

No que se refere à liberdade, a experiência de acolhimento, para a jovem, se aproxima à de uma prisão, pois raramente podia sair da casa-lar; quando possível, em geral era no fim de semana. Por tudo isso, num contexto de desinstitucionalização, a liberdade é para a jovem um valor muito caro e que precisa ser defendido em primeiro lugar. “Porque, no abrigo, me privaram da minha liberdade durante três anos... Quando acontecia alguma coisa, eles não deixavam a gente sair e a minha vida era sempre colégio-casa-serviço, serviço-colégio-casa-serviço e assim funcionava”.

No ponto de vista da jovem, essas situações cotidianas acabavam conferindo às meninas que eram acolhidas uma espécie de condição de precariedade, sobretudo quando se viam frequentemente na situação de disputar pequenos presentes e mesmo implorar para ganhar qualquer objeto novo. “A parte mais complicada mesmo, que eu achava mais pobre no abrigo, era o pessoal que chegava a mendigar por uma coisa nova. Eu me lembro na época que a tia Antônia pegava ursinho de pelúcia e ela sorteava para a gente, a gente quase se tapeava para ganhar um urso, parecia aquelas crianças pobres da Etiópia. Era horrível! Eu me estapeava por causa de um urso! Mas era uma situação precária tu não ter as coisas e tu ter que estar implorando para ganhar. Eu era acostumada a ter tudo em casa, tinha brinquedo para mais de metro”. As adolescentes, lembra a Nina ironizando sua própria condição, só ganhavam roupas e sapatos novos em ocasiões especiais, como por exemplo no Natal, quando a freira que coordenava a casa-lar comprava kits iguais para todas. “E era tudo igual, a gente parecia par de vaso. Parecia sabe aqueles colégios de freiras, que a gente ganha tudo roupa igual? E a gente saía tudo junto com aquela roupa. Era meio patético”. Além disso, a jovem observa que a vivência em grupo, produzida pelo espaço institucional, era alimentada por um valor central que era a solidariedade ou mais exatamente o dever de dividir tudo com os outros. Como ela e a Melina, outra jovem acolhida no período, eram as únicas que trabalhavam, quando faziam passeios com o grupo se viam na

situação de serem as únicas que tinham dinheiro para fazer alguma atividade diferente. “Quando chegou na hora de ir para o parque de diversões, as outras todas ficavam com cara de pedinte para a gente pagar as entradas para elas”.

Durante a realização da minha pesquisa do mestrado, no âmbito dos serviços de acolhimento, a Nina foi a única jovem que criticou abertamente o paradoxo do discurso da convivência familiar e comunitária e o tipo de cotidianidade que as adolescentes experimentavam na casa-lar. E o que ela havia dito, na época, faz ainda mais sentido para ela, hoje, passado algum tempo do desacolhimento. “Eles dizem que nos preparam para viver em comunidade, mas a gente não tem contato nem com as pessoas do bairro”. Nisso, a jovem completou, logo no nosso primeiro encontro: “Mas é mesmo, aquilo era praticamente uma prisão. Quando tinham que fazer trabalho em grupo, a gente sempre tinha que fazer sozinha, pois nenhuma colega podia ir no abrigo e nem nós podíamos ir na casa dos colegas. As professoras já até sabiam. E era engraçado, porque eles diziam que queriam que nós convivêssemos com nossos familiares, mas quando a gente não se comportava e tinha que ficar de castigo, a primeira coisa que eles faziam era não deixar a gente visitar nossos familiares”. A falta de liberdade foi um dos principais motivos que fez a Nina desejar deixar a casa-lar, pois, segundo ela, na casa da mãe sempre foi acostumada a “ser livre”, a poder sair e ter amigos⁶⁹. “A gente morava num abrigo e nunca podia ter amigos. A gente não podia levar gente lá para dentro do abrigo. E também não podia dormir na casa de ninguém. Era praticamente contra a lei”.

Um dos motivos que, segundo a Nina, acabou contribuindo para o não estabelecimento de laços de amizades mais duradouros na casa é o abreviamento do tempo de acolhimento. Abreviamento este que era produzido não pelo cumprimento, por parte das instituições, das prescrições do ECA (provisoriedade do acolhimento), mas pelas fugas sistemáticas das adolescentes acolhidas. Dificuldades em conviver com as regras institucionais, vontade de estar com a família, o encontro de um companheiro, muitos eram os motivos que culminavam na fuga das adolescentes. Era como se cada uma, na ausência de uma vigilância

⁶⁹ Importante observar que, embora a jovem nesse momento diga que sempre foi acostumada a ter amigos quando morava com a mãe, quando a conheci, durante o acolhimento institucional, ela sempre fez questão de dizer que a mãe a expulsara de casa, justamente porque ela tinha o hábito de levar os amigos para dentro de casa na sua ausência.

mais rígida sobre as políticas de proteção e sobre a própria intervenção, decidisse sobre o momento certo do seu desacolhimento, aquele em que ficava evidente que era insustentável a possibilidade de estar sob tutela. As fugas, nesses casos, são reveladoras da dimensão da invenção precipitada pelas jovens em relação à dimensão da convenção que marcaria nessas situações as políticas públicas de proteção. Isso porque, se de um lado existe a dificuldade, por parte dos agentes que operam tais políticas, em fazer cumprir a provisoriamente do período de acolhimento (de, no máximo, dois anos), por outro, há, por parte das jovens, a possibilidade de conferir dinâmica a tais políticas. As fugas, ou “evasões” (nos termos das políticas de proteção), nesse caso, apontam para a criação de cursos alternativos nas próprias políticas. E tais cursos alternativos sinalizam a impossibilidade de coexistência de temporalidades diferentes: a das políticas (*chronos*) e a dos sujeitos (dever). Se o tempo do acolhimento deveria ser o tempo cronológico próprio das políticas (que pretende conferir por consequência a duração da proteção), as evasões podem nos dizer sobre as tentativas de imprimir uma outra lógica a essa temporalidade institucional, como procura explicar a Nina:

Por isso que muita gente fugia, porque elas não queriam estar ali, sabendo que têm família e que a família queria estar com eles e eles não deixavam. Então, elas acabavam fugindo de lá. E, às vezes, eram pegadas e acabavam voltando. Fora que a gente sempre estava de castigo por alguma coisa, era mais estar numa prisão do que estar numa casa familiar. Aquilo lá de familiar não tinha nada, a única coisa que salvava era as monitoras que realmente se preocupavam muito.

Talvez tenha sido por estes motivos que praticamente todas as adolescentes que viviam na casa-lar, em algum momento, fugiram ou tentaram se desvencilhar da vida institucional. “Acho que as únicas que aguentaram foram eu e a Melina”, lembra a Nina. E quando pergunto se em algum momento ela também havia pensado em fugir, ela diz que sim, mas lembra que lhe faltava coragem, pois, ao contrário das outras adolescentes, não teria ninguém que a pudesse acolher na saída. “Muitas iam para a casa da família, casa de namorado, porque nenhuma delas ia fugir e ficar na rua. Eu não tinha para onde ir. Elas tinham. Eu sabia que, se eu fugisse, eu não podia voltar para a casa da mãe, ela não me queria”. Além disso, a jovem já havia experimentado, em outra ocasião (quando fugiu de casa), a vida nas ruas e, ainda que por um dia, ela pôde

avaliar que seria ainda pior que estar no abrigo. “No abrigo, eu pensei: se eu sair daqui, eu vou para a rua, como fiquei naquele dia. Eu não gostei daquele dia, porque sabia que não tinha o que comer, não tinha onde dormir, então o que eu ia fazer? Ia fugir e para onde?”.

Esse relato da Nina ajuda a problematizar uma questão importante: as fugas. Assim como a Nina, outras seis jovens que participaram da presente pesquisa fugiram, em algum momento, da casa da família (biológica ou adotiva) ou da parentela extensa. No entanto, ainda que algumas tenham pensado em fugir dos serviços de acolhimento, por vezes estimuladas pelas frequentes evasões que marcam a vida institucional, nunca concretizaram tais planos, em função do medo e, sobretudo, por não terem para onde ir. Isso pode parecer um tanto paradoxal, tendo em vista as críticas que algumas fazem às dinâmicas institucionais. Se em outro momento tinham fugido, agora lhes faltaria potência para empreender novamente tal feito? O risco assumido anteriormente não faria mais sentido ou não valeria a pena nessa condição de acolhimento? O material etnográfico não me é suficiente para dar conta de tais questões, de encontrar respostas para elas. No entanto, permito-me tentar uma reflexão acerca da permanência, o que esta nos informa sobre esses sujeitos. E aqui encontrei inspiração numa frase de Gregori (2000, p.72), na qual a autora diz que o “não abandonar, no entanto, não significa se fixar”. A apropriação de tal frase, porém, não se faz sem um breve esclarecimento: não estou tratando do mesmo contexto de Gregori (no qual a frase emerge) e tampouco estou assumindo sua mesma perspectiva teórica e o sentido que ela atribuiu a tal sentença. Digamos que me interessa mais o jogo de palavras e o que posso fazer com este. Sim, não abandonar não significa se fixar, mas é importante dizer o que estou entendendo por essa aparente decisão de permanência, de ruptura na prática de circulação que marca as experiências dessas jovens. É possível dizer que as jovens não se fixaram, na medida em que não aceitaram passivamente as regras institucionais (e os relatos parecem descrever isso em diferentes situações, em particular em relação à autoridade das educadoras); inclusive, quando possível as subverteram, encontraram linhas de fuga para construir outros modos de subjetivação para além da condição de tutela, não deixaram esgotar suas possibilidades de devir, ou do desejo de vir a ser, em todas as vezes que pensaram na possibilidade de fuga e mesmo nos modos de vida que poderiam ter quando deixassem os serviços de acolhimento: não desejam a “vidinha”, a “sobrevivência”, a “vida de abrigagem”, mas sim a vida em suas muitas possibilidades.

O encaminhamento da Nina após o término do período de institucionalização sempre foi um caso complicado para a direção e os profissionais que trabalhavam na casa-lar. Antes mesmo de completar 18 anos, ela não tinha nenhum parente ou amigo que a pudesse acolher. Esgotadas as possibilidades de retorno familiar, a instituição, de certa forma, começou a investir na autonomia da jovem (com a realização de cursos e estágios), de maneira que ela tivesse alguma renda para se manter de maneira independente ao deixar a casa-lar. No entanto, onde a instituição via uma preparação para uma vida autônoma, a jovem via apenas a construção de uma ilusão: a de que os cursos e os estágios estariam de fato preparando-a para a vida fora do abrigo. O desacolhimento mostrou para a jovem que, no lugar da preparação, ela teria que aprender a se virar sozinha ou, como ela mesma disse: “é aquele ditado, a dor ensina a gemer”. Para a Nina, a ausência de um processo efetivo de preparação para a saída se dá, sobretudo, em função de um pretense consenso entre as expectativas dos jovens e as daqueles que operam as políticas de proteção, o qual, embora não seja possível de alcançar, é perseguido e desejado por estes últimos. “É como se tu tá num internato e é cuidado por um bando de gente que acha que as coisas são melhores para ti, tentam fazer tu te sentir melhor e não é melhor. Tu sabe que lá não é a tua família e tu tem que aguentar, porque tu não tem outra escolha até o dia que tu tem que sair e enfrentar aqui fora”. No que se refere à convivência familiar, a jovem observa que, embora a casa-lar tivesse como objetivo fazer com que as adolescentes voltassem a viver com suas famílias, muitas vezes essas tentativas fracassavam e, no seu caso, se produziu o afastamento entre mãe e filha. “Eles me afastaram da minha mãe mais ainda. Foram eles que fizeram eu não ter contato com a mãe, porque eu implorava para ligar para a mãe e eles não deixavam. Então, eu não entendia a política deles, eles diziam que queriam que eu me reaproximasse da mãe, mas como é que tu te aproxima de alguém se tu não pode nem ligar para a pessoa? Não tem, né?”. Segundo a Nina, a reaproximação, quando possível, era produzida pelas próprias adolescentes que, ao contrainventarem as lógicas institucionais, buscavam formas de manter o contato com seus familiares, muitas vezes através de ligações telefônicas estabelecidas quando saíam do abrigo e iam para a escola.

Durante boa parte do tempo em que esteve acolhida, a Nina, ao contrário da maioria das adolescentes da casa, não passava os fins de semana com a família. “Naquela época, todo mundo tinha família, todo mundo ia para as casas, eu ficava sozinha” e por conta disso acabou participando “por tabela” do programa de apadrinhamento afetivo. A

participação em tal programa, ao qual ela se refere criticamente como “aquela piração de apadrinhamento”, se deu em função de uma colega da casa-lar que havia sido apadrinhada por uma senhora que tinha uma filha de 22 anos. Como a Nina permanecia na casa-lar no fim de semana, a colega passou a convidá-la para ir com ela para a casa dessa senhora. “Aí eu comecei a me dar muito bem com essa filha dela e ela meio que me apadrinou e eu sempre me encontrava com ela na época que trabalhava na Caixa Econômica Federal”. Contudo, como o apadrinhamento era um arranjo feito pelas próprias jovens, a possibilidade de a Nina permanecer sendo apadrinhada se desfez assim que sua colega começou a aprontar: “Ela foi desapadrinhada e eu automaticamente também”. E isso talvez justifique o termo “piração” que a jovem associa ao apadrinhamento, uma vez que tal programa, ao mesmo tempo que busca criar laços entre desconhecidos e, portanto, proporciona aos adolescentes uma outra experiência de cuidado, também produz frustração quando estes laços inesperadamente se desfazem. “Sendo que é como se fosse uma adoção que pode te devolver. Então, quando a criança está se adaptando àquilo, a pessoa pode te devolver e aí tu fica como? Te garanto que tu não fica bem”.

Além da experiência de apadrinhamento, assim como as “egressas” de Santa Catarina, a Nina também teve a oportunidade de ser adotada quando estava na casa-lar. A primeira tentativa, segundo o relato da jovem, partiu de uma vizinha e mãe de uma ex-amiga que, na época, teria ligado para a casa-lar procurando-a com o intuito de adotá-la. Mas, como a jovem ficou sabendo depois de muitos anos, quando encontrou a tal vizinha na rua depois do desacolhimento, os profissionais da instituição não aceitaram e tampouco a receberam na casa-lar. Contudo, o insucesso dessa primeira tentativa acabou culminando numa outra experiência de adoção que ela veio a experimentar uma semana antes de completar a maioridade, às vésperas de deixar a casa-lar. Uma advogada, Lena, que ajudava financeiramente a casa-lar e que visitava as meninas com certa regularidade, escolheu a Nina como filha e a levou para morar com ela. Os obstáculos que a vizinha havia enfrentado na tentativa de ficar com a guarda da jovem não seriam postos, segundo a jovem, à Lena, uma vez que esta, por ser advogada, sabia “muito bem os direitos que uma criança tem ou não”.

Mesmo sendo crítica a sua experiência de acolhimento, a Nina não consegue pensar em outras formas mais alternativas de medida de proteção, em primeiro lugar porque, para ela, o governo ajuda muito pouco e em segundo lugar, porque quando se é menor de idade é difícil conseguir trabalho e tem também que se dedicar aos estudos. “Se não

for para um abrigo, não tem o que se fazer. Ainda se tu tem mais de 18 anos, tudo bem, pode tocar a tua vida sozinho, mas menor não tem. Ou tem opções, ou tu vai para um abrigo, ou tu vai para uma Fase⁷⁰ da vida, ou tu fica na rua mesmo”. Embora ela pareça sinalizar que aos 18 anos é mais fácil para um jovem se virar sozinho, por outro lado, ela reconhece que nesta idade ainda é cedo para ser desacolhido. “Eu acho, sinceramente, cedo demais. Muita gente aos 18 anos não tem cabeça suficiente para sobreviver aqui, no mundo selvagem que é aqui fora. Tanto é que de todas as gurias que saíram de lá, só tem duas, até hoje, que eu conheço que estão bem e uma delas sou eu”. Não estar bem, do seu ponto de vista, significa ter “uma escadinha de filhos”, morar de forma precária, estar sem assistência alguma e, sobretudo, “sem juízo” para tocar sua vida de forma independente. E o cenário, para a jovem, ainda pode ser pior em se tratando das adolescentes que fugiram da casa-lar antes da maioridade.

A Nina lembra que, dentre as adolescentes que estiveram acolhidas na mesma época que ela, a maioria que fugiu não se deu bem, porque “acabaram voltando para a vidinha que tinham antes de ir para o abrigo, pobreza, maus-tratos, aquela coisa toda”. E essa “vidinha”, segundo ela, foi sendo produzida em função de relações familiares complicadas, sobretudo pela negligência dos pais em relação aos filhos. “E a maioria das famílias de lá, das gurias que moravam lá, era aquelas famílias psicopatas que não queriam nada com os filhos, não se importavam com a saúde nem nada dos filhos, quem se importava mesmo eram as monitoras”. No entanto, essas jovens, mesmo sabendo dessa vivência da família, na maioria das vezes, preferiam deixar a casa-lar e retomar esse convívio. “Porque era a única coisa viva que elas tinham, era a vivência delas, elas queriam estar lá e acabaram se ferrando por causa disso”. E mesmo aquelas que saíram bem, hoje, segundo o relato da jovem, já não estão tão bem; estão, na verdade,

⁷⁰ Fundação de Atendimento Socioeducativo. Vale destacar que a Nina, ao contrário do que seu relato sugere, nunca cumpriu uma medida socioeducativa, ela foi acolhida na casa-lar sob uma “Medida de Proteção”, conforme o artigo 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Talvez não esteja clara, para a jovem, a diferença entre a FASE e a FASC (Fundação de Assistência Social e Cidadania): a primeira atende as crianças e os adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa, a segunda é responsável pelos serviços de acolhimento voltados a crianças e adolescentes sob medida protetiva. Ou ainda, ela poderia mesmo saber a diferença, mas preferiu usar a FASE para expressar a sua principal crítica à institucionalização: o cerceamento da sua liberdade.

“sobrevivendo”. E talvez aqui tal sobrevivência possa ser colocada em oposição a vida, uma vez que a primeira estaria apenas na busca pela conservação de uma mínima vida, e a outra se caracterizaria pela vida como uma vontade criadora, de potência, da vida que vale a pena ser vivida. O comparativo em relação às outras jovens que tiveram experiência de acolhimento, sobretudo quando diz que estas estão sobrevivendo, permite-lhe pensar sua própria condição e a vida que deseja viver.

2.7 OLÍVIA: “OU O ESTADO ME SUSTENTA OU DEIXA QUE EU ME VIRO!”

A primeira tentativa de reencontrar a Olívia se deu via *Facebook* simultaneamente ao contato com as outras jovens egressas que moram no Rio Grande do Sul. No entanto, ao contrário do que aconteceu com a Nina, por exemplo, a Olívia estava sem disponibilidade de horário para uma visita, uma vez que estava trabalhando o dia todo, inclusive nos fins de semana. Ainda durante a pesquisa do mestrado, fiquei sabendo, através da mãe social da Casa-Lar Adventista, que a Olívia e mais duas jovens egressas do Lar de Nazaré haviam sido encaminhadas para uma casa-lar, cuja mãe social já havia trabalhado como auxiliar na Casa-lar Adventista. Mas depois desse período, entre 2005 e 2006, não tive mais notícias suas, a não ser algumas informações via redes sociais (sobretudo fotografias), as quais pareciam sinalizar que a jovem ainda estaria morando com a família da mãe social e participando das atividades da Igreja Adventista. Mas estas eram apenas pistas, talvez até mesmo desatualizadas, acerca dos seus modos de vida após o desacolhimento.

Diante do insucesso dessa primeira tentativa de reencontrar a jovem, cheguei a pensar em desistir de retomar este contato, uma vez que já estava pesquisando um grande número de experiências. No entanto, o caso da Olívia tinha um diferencial que merecia um novo investimento: 1) Eu a conhecera numa casa-lar, coordenada por freiras, cujas atividades haviam sido suspensas devido à indisciplina das adolescentes e após esse desacolhimento, digamos forçado, estas foram distribuídas emergencialmente por diferentes instituições. 2) Mesmo após completar 18 anos, a Olívia permaneceu morando com a família da mãe social, sendo assumida como filha. Diante desses fatores, passado um tempo, retomei o contato com a jovem, ainda via *Facebook*, explicitando o fato de estar realizando uma pesquisa com jovens que haviam passado por serviços de acolhimento e consultei-a sobre sua

disponibilidade para participar quando eu retornasse a Porto Alegre.

Nossos encontros, ao contrário do que aconteceu com todas as outras jovens que participaram da pesquisa, não se deram na sua casa, mas sim em um bar próximo ao Hospital Santa Casa, local onde a jovem estava trabalhando na época. Nós nos encontrávamos à noite, após o expediente de trabalho da Olívia, numa região bem conhecida e central de Porto Alegre. A Olívia é uma jovem negra, de estatura mediana, extremamente comunicativa e que dificilmente passa despercebida nos lugares por onde circula. Sua fala sempre num tom alto é acompanhada de uma riqueza de gestos e expressões e de fartas risadas. Assim como a Nina, ela também fuma muito e o cigarro entre os dedos complementa a sua performance enquanto fala em detalhes e sem “papas na língua” sobre suas experiências familiares, de abrigo e de afetos. Ela diz que faz e que acontece, é “goeluda”, “barraqueira”, mas se esforça para poder ajudar os outros e para se virar.

Há pouco tempo começou a suspeitar sobre sua história familiar. Ao contrário do que havia acreditado por toda a sua vida, a sua irmã era a sua mãe que, por não ter condições de criá-la, entregou-a para a sua avó. Nessa circulação, a avó se tornou a mãe e a bisavó assumiu o lugar da avó. Depois do falecimento da avó (que seria a mãe), a bisavó teria ficado com a sua guarda e também com uma pensão, da qual a jovem só tomou conhecimento em 2011. A Olívia começou a desconfiar de que sua irmã era de fato sua mãe quando o seu irmão (que seria seu tio) insistiu para que a jovem mantivesse contato com esta. Mesmo se mostrando pouco interessada na manutenção desse laço, uma vez que para ela seria uma nova frustração saber que a mãe tinha se passado por irmã sem nunca tê-la apoiado, ela decidiu se reencontrar com a irmã que havia permanecido um tempo presa. “Eu chego lá, a mulher é idêntica a mim, jeito, personalidade, falou tá falado, entendeu? E tu sabe quando tu sente uma coisa. E eu nunca senti com ninguém. E daí, eu bati o olho assim, só que eu não me flagrei na hora. E daí comecei a pensar, pensar. Alguma coisa tá errada”.

Mas mesmo tendo dúvidas em relação ao desfecho dessa circulação, ela diz não ter curiosidade sobre sua paternidade, porque, nos momentos em que ela mais teria precisado de uma mãe, a sua esteve ausente: “Os momentos que eu mais precisei de uma mãe, eu nunca tive: primeira menstruação, primeiro amor, primeiro tema...”. No lugar da mãe, ela conviveu com a figura da avó ou bisavó que novamente introduziu, por outras tantas vezes, a jovem na prática da circulação de crianças. “A minha avó me deu desde pequena, com quatro ela já me deu, com nove eu voltei e ela me colocou para estudar”. Conforme os

relatos da Olívia, a avó sabia que ela era o terror e, por isso, fazia terror com ela também. E foi por pensar que a jovem estaria, já com nove anos, envolvida com um traficante e correndo o risco de ficar grávida que a avó acabou a “entregando” para o Conselho Tutelar. Na presença do conselheiro, a Olívia, numa atitude próxima à da Clarissa, implorou para ser levada para qualquer lugar, mesmo um abrigo, desde que não precisasse mais conviver com avó: “Me leva para qualquer lugar longe dessa velha! Essa velha é louca! Essa velha já desgraçou a minha vida e olha, tio, que eu só tenho nove anos. Imagina daqui a 10 anos, tio”.

Por solicitação da avó ou mesmo por vontade própria, a Olívia acabou sendo levada para uma casa de acolhimento que funcionava em condições precárias na rua Miguel Tostes, em Porto Alegre. Numa casa “caindo os pedaços”, na qual “faltava luz todos os dias”, foi onde a Olívia permaneceu por um ano e seis meses até que o juiz percebeu que o perfil da jovem não correspondia ao da instituição, ali definitivamente não era o lugar dela. “Quando o juiz descobriu, quando pegaram os papéis da mãe e descobriram que eu tava lá, o meu perfil... Porque casa de acolhimento é o quê? Abusados, drogados e a Olívia não tinha nada disso. A Olívia simplesmente não tinha família. Tudo bem que com oito anos é difícil ir para adoção, mas ali não era o lugar dela”. Interessante observar a maneira pela qual a jovem vai construindo aquilo que ela pode enquanto sujeito, na medida em que também procura caracterizar o papel dos serviços de acolhimento como lugar para abusados e drogados. Ela simplesmente não tinha família, mas o que isso quer dizer? O que isso nos diz sobre aquilo que ela pode ser? Seria possível pensar que, em relação aos casos de acolhimento, o seu não parecia se configurar como um problema, como sugere a palavra “simplesmente”. Ou ainda, que não seria motivo suficiente para uma intervenção como esta.

Foi então que a Olívia, aos 13 anos, foi transferida da casa de acolhimento para o Lar de Nazaré⁷¹, o qual abrigava somente meninas (seis) e ficava localizado na zona sul de Porto Alegre. Tratava-se de uma pequena casa de alvenaria localizada no mesmo terreno de uma casa de formação de freiras, as quais administravam a casa-lar e ajudavam no

⁷¹ Os motivos que levaram ao encerramento das atividades da casa-lar até hoje não ficaram exatamente ou oficialmente esclarecidos, mas as informações que pude obter na época, em 2005, através da assistente social da instituição, é que as “freiras não conseguiam dar conta da indisciplina das meninas”, em especial nas “situações de surto de algumas adolescentes que precisavam ser medicadas”.

cuidado e formação das adolescentes, juntamente com uma assistente social. A Olívia diz não lembrar de as freiras terem conversado previamente com as adolescentes sobre o fechamento da casa-lar e que, portanto, recebeu a notícia com grande surpresa depois de retornar de um fim de semana fora da instituição. “A Laurem chegou bem assim para mim: as irmãs falaram um negócio para nós, que a casa vai fechar”. Para a jovem, os motivos para tal desfecho também nunca ficaram muito claros, mas ela suspeita que as irmãs não conseguiam conviver com os hábitos das adolescentes, sobretudo no que se refere à questão da sexualidade. “Eu saía, mas só que assim, eu ia para a casa da Michele, depois eu ia para a casa-lar e assinava, só que claro, a Laurem pulava o portão, a Janice chamava os homens para a frente do portão, as irmãs não aguentaram, porque elas eram freiras!”

A Olívia lembra também das situações em que as irmãs iam jantar com os padres que moravam numa residência próxima e que todas as adolescentes iam para a janela gritar. “Mas só um pouquinho, vocês vão putiar e a gente não pode! Só vocês podem! Irmã!! Guria, elas não aguentaram!” No dia em que deixou a casa-lar, foi tudo muito rápido, a jovem conta que não teve tempo para nada, nem mesmo para chorar. Todas apenas pegaram as suas coisas e foram encaminhadas para a família, ou para uma outra casa-lar que, até o momento, não existia pois não havia vaga para todas. Um dos funcionários da Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre, na época, entrou em contato com a dona de uma creche e pediu que ela conseguisse acolher as adolescentes o mais rápido possível: “Ele largou nas mãos dela e falou: é o seguinte, não tenho onde colocar as quatro meninas. Era período de férias da creche e, por isso, ela cedeu o salão para a gente ficar durante um mês”, lembra a jovem. E, aqui, mais uma vez emerge muito claramente a questão da temporalidade, ou melhor, da dificuldade em conjugar o tempo dos sujeitos e aquele das políticas públicas, marcado pela urgência em garantir, no limite, os direitos do sujeito, sem, no entanto, ter em vista a dimensão vivencial destes. Em termos de intervenção, havia apenas um problema (o que fazer com as adolescentes que haviam sido desacolhidas) e um único caminho para solucioná-lo (buscar uma outra instituição o mais rápido possível). Quando a jovem diz que não houve tempo “nem para chorar”, ela torna evidente que não só elas não haviam sido informadas sobre a mudança, como esta estava baseada apenas na pressuposição daquilo que elas poderiam desejar enquanto sujeitos. O que era para ser provisório, por no máximo um mês, acabou se estendendo por seis meses, tempo suficiente para a Olívia começar a pensar que poderia, a partir daquele

momento, se virar sozinha, uma vez que havia descoberto a pensão deixada pela sua avó. “Foi onde eu comecei a pensar que eu tinha dinheiro, eu bem assim: não, eu vou sair daqui, né? Eu vou alugar uma casa para mim. Só um pouquinho, ou eu dependo do Estado ou eu não dependo de ninguém! Ou o estado me sustenta, ou deixa que eu me viro!”. Antes mesmo de sair da casa-lar, a jovem foi avisada da existência da pensão que, até então, segundo ela, já havia rolado na “mão de deus e todo mundo” e por isso ela já havia perdido não só dinheiro, mas muito tempo. Para a jovem, a condição de assistida e de dependente só seria mantida caso fosse em relação ao Estado. Ela aceitara, num primeiro momento, as condições da assistência, sobretudo o controle, uma vez que estas eram postas pelo Estado e conseqüentemente ela tinha uma expectativa nessa relação: ela assumia as condições da assistência e em troca era sustentada pelo Estado. Quando se viu independente desse ciclo de reciprocidade, ela optou por poder sustentar a si mesma e manter a sua liberdade. Nesse momento a jovem estava diante da possibilidade de conduzir sua própria vida.

Passados seis meses, novamente as adolescentes foram transferidas para uma outra casa-lar, dessa vez uma família acolhedora, com a presença de uma mãe social. Tal experiência não teve muito sucesso, segundo a Olívia, porque a ONG responsável pela casa colocou um casal de pais com uma criança de um ano para conviver com quatro adolescentes. Começou a se travar uma espécie de guerra familiar, da qual participavam a Olívia, a mãe social e seu companheiro e mais uma das adolescentes que havia deixado o Lar de Nazaré. “A Nathalia e o cara fizeram uma amizade assim de pai e filho da noite para o dia. Eu para chamar alguém de mãe e pai tem que ter, como eu não tive, não é qualquer uma. E a mãe social fazia todas as vontades da Nathalia. Ou seja, a Nathalia botava pilha neles para vir contra mim”. A convivência era de “guerra total” entre os quatro e as outras adolescentes permaneciam de fora. Até que um dia, a Olívia quebrou um dos vidros da casa jogando bola e tal ato, segundo ela conta, teria levado o companheiro da mãe social ao surto, dizendo-lhe tudo aquilo que ela mais detestava ouvir. “Porque tu, nem mãe tu tem! Tu é merda nesse mundo! Eu tive que largar todo o meu conforto para vir te criar”. Mas como ela sabia que ele não poderia encostar nenhum dedo nela, pois ela estava sob a custódia do juiz, ela retrucou as ofensas e provocou ainda mais a ira dele: “Por que tu não vem bater em mim? Bate em mim! Pois é, eu sou tão merda que, através da bosta que eu sou, tu recebe!”. Em função ou não das brigas, o casal terminou por se separar e as atividades da casa-lar aos poucos foram tendo fim. A mãe social tentou ainda, por

algum tempo, continuar sozinha cuidando das adolescentes, mas, como lembra a Olívia, ela “não teve pique para aguentar sozinha”.

Nisso, um outro casal assumiu a casa-lar, Alexandre e Miriam, que acolheram as quatro meninas – em especial a Olívia, que eles têm até hoje como filha. Mas essa relação parental entre o casal e a jovem não foi estabelecida logo, porque inicialmente a Olívia havia se apegado à primeira mãe social e demorou para chamar a Miriam de mãe. “Eu lembro que ela falava bem assim para mim, brincando, quando eu falava que eu queria cereal de café: só vou te dar se tu me chamar de mãe. E eu bem assim: pois então, eu não vou comer, porque eu não vou te chamar de mãe. E saía andando. Quando eu voltava, o cereal tava no prato. Então, era difícil, mas depois pegou, tanto que até hoje ela é minha mãe”.

Em relação às amigas que fez durante o período de acolhimento, a Olívia diz que apenas a Laurem foi e permanece sendo sua amiga. Ela deixou a casa-lar da Miriam e do Alexandre antes mesmo de completar a maioridade, porque desejava voltar a morar com a sua mãe, mesmo que esta se encontrasse em difícil situação financeira. A Olívia ajudou a mãe social a entender que era importante respeitar a vontade da Laurem, porque, por mais que ela reconhecesse a mãe social como mãe, ela fazia isso mais por obrigação, pois, na verdade, ela queria “a mãe dela”. “A partir do momento que ela fala para ti que ela quer passar fome com a mãe dela, porque ela sabe que quando ela sair daqui ela vai passar por isso, então deixa ela ir. Aproveita que ela está estudando, que ela pode fazer um estágio, ela pode mudar a vida dela, que é o que a Laurem fez”, lembra a Olívia, não só enfatizando o potencial de agência da amiga, como especialmente, a emergência de outra possibilidade de vida.

A Olívia foi uma das poucas jovens que participaram da pesquisa a dizer que nunca soube de qualquer possibilidade de ser adotada. Sobre isso, ela diz apenas ter ouvido um boato, na época em que estava morando na casa de acolhimento, que a mãe de uma menina, filha única, teria o interesse de adotá-la. “Mas isso eu ouvia da boca dela. Nunca chegaram em mim e falaram”. Nesse ponto a Olívia fala sobre adoção em termos formais, mas também não deixa de ampliar a noção desse termo, a ponto de incorporar a prática da circulação de crianças experienciada na infância. “Quando eu era menor sim, que a minha avó falava com toda a vizinhança até alguém me querer. Então, era o que eu mais ouvia”. Mas assim como as outras jovens que participaram da pesquisa, ela avalia que o fato de não ter sido adotada foi melhor para ela, sobretudo para a sua independência. “Por um lado, até melhor, né,

vai saber... hoje, eu sou mais independente. Ah, não sei, não gosto de depender de ninguém. Nunca gostei; quando eu era menor, era normal porque eu era menor. Não gosto, não quero”. No entanto, é interessante pensar que se, por um lado, ela reconhece a circulação como adoção, por outro lado, o termo talvez pareça menos produtivo ou mesmo indispensável quando ela diz que hoje tem três mães (a dona da creche, a Miriam e a Ana, com que ela morava no momento da realização da pesquisa) e que o casal Miriam e Alexandre são seus pais, com os quais ganhou “estabilidade”.

Na avaliação que faz do tempo em que viveu em diferentes casas e instituições e com famílias diferentes, ela ressalta o aprendizado que foi produto sobretudo da convivência com as suas três mães. E tal avaliação dessas aprendizagens é feita, em especial, a partir do comparativo em relação a sua família consanguínea. “Eu acho que se eu tivesse com eles, eu seria mais um deles, porque foi caindo que eu aprendi muita coisa, foi dentro do abrigo que eu aprendi muita coisa, foi com as mães que eu aprendi muitas coisas”. Ou seja, por mais que tenham sido, por vezes, dolorosas as muitas mudanças de estilo de vida, de regras, de hábitos, ela observa que o acolhimento produziu uma diferença, uma marca que, ao contrário de ser negativa, produz distinção em relação aos seus parentes e ao modo de vida deles. “Então, se fosse para morar com eles talvez eu seria uma das minhas irmãs. Não ia querer trabalhar, ia viver nessa vidinha medíocre que eles vivem e aceitam. Além de tu viver mediocrementemente, pela sociedade tu aceita. Então, eu tomei, cá, aprendi, talvez se eu tivesse vivido a vida toda do lado deles, eu já teria vários filhos, não teria o pensamento que eu tenho hoje de não ter, porque eu não tenho como sustentar ou como dar uma estabilidade para eles não cair dentro de um abrigo”. Se num primeiro momento parece difícil ter crescido sem conhecer sua mãe e sem o apoio desta, assim como também ter sido entregue ao conselho tutelar pela própria avó e ser privada do convívio familiar, em um segundo momento, essas mesmas experiências se revestem de uma estética que fazem da vida da jovem um “laboratório de possibilidades”. “Tudo o que eu não fiz, eu poderia ter feito; minha mãe morreu, eu poderia crescer revoltada, cair no mundo das drogas. Como eu ganhei estabilidade dos meus pais, da Miriam e do Alexandre, não teve interesse, não teve curiosidade, porque daí eu pensava, poxa, quando eu era menor, que morava na Conceição, eu não quis, por que eu vou querer agora que eu tô melhor e eu sei o que eu quero?”.

É importante pensar, nesse ponto, sobretudo a partir dos relatos da Olívia e da Nina, sobre a produtividade da experiência da circulação.

Mesmo que esse processo (em especial pela experiência de institucionalização) tenha sido sofrido e definido por dificuldades, as jovens procuram resgatar nos seus relatos a dimensão criadora de tais experiências. Sobretudo, quando conseguem se ver em relação a sua família de origem, esse processo assume um acento especial: o da superação e da produção da diferença, da distinção. No sentido de enfatizar que, mesmo tendo passado por dificuldades e por tê-las enfrentado sozinha, isso a coloca num lugar melhor, daquela que aprendeu com a vida, daquela que sabe encarar a vida, daquela que não leva uma vidinha medíocre, não apenas sobrevive, vive uma vida “considerada melhor”. Nesses termos, em diálogo com Lobo (2013), é possível pensar que a circulação não apresenta apenas a dimensão econômica, mas sobretudo moral: circular é um valor. Ou, nos termos da autora, “moralmente, superar-se é amplamente admirado e os relatos de dificuldades que foram enfrentadas são constantemente acionados para justificar idas e vindas ao longo da vida” (LOBO, 2013, p.72).

Mesmo após ter completado 18 anos, a Olívia ficou morando na casa da Miriam e do Alexandre até os 19. Depois da maioridade, ela já havia estabelecido uma nova rotina na casa, trabalhava fora em um turno e no outro ajudava a mãe social, e mesmo contribuindo de alguma forma para com as despesas, ela diz que permanecia sendo sustentada, pois afinal de contas continuava morando lá. “Não era por minha conta, porque eu era bancada, mesmo porque eu morava lá dentro de casa”. A permanência até os 19 anos não se deu sem conflitos entre a mãe social e os profissionais da entidade mantenedora das casas-lares. Se, de um lado, a mãe social desejava prolongar ainda mais a permanência da “filha”, de outro, estava a instituição decidida a cumprir com os prazos formais próprios das políticas públicas. “Ele [diretor do abrigo] falou: não, Miriam, chega, ela não pode ficar, ela tem 19. E a mãe: não, eu decido quando ela vai, a filha é minha”. Foi então que o diretor deu 10 dias para a jovem deixar a casa-lar. A tentativa de construir alternativamente a experiência do acolhimento acaba por esbarrar na temporalidade própria das políticas, a qual é marcada pela urgência, por prazos pouco flexíveis e submetidos às normativas. No entanto, para além de uma decisão institucional, permanecem os laços que foram estabelecidos anteriormente e que independem da institucionalização e da submissão à sua temporalidade. E tais laços vão encontrar possibilidades no devir: devir-mãe, por parte da mãe social, e devir-filha, por parte da jovem.

Nesse curto espaço de tempo, a mãe social e a Olívia conseguiram encontrar um apartamento para que ela pudesse morar

sozinha, dando início ao projeto de uma vida autônoma previsto pelas políticas. Ainda que a saída da casa-lar tenha se dado de uma maneira súbita, a Olívia diz que, ao contrário de outras instituições, de certa forma foi sendo preparada pelos pais para o desacolhimento: “ Nas outras casas, fez 18 anos tchau, foi bom te conhecer, pode contar comigo. No teu primeiro telefonema, eles atendem, no segundo, rastreiam a chamada e nunca mais te atendem. Lá na casa não, a mãe prepara, o pai fala a todo momento: vocês estão vivendo uma ilusão, isso aqui é uma ilusão. Não pensem que lá fora vocês vão ter casa de dois pisos, comidinha toda hora, carne todo dia, que não é assim”. E com o tempo a jovem pôde sentir e mesmo experimentar os avisos do pai tão logo começou a trabalhar e não mais depender das políticas assistenciais. “Eu que vivo no mundo de hoje atualizado, que não dependo mais do governo, eu sei que é real. Eu como carne todo dia porque eu trabalho, mas muitos moram na rua”. Ao pontuar a diferença, em termos de preparação para a saída, entre a casa-lar da Miriam e as outras instituições, a jovem observa que, na ausência desse trabalho, existem “aquelas casas”, as repúblicas. Logo que soube da existência dessas casas e da possibilidade de ser encaminhada para alguma delas, procurou deixar bem claro, em uma das reuniões da entidade, que não iria de maneira alguma para república, “porque república é uma putaria”. “Eu falei para a mãe: eu moro embaixo da ponte, mas eu não moro nessa república. Não moro. Chegar e o meu guarda-roupa está arrombado. Eu conheço os guris da república, os guris levam mulher todo o dia”. A Olívia diz que sempre foi independente e que o período em que esteve sob a tutela do Estado foi por decisão deste e não por sua vontade, o que, de certa forma, a exime de qualquer tipo de contrapartida (sobretudo em termos de projeto de vida) em relação às expectativas governamentais. “Eu sempre fui independente. Tá, né, tive a fase que o governo quis me bancar, mas eu não pedi para o governo me bancar, o governo quis. O Lula quis, eu deixei, o que eu ia fazer? Eu acho que eu fiquei no abrigo os oito anos que o Lula tava no poder. Depois que eu saí dessa vida de abrigagem, de Fasc⁷², não participei de nenhum outro programa do governo”.

2.8 ESTELLA: “EU TIVE QUE DESCOBRIR A VIDA SOZINHA”

A Estella é outra egressa da Casa-lar Nossa Senhora do Carmo, porém, ao contrário das outras jovens apresentadas anteriormente, ela

⁷² Fundação de Assistência Social e Cidadania

não mora na Palhoça, mas sim em um morro conhecido de Florianópolis – o Morro da Caixa. O contato com a jovem revela a complexidade das redes que envolvem as experiências e mesmo a localização dos egressos, as quais passam inclusive pelos operadores das políticas de proteção, como pretendo mostrar na sequência. Na lista com os nomes de alguns egressos da casa-lar, aparecia o nome da Estella e de seus quatro irmãos que haviam sido acolhidos na mesma instituição, ainda que em períodos diferentes. A assistente social e a coordenadora da casa-lar não tinham mais o endereço e tampouco o telefone da família. Mas tinham uma informação preciosa: uma das educadoras da instituição mora na mesma comunidade da jovem e, portanto, poderia ter alguma notícia dela. Na ocasião, a educadora se mostrou bem disponível e interessada em localizar a mãe da Estella, dona Wilma, e mesmo fazer a mediação do meu contato com ela. A profissional sugeriu que ela conversasse primeiro com a Wilma, a fim de marcar um dia para ela me encontrar na casa-lar. Todo esse cuidado seria porque, segundo ela, não era muito aconselhável eu entrar sozinha na comunidade.

Passados alguns dias, a educadora conseguiu o número de celular da Wilma e, ao contrário do que havíamos combinado anteriormente, ela sugeriu que eu ligasse e falasse diretamente com a mãe da jovem. Com o número de telefone em mãos, não tive dúvidas, liguei imediatamente e, para minha surpresa, quem atendeu a ligação foi a própria Estella. Aproveitei o contato e já falei sobre a pesquisa para a jovem, que não só aceitou participar como disse que estava sempre em casa, pois o seu bebê estava com dois meses. Por telefone, ela me explicou como eu fazia para chegar ao endereço e tudo, a princípio, parecia muito simples. No entanto, assim que desci do ônibus eu dei início a uma verdadeira saga em busca da rua que não ficava, como eu havia imaginado, na rua Governador Ivo Silveira, a principal daquela região. Nesta havia apenas uma pequena ruela de areia (um atalho que os moradores usam), que corta o Morro da Caixa de uma ponta a outra. Depois de pedir informação em muitos lugares, de caminhar durante horas por ruas cada vez mais distantes daquela que eu procurava, eu finalmente parecia ter retomado a rota. “É essa marginal, esse número deve ser mais lá para cima”, me respondeu o funcionário de uma concessionária de automóveis. Ótimo, pensei, agora eu estava na rua, era só seguir a marginal, “toda a vida”. Errado. A via começou a mudar de nome, ou melhor, o seu nome começou a desaparecer. Antes de prosseguir, fui até uma padaria e perguntei sobre o endereço. Na fila para pagar as compras, estava um homem, que se adiantou e disse: “É lá no Morro da Caixa, seguido temos que andar lá”. Nisso, eu olhei para o seu crachá e

percebi que ele era do Conselho Tutelar. Imediatamente pensei que ele pudesse me ajudar, então expliquei que estava fazendo uma pesquisa e à procura de uma jovem egressa. “Quando é assim, é melhor você ir antes no Conselho ou no CRAS, que é melhor para localizar esses adolescentes”, respondeu o conselheiro que, na sequência, aumentou o tom de voz e falou para quem desejasse ouvir: “Ontem mesmo, tivemos que pegar um bebê, os pais eram drogados, a coisa mais linda a menina, me deu até vontade de ficar com ela para mim e não entregar”. Nisso, o padeiro foi comigo até o meio da rua para me mostrar como eu faria para chegar ao meu destino, que de fato era o Morro da Caixa. “Tá vendo aqueles predinhos, lá? É por lá, mas você vai contornar por aqui, ó...”. Nesse momento, o conselheiro saiu do minimercado e me fez uma série de perguntas, seguidas de recomendações: “Estás levando celular na mochila? Melhor colocar no bolso. Tens dinheiro? É melhor colocar a mochila para a frente, porque lá eles passam e te arrancam a mochila fora. Lá, é meio complicado, às vezes eles não deixam entrar em alguns lugares”. No caminho até a casa da Estella estavam as políticas públicas de proteção, ainda que como “fundo”, a postura desse profissional que fazia questão de marcar distância em relação às outras pessoas da comunidade, sobretudo ao mostrar um conhecimento e vigilância acerca do que se passa ali e também em relação a mim, enquanto pesquisadora. Ao sugerir que eu deveria ter procurado o Conselho Tutelar ou o CRAS, pretendia marcar também uma posição para o próprio Conselho e para as próprias políticas públicas de assistência social: a de um lugar incontornável na produção e localização dos egressos.

Segui meu caminho e comecei a lembrar da educadora da casa-lar, das recomendações dela sobre a comunidade e senti medo. Senti medo, não daquele lugar, mas do lugar que aquelas pessoas haviam construído para mim. Cheguei a me perguntar se valia mesmo a pena continuar subindo. Eu já podia ver o desenho do morro, e seu ponto mais alto, lugar aonde eu teria que chegar. Encontrei duas jovens e perguntei se elas conheciam a Estella, filha da dona Wilma. “Ah, uma meio indiozinha, que tem um bebê?”, me perguntaram elas. Eu respondi que sim; não sabia como ela era, mas o fato de ter um bebê parecia uma boa indicação. Então, elas me deram as coordenadas: “Você vai subir, depois descer, depois subir de novo, essa rua é assim, parece que acaba, mas não. Ela mora nuns quitinetes lá em cima. Finalmente eu estava no topo do morro – era o fim da linha; ou era ali, ou teria que voltar sem encontrar a Estella. Os números eram de fato salteados e muitas casas, inclusive, não tinham numeração. Onde estaria o 1024 em meio àquela imagem tão paradoxal que se abria diante dos meus olhos? Do meu lado

direito, uma paisagem exuberante do mar com a cidade ao fundo. Uma amplidão. Um cartão postal. À minha esquerda, esse mesmo cartão, cujo enquadramento não foram capazes de capturar os que estão fora, os que contemplam aquela imensidão, sem, talvez, nela poder penetrar. Era o morro, imponente não pela amplidão, mas pela falta de espaço, pelo amontoado de pequenas casas que, numa arquitetura astuciosa, faz com que tudo se encaixe e ocupe os menores pedaços de terra, de maneira a abrigar a todos. Resolvi ligar para a dona Wilma que, gentilmente, disse que iria ao meu encontro.

Dentro de alguns instantes, quando olhei para cima, avistei uma senhora me acenando. Eu comecei a subir e ela a descer. Ela era diferente de qualquer imagem que eu pudesse ter feito dela. Uma senhora na faixa dos 50 anos, com cabelos escuros, na altura dos ombros. Aquele rosto me dizia muitas coisas, me falava de cuidado, responsabilidade, fé e de muitas batalhas. Batalha para estar naquele lugar e sustentar os três filhos que ainda moram com ela. Nós entramos pela cozinha, e desse espaço já consegui avistar uma peça que é um misto de sala e quarto. Vi duas camas: numa delas estava deitado um jovem que usa fraldas e, na outra, um jovem sentado com um bebê no colo. Os dois são irmãos da Estella. O primeiro foi o único dos filhos que não esteve na casa-lar. O segundo não só esteve na casa-lar, como também, depois do desacolhimento, acabou cumprindo medida socioeducativa. A Wilma acendeu a luz do cômodo e o adolescente de fraldas falou em um tom baixinho: “Tia, tu sabia que eu sofri um acidente? Um carro me pegou”. Fazia algumas semanas que o jovem, que tinha deficiência mental, havia sido atropelado, não muito longe de casa.

Quando eu cheguei, a Estella estava se aprontando; não estava ali no quarto com os demais, mas sim no andar superior da casa (uma espécie de mezanino de madeira). Enquanto a jovem não descia, fui apresentada ao mais novo membro da família, o seu filho de dois meses. Eu pedi para pegar o bebê no colo e, aos poucos, pude perceber o quanto ele se tornava o centro das atenções da casa e também o ponto de partida para um processo de aproximação com a família. A conversa sobre o bebê acionou outros tantos assuntos e, aos poucos, pude perceber que a Estella e a dona Wilma eram bem falantes. A Estella é morena, alta, bonita, com as pernas bem compridas e finas, não tinha aspecto de quem há poucos meses tinha passado por um parto normal de um bebê de mais de quatro quilos, com 50 cm de comprimento. Ela é bem magra, com os cabelos encaracolados, negros e compridos, os quais até a hora da minha partida se mantiveram presos.

Ao contrário das outras jovens da pesquisa, a Estella falou pouco sobre os motivos que culminaram no seu acolhimento. Relatou apenas que depois que o pai foi preso, ela teria ficado “muito atormentada” e não queria mais “parar em casa” e por isso foi acolhida. “Eu gostava muito do meu pai, eu sofria muito por ele estar preso, eu não entendia por que ele tinha sido preso”. Ela também nunca falou o motivo da prisão do pai, mas é possível entender que ela tinha um laço forte com ele. E por conta disso, é como se, para ela, a história toda começasse depois, com o próprio desacolhimento. Isso, porque foi justamente no momento em que ela retornou para a casa que ela foi abusada pelo pai, que havia pouco saíra do presídio. O lar para onde ela desejou voltar acabou a expulsando novamente. “Depois que o meu pai me abusou, daí eu fugi de casa, casei e, por nunca ter tido uma pessoa que dissesse para mim, Estella tu tem que fazer isso, tu tem que fazer aquilo, eu tive que descobrir a vida sozinha”. Ela se casou quando tinha 12 anos com um “coroa” e, entre separações e reconciliações, os dois ficaram quatro anos juntos, morando no bairro Monte Cristo em Florianópolis. Mas, para ela, o casamento, além de ser uma possibilidade de fugir do abuso do pai, era também um lugar de afeto e de cuidado, que ela não tinha mais dentro de casa. “Ele me deu carinho de pai que eu não tive, sabe? Então, só que como eu era muito criança, eu confundia as coisas, eu não entendia. Então, foi falta, eu acho assim, até pode ter sido erro dos meus pais”. Por vezes, os relatos da jovem são marcados por um sentimento de exclusão dentro da própria família, o qual vai sendo reafirmado pela maneira como ela se vê sozinha conduzindo sua vida, sem poder contar com ninguém. “Amigos é só a família da gente e, assim mesmo, essa às vezes falha. Eu não confio em ninguém”. A Estella tem seis irmãos: três são seus irmãos por parte de pai e mãe e os outros três são apenas por parte de mãe. E entre todos eles, ela diz que sempre foi a mais excluída, desde pequena. O amor que teve foi do pai, mas este também foi sua maior decepção e motivo de revolta.

Minha mãe pode dizer que não, que é coisa da minha cabeça, mas depois que o meu irmão caçula veio, ela já não me deu mais bola desde pequena. Tudo que ele pede, ela dá. Ele pode quebrar tudo, ela não fala nada. Então, por isso, que muitas vezes, eu fugi de casa e fui buscar minha felicidade na rua. Então, tipo assim, o meu pai foi a única pessoa que me dava carinho, querendo ou não. Do jeito dele, mas dava. Só que depois ele fez isso para mim, eu não consigo mais nem olhar

para ele. De vez em quando, ele vem aqui para pedir dinheiro para a minha mãe. A minha mãe ainda é tola e ajuda.

Desde que saiu de casa para se casar, ela nunca mais tinha voltado a morar com a mãe. Ela conta que o motivo para não retornar estava no difícil relacionamento com a irmã mais velha que, na época, morava na mesma casa. “Eu odiava ela, por culpa dela que o meu pai foi para a cadeia. Daí foi aonde que eu tomei uma decisão, eu disse: nunca mais boto o pé dentro da minha casa. Tanto é que, depois que eu me separei, eu voltei de novo e não fiquei aqui dois meses, já aluguei uma casa no Monte Cristo e me mandei”. Ela só voltou a morar no Morro da Caixa, com sua mãe e seus dois irmãos, depois que o seu filho nasceu.

Durante o tempo que foi acolhida, a Estella também teve a possibilidade de ser adotada. Assim como para a Alice e a Isabelle, tal possibilidade se deu em função do Programa de Apadrinhamento Afetivo desenvolvido na casa-lar. No entanto, conforme os relatos da jovem, no momento em que o casal anunciou que iria formalizar o processo de adoção, ou, como ela diz, “passar o meu nome para o nome deles”, ela desistiu. “Eu sabia quem era o meu pai, eu sabia quem era a minha mãe. E eu ficava com medo porque a tia dizia que a gente nunca mais podia se ver. E realmente, os meus pais adotivos falaram que se eu fosse morar com eles, nunca mais. Eles exigiam que eu chamasse eles de pai e mãe, não tinha como”. Além disso, a jovem conta que se sentia frustrada em não corresponder às expectativas dos pais adotivos, especialmente em relação a todos os cursos e atividades de que eles gostariam que ela participasse. A adoção implicaria, segundo ela, uma mudança de estilo de vida, na sua maneira de conduzir sua própria vida, que não corresponderia a tudo aquilo a que ela havia sido acostumada, sobretudo em termos das rotinas próprias da casa-lar. “Tu sabe o que é tu se levantar da cama, não ter que arrumar a cama? Sentar na mesa, te servirem café? Eu não me acostumei com aquele ambiente, foi muito difícil porque eu era acostumada na casa-lar a acordar às seis horas da manhã, arrumar a cama, tomar café e já começar a limpar, para tu poder ir para a aula”.

Contudo, se, por um lado, ela se sentia “muito pressionada”, em relação a todas as aprendizagens que ela teria que dar conta, por outro, ela sabia que “seria feliz”, que teria a oportunidade de continuar os estudos e de ter uma família. Ela se sentia muito acolhida, tanto pelos pais, como pelos filhos do casal. “Eles já me chamavam: oh, maninha, vem cá. Eu já sentia minha família, porque eles eram legal comigo”. Ao

fazer uma avaliação do que teria sido a experiência da adoção em sua vida, ela se arrepende de não ter ficado com o casal. “Eu me arrependi, sabe por quê? Porque eu podia ser alguém na vida, eu podia ter um futuro. Eu podia bater no peito e dizer: eu, hoje, sou alguém. Se fosse para voltar atrás, eu iria morar com eles”.

A partir do caso da Estella, é possível observar uma outra perspectiva em relação à experiência de acolhimento. Diferentemente das outras egressas da Casa-Lar Nossa Senhora do Carmo, a Estella ressalta outros aspectos do cotidiano institucional, tais como as brigas com as outras meninas na casa e também a relação conflituosa com algumas educadoras. Ainda que, num primeiro momento, ela relativize o fato de algumas educadoras, ou as “tias”, como ela fala, serem “brabas”, para reafirmar o apoio e o cuidado dessas profissionais nos momentos em que as jovens mais precisavam. “Mas, elas estão com a gente para que der e vier, sabe? Quando tu precisa de alguma coisa, elas fazem de tudo para ajudar. Pelo menos, eu adorava mesmo a tia Lia, a tia Cristina, a tia Helena. Eu gostava muito delas assim, então, eu não tenho do que me queixar. Eu adorava a tia Lia, meu deus do céu! Ela podia brigar tudo comigo, dela eu gostava de ouvir”. Assim como ela pondera que a experiência na casa-lar foi importante para a sua vida, uma vez que na instituição ela aprendeu a ter “disciplina”, ela diz que com o tempo tudo acaba mudando.

Lá, eles são legais, mas depois que tu se acostuma, eles não querem saber, xingam a tua mãe: ‘se a tua mãe fosse boa, tu não taria aqui’. Falam mal da gente. É uma fofalhada do inferno! Ó eu fiquei lá naquela casa, eu vi cada coisa! Teve uma menina que engravidou, da casa-lar, eles mandaram abortar. Daí quando a gente vem para a mãe ou a gente chega: ‘ah, porque tu não vai mais, porque não tá te fazendo bem’. Se a gente chega um pouco atrasada da escola, já não davam almoço para a gente, botavam a gente de castigo, a gente não podia fazer nada que tava sempre errado, pelo menos, no meu caso.

É importante lembrar também que o período de acolhimento da Estella, ao contrário das outras jovens que entraram para a casa-lar no fim do anos 90, é bem mais recente, sendo concluído em 2007, um outro momento das políticas assistenciais e de proteção à infância e à adolescência. Nos seus relatos, as relações estabelecidas na casa-lar não assumem características familiares, como para a Clarissa, a Alice e a

Virgínia. Ainda que ela chame as educadoras de “tias”, isso se deve muito mais, ao que me parece, a uma tendência presente nas instituições em função do “reordenamento institucional” que objetivava desmontar os grandes abrigos e constituir casas-lares que se aproximassem o máximo possível do modelo familiar em termos das relações, do que propriamente uma familiarização destas por parte da jovem. E ainda que ela tenha notícias dos(as) adolescentes que foram acolhidos no mesmo período que ela, ela não manteve amizade com nenhum egresso. “Eu fico sabendo, porque no facebook, internet, rola bastante papo. A gente vai achando os perdidos por aí. Mas eu já procurei um monte de gente, não consigo detectar”.

Assim como a Alice, ela faz questão de mostrar o álbum de fotografia, onde mantém as fotos de família e também as da casa-lar. Ela faz isso não para lembrar da casa-lar, mas sim para que eu pudesse ver a foto da sua irmã, a Bruna (já mencionada anteriormente), que é motivo de lembrança para as outras egressas, como para a Clarissa e a Alice. “Minha irmã é bonita”, diz a Estella orgulhosa, enquanto pega a caixa de fotos sobre um armário preso na parede. “É uma morena bonita. Sabe aquela Cléo Pires? Ela é a Cléo inteirinha, olhando assim de corpo. Tem a foto dela aqui”. Enquanto me mostra a foto da irmã, eu conto que a Clarissa, a Virgínia e a Alice lembravam dela com muito carinho, de levar para a escola, ajudar nas tarefas, de proteger e cuidar dela. Nisso, ela conta que a irmã está desaparecida há sete anos. “A Bruna sumiu, desapareceu, ninguém sabe onde ela tá. Já fomos na polícia, já fomos em tudo quanto é lugar. A gente tem esperanças de encontrar ela, mas só se a gente for realmente na TV para eles poderem fazer alguma coisa”. A Bruna desapareceu durante a festa de aniversário de 12 anos da Estella. “Ela tinha se pegado de pau com a minha irmã. Ela passou uma semana saindo direto. Ela saiu e deixou todas as roupas dela. Não levou nada, sabe o que é nada? E desapareceu”. Depois de três meses, a família só viu a jovem no carnaval de 2000, na companhia de um namorado, um “guri ali do Morro do 25”. E depois desse reencontro, nunca mais a viram. “Meu deus do céu! Como a gente procurou essa guria e não achamos...”.

Na sequência das fotos da família é que aparecem algumas imagens do período do acolhimento. Estas lhe permitem lembrar de alguns adolescentes da casa-lar e dos desfechos para muitas trajetórias, em geral, produzidos em função das drogas. “Essa é a casa-lar antigamente, ó esse tá na pedra (crack), o Anderson tá na pedra, esse tá na pedra, esse aqui tá na pedra, esse aqui também tá na pedra”. A Estella nunca mais retornou na casa-lar, porque, para ela, não havia nenhum

motivo para isso, uma vez que muitas coisas mudaram na sua vida desde que foi desacolhida. “Para que voltar? Não tem para que voltar”. Sobre o período do acolhimento ela diz ter ficado na casa-lar por quase cinco anos, mas não tem certeza sobre a idade que tinha quando entrou e também de quando deixou a instituição. “Cheguei com nove, não, cheguei com oito e saí com nove; não, cheguei com oito e saí com 11. Eu fiz oito ainda lá na casa-lar”. É interessante observar que, em geral, quando falam sobre essas datas (acolhimento e desacolhimento) ou sobre a idade que tinham na época e o tempo que permaneceram acolhidas, as jovens revelam uma outra dimensão da temporalidade ou mais exatamente uma outra maneira de se relacionar com o tempo. Isso que mais comumente poderia aparecer como contradição e incerteza, na verdade indica uma maneira de estar no tempo que rompe com uma apreensão mais cronológica do tempo (*chronos*). Cronologia esta que é própria dos prontuários produzidos pelos assistentes sociais dos serviços de acolhimento. Na casa-lar Nossa Senhora do Carmo, por exemplo, consta que a Estella foi acolhida em 06 de agosto de 2004 e desacolhida em 13 de abril de 2007. Ou seja, o período de acolhimento, segundo as informações do prontuário, que é também o ponto de vista das políticas públicas, não chega a quatro anos. Mas, do ponto de vista da jovem, ele foi muito mais longo, justamente porque o devir que marca as experiências da Estella, assim como das outras jovens apresentadas anteriormente, é conformado por uma temporalidade específica, que, ao contrário do *chronos*, como bem lembra Pelbart, é sem antes e sem depois, portanto, flutuante: tempo das velocidades e dos afetos. E o fato de esse tempo produzir velocidades que estão sempre no meio é que, em termos de devir, a busca por uma origem ou desfecho de uma vida acaba sendo esvaziada. “As pessoas sonham em começar ou recomeçar do zero, e também temem onde vão chegar, ou cair. ‘Para onde você vai? De onde você vem? Aonde quer chegar?’ [...] Buscar um começo, ou um fundamento, implicam uma falsa concepção da viagem e do movimento”. Isso porque justamente no meio é onde os tempos se comunicam numa multiplicidade na qual os devires são possíveis.

2.9 CIRCULAÇÃO, FUGA E DEVIRES: SUBVERSÕES DE TEMPORALIDADES

No presente capítulo, os relatos das experiências das jovens chamam atenção para um encadeamento entre circulação e agência, o qual se constitui como a própria possibilidade de devir. É importante dizer que a marca dessa circulação é a emergência da agência desses

sujeitos, sua potência para ação e as múltiplas possibilidades de devir que estas apontam. Por isso, não se trata de um tornar-se, mas do devir, do que elas podem enquanto sujeitos. Importante ressaltar que esse potencial de agência emerge justamente de uma ação (**fuga**) que, em princípio, caracterizaria um não enfrentamento das situações limite (fugir da mãe, fugir do pai, fugir dos serviços de acolhimento, fugir dos pais adotivos, etc). No entanto, a fuga, embora apareça em sua concretude nas experiências das jovens, não representa apenas um refúgio em algum lugar. Trata-se, como bem observa Deleuze, da fuga em intensidade. E, nesse sentido, não remete apenas a uma mudança espacial (o que aparece em termos de superfície), mas sim de estado, daquilo que elas podem desejar se tornar em situações que lhes exigem um “corte”, uma “ruptura” em relação à impossibilidade que tentaram lhes impor. É, portanto, uma fuga em direção a um “novo modo de existência”. E, por isso, gostaria de enfatizar o tom que a palavra “fuga” assume nos relatos das jovens: o de potência. Trata-se de uma ação desencadeadora de toda uma série de possibilidades de vir a ser, a qual remete a uma relação diferente com o tempo, ou melhor, à subversão de uma certa “concepção corrente de tempo” (*chronos*). Isso significa que, no lugar de pensar a partir do tempo, elas o fazem a partir de estados (de diferentes intensidades).

Essa subversão do tempo pode ser observada, sobretudo, quando as jovens não organizam suas vidas em torno de projetos (o que muitas vezes é esperado em termos das políticas de proteção e dos próprios serviços de acolhimento). Os seus relatos, por vezes, apontam para modos de se constituir como sujeito que são alheios à sucessão cronológica, ao encadeamento temporal. Seria possível pensar, em diálogo com Pelbart (1993), que as jovens não ficam apenas a observar o mundo, mas sim “vivem as oscilações, os bruscos afastamentos e aproximações, as intensidades [...], descontinuidades e intempesitvidades” e encontram aí elementos para construir seus modos de vida. E estas oscilações e os bruscos afastamentos e aproximações aparecem reiteradamente em seus relatos e lançam pistas dos devires que marcam suas invenções de novas possibilidades de vida: devir-mulher, devir-mãe, devir-filha, etc. No entanto, como foi possível observar ao longo do capítulo, estas nem sempre correspondem à liberdade, mas à “busca por uma saída” (linha de fuga).

Para pensar essa relação entre devir e linha de fuga (esta tomada em sua experiência criativa e não simplesmente como refúgio) pode ser produtiva a aproximação entre as experiências das jovens com as de dois personagens de Kafka. O primeiro seria o personagem Gregor Samsa da

novela “A Metamorfose”, o qual ao se metamorfosear em um “inseto monstruoso” marca, seguindo a perspectiva Deleuziana, a presença de um devir-animal que permite traçar uma linha de fuga intensa tanto em relação ao triângulo familiar (pai, mãe, irmã) como ao triângulo burocrático (o gerente, o pai, três inquilinos) e comercial. Para Gregor, não se tratava apenas de fugir do seu pai, mas antes de encontrar uma saída “onde seu pai não a soube encontrar (DELEUZE, 1975, p.24 “tradução minha”). Antes de poder compreender o que estava acontecendo consigo, e mesmo buscar explicações para as dores que sentia pelo corpo e pela estranheza que este agora lhe causava, Gregor lamenta o fardo que é seguir adiante com aquela vida de caixeiro viajante, uma profissão extenuante que ele acabou “escolhendo”. Mas ao mesmo tempo que consegue listar tudo aquilo que o incomoda no seu ofício, a ponto de desejar a mudança, de fazer o “grande corte”, ele se vê atado às expectativas dos pais e mesmo às dívidas que estes têm para com o seu chefe e lembra que deve seguir em frente e não perder o trem das cinco.

A partir da experiência da metamorfose de Gregor é possível compreender que o devir não corresponde simplesmente a uma passagem de uma espécie molar a outra, de um sujeito a outro, mas a uma produção molecular que se dá justamente neste “*intermezzo*”, no espaço entre dois pontos (ou entre dois termos, como homem e inseto), na “fronteira”. “[...] C’est précisément faire le mouvement, tracer la ligne de fuite dans toute sa positivité, franchir un seuil, atteindre à un *continuum* d’intensités qui ne valent plus que pour elles-mêmes, trouver un monde d’intensités pures...”. (DELEUZE, 1975, p.24)⁷³. Assim como para Gregor, as jovens estavam em busca de uma “saída”, mesmo que esta não representasse a liberdade, a partir do traçado de uma linha de fuga, ainda que no mesmo lugar.

Sobre a concepção de “saída” é igualmente interessante outra contribuição de Kafka, no conto “Um relatório para uma academia”. Numa experiência inversa à de Gregor, o personagem principal faz um relatório (aos senhores da academia) sobre sua pregressa vida de macaco. Depois de ser capturado, acordou em uma jaula na coberta de um navio a vapor, onde pela primeira vez se sentiu sem saída. Mas embora esta não existisse, ele precisava arrumar uma. Tratava-se da sua

⁷³ “É precisamente fazer o movimento, traçar a linha de fuga em toda a sua positividade, transpor um limite, atingir um *continuum* de intensidades que não valem mais que por elas mesmas, encontrar um mundo de intensidades puras...”. (tradução minha).

possibilidade de vida. E é mais exatamente sobre o alerta que o personagem faz sobre o uso da palavra “saída” que gostaria de me deter para pensar as experiências de fuga que, de forma recorrente, aparecem nos relatos das jovens. “Tenho medo que não compreendam o que entendo por saída”, diz o personagem kafkiano, ressaltando a dissociação entre esta ideia e a de liberdade. Não se trata da mesma coisa e, portanto, encontrar uma saída não significa ter um “sentimento de liberdade por todos os lados”. O macaco em seu devir-humano não desejava a liberdade: “Não, liberdade, eu não queria. Apenas uma saída; à direita, à esquerda, para onde quer que fosse; eu não fazia outras exigências; a saída podia também ser apenas um engano” (KAFKA, 1999, p.64-65). Não tendo outro caminho, supondo que a liberdade não figurava como uma possibilidade, as jovens, ao contrário do personagem de Kafka, perseguiram essa saída, através da fuga.

CAPÍTULO 3

REPENSANDO A DESINSTITUCIONALIZAÇÃO

“Desligamento institucional”, “desabrigoamento”, “reintegração familiar”, “desinstitucionalização” e também, mais atualmente, “desacolhimento”. Embora esses termos pareçam se referir a um mesmo fenômeno, no caso da presente pesquisa penso que cabe esclarecer as diferenças que separam, sobretudo, “desacolhimento” e “desinstitucionalização”. O “desacolhimento” está mais próximo do desligamento dos serviços de acolhimento, termo que aparece com maior frequência nos levantamentos e também nas políticas de proteção à infância e à adolescência. Está relacionado à finalização do processo de acolhimento e se dá em função de diferentes fatores, entre os quais está a situação limite, que é a chegada da maioridade. As instituições, no desacolhimento, são tomadas em sua concretude, ao passo que “desligar-se” envolve tão somente uma mudança de lugar e, no limite, de “condição”: de acolhido a egresso.

Já o uso do termo “desinstitucionalização”, o qual orienta as reflexões da presente tese, pretende delinear as mudanças, não só de lugar, mas de estado: daquilo que essas jovens podem ser para além das instituições. Instituições estas que não remetem simplesmente a um estabelecimento ou local específico, mas sim a um modo de funcionamento instituído (NARDI, RAMMINGER, 2007, p.267). E, nesse sentido, o processo de desinstitucionalização pode ser pensado como um movimento amplo de reversão na relação estabelecida entre as jovens egressas dos serviços de acolhimento e o dispositivo de proteção à infância e à adolescência. Trata-se, portanto, de um contexto privilegiado para analisar a “reversão figura e fundo” anunciada no primeiro capítulo da presente tese. Por isso parece-me mais produtivo, em vez de reafirmar as lacunas deixadas pelas políticas públicas de proteção neste contexto (e ver as jovens como desassistidas ou desamparadas por tais políticas), trazer a “dimensão vivencial” dos sujeitos para o primeiro plano. Trata-se de pensar o que podem esses sujeitos e as relações que estabelecem para a criação/invenção de novas possibilidades de vida.

As experiências de desinstitucionalização das jovens que participaram da presente pesquisa poderiam ser pensadas a partir das lacunas ou mesmo do vazio deixado pelas políticas de proteção à infância e à adolescência após o desligamento institucional. Seguindo tal perspectiva, o foco da análise se voltaria à compreensão do que elas

fazem para driblar as dificuldades impostas pelo desacolhimento, sobretudo numa situação em que não estariam mais protegidas pelo ECA. Essa foi a preocupação de Fonseca, Allebrandt e Ahlert ao mostrarem que os “egressos” não ficam esperando passivamente a resolução dos seus problemas, uma vez que procuram tecer “táticas criativas” para “se dar bem” fora do abrigo. Essas táticas, segundo as autoras, ora poderiam ser complementares às lacunas deixadas pelas políticas públicas, ora poderiam burlar aquelas que julgam inoperantes. Num registro muito próximo a este das táticas e estratégias, também seria importante destacar a noção de “viração” que ganhou espaço na Antropologia, a partir da etnografia realizada por Maria Filomena Gregori (anos 90) a respeito das experiências travadas pelos meninos de rua. Tomada do linguajar coloquial, a viração, ou a prática de “se virar” para sobreviver, seria, no ponto de vista da autora, uma “noção exemplar” para descrever tais experiências. Tendo em vista seu caráter dúplice (estratégia de sobrevivência material e mediadora de posicionamentos simbólicos), a viração representa para os meninos de rua mais do que a mera sobrevivência, “embora seja seu instrumento”.

As duas perspectivas (táticas e viração), ainda que com suas particularidades, contribuíram para explicar e, sobretudo, visibilizar o potencial de agência de sujeitos (egressos e meninos de rua) que, até então, eram tomados como uma “população deslocada ou fadada ao insucesso” (GREGORI, 2000). No entanto, estas parecem impor algumas limitações para pensar as experiências das jovens que participaram da presente pesquisa. Isso porque, embora as experiências de desinstitucionalização dessas jovens sejam marcadas por “uma espécie de improvisação contínua”, tal dinâmica parece querer dizer mais do que uma simples “estratégia de sobrevivência” em meio a um contexto de instabilidade. Nesse sentido é que gostaria de propor, neste capítulo, uma outra chave analítica (a qual atravessa toda a presente pesquisa), que permita compreender as práticas dessas jovens não apenas como uma resposta/reação às lacunas deixadas pelas políticas de proteção, mas também como possibilidade de inventar/criar constantemente a vida (em toda a sua dimensão estética), mesmo naquelas situações e condições onde tal emergência pareceria impossível.

Para que seja possível assumir o desafio de pensar as experiências de desinstitucionalização dessas jovens a partir da chave analítica da invenção/criação, será preciso, primeiramente, problematizar algumas escolhas, em termos metodológicos, assumidas ao longo deste capítulo. Tendo em vista que a presente tese tem por objetivo pensar a invenção

de novas possibilidades de vida por parte das jovens “egressas de serviços de acolhimento”, optei, desde o princípio, por me debruçar sobre os relatos das suas experiências. Tal opção me levou, conseqüentemente, a adotar um tipo de escrita e de análise que privilegiasse as especificidades de cada experiência, evitando orientar a descrição em função de categorias analíticas previamente estabelecidas e também de incorrer na busca por traços comuns que perpassassem todos os relatos. Nesse sentido, os capítulos propriamente etnográficos não objetivam a reconstrução das trajetórias desses sujeitos (de maneira linear e/ou cronológica), embora em alguns momentos se possa ter essa sensação (em função dos limites da própria escrita), mas sim procuram dar espaço às questões que as próprias jovens, de maneira muito particular, sinalizam como centrais na construção dos seus modos de vida: as relações familiares e de parentesco, as experiências de acolhimento, a relação com as políticas públicas, a maternidade e o cuidado com os filhos, etc. E são justamente as diferenças, em termos do grau de importância atribuído, por cada jovem, a cada um desses domínios, que me parecem conferir riqueza aos relatos: uma vez que tais acentos (neste ou naquele domínio) apontam para os diferentes modos de se construírem como sujeitos.

Dito isso, tenho expectativa de ter criado uma base argumentativa, a partir da qual pretendo explicar algumas opções, feitas na sequência, no sentido não só de melhor organizar a escrita do presente capítulo, mas sobretudo de concentrar esforços analíticos em certas temáticas que acabaram por extrapolar o espaço dedicado aos relatos das experiências de cada jovem em particular. Como será possível observar na sequência, eu selecionei as experiências de quatro jovens (Clarissa, Virgínia, Nina e Alice) para analisar de maneira mais individualizada, porque estas me permitem explorar com maior densidade determinados aspectos da problemática que orienta a presente tese. As experiências das jovens Estella, Isabelle, Olívia e Nicole me permitiram compor e enriquecer analiticamente outras duas seções, as quais considero centrais para pensar a desinstitucionalização das jovens desta pesquisa: “invenção da maternidade e cuidado com os filhos” e “virada no jogo das relações de parentesco”. As questões tratadas nestas seções poderiam ter sido abordadas, anteriormente, no espaço dedicado a cada jovem; no entanto, optei por reuni-las, por pensar que determinadas especificidades só poderiam emergir a partir de uma espécie de esforço comparativo sobre as diferentes concepções de cuidado, maternidade e parentesco construídas pelas jovens.

Dessa forma, a seção “invenção da maternidade e cuidado com os

filhos”, embora não contemple todas elas, apenas aquelas que têm filhos (ou que desejariam ter, como é o caso da Alice), foi criada para ampliar a reflexão sobre uma temática que é incontornável na constituição dos seus modos de vida. E mesmo, não há como pensar a Virgínia, a Isabelle, a Clarissa e a Estella senão, antes de mais nada, a partir da relação que estabelecem com os seus filhos e da maneira como inventam a maternidade em suas práticas cotidianas. Isso significa que, ao tentar essa aproximação entre as experiências de cuidado de cada jovem, procuro pensar o quanto estas vivências podem se tornar objeto da invenção de novas possibilidades de vida.

Já a seção “virada do jogo nas relações de parentesco” procura contemplar as experiências de todas as jovens, ainda que com graus diferentes de aprofundamento. Isso porque, num contexto de desinstitucionalização, para além da questão da maternidade e do cuidado dos filhos é recorrente uma “virada no jogo” nas relações de parentesco. Essa “virada”, embora seja inevitável – por uma série de fatores que serão apresentados no fim deste capítulo –, participa de maneira diferente desse momento da vida das jovens. Isso significa que para algumas “egressas” tal questão se faz presente de maneira secundária, ao passo que, para outras, esta é o principal lugar por onde passam os relatos sobre a desinstitucionalização. A seção dedicada à maternidade e ao cuidado com os filhos, a princípio, também poderia ter sido incluída na seção dedicada ao parentesco, uma vez que a relação das jovens com os seus filhos e companheiros faz parte deste domínio. No entanto, tal separação é feita propositadamente, como forma de contemplar a “virada” na relação que as jovens estabeleciam com os parentes (em especial mãe, pai e irmãos), antes da experiência de acolhimento. Portanto, a “virada” não inclui a família que estas jovens vieram a constituir no contexto de desinstitucionalização.

3.1 DA “IMPROVISACÃO CONTÍNUA” COMO INVENÇÃO/criação DE NOVAS POSSIBILIDADES DE VIDA

Tendo em vista que a chave analítica do presente capítulo é a invenção/criação de novas possibilidades de vida, será importante, nesse momento, esclarecer de que maneira esta pode ser produtiva para pensar as experiências de desinstitucionalização das jovens “egressas”. Um primeiro aspecto a ser ressaltado se refere à possibilidade de a “invenção/criação” romper com o registro da busca pela sobrevivência que com frequência é acionado para falar sobre as práticas dos sujeitos diante da falta de assistência por parte das políticas públicas. No lugar

da sobrevivência, proponho, a partir da chave da invenção, recuperar a dimensão da vida como “sequência inventiva”. Esta, como bem lembra Wagner (2010, p.146), apresenta um caráter particular, uma certa qualidade de radiância que não tem nenhuma comparação com o “nosso atarefadíssimo mundo da responsabilidade e do desempenho”.

Um outro ponto a ser destacado refere-se ao fato de a invenção permitir falar sobre/descrever as práticas dessas jovens, em sua “improvisação contínua”, sem, no entanto, correr o risco de exotizá-las. As práticas dessas jovens, suas dinâmicas de socialidade, a maneira pela qual lidam com o tempo e com a mudança podem causar a impressão, ou ilusão (nos termos wagnerianos), de que elas fazem algo que os outros jovens e/ou outras pessoas (de outras classes sociais e/ou condição social) não fazem. No entanto, a invenção é um componente positivo e esperado de toda ação humana, e não uma exclusividade de determinados sujeitos ou culturas, como bem alerta Roy Wagner. Além disso, é importante esclarecer que a opção por concentrar esforços analíticos sobre a dimensão da invenção não quer dizer que as jovens sejam inventivas e os outros não. Elas não são apenas inventividade, mesmo onde parece haver só invenção, a convenção será sempre um fator. O que se passa é que, ao contrário de tentar prever e controlar os acontecimentos, procurando inserir as coisas numa relação ordenada e consistente, segundo as prescrições da convenção, suas experiências são marcadas pelo esforço de desestabilização do convencional. Talvez seja possível pensar que, para as jovens, assim como acontece com o jazz (que vive da improvisação do seu tema), os controles e as convenções permanecem como “fundo”, ou ainda como “tema para a interpretação e variação”. E, nesse sentido, ao longo deste capítulo, interessará menos saber o que é inventado (no sentido de caracterizar esses modos de vida, ou seja, quais os modos de vida implicados nessa invenção), do que analisar como as jovens inventam novas possibilidades de vida e o que tomam como objeto da sua criação.

Dito isso, gostaria de retomar a reflexão apresentada em linhas gerais na introdução desta tese, acerca da dimensão de criação que o conceito de invenção pode conter. Naquele momento, sinalizei que, assim como Goldman havia conferido um tom filosófico à invenção wagneriana, a partir do diálogo com Deleuze, eu optava também por recuperar a dimensão da criação, tendo como base a inspiração nietzschiana. O termo “criação” em Nietzsche emerge no âmbito da chamada “Doutrina da Vontade Criadora” e remete, em linhas gerais, à atividade humana de estar sempre efetivando novas possibilidades de vida. A “Doutrina da Vontade Criadora” é reveladora de uma fase da

obra de Nietzsche em que ele busca aproximar a vida (em todos os seus ângulos) da arte, a qual seria o “grande estimulante da vida”. Esta junção entre vida e arte pretende sobrepor as forças criadoras sobre aquelas cujo objetivo seria simplesmente a conservação e a adaptação. Logo, a criação, nessa perspectiva, é um convite a uma nova conduta dos indivíduos em relação ao mundo, a partir de um fazer que não é simplesmente prático, mas sim uma atividade constante e ininterrupta, fora da qual nada existe. Trata-se, portanto, de uma atividade em função da qual continuamente se cria a vida, mesmo naquelas situações e condições onde tal emergência pareceria impossível.

O essencial da doutrina da vontade criadora, da vontade que interpreta o mundo é que ela não é um meio para mascarar uma existência insuportável, mas um meio para realçar um sentimento de força. [...] Visto pela ótica da vida e da arte, ele é indubitavelmente, um dizer sim à vida, um dizer sim ao ato criador. (DIAS, 2012b, p.13)

Eis que a existência em si estaria no próprio criar, na necessidade de criação. Contrariando a “ladainha dos melhoradores da humanidade” – que estaria fadada à negação da vida, uma vez que busca a simples adequação aos valores existentes –, a proposta da vontade criadora em Nietzsche, conforme Dias (2012b), lança o desafio ao ser humano para que este possa participar de maneira renovada na ordem do mundo, construindo sua própria singularidade e buscando, ele próprio, referências que contribuam nesse processo de “criação de si mesmo”. “O ser humano é um hábil experimentador de si mesmo” e por isso deve buscar continuamente a experimentação, os ensaios e as tentativas de renovação (DIAS, 2012a; 2012b).

E o que significa tomar a vida mesma como arte? Significa fazer, como pontua Dias [2008], da junção entre arte e vida o ponto determinante para a “construção de belas possibilidades de vida”. A arte implicada nesta relação não seria mais aquela das obras de arte, uma vez que esta é apenas o apêndice da arte propriamente dita. Nesses termos, a vida seria inspirada não mais pela arte que leva o homem a evadir-se de si mesmo, ou ainda aquela que o leva a buscar o fantástico e o mundo além. A arte que passa a embelezar a vida é aquela cujo potencial faz com que se possa criar a si mesmo como obra de arte, ou seja, significa fazer da própria vida objeto de um saber e da arte (DIAS, [2008]; SCHMID, 2007). Ao contrário do que se poderia pensar, esse

embelezamento da vida não é uma atividade cosmética “exercida sobre uma realidade descolorida e sem graça, não é a arte de esconder, envolvendo com véus a paixão e a miséria dos insatisfeitos”, tampouco está relacionado à vida de prazer permanente (DIAS, [2008]; SCHMID, 2007). Embelezar a vida é, conforme observa Dias [2008], sair de uma posição contemplativa em relação a esta e passar a ser “artista da sua própria existência”. Ser “artista”, nessa perspectiva, significa ser livre para se desprender da necessidade de estar sendo permanentemente guiado e, portanto, dependente das “instâncias codificadoras”, como por exemplo o Estado, e das convenções.

3.2 VIRGÍNIA E CLARISSA: PARA ALÉM DA MERA SOBREVIVÊNCIA

As experiências de desinstitucionalização da Virgínia me parecem centrais nesse movimento de desconstrução da relação de causa e efeito entre políticas de proteção (ou a ausência destas) e as práticas engendradas pelos sujeitos na busca pela sobrevivência. Os relatos da jovem, as maneiras pelas quais se posiciona em determinadas situações e as minhas observações do seu cotidiano me fornecem elementos para pensar justamente que o problema dos “egressos” não está somente na ausência de políticas voltadas à desinstitucionalização, e também me parecem evidenciar os elementos disponíveis para a emergência da vida e da potência em condições nas quais esta apareceria somente como impossibilidade.

Há uma série de elementos presentes no cotidiano da Virgínia, os quais parecem compor um contexto de precariedade das suas condições de vida. As primeiras experiências da jovem logo após o desacolhimento sugerem uma continuidade da mobilidade vivida por ela desde a infância, como também um *continuum* de imprevisibilidades. Na linguagem das políticas, a jovem não teria um “projeto de vida” organizado. Logo que deixou a casa-lar, ela voltou a morar com a sua mãe em Chapecó, mas tal experiência familiar durou pouco tempo, pois na sequência ela retornou para Florianópolis para trabalhar como faxineira na casa de um juiz. Acabou desconfiando de algumas atitudes do patrão e por isso acabou fugindo do trabalho, sem nunca mais aparecer. “E eu falei, nem vou falar nada para a mulher dele, fui só lá na casa dele, peguei a minha bolsa e fui-me embora. Daí fui morar lá no Morro da Penitenciária”. Mas também não ficou muito tempo na Capital; logo acabou retornando mais uma vez para Chapecó, onde conheceu seu atual companheiro. “Eu peguei carona para Chapecó,

achei uma outra amiga lá, daí ela andava comigo por tudo. Eu e ela fomos de carona para Chapecó. Demorei quase duas semanas para chegar. E daí depois que eu me ajuntei [com o seu companheiro], nunca mais saí”. As experiências da Virgínia, inclusive a de acolhimento, foram marcadas por idas e vindas da casa da mãe: sempre que não se adaptava em algum lugar, era para Chapecó que ela retornava. Todas essas mudanças não são programadas, são precipitadas em função das contingências. Na sequência destas, não há previsão ou busca pela estabilidade, a não ser em relação ao seu casamento e ao cuidado com os seus sete filhos.

Atualmente a Virgínia raramente sai de casa, porque em geral não tem com quem deixar os filhos na sua ausência. Quando precisa ir ao médico, o que também não acontece com regularidade, é a mãe da Virgínia que vem para a casa da filha para cuidar dos netos. Mas a jovem diz que não sente falta de sair, pois gosta de ficar em casa, na companhia dos filhos. Além da experiência de diarista, a Virgínia, assim como a Clarissa, também vendia perfumes ou lingerie para complementar a renda familiar. Mas com o tempo e as segundas gestações acabou abandonando todas as atividades que exigissem sua saída de casa.

Mesmo tendo sete filhos e em situação de baixa renda, ela explica que só mais recentemente, há uns quatro meses, é que começou a ter o Bolsa Família. No entanto, não foi ela quem foi atrás do benefício, mas sim a sua mãe. “Antes, eu tinha feito faz tempo, mas nunca peguei, nem fui atrás. Daí mandei a mãe ir atrás para mim. Daí, a mãe volta e meia que ia, até que deu certo”. Do contrário, argumenta ela: “nunca pedi nada para ninguém”. Somente durante um mês, a jovem ficou recebendo a cesta básica que era fornecida pela central da Casa de Passagem. Mas, segundo ela, depois, ela não precisou mais. Essa posição da jovem diante das políticas assistenciais, sobretudo em termos de avaliação do quanto e em que condições precisa de ajuda, é interessante na medida em que revela uma das maneiras pelas quais ela se constitui como sujeito e que não é, ao contrário do que se poderia imaginar, a partir da falta e da precariedade. Para além dos benefícios governamentais, as únicas pessoas com as quais a jovem pode contar são o seu companheiro e a sua mãe. Em relação às suas oito irmãs, a Virgínia relata que elas nunca puderam se ajudar entre si, porque todas estão “cheias de filho”. “Como é que ia ajudar elas? Nem elas podem ajudar a gente”.

Mesmo tendo uma rede de ajuda restrita, a jovem não se vê em uma situação de dificuldades para sustentar todos os filhos e nunca, em seus relatos, aparece que a família tenha passado necessidade. Nesse

ponto, já é possível colocar em xeque a questão da sobrevivência em relação à ausência ou mesmo dificuldade de acesso às políticas assistenciais. As políticas se fazem presentes, mas a jovem, além de não as tomar como incontornáveis no seu cotidiano, frequentemente não se deixa capturar pelos controles biopolíticos que as acompanham. E foi justamente o fato de a jovem não se deixar controlar que me fez repensar a sua maneira de se colocar diante da vida e a própria questão da sobrevivência.

A partir da minha terceira visita à Virgínia, eu comecei a observá-la de um outro ponto de vista. Comecei a pensar que, se são sete filhos, em situação de pobreza, por que o Estado, na figura do Conselho Tutelar, nunca interveio nessa família⁷⁴? Mas o fato de ela estar na gestação do sétimo filho sem nunca ter feito pré-natal e nunca ter procurado ajuda médica em todas as suas últimas gestações queria dizer outra coisa para além de passividade, negligência e falta de informação. Ao agir dessa maneira, ela estaria driblando (ainda que do seu modo) uma rede de controles biopolíticos que se instauram especialmente sobre as populações mais pobres, desde a gestação dos filhos, como ela mesma pôde constatar. “Os meus outros filhos eu só fui para o hospital no dia de ganhar; senão, eles começam a pedir um monte de exames, tem que estar saindo de casa toda hora. Só agora que eu fiquei sabendo que o meu problema é grave [a jovem havia descoberto uma cardiopatia congênita somente na gestação do sétimo filho]”.

E foi devido a esse problema cardíaco que os médicos conseguiram, alguns dias antes do parto da sua sétima filha, manter a jovem por mais tempo no hospital para fazer uma série de exames, os quais já deveriam ter sido feitos desde a primeira gestação. O médico só lhe deu alta para que ela pudesse retornar para casa para cuidar dos outros filhos, mas impôs uma condição: que a jovem retornasse ao hospital para fazer outros exames e manter o acompanhamento. No entanto, assim que deixou o hospital, não retornou mais para tratar de seu problema cardíaco. A jovem diz que tentou uma vez, mas que os médicos estavam em greve. Ela não se deixa capturar. E isso aparece, sobretudo, quando relata o seu desconforto, durante o período da sua hospitalização, diante dos comentários frequentes de médicos e

⁷⁴ Ainda que, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, a situação de pobreza não possa ser tomada como motivo para o afastamento familiar, sabe-se, conforme busquei apresentar na introdução desta tese, que a pobreza é um dos principais fatores de acolhimento, embora, nas estatísticas, apareça como negligência.

enfermeiras acerca do fato de ela ser tão jovem e já ter sete filhos. De alguma maneira ela percebe que estava fugindo de um padrão esperado, das convenções próprias dos controles biopolíticos. “Eu já tava até com vergonha de dizer que eu tinha sete filhos, isso era o que os médicos mais comentavam, um falava para o outro e entre as enfermeiras”.

Considero interessante ressaltar que essa “atitude geral” e o “modo de encarar as coisas” da Virgínia foram se delineando mais claramente, nas minhas observações, a partir do contraponto que pude estabelecer com as experiências da Clarissa. Na presença das duas jovens, num olhar mais apressado, chama atenção a grande diferença em termos de uma “atitude geral”, num “certo modo de encarar as coisas” ou na maneira de “estar no mundo” das duas jovens (WAGNER, 2010). Em princípio, a Clarissa parece mais autônoma, empreendedora e decidida. No inverso desta atitude se situaria a Virgínia, mais dependente do seu companheiro, raramente sai de casa devido ao número de filhos e não tem grandes ambições em relação ao futuro. Diante dessa relação, comecei a pensar que talvez tivesse investido em excesso na potência desses sujeitos, a qual talvez nem todos tivessem – e mesmo que sim, seria em intensidades diferentes. Onde estaria a potência de uma jovem com sete filhos que não sabe o que acontece depois da porta da sua casa? Até então, parecia ser possível visualizar apenas passividade, uma inércia diante da vida. Nesse caso, então, o processo da Clarissa seria diferente porque ela é alguém que conhece os seus direitos desde muito cedo (afinal, foi ela quem pediu para ser abrigada) e, por conhecê-los, batalha para que eles sejam respeitados e operacionalizados na vida cotidiana?

É interessante pensar, a partir do contraponto das experiências da Clarissa e da Virgínia, que não se trata apenas de modos opostos de se colocar no mundo – de um lado, uma maneira ativa e vigilante acerca dos direitos e de outro uma postura desinteressada e passiva. Tendo em vista que todos os sujeitos inventam/criam cultura e suas realidades, tanto a postura de fazer uso dos direitos, como aquela que os negligencia devem ser consideradas. As duas jovens estão inventando novas possibilidades de vida, o que acontece é que, dependendo do contexto, e em especial quando uma está na presença da outra, a ação de cada uma acaba por contrainventar o seu oposto. Ou seja, na presença da Virgínia, as ações da Clarissa se concentram no registro da convenção, na maneira como se deve agir em relação à garantia dos direitos e de acesso às políticas públicas, já a Virgínia volta suas ações para um modo não esperado por essas mesmas convenções. Na relação com a Clarissa (e, portanto, de uma maneira contingencial), é possível dizer que, para a

Virgínia, o contexto que serve de controle para a sua ação é o “não convencionalizado”; logo, a maneira como ela se coloca em relação à questão dos direitos difere em alguns aspectos das expectativas sociais e morais (representadas nesse caso pela postura da amiga). Isso significa, nos termos wagnerianos, que a Virgínia está “fazendo as coisas do seu jeito”, tentando tornar sua maneira de agir e de se posicionar como algo “distintivo e individual”. Do seu ponto de vista, ela está recriando e/ou estendendo um contexto convencionalizado de forma individual, “transformando-o em sua “vida” ou em “seu tipo” de vida” (WAGNER, 2010, p.91).

Acompanhando mais de perto e observando como a Virgínia age em diferentes contextos, chama atenção o relato da jovem sobre o fato de sua filha recém-nascida estar tomando leite de lata (Nan). Imediatamente a Clarissa pergunta para a amiga se ela está recebendo as latas do posto de saúde. A Virgínia responde que não, e procura argumentar que a lata custa 26 reais e que dura em torno de 15 dias. Então, a Clarissa insiste que a amiga procure o posto, pois lá ela poderia pegar o leite gratuitamente ou, no limite, sugere uma outra possibilidade que seria ela ir até a Agropecuária do Paulinho, procurar por ele, que é vereador e poderia ajudá-la com o leite para as crianças. No entanto, a Virgínia escuta os conselhos da Clarissa, sem parecer lhe dar muita atenção, uma vez que para ela a invenção dos seus modos de vida passa justamente por esse ato de desmarcar as convenções, driblando a trama de controles biopolíticos que espreitam o seu cotidiano, sobretudo a relação de cuidado que procura estabelecer com os seus filhos. É possível pensar também que, ao agir dessa forma, a jovem não está apenas procurando se libertar do Estado e das políticas através das quais este pode se manifestar no seu cotidiano, mas especialmente buscando se desprender dos modos de subjetivação que este procura instituir (uma condição de sujeito assistido e em situação de vulnerabilidade). Ao conduzir sua vida desta maneira, a Virgínia está buscando outros modos de se constituir como sujeito, os quais têm menos a ver com lugares instituídos, do que com sua atitude de subverter convenções. Seria possível pensar, talvez, como sugere Ortega (1999, p.153), na constituição de uma “subjetividade anárquica”, que remete à libertação por parte dos sujeitos em relação ao Estado e das formas de subjetivação ligadas a ele.

Na sequência, quando deixamos a casa da Virgínia, a Clarissa faz questão de me mostrar um dos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) que está localizado muito próximo da casa da amiga: “Esse era um lugar que podia ajudar muito a Vi, se ela viesse procurar”.

Mais adiante, no caminho que nos leva até o terminal de ônibus, ela também aponta para a escola que fica bem próxima do CRAS e reflete novamente sobre a condição da Virgínia: “Não é tudo tão difícil como ela faz parecer, as coisas estão perto dela, basta ela ir atrás”. A Clarissa faz esta reflexão tendo em vista as queixas da Virgínia sobre a dificuldade de encontrar vaga para os filhos na creche e também de não ter quem os leve até lá. Por isso, a Virgínia já havia tomado sua decisão de levar os filhos para a escola a partir dos seis anos; até essa idade eles permanecem em casa, e a jovem também.

É igualmente interessante observar como a posição que a Virgínia assume na presença da Clarissa, e certamente na minha também, se inverteu, no dia em que ela recebeu a visita da irmã mais nova. Nesse dia, enquanto estávamos conversando com a Clarissa, a Virgínia nos chama a atenção para sua irmã que vem chegando. “Aquele é minha irmã que eu falei que tem problema mental”. Aos poucos, ela começa a nos contar a complicada história de vida da irmã. O padrasto da Virgínia, quando saiu de casa, sequestrou a sua irmã mais nova que, na época, tinha 12 anos. O homem, bem mais velho, sumiu com a menina. A Virgínia explica que a família denunciou na polícia, mas eles nunca foram encontrados, porque o homem tinha ido lá para as “areias”⁷⁵ com a irmã dela. Depois de um tempo é que elas encontraram o homem com a menina que, a essas alturas, já tinha um filho e estava grávida novamente. Hoje, conforme a descrição da Virgínia, ela tem 27 anos e cuida de três filhos. Segundo a Clarissa, que conhece o ex-padrasto da Virgínia, ele “só vive de rolo” e é envolvido com “tudo que não presta: brike, roubo”, etc. Ele bebe e bate na irmã da Virgínia, briga porque ela não sabe cozinhar.

De repente, a Virgínia interrompe a nossa conversa e se dirige à irmã, com uma série de perguntas: “E o teu marido, que não vale nada? Onde é que vocês estão morando?” E volta a nos explicar: “Eles se mudam e não avisam onde estão, a gente achou que nem estavam mais por aqui, que eles tinham ido para as areias”. Nesse momento, ela se coloca no lugar de quem sabe das coisas, de quem se informa e de quem reage diante das dificuldades. A Virgínia também consegue se ver num outro lugar nessa relação, o lugar de quem cuida e não só de quem precisa ser cuidado, protegido. Isso evidencia o caráter relacional deste processo. Ela consegue até mesmo avaliar a sua própria condição que, no limite, é bem menos grave que a da irmã, como ela mesma analisa:

⁷⁵Lugar próximo à encosta do rio, localizado em Barreiros (bairro do município de São José-SC).

“A gente vê essa situação e não sabe como ajudar, mas sempre que eu ganho alguma coisa dos amigos, porque eu ganho bastante coisa, eu passo para ela. Mas essa coisa da comida já é difícil para nós, não tem como ajudar”. E na sequência, quando a irmã pede um pouco de leite, a Virgínia reforça novamente seu potencial de agência, sobretudo no cuidado dos filhos. “Já acabou o leite! Nem mais uma semana dura uma caixa de leite. O pão mesmo, volta e meia eu faço em casa, porque o pão tá muito caro na padaria. Quando eu não faço pão, que eu fico sem força para sovar a massa, eu faço bolinho frito”.

A Clarissa também se posiciona em relação à situação da irmã da Virgínia; no entanto, ela demarca esse lugar a partir de um outro registro, que é o dos direitos, assumindo seu comprometimento com a “convenção” e, portanto, com a “expectativa coletiva quanto ao modo como as coisas devem ser feitas” (WAGNER, 2010, p.88). Clarissa comenta que

esse é um caso que a família precisaria assumir, denunciar esse homem, procurar ajuda. Ela precisava ir para um lugar protegido com as crianças, um abrigo que acolhesse ela com as crianças. Ela tem direitos, ela tem direito à aposentadoria e até a uma casa para viver decentemente com os filhos. Dá para se ver que ela cuida dos filhos, não seria o caso de separar ela das crianças, mas ela precisaria de um acompanhamento, de um tratamento.

Se na presença da Virgínia, contudo, a Clarissa concentra sua atenção no modo de simbolização convencionalizante, em outros contextos, este é em geral obviado, permanecendo como fundo, a fim de precipitar justamente o seu oposto: o modo de simbolização diferenciante. Nesse sentido, para a Virgínia, a invenção de novas possibilidades de vida passa fundamentalmente pelo cuidado com os filhos e pela maneira como subverte os modos de ação das políticas assistenciais, enquanto que, para a Clarissa, esta invenção está intimamente relacionada com o seu trabalho e, sobretudo, com seu desejo de autonomia. É nessa articulação entre trabalho e autonomia que parece emergir sua potência.

As experiências de desinstitucionalização da Clarissa foram, desde o princípio, marcadas por uma intensa mobilidade. Embora nunca tenha saído dos arredores de Florianópolis, a jovem mudou várias vezes de moradia, de bairro e mesmo de município: primeiro ela foi morar na Palhoça, onde trabalhou numa ONG chamada Pró-Menor, depois se

mudou para um balneário no Estreito e de lá para Forquilha, Bela Vista, Barreiros e novamente Palhoça, onde ficou por mais de dez anos no bairro Brejaru. A Clarissa diz que precisa estar todo tempo em movimento, que toda a sua família sempre foi “cigana”, no sentido de estarem sempre se mudando, e por isso mesmo não foi apenas ela quem “pulou fora do galho”, explica sorrindo. Finalmente, concluiu o ensino fundamental na Palhoça, onde também fixou sua residência própria.

Embora a Clarissa nunca tenha ficado sem trabalho, a sua vontade de ser independente, por vezes, foi tensionada pela experiência precoce da maternidade e pela baixa escolaridade. “Toda vida correndo atrás da máquina e tentando arrumar serviço que para mim foi muito difícil, porque eu era muito nova, já tinha filho, pouca escolaridade. Quando eu saí do orfanato, eu saí só com a sexta série, mesmo estudando, eu saí só com a sexta série”. Mesmo batalhando para, desde cedo, criar condições para “tentar se manter bem na vida”, sobretudo para poder dar aos filhos aquilo que ela não pôde ter, seus primeiros movimentos após o desacolhimento parecem sugerir que a sua invenção de novas possibilidades de vida se deu em função de uma relação de dependência para com os seus companheiros. Na ausência de uma ajuda mais formal, em termos de políticas assistenciais, seria possível pensar que a Clarissa encontrou no casamento uma alternativa para driblar as dificuldades postas pelo desligamento da casa-lar.

A saída da jovem da casa-lar acabou sendo antecipada em função da gestação da sua primeira filha e, em questão de dois ou três meses, ela já havia “juntado os trapos” ou se “amontoado” com o seu primeiro companheiro. Os dois se conheceram quando a jovem ainda estava acolhida; ele tinha 39 anos, ela, 15 e os dois viveram juntos durante três anos. Mas ao contrário de uma certa estabilidade que a relação poderia lhe oferecer (sobretudo porque ele havia assumido a filha da Clarissa como se fosse sua filha), esse período foi marcado pelo enfrentamento de necessidades financeiras e também pelas brigas constantes com o companheiro, que era “dependente químico”. A mistura do álcool e das brigas acabou culminando não só na internação do companheiro, como também na separação do casal que há um tempo já estava anunciada. “Então, quer dizer, eu saía cinco e meia da manhã com a minha filha, deixava ela na creche, ia para o serviço. Quando eu voltava em casa, às vezes, ele tava em casa drogado, espionando por todas as frestas da casa e, às vezes, ele tava no boteco enchendo a cara. Então, não tinha mais convivência mesmo”. E dessa separação a Clarissa saiu sem nada, mesmo tendo ajudado a comprar todas as coisas que havia dentro de casa. “Aí a maior dor da separação foi essa, que nem TV eu fiquei

dentro de casa. Nem TV. Então, quer dizer, ele não adquiriu nada sozinho. E eu saí sem nada”.

Depois dessa separação, a Clarissa tentou retomar a relação antiga com o pai da sua filha (este era o jovem que ela havia namorado antes mesmo do acolhimento institucional). Os dois resolveram fazer mais uma tentativa e ficaram aproximadamente uns cinco meses juntos. Havia, nesse retorno, não só um desejo de aproximar pai e filha, mas também a expectativa de os três viverem bem juntos; porém essa tentativa, segundo a jovem, foi em vão. Ele também era dependente químico, e ela havia saído de um problema para entrar em outro praticamente igual.

No fim de todas essas idas e vindas, a jovem começou a namorar o seu atual companheiro, com quem começou a investir no comércio no ramo da alimentação. Em pouco tempo, os dois se casaram e ficaram morando três meses na Palhoça, até que tomaram a decisão de ir morar no sítio dos pais do companheiro da Clarissa. “Eu não conseguia emprego, ele tava na perícia e a perícia não saía nunca. Daí fomos para o sítio”. Embora tenha se adaptado rapidamente às rotinas da vida no campo, os dois acabaram tendo que retornar para a Palhoça, devido a uma situação complicada de traição por parte do seu companheiro com uma adolescente menor de idade. Ao ver seu companheiro ser ameaçado de morte pelo pai da adolescente, a Clarissa viveu uma situação desesperadora, pois ela não sabia se brigava com ele ou se o salvava. Ela decidiu salvá-lo e os dois voltaram a morar na Palhoça e compraram uma lanchonete e, como ela diz, “fomos crescendo juntos de novo”.

A Clarissa tinha a experiência adquirida no tempo em que trabalhou em um restaurante, mas eles não tinham dinheiro para começar o negócio. Foi então que fizeram uma sociedade com uma amiga: “ela entrava com o alimento e nós entrávamos com 500 reais de aluguel”. E assim os dois começaram do zero, como lembra a Clarissa: “Mas o aluguel, ele só poderia pagar seis dias depois, que era quando ele recebia. Aí o pai dele foi lá e serviu de avalista. Mas ele só pagou depois de seis dias. Mas ele entrou sem nada. Ele trabalhou seis dias ganhando dinheiro sem botar nenhum, porque quem botou alimento foi a sócia”. Quando a sócia abandonou a sociedade, alegando que não iria pagar para trabalhar, a Clarissa e o companheiro conseguiram comprar a parte dela na sociedade e a lanchonete “só foi para a frente”. “Sempre, sempre fazendo dinheiro. Toda vida foi só a primeira sexta-feira que nós abrimos, nós trabalhamos até às sete horas da manhã”.

Ela e o companheiro “fizeram dinheiro e algumas festas” com os rendimentos da lanchonete. Juntos compraram casa própria e carro

novo. Mas a primeira traição que os fizera deixar o sítio, em outro momento, foi, segundo a Clarissa, a primeira de algumas bem complicadas. Por isso, e também pelo companheiro ter “colocado fora” quase tudo que eles haviam adquirido, os dois se separaram mais uma vez e desfizeram o negócio que tinham juntos. “Na verdade, assim, eu me incomodei muito com ele. Eu cheguei num ponto que eu não suportava nem estar mais dentro da lancheria. Tanto que o dia que eu disse que eu ia fechar: ‘ó, esse mês eu vou fechar’, isso foi numa sexta-feira e, quando chegou no sábado, eu olhei, assim: ‘não, eu não abro nem mais amanhã’.”

A decisão de se separar do companheiro veio acompanhada da fuga de casa: “Quando eu me separei dele, eu fugi. Eu saí de casa fugida”. Mas, na fuga, apenas a filha foi com ela; o filho decidiu ficar com o pai e a posição dele nunca foi uma surpresa para a Clarissa, pois, segundo ela, ele sempre foi muito categórico quando perguntado sobre o assunto. “É uma resposta que ele dá para qualquer um: o meu pai tem dinheiro e a minha mãe é chata! A minha mãe quer que eu tome banho todos os dias, tem que fazer os deveres. O pai deixa brincar na rua até tarde, deixa ele no bar, deixa ele com os amiguinhos”, lembra a Clarissa, rindo da explicação do filho. Depois da separação, o companheiro da Clarissa começou a “colocar fora”, tudo o que eles haviam adquirido até aquele momento: casa, carros, bichos de criação (que mantinham no sítio dos pais dele).

Então, imagina, nós tínhamos um Corolla 2007 hidramático, completo, nós tínhamos um Peugeot 307, tudo na garagem, tudo certinho, tudo tranquilo. Então, aquilo ali foi tudo fora. A casa foi tudo fora. Eu não sei se, na cabeça dele, ele achou que ia voltar logo para casa, que ele continuou a rotina. Dois meses torrando, dormindo até o meio-dia, comendo e bebendo só em restaurante. Só saía, foi assim que ele foi detonando tudo.

A partir desses relatos da jovem acerca das suas experiências com os seus companheiros, é possível pensar em algumas questões importantes. A primeira é que o seu investimento nessas relações, a princípio marcadas pela dependência e dominação, passaria primeiramente pelo cuidado e proteção dos filhos. Pensando em dar uma boa vida para a filha, o seu desacolhimento tem como sequência uma vida em comum com o seu primeiro parceiro. A tentativa de união com o segundo companheiro também passa, em primeiro lugar, pela

possibilidade de a filha conviver com o seu pai biológico e não ficar desamparada depois da separação do primeiro companheiro da Clarissa, considerado pela menina como pai. Já sua terceira relação, a qual se mantém até hoje, mesmo com idas e vindas, além de envolver o cuidado com os filhos, marca o início da sua vida como autônoma, como dona de comércio no ramo da alimentação. No entanto, nesse ponto, seria igualmente importante tensionar o caráter dessas relações, em especial a possibilidade de pensá-las sob um outro registro que não somente o da dependência. Parece-me inegável que, nas três experiências, a figura do companheiro tem um lugar de importância, e isso aparece com frequência nos relatos da jovem desde o princípio. Mas essa importância – ou mesmo centralidade – parece funcionar como uma possibilidade de “saída”, e não a liberdade, a partir da qual a jovem poderia encontrar elementos para inventar novas possibilidades de vida (KAFKA, 1999; DELEUZE, 2010).

Enquanto “saída”, essas relações poderiam, com o tempo, funcionar apenas como um limitador daquilo que a jovem poderia vir a ser ou ainda como sinônimo de perda das coisas que ela havia adquirido. Afinal, como a própria jovem faz questão de enfatizar, ao menos de duas relações ela saiu sem nada, perdeu tudo o que tinha. No entanto, embora as três relações tenham sido marcadas por perdas de diferentes ordens (materiais, de confiança, etc.) e por traições, elas também culminaram na busca, por parte da jovem, de um recomeço a partir do qual talvez fosse possível vislumbrar a emergência da sua potência como sujeito. Enquanto “saída” essas relações poderiam ter figurado apenas como um “engano”, caso a jovem não soubesse para onde estes relacionamentos poderiam levá-la. No entanto, a ruptura dos relacionamentos precipitou uma espécie de aprendizagem a respeito do que ela poderia e gostaria de fazer e de como isso se tornaria objeto da sua invenção de novos modos de vida. Isso quer dizer que, por mais que suas práticas fossem baseadas em um modelo (de família, de relação entre homem e mulher, etc.) que era inevitável para a constituição dos seus modos de vida, a sua potência provém de um outro lugar: daquilo que ela soube criar. E, por mais que a sua criação continue a passar, mais ou menos, por tais modelos, isso não significa que ela dependa deles (DELEUZE, 1992, p.28).

Logo após a separação do seu primeiro companheiro, Clarissa teve a sua primeira experiência no ramo da alimentação: foi trabalhar como “saladeira” em um restaurante no bairro Kobrasol. A princípio, o emprego seria apenas um instrumento para sua sobrevivência, uma vez que ela estava passando por um momento de grandes dificuldades financeiras, afinal, como ela mesma lembra, havia saído sem nada da

separação. Foi preciso inclusive recorrer à ajuda da diretora da casa-lar, com quem sempre pôde contar, mas mesmo assim o recomeço para a jovem parecia uma tarefa muito complicada. “Logo que eu me separei, ela [a diretora da casa-lar] me ajudou muito, porque eu não tinha roupa, eu não tinha comida. E, na verdade, mesmo com a ajuda dela, eu ainda passei necessidade”. No entanto, esse primeiro emprego se revelaria bem mais do que um modo para ela “se virar” em meio às adversidades, uma vez que com essa experiência ela acabou descobrindo do que gostava e sabia fazer bem. Tanto que essa seria apenas a primeira experiência de muitas outras no ramo da alimentação, bar e lanchonete, tanto sozinha como com o seu atual companheiro.

Em todos os estabelecimentos que a Clarissa e o seu companheiro tiveram, a comida e os lanches sempre ficaram sob a responsabilidade e a habilidade da jovem. “Modéstia à parte, eu sou boa na cozinha, a vida me ensinou”, argumenta ela sorrindo. “Tive que apanhar bastante da vida para aprender, mas aprendi”, completa a jovem, ao lembrar de todas as dificuldades pelas quais passou para encontrar algo que viria a assumir em sua vida um lugar que extrapola a simples busca pela sobrevivência. Isso fica ainda mais evidente quando a jovem relata as suas experiências durante o período em que esteve separada do seu atual companheiro. Logo que encerrou as atividades da lanchonete que os dois tinham juntos, a jovem chegou a ficar um período sem trabalhar, mas foi justamente o gosto pelo negócio no ramo da alimentação que a fez abrir, na sequência, um pequeno bar em sua casa. “Então, é o meu ramo, é o que eu gosto de fazer. No início, era para ser só um barzinho para brincar com os vizinhos. No fim das contas, já tava fazendo a mesma coisa, tava fazendo almoço, domingo era de lei. O pessoal tinha que comer a minha maionese, um frango ensopado, quer dizer, eu já tava fazendo um buffet para os conhecidos!”. Mas além do gosto pela alimentação, pelo seu prazer em produzir os lanches e as refeições, havia uma outra motivação para sua invenção: a vontade de ser autônoma.

Quando eu visitei a Clarissa pela primeira vez, ela estava cumprindo seus últimos meses de trabalho em uma padaria do bairro Brejaru (Palhoça), onde ela fazia “de tudo um pouco”, como ela diz, só não fazia o pão, mas de resto, preparava e assava o pão doce, fazia sanduíche natural, limpeza, além de atender o balcão. Já fazia algum tempo que ela estava separada do seu atual companheiro e, por isso, estava novamente tentando um recomeço junto com a sua filha. O trabalho na padaria lhe rendia um bom salário e a dona do estabelecimento tinha muita confiança na Clarissa. “Na época das vacas

gordas”, ela lembra, chegou a ganhar 1.800 reais, pois a padaria de fato era bem movimentada e a dona a considerava como o seu braço direito. No entanto, ela havia tomado a decisão de pedir demissão deste emprego, justamente porque desejava retomar a ideia de ser autônoma, de ter o seu próprio negócio novamente. “A dona da padaria está abrindo uma filial na semana que vem, mas eu tô pulando fora, porque é muito bom trabalhar enquanto tá vindo dinheiro, tá girando, só que eu me programei, eu sou autônoma há dez anos, então, eu já vinha me programando”. Ela estava com planos de abrir uma empresa de fornecimento de marmitas em sociedade com um vizinho do seu companheiro. E essa atitude da jovem diante da vida me parece fortalecer ainda mais o argumento de que não se trata de uma questão de sobrevivência, mas sim de uma vida que valesse a pena ser vivida. Do contrário, por que ela abandonaria o emprego onde já tinha a confiança da dona, para investir numa vida de autônoma?

Ao contrário do que se poderia imaginar, ser autônoma não lhe causava insegurança, pois, como ela mesma disse, para isso ela “sempre teve peito”. Isso porque todo o investimento passa pelo reconhecimento de que é preciso trabalhar em várias frentes, para não ficar dependendo apenas da empresa que ainda estava começando. Pude observar isso no dia em que a jovem recebeu a visita do vendedor de lingerie, com quem ela pegava produtos em consignação para revender e complementar sua renda familiar. Na verdade, ela estava devolvendo os produtos, porque tinha medo de que entrassem na casa e os roubassem, uma vez que a casa onde ela estava morando não oferecia a menor segurança. O vendedor, no entanto, procurou se certificar várias vezes da decisão que a jovem estava tomando, já que a Clarissa era uma das melhores, senão sua melhor vendedora. Mas ela tinha uma explicação para a sua decisão naquele momento:

Mesmo porque assim, eu vendo, eu trabalho com tudo. Eu tô parada um pouco da lingerie porque, vê a insegurança dessa casa. O outro, eu já entreguei, porque eu trabalhava para dois vendedores. Aí eu disse para ele: deixa eu me estabilizar, arrumar uma casa decente, que eu volto a pegar. Eu vendo Natura, eu vendo Avon. O que aparecer, que eu puder estar ganhando em cima, não me prejudicando, eu tô dentro. Então, eu não vou depender só disso [empresa de marmitas] e uma coisa que vai me ajudar muito é o seguro-desemprego.

Na futura empresa de fornecimento de marmitas, a Clarissa entraria com o serviço, na maior parte, enquanto o sócio entraria com o dinheiro e com os cuidados na parte administrativa. De maneira muito detalhada, ela já sabia tudo o que precisaria organizar para a empresa começar a funcionar: estrutura física, funcionários, cuidados com os alimentos, ponto comercial para o negócio, etc. Ela tinha toda a arquitetura da empresa na sua cabeça e me fazia pensar que ter uma empresa não era tão complicado como podia parecer.

O que eu já organizei na minha cabeça, primeiro de tudo: eu preciso achar uma cozinha, eu preciso achar uma casa. Eu tô tentando achar próximo a eles (sócio), porque para mim fica mais cômodo. A cozinha tem que ser industrial. Eu tentei contatar, hoje, duas pessoas e não consegui, porque eu vou precisar de funcionários, porque eu sozinha não existe. Eu não vou dar conta. Então, equipamento, semana que vem, a gente vai sair para fazer pesquisa de preços. A questão da higiene, e, na verdade, eu tenho curso de manipulação de alimentos, tenho tudo. A higiene, a validade do produto, a refrigeração. Tu tem que ter um cardápio para toda a semana. Mas, olha, a parte mais difícil é lidar com o ser humano.

A Clarissa estava muito motivada com a possibilidade de ter o seu próprio negócio novamente, ela estava com vontade de trabalhar (pois para ela o trabalho é um valor e o principal objeto da sua invenção dos seus modos de vida), ao passo que o seu sócio estava mais interessado em ganhar dinheiro. Mas mesmo essa incompatibilidade nos planos dos dois não lhe parecia um obstáculo, uma vez que ela tinha clara a divisão de tarefas na condução da empresa. “Mas a questão assim ó, a parte dele vai ser vendas, compra e contábil, pois ele é contador e de família de contadores. A minha parte vai ser organização de funcionários, tipo desde uniforme à cobrança, de estar ali no horário certo, de estar com a barba feita, de não estar com as unhas compridas, etc.”. Diante de toda essa programação e do próprio investimento da jovem para que a empresa desse certo, eu podia pensar que, para ela, tal experiência se constituiria como um projeto que daquele ponto em diante mudaria, de alguma maneira, a sua vida. Então, a princípio, seria possível pensar que ela estava agindo segundo as expectativas da convenção, imprimindo uma lógica de continuidade, estabilidade e coerência às suas experiências. Ela estava criando condições para poder

chegar onde havia sonhado, buscando um desfecho para um investimento feito. No entanto – e isso só depois eu viria a compreender –, caso ela não realizasse esse “projeto” da maneira como havia imaginado, isso não seria tomado como um fracasso, mas sim como possibilidade de criar outras experiências a partir desta⁷⁶. Ao que me parece, tal postura só é possível porque suas ações, ao contrário de serem orientadas por uma lógica temporal baseada na linearidade/continuidade e em uma sucessão de eventos (*chronos*), são balizadas pela mudança, sobretudo pela maneira como essa aciona seu potencial de agência.

Essa relação com o tempo pode ser observada na maneira como a jovem reagiu diante da sua constatação de que a sociedade com o amigo do seu companheiro não valeria a pena, uma vez que o sócio “não era chegado em trabalho” e, por conta disso, ela teria que trabalhar sozinha com o compromisso de dividir os lucros. Ela não só percebeu que, caso desejasse levar adiante a ideia da empresa, teria que fazer isso sozinha, como também decidiu, em poucos meses, que abriria uma lanchonete, de onde viria o capital para, depois, dar início à empresa de marmitas. Quando me deu essa notícia, ela já estava cumprindo o último mês de trabalho na padaria e havia conseguido o ponto para o seu mais novo negócio. Mas, ao contrário do que havia imaginado, a jovem ainda não havia conseguido alugar uma casa onde pudesse morar e instalar a lanchonete. O ponto também não era exatamente como ela havia planejado, pois ficava próximo à BR e não num lugar onde ela já era conhecida. No entanto, o estabelecimento já tinha um nome, Doce Sabor, e algumas vantagens, tais como a estrutura própria para o seu funcionamento.

Essa maneira de a jovem lidar com a mudança e a instabilidade poderia aparecer como ausência de projeto ou mesmo como um não investimento em algo que é esperado pelas convenções. Isso porque, se aquilo que se espera dos sujeitos é um investimento para controlar a dimensão da invenção (tendo esta a mudança como seu principal componente), para que a convenção possa ser mantida/preservada, a

⁷⁶ Gostaria de reiterar que, ao contrário do que se poderia pressupor, a Clarissa não estava perseguindo um “projeto”, nos termos elaborados por Gilberto Velho (2003) tendo como base a fenomenologia de Alfred Schutz. Para este autor, projeto seria a “*conduta organizada para atingir finalidades específicas*”, formulado e implementado a partir de um campo de possibilidades (que se apresenta como alternativas construídas a partir de processos sócio-históricos e com potencial interpretativo do mundo simbólico).

Clarissa estaria, de certa forma, subvertendo essa dinâmica. No entanto, é importante questionar o que se deixaria de ver nessa experiência da Clarissa, caso se optasse, numa espécie de “vício cartográfico”, por concentrar a análise apenas no lugar onde a jovem desejaria chegar e não no movimento (invenção) empreendido (com todos os seus desvios e imprevisibilidades) para buscar outras possibilidades. É possível pensar que, ao fazer tal escolha, eu estaria “desdenhando o meio” onde, como lembra Pelbart (2010), se atinge a maior velocidade. Estaria incorrendo numa “falsa concepção da viagem” e do próprio movimento da jovem, pois o “meio” (não uma média) é justamente o lugar do devir. “Esse meio é justamente onde os mais diferentes tempos comunicam e se cruzam num turbilhão” (PELBART, 2010, p.113).

Na tentativa de compreender o que se passa no “meio” é que procuro pensar que, ao contrário de tentar prever e mesmo controlar a dimensão diferenciante (procurando criar e manter projetos organizados e bem sucedidos), ela estaria justamente precipitando-a a partir da convenção, daquilo que é esperado. A Clarissa estaria fazendo as coisas do seu jeito, sobretudo no que se refere à questão da temporalidade. Tanto que ela sabia o tempo exato para esperar que a lanchonete comesse a dar lucro: dois meses. Um tempo curto para alguém interessado em projetos, mas já era o bastante para fazer a Clarissa começar a “caminhar para trás”. Esse era o tempo mais do que suficiente para ela perceber que o ponto não estava dando dinheiro e que era preciso buscar outro lugar o mais rápido possível. Tão logo tomou essa decisão, em questão de uma semana ela já estava instalada novamente.

Ainda que, em termos de infraestrutura, o primeiro ponto fosse melhor (mais equipado), o lugar era péssimo, ela não vendia nada e não conseguia nem tirar o dinheiro do aluguel. O ponto novo, que ela conseguiu com um amigo, era menor, no entanto, melhor localizado. A Clarissa organizou várias coisas no espaço, a começar pela manta térmica na parede localizada atrás da chapa de fazer os lanches. No outro ponto, avalia a jovem, “tinha azulejo, aqui eu tive que providenciar a manta. Melhorou, mas se a Vigilância Sanitária aparecer eu vou me incomodar”. Ela sabia tudo o que precisava para organizar uma lanchonete, sobretudo em termos das normas de higiene e saúde; no entanto, tinha consciência de que não possuía capital suficiente para providenciar todo o necessário, a começar pelo alvará, que ela não tinha. Ela precisava começar a ganhar dinheiro novamente para ajudar no sustento da família e, como o seguro-desemprego da padaria já havia terminado, ela não podia mais perder tempo, ou melhor, seguir a temporalidade das regulamentações sanitárias, mesmo que as

conhecesse em detalhes. “Eu fiz curso de instrumentação, então, eu sou consciente do que está errado. A geladeira, por exemplo: eu não posso guardar comidas e bebidas juntas, mesmo que esteja tudo em potes fechados. Precisaria de mais uma geladeira. Eu não tenho coifa, aqui em cima é uma residência, não tem como colocar. A manta térmica ajuda, mas não resolve”. A jovem parecia confiante na mudança e já pensava em outros planos para o futuro, principalmente o de retomar o projeto das marmitas para empresas.

A mudança de ponto foi apenas a primeira de uma série de outras tantas na vida da Clarissa em um curto espaço de tempo. Ela também estava se mudando de casa. O ex- companheiro alugou uma casa ampla para morar com a jovem e as duas crianças. Ele e a Clarissa já estavam se reaproximando há alguns meses; os dois, como ela mesma explica, já estavam praticamente juntos, mas cada um ainda mantinha a sua liberdade. A decisão de voltar a morar com o companheiro passou pela condição de que ela não separaria nunca mais; então, se ele queria mesmo que eles voltassem a ter uma vida juntos, ele teria que aprender a ser fiel. “Ou ele se comporta, ou eu já disse para ele, só tem uma opção, se eu desconfiar, ele vai ser corno. Eu já disse para ele que separar, eu não separo nunca mais. O histórico dele é grande! Eu separei por isso. Mas eu já disse para ele que agora não tem mais opção. Eu não boto uma agulha do que eu adquiri fora.” A mudança para a casa nova aconteceu de forma muito rápida e, em certa medida, inesperada. Segundo a Clarissa, não foi uma decisão conjunta de “juntar os trapos”: o companheiro alugou a casa com a justificativa de que eles já estavam praticamente juntos. “Então tá, né, já alugasse, né? E fui levando as tralhas para lá. Até conversar com as crianças foi umas duas semanas, até fazer a mudança...”, lembra a jovem da reação que teve, ao saber do aluguel da casa.

A Clarissa já havia feito clientela na nova lanchonete e os lucros com a venda dos lanches e refeições começavam a dar sinais de que ela estava no caminho certo. Ela estava trabalhando de segunda a sábado e, além de oferecer almoço e jantar e churrascos às sextas-feiras, ela já estava conseguindo arrecadar o valor do aluguel só com o lucro das mesas de sinuca. Em paralelo, seu companheiro mantinha o seu bar, localizado muito próximo da nova residência da família. Aos poucos, refletia a Clarissa, as coisas vão se acomodando e os problemas vão sendo solucionados por vez, à medida que vão aparecendo. Mas a terceira mudança, embora tenha sido inesperada como as outras, foi a que a fez pensar, depois de muito tempo, numa “saída”. A suspeita de uma terceira gestação não esperada: ela sentia que estava grávida, mas

estava com medo de fazer o exame e se deparar com uma realidade que não cabia mais na rotina que ela havia assumido nos últimos meses. O que fazer com a lanchonete que ela havia acabado de montar e que já estava dando lucro? Teria que recomeçar tudo do zero mais uma vez? Como poderia continuar trabalhando numa lanchonete com um bebê, sendo que o funcionamento do local dependia fundamentalmente dela? Valeria a pena entregar o ponto e recomeçar tudo outra vez depois do nascimento do bebê? Essas e outras tantas dúvidas pairavam sobre ela e a evitação de uma possível realidade produzia um mal-estar generalizado em seu corpo e emocionalmente ela se sentia muito mal. “Nunca havia me sentido assim nas outras duas gestações, nunca senti o que estou sentindo agora”. Não tinha como voltar atrás. Se tudo acontecesse como ela previa, ou seja, se ela estivesse de fato grávida, estaria de três meses. Eis que a notícia do resultado do exame chegou para mim, via celular: “deu positivo, mas tô tranquila”. O “positivo” do exame desencadeou um processo de aceitação da gestação, o qual estava sendo evitado a todo custo.

As experiências de desinstitucionalização da Clarissa, como foi possível observar, são marcadas por mudanças de diferentes ordens, que poderiam demandar por parte da jovem uma postura simplesmente reativa, ou de “viração”. No entanto, parece-me produtivo supor tais mudanças como motivadoras da invenção/criação de novos modos de vida. As experiências da Clarissa também ajudam a analisar a maneira como nos colocamos/agimos diante das convenções, sobretudo diante da possibilidade de desmarcá-las, fazendo emergir nosso potencial de agência. Em geral, somos acostumados com o esforço para evitar as mudanças, em especial aquelas relacionadas a projetos. A princípio, esse esforço parece bem maior do que aquele feito pelos sujeitos que “assumem” a mudança, mas que não aparentam controlá-la. A experiência da Clarissa permite tensionar pressupostos como estes que levariam a tomar a “improvisação” que marca a vida dessas jovens, como “estratégia de sobrevivência”. Também permite visibilizar o investimento feito por parte dos sujeitos, quando os seus modos de vida vão sendo construídos em função da mudança.

3.3 NINA: A “CONTRAINVENÇÃO” DO FAMILISMO

A experiência de desinstitucionalização da Nina é muito produtiva para pensar a tensão permanente que alimenta a relação entre as demandas dos sujeitos e as prescrições que, por vezes, as políticas de proteção à infância e adolescência engendram em defesa destes. No

Capítulo 1 desta tese, procurei problematizar a busca por uma posição de consenso entre o ponto de vista dos jovens e o daqueles que elaboram e implementam tais políticas, argumentando que, em termos de proteção, não se trata apenas de caminhos diferentes para resolver o mesmo problema, mas sim de problemas diferentes. Essa diferença se expressa, na experiência da Nina, nas perspectivas assumidas, pela jovem e pela instituição de acolhimento, quanto à desinstitucionalização. Se, para a instituição, a desinstitucionalização consistia em encaminhar o desacolhimento da jovem através da busca de uma família para ela (o que não era uma tarefa fácil, uma vez que ela já havia completado 18 anos), para a Nina, tal processo estaria associado a um movimento muito mais amplo de construção da sua liberdade e da possibilidade de conduzir a sua própria vida. Nesse sentido, o processo de desinstitucionalização da jovem permite refletir criticamente sobre três questões cruciais em termos das políticas de proteção: a primeira se refere à centralidade da família e, conseqüentemente, dos discursos sobre convivência familiar que têm marcado fortemente a orientação das políticas voltadas à proteção de crianças e adolescentes; a segunda remete à desconstrução da dependência dos sujeitos (sobretudo aqueles que experimentaram longos períodos de acolhimento) em relação ao ambiente institucional, e a terceira, intimamente ligada às duas primeiras, diz respeito à questão da amizade como alternativa às formas de relacionamento prescritas/institucionalizadas (ORTEGA, 1999). Para que seja possível compreender tais questões, será preciso recuperar, ainda que brevemente, o processo de construção dessa centralidade da família nas políticas assistenciais, principalmente aquelas voltadas à proteção da infância e adolescência.

Do ponto de vista histórico, não se trata de uma novidade o fato de a família ter se tornado alvo preferencial das políticas e programas direcionados à inclusão social. Como observam Meyer, Klein e Fernandes (2012), durante os séculos XVIII, XIX e XX, os países europeus puderam conviver com esse duplo lugar ocupado pela família, tanto de origem como de resolução dos problemas sociais. Ainda que, como lembram as autoras, a família nuclear (que se tornou naturalizada) só tenha começado a ganhar espaço como local de proteção e cuidado por excelência, a partir do século XIX. A novidade, no entanto, estaria no “posicionamento da família” na implementação e execução das políticas públicas: como alvo preferencial e parceira estratégica. Ou seja, no modelo de proteção social previsto pela Política Nacional de Assistência Social, a família é o pilar central da tríade composta também pelo Estado e pelo mercado. Nesse sentido é que alguns autores vão

denominar de “familiarismo”, “familiarização”, ou ainda “familismo”, o processo de “designação de cargas assistenciais por parte do Estado para as famílias através de uma política como instrumento” (PALMA, REGIS, 2012, p.165). Essa “redescoberta da família” no âmbito da proteção social, ainda que esteja aberta a muitas críticas (sobre as quais não pretendo me deter na presente tese), permite tensionar todo um histórico de desqualificação das famílias em situação de pobreza como “agentes de cuidado” e, conseqüentemente, a problemática da institucionalização de crianças e adolescentes (DA SILVA, PALMA, 2012). Isso porque, a partir da articulação entre esses dois fatores, foi possível emergir um amplo processo de elaboração conjunta (por parte de todas as esferas do governo, da sociedade civil organizada e de organismos internacionais) em favor da aprovação, em 2006, do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (DA SILVA, PALMA, 2012). O plano, que tem como marco legal a Constituição Federal, o ECA e outras normativas e legislações nacionais e internacionais, procura refletir a decisão do governo de dar prioridade à temática da convivência familiar e comunitária na formulação e implementação de políticas públicas que assegurem os direitos das crianças e dos adolescentes.

Ainda que, em termos conceituais, o plano procure “a desnaturalização do conceito de família”, reconhecendo que as funções de “proteção e socialização” podem ser exercidas nos mais diversos arranjos familiares, a família permanece como uma entidade, praticamente exclusiva, no dito processo de “socialização dos indivíduos”. Tanto que o Plano tem como base todo um discurso, um tanto psicologizante, sobre os efeitos negativos da separação da criança e do adolescente do convívio familiar, seguido da institucionalização, e também sobre a importância da vivência familiar para que os indivíduos possam se sentir aceitos em círculos cada vez mais amplos. Ou seja, a família, independentemente do formato que venha a assumir, é um lugar incontornável aos sujeitos, sobretudo em termos do que estes podem vir a ser. Assim, há toda uma argumentação para que crianças e adolescentes sejam vistos como “indissociáveis do seu contexto familiar e comunitário” e, para tanto, estratégias, objetivos e diretrizes do plano estão fundados na “prevenção do rompimento dos vínculos familiares”, no “investimento para o retorno ao convívio com a família de origem” e somente se forem esgotadas as possibilidades de reintegração familiar deve-se “utilizar o recurso de encaminhamento para família substituta” ou a “busca por uma colocação familiar **definitiva**, por meio da

adoção”, “mediante procedimentos legais que garantam a defesa do superior interesse da criança e do adolescente” (BRASIL, 2006). Além disso, dentre as propostas do PNCFC, também está o “reordenamento dos programas de acolhimento institucional”, que, ao propor o desmantelamento dos grandes abrigos, toma novamente a experiência familiar como modelo de atendimento e instrumento de gestão.

Reordenar o atendimento significa reorientar as redes pública e privada, que historicamente praticaram o regime de abrigamento, para se alinharem à mudança de paradigma proposto. Este novo paradigma elege a **família como a unidade básica** da ação social e não mais concebe a criança e o adolescente isolados de seu contexto familiar e comunitário. (BRASIL, 2006, p.72)

Seguindo tal premissa é que, conforme Fonseca e Schuch (2009), se observará num contexto pós-ECA, a proliferação de casas-lares (onde os cuidadores são “pais sociais”), as quais, ao contrário de trabalhar com a ideia de uma especialização funcional, terão a “valorização da família enquanto forma de organização da estrutura de abrigamento” (SCHUCH, FONSECA, 2009, p.130). A partir desta reflexão a respeito da redescoberta da família, não pretendo desqualificar o lugar que ela ocupa na vida de crianças e adolescentes que tiveram experiências de acolhimento institucional. Até mesmo porque, como bem apontam as estatísticas, os depoimentos de profissionais que trabalham nas instituições e, sobretudo, os relatos dos jovens, por mais que suas experiências familiares, por motivos diversos, tenham culminado no acolhimento institucional, muitos preferiam permanecer vivendo com a família a viver nos abrigos. Do mesmo modo, num contexto de desinstitucionalização, como será possível observar ao longo deste capítulo, algumas jovens voltam a procurar e mesmo a morar com seus familiares.

No entanto, ao trazer essa reflexão, pretendo problematizar como esses discursos familistas – que tomam a família tanto como domínio fundamental de formação da matriz para o indivíduo adulto, como “co-gestora” ou “aliada fundamental nas práticas de intervenção” (SCHUCH, 2012), que sustentam as políticas de proteção à infância e à adolescência e atravessam as práticas dos serviços de acolhimento – participam da invenção de novas possibilidades de vida das jovens “egressas”. Tendo em vista que tais políticas põem em circulação uma “gramática” própria que interpela os sujeitos a partir do

restabelecimento de convenções, procurando educá-los “para pensar, sentir e agir de certos modos, e não de outros” (MEYER, KLEIN, FERNANDES, 2012, p.435) como essa centralidade da convivência familiar, que foi sendo construída durante o acolhimento, se realiza nas práticas dos sujeitos?

Nesse sentido, as experiências de desinstitucionalização da Nina, já desde o desacolhimento, não só parecem seguir as expectativas das políticas de proteção e das próprias instituições, como as superam. Isso porque, ao contrário das outras jovens que participaram da pesquisa, para a Nina, a saída da casa-lar veio acompanhada da adoção (a chance de ter novamente uma experiência familiar), o que é uma possibilidade rara, ainda mais quando já se é maior de 18 anos. Além disso, como eu havia pontuado no Capítulo 2, a adoção tem um grande prestígio entre muitos agentes da área de assistência, o que acaba alimentando a máxima de que “nada é melhor do que uma família” (“subentendido, adotiva, com boas condições econômicas”) (CARDARELLO, 2009, p.195). Ainda que a adoção não tenha se dado de maneira formal, a jovem ficou muito feliz com a notícia, pois, ao ter uma família, ela estaria conduzindo sua vida de acordo com as expectativas do social, especialmente quando ela constata que a adoção era uma oportunidade que as outras adolescentes da casa-lar desejariam ter. “Eu me senti bem feliz da vida, porque eu sabia que eu estava tendo uma oportunidade que muitas lá no abrigo não teriam”. A adoção tardia não representava, para a Nina, somente a possibilidade de ter uma vida de conforto, mas, acima de tudo, de se sentir, pela primeira vez na sua vida, aceita em algum lugar. “Eu sabia que teria tudo aquilo que eu nunca tive na minha vida, conforto principalmente. Porque ela [a mãe] é bem de vida. Eu me sentia aceita em algum lugar”. E, nesse ponto, é importante observar que esse sentimento de pertencimento associado à experiência familiar reforça a ideia de que ela estaria agindo conforme as convenções, sobretudo quando se tem em vista as prescrições das políticas de proteção, em especial, o PNCFC.

A notícia de que seria adotada veio um tempo antes do desacolhimento, em um dos fins de semana em que a jovem passou na casa daquela que viria a ser sua mãe. A Nina lembra que a mãe sentou com ela e disse que estava pensando, juntamente com a sua filha, em adotá-la e que gostaria que as três fossem juntas escolher um novo apartamento para morar. A oportunidade de ter uma nova família e um lugar no qual se sentisse aceita era tudo que ela precisava no momento do desacolhimento. A possibilidade de morar com uma nova mãe, era o que “estava ao seu alcance”. Por isso também não lhe parecia fazer

sentido permanecer tentando um restabelecimento dos laços com a sua mãe biológica. Ao menos por um momento, aquele do início de uma nova vida para além da institucionalização, ela havia esquecido a sua “mãe verdadeira”. “Na hora, eu tinha esquecido da mãe, literalmente. É que eu já tinha me proposto a esquecer porque era uma batalha perdida, literalmente. O que adianta tanto pensar numa pessoa que nunca tentou se aproximar de mim suficientemente? Então, eu acabei largando ela de mão”. Ainda que por um tempo, ela havia deixado de pensar na mãe, para poder viver aquela experiência de “ter uma vida normal de novo”, ou seja, de ter liberdade para poder sair para a rua não só no fim de semana, como era na casa-lar, de ter alguém com quem pudesse contar e, sobretudo, de ter ao menos uma família na qual ela se sentia aceita (já que ela não poderia mais ter a sua família, aquela que ela havia conhecido antes do acolhimento: ela e a mãe).

É estranho tu ficar tanto tempo num abrigo, onde tu só pode sair aos finais de semana e tipo ir para a casa e sair, ir na Redenção e ver que era tudo diferente, que eu tinha uma família pelo menos, que eu podia pedir as coisas que eu queria, que eu tinha um apoio, de certo modo, de todo mundo, porque todo mundo me aceitou. A família não é só as três, são muito mais, tem os tios, primos, periquito, papagaio, cachorro. Mas, para mim, era uma coisa que não dava para explicar... Era estranho e, ao mesmo tempo, alegre.

A ideia da adoção como algo que “estava ao seu alcance”, também era reforçada pela impossibilidade de permanecer na casa-lar (ela já havia completado 18 anos e não tinha nenhum familiar que a acolhesse) e pelo sentimento de que este era um lugar ao qual não pretendia voltar. Tanto que, quando foi desacolhida, a sensação era de que não fazia mais parte daquele lugar. Não fazia mais questão alguma de estar ali. Ela apenas se despediu das outras adolescentes, que permaneceriam acolhidas, sabendo que não voltaria mais. “Não é um lugar que eu queria ter recordações, porque não foi um lugar bom”, lembra a jovem dos seus últimos dias no Lar de São José. E de fato, a Nina foi uma das poucas egressas que não manifestou o desejo de retornar à casa-lar (nem ao menos para visitar), onde viveu quase a maior parte da sua adolescência. Além disso, ao contrário da maioria das jovens “egressas”, a Nina não buscou exatamente retomar e/ou preservar os laços construídos durante o acolhimento. Em certa ocasião, ela argumentou que não precisava retornar à casa-lar caso desejasse rever as

peessoas (educadoras) com as quais mais teve contato durante a institucionalização: elas poderiam se encontrar em outros espaços, inclusive virtuais. Durante o tempo em que viveu no Lar de São José, a jovem ganhou um afilhado, filho de uma das adolescentes que também estava acolhida no mesmo período. Em várias ocasiões, manifestou o desejo de reencontrá-lo, pois “sente falta dele”, no entanto, já fazia um tempo que não tinha notícias do paradeiro do menino, como ela mesma lembra: “Até um tempo atrás, a Flávia vinha aqui na pensão para ele me visitar, mas depois nunca mais veio... Ele até me deu um bonequinho”.

Tampouco a jovem se via dependente do apoio e das lógicas institucionais, a não ser do costume de morar com outras pessoas. Ela não conseguia imaginar como seria sua vida sozinha dali para a frente, uma vez que recuperar os espaços de individualidade, que por um longo tempo permaneceram institucionalizados, parecia uma tarefa difícil, como ela lembra.

Não era que eu queria morar com alguém, é aquele costume, eu morei três anos no abrigo, eu nunca passei sozinha, sempre tinha alguém, por mais desconhecidas que fossem aquelas gurias, eu morava com elas. E aí, aos 18 anos, depois de tudo que eu passei, ir morar sozinha era meio baque demais. Ia ser um tiro no escuro. E fora que eu ia me sentir muito sozinha, porque eu não tinha amigos, eu não tinha adolescência antes disso.

Para além desse costume (mais circunstancial), todavia, ao longo dos seus relatos é possível perceber um posicionamento crítico diante do processo de acolhimento, o qual é tomado como “mera sobrevivência”, e não como sendo a vida que desejava viver. O sentimento que a jovem tinha era o de que a sua vida havia começado somente após ter deixado a instituição. Para a Nina, as experiências de acolhimento (marcadas, por vezes, pelo controle e pela disciplina), num contexto de desinstitucionalização, assumem uma produtividade quanto às possibilidades daquilo que a jovem pode vir a ser a partir da conquista da sua liberdade. Ela desejava experimentar tudo aquilo que não tinha feito ainda. Não havia planos, tampouco projetos; ela não sabia exatamente o que queria fazer dali para a frente; o futuro não era algo que lhe interessava prever ou mesmo controlar. “Eu não sabia o que eu queria fazer, na época que eu saí, eu não tava me importando muito com o que ia ser o meu futuro. Eu estava me preocupando em aproveitar tudo aquilo que eu não tinha aproveitado na minha adolescência, eu queria

sair, beber, tomar porre. Comecei a fumar”.

Embora a vida familiar fosse uma “vida normal”, como ela diz, essa lhe causava, entretanto, um duplo sentimento: de alegria e estranhamento, exatamente porque ela não estava acostumada com a experiência de estar junto. “Em casa, eu não tinha aquelas experiências com a minha mãe. A minha mãe nunca estava em casa, eu estava sempre sozinha. Eu não tinha essa função de estar saindo com a mãe, ir no domingo na Redenção, tomar sorvete, alguma coisa assim”. Os primeiros tempos da nova vida eram, segundo a jovem, uma maravilha, ela estava experimentando, pela primeira vez, uma “vida de rainha”, ou uma “vidinha de rico”: seu único compromisso era com os estudos, não precisava trabalhar, tinha empregada em casa, acordava tarde e fazia academia. “Era a vida que todo mundo queria”, ou melhor, era a vida que muitas pessoas poderiam querer; mas ela não. Ela queria apenas uma vida independente, sem estar morando com alguém e tampouco tendo que depender dos outros.

Nessa nova vida, de “patricinha”, como ela insiste em caracterizar, ela também passou a conviver com uma outra experiência de cuidado bem diferente daquela vivenciada na casa-lar. Ela sabia que, a partir daquele momento, não precisaria mais depender somente dela mesma, a jovem havia encontrado alguém com quem podia contar e isso para ela era uma verdadeira dádiva. É possível pensar que a mãe ganhara mais uma filha e a Nina a possibilidade de uma nova vida em família, na qual ela aprenderia a ser cuidada.

Eu ainda não tinha responsabilidade, porque eu tinha quem cuidasse de mim. Também, né, passei tanto tempo cuidando de mim própria que quando aconteceu isso, era uma dádiva. Era bom, porque é ruim tu sempre depender de ti mesma, porque tu sabe que tu nunca pode fraquejar, tu não pode te dar ao luxo de ficar doente, passar mal ou até mesmo não querer fazer alguma coisa, porque isso depende de ti. Ou tu faz isso, ou tu passa fome, coisa que eu já passei, mas tudo bem.

Embora soubesse que ela tinha uma família e pessoas com as quais podia contar, aquela “vidinha de riquinha” não era para ela, ou, como ela diz, não era “a sua praia”. Isso porque esta experiência familiar vinha acompanhada de uma vida novamente marcada por determinados controles e sobretudo por expectativas do que ela deveria ser enquanto sujeito. Ela desejava, sim, o começo de uma nova vida, mas que esta fosse traçada e conduzida por ela mesma; ela não podia outorgar essa

possibilidade a outra pessoa, mesmo que essa fosse sua nova mãe. “Aquela vidinha de *playboy*, eu nunca fui metida nesse sentido. Aí começou a me dar nos nervos, sempre preocupava se alguém ia chegar, o que as pessoas iam pensar, ter que estar sempre sorrindo quando tu quer chorar, na verdade. Então, eu não gosto de ser falsa assim, acabei largando”.

É interessante observar que, desde o desacolhimento, a Nina tinha expectativas de ter uma nova família e, portanto, ter uma “vida normal”, em termos das expectativas do que ela aprendeu como sendo da ordem da convenção; no entanto, a vivência de uma experiência familiar (sobretudo em termos dos controles e das expectativas do que a jovem deveria ser) lhe permitiu perceber que esta não correspondia à vida que ela desejava ter. A desinstitucionalização, para a jovem, não passava pela família, mas sim pela liberdade de conduzir a sua própria vida e de se construir como sujeito. Eis que a saída da casa da mãe adotiva se constituía como a oportunidade de contrainventar aquilo que, para ela, até então, era da ordem do dado (ou haviam lhe feito acreditar que as coisas deveriam funcionar dessa forma): a família como lugar de pertencimento e de socialização.

Para além de todos esses fatores, a decisão de deixar a casa da mãe foi tomada em função de um valor que ela começou a prezar muito quando deixou a casa-lar: a amizade. E foi justamente na amizade que a jovem encontrou a possibilidade de desmarcar aquilo que, para ela, por um longo tempo foi tomado como convenção: a convivência familiar. Na amizade, estaria igualmente não só a maneira de se “esquivar” ou desmarcar as convenções, mas, sobretudo, um “ponto de resistência potencial” (ORTEGA, 1999; WAGNER, 2010). A impossibilidade de ter os amigos que ela queria e de recebê-los em casa foi fundamental para a sua saída e para o início de uma vida independente. Se ela não podia mais receber os seus amigos na sua própria casa, então, aquele não era mais o seu lugar, refletiu a jovem sobre uma situação que havia se tornado intolerável para ela.

Porque a Lena é rica, então, ela tem certos preconceitos com as pessoas. E aí, na época, eu andava muito com uma amiga, ela tava sempre lá em casa. E a Lena começou a soltar certas charadas, dizendo que ela podia roubar alguma coisa. E eu comecei a ficar magoada com isso. Até um dia que eu discuti feio com ela, dizendo que ela não tinha o direito de julgar um amigo meu, sendo que nunca tinha sumido nada, porque eu

nunca tinha destrutado um amigo dela, ela não podia fazer uma coisa dessas com os meus. Nessa briga, ela tinha proibido os meus amigos de aparecer lá em casa.

A Nina deixou a casa da família uma semana depois da briga que teve com a mãe. A decisão de morar sozinha também veio acompanhada de uma reflexão, por parte da jovem, a respeito do lugar que ela de fato sentia ocupar na família. Mesmo se sentindo aceita por todos, ela não fazia parte daquele projeto de vida, ela era uma agregada. “Ela me adotou e tudo, não de papel e tudo, mas como filha, mas eu era uma agregada, não era da família, nunca me senti da família”. Além disso, embora não exigisse que a jovem a chamasse de “mãe”, a mãe desejava que ela fosse “filha” e isso implicava uma maneira de ser e um modo de vida que não correspondiam à maneira como a Nina desejava construir a si mesma a partir dessa relação. “Ela sempre tentou me moldar, como se eu fosse a filha dela. Tipo, que eu fizesse faculdade, que eu fosse riquinha, patricinha, que eu me vestisse de acordo, que eu não tivesse amigos como eu tenho, eu tenho amigos gays, lésbicas”. Entre as duas não haveria possibilidade de conciliação, porque a mãe pretendia controlar a dimensão diferenciante na qual se concentravam as ações da jovem, e para isso procurava trazê-la para o registro das convenções, dizendo como ela deveria se portar, agir, pensar e mesmo se relacionar com os outros.

Ela se preocupava até com o jeito que ela ria na frente dos outros, ela se preocupava muito com o que os outros pensavam. E eu nunca fui assim, os outros que se danem, a vida é tua. Agora, se eu for viver a minha vida pensando no que os outros vão pensar, pelo amor de deus, eu não vou ter vida, não vou fazer nada, porque não, espera aí, eu tenho que ver se aquela pessoa vai aceitar o que eu vou fazer. Não. A vida é minha. Quem decide as minhas escolhas sou eu, ninguém mais.

No entanto, quanto mais convenção, por parte da mãe, mais a jovem respondia sob o registro da invenção: ela queria fazer as coisas do seu jeito, desejava conduzir suas próprias escolhas e a invenção dos seus modos de vida sem se preocupar com uma espécie de expectativa do social. Mas a invenção – ao contrário do que seria possível imaginar – não assume um caráter de resistência à convenção. Como tenho procurado sustentar ao longo da tese, invenção e convenção mantêm

entre si uma relação dialética, ou, como explica Wagner, uma “relação ao mesmo tempo de interdependência e contradição”. “A necessidade da invenção é dada pela convenção cultural e a necessidade da convenção cultural é dada pela invenção. Inventamos para sustentar e restaurar nossa orientação convencional; aderimos a essa orientação para efetivar o poder e os ganhos que a invenção nos traz” (WAGNER, 2010, p.96).

Depois de comunicar sua decisão à mãe, as duas passaram um mês sem se falar. A mãe não tentou fazer a filha voltar para casa e a Nina estava certa de que não voltaria atrás: “eu liguei para ela e disse: arranjei um lugar para ficar, tô me mudando hoje à noite”. Ela havia conseguido uma vaga na pensão, onde eu a encontrei, no centro de Porto Alegre. Embora tenha passado por muitas dificuldades, para ela toda a mudança significava o começo de uma vida nova, uma vida marcada pelo desejo de liberdade. Ela havia assumido a condução da sua própria vida, ainda que isso lhe causasse medo e não fosse uma tarefa nada fácil. “Era o começo de uma vida nova, quem a estava traçando era eu. Eu estava sozinha, por mais que eu tivesse a Lena, é a sensação de quando tu sai de casa, sabe? Quando tu tem a tua própria casa, é a mesma sensação de liberdade, tu pode fazer tudo agora. Mas, ao mesmo tempo, o medo porque tu já não é mais criança, tu tem que te responsabilizar por muita coisa, tem muita coisa na cabeça, então, não é tão fácil assim. A vida aqui fora nunca foi fácil”.

Na pensão, ela passou a se sustentar sozinha e assumiu para ela mesma que não pediria mais ajuda para a Lena. Chegou a passar fome, por vezes, foi ameaçada de despejo, mas mesmo assim preferiu manter suas escolhas e preservar aquele que era o principal valor em sua vida: a liberdade. O fato de não pedir dinheiro à mãe não era uma questão de orgulho, mas de princípio: “porque [para] família não se pede dinheiro”. A única ajuda que aceitou da mãe foi o pagamento dos três primeiros meses da faculdade de Ciências Contábeis que ela começou a cursar depois de um tempo morando na pensão. De resto, contava com o dinheiro do seu trabalho e com a ajuda dos amigos que fez na nova casa. Mesmo tendo cursado apenas um semestre da faculdade, a Nina é a única jovem que participou da pesquisa que chegou a frequentar uma universidade. Além da experiência da jovem, vale destacar também a da Melina, outra egressa que mora em Porto Alegre e que está cursando o curso técnico de enfermagem. Do contrário, em geral, são poucos os que concluíram o ensino médio e alguns nem mesmo o ensino fundamental, como é o caso da Virgínia. Além de questões financeiras, a Nina abandonou a faculdade porque, como ela mesma lembra, já desde a primeira aula ela percebeu que não tinha afinidade alguma com o curso

escolhido. Embora a iniciativa de cursar Ciências Contábeis tenha sido dela, uma vez que sempre foi “fanática por matemática”, ela foi incentivada pela Lena.

De certa forma, do ponto de vista da jovem, o fato de ter um curso superior funcionava como um contra-dom, uma maneira de alimentar a relação de reciprocidade que havia se estabelecido com a mãe desde a sua adoção. “Eu fiz aquilo meio por causa da Lena, não por minha causa. Porque, como ela tinha feito aquilo por mim de ter me acolhido, eu senti que eu devia alguma coisa para ela, que eu tinha que fazer alguma coisa que ela queria que eu fizesse. E o que ela queria que eu fizesse era a faculdade”. A jovem já sabia que a experiência não teria sucesso, mas fez isso para, de alguma forma, retribuir o investimento que a mãe tinha feito nela e também porque já havia se acostumado a agir em função dos outros, das expectativas destes, e não de si própria. Esse modo de agir foi sendo construído sobretudo durante o período do acolhimento institucional, quando a questão da manutenção do coletivo (em termos de rotinas, controles, hábitos...) era uma prioridade em relação aos sujeitos. “Muito tempo eu passei fazendo tudo que os outros queriam e nunca o que eu queria fazer. Sempre fui assim, desde a época do abrigo. Sempre fui de ser muito fácil. Se as pessoas me diziam para eu fazer tal coisa, eu ia lá e fazia. Muitas vezes, eu me fodia, mas fazia. E isso acabou não dando certo, da faculdade, acabei saindo”. Até hoje, a Lena procura incentivar a jovem a retomar a faculdade, mas segundo a Nina, dessa vez, a experiência seria diferente, porque agora ela sabe o que quer para sua vida, ela sabe qual curso deseja frequentar. Mesmo com um incentivo de outra pessoa, a escolha agora seria sua. “Até hoje, ela implica que eu volte a estudar e tal, só que agora é diferente, agora ela quer que eu estude o que eu quero, que é criação de jogos”.

Logo que se mudou para a pensão, a Nina começou a experimentar aquilo que imaginava ser a liberdade. Era a fase em que, segundo a jovem, ela “queria enlouquecer”. Ficou seis meses sem trabalhar depois que deixou seu emprego em um supermercado, apenas fazendo cursinho pré-vestibular. Acabou se endividando, porque ela mesma tentou “bançar” a tão desejada liberdade e talvez um estilo de vida próximo àquele experimentado na casa da mãe adotiva. Para tanto, tirou empréstimo no banco e com o dinheiro comprou dois celulares e começou a pagar terapia para se recuperar “psiquiatricamente”, como ela diz, do tempo em que esteve empregada. “Naquela época, eu não tinha cabeça, eu estava meio doída!”. Depois de um ano fazendo cursinho, a jovem também começou, por influência dos amigos, a “matar aula”, porque para ela o mais importante naquele momento não

era mais estudar e sim ter seus amigos por perto. E para conseguir manter essas amizades, ela fazia qualquer coisa, inclusive abandonar de vez os estudos quando os amigos deixaram o curso em definitivo, pois, afinal de contas, era apenas com eles que ela contava. A liberdade, para a jovem, estava também na possibilidade de fazer o que ela bem entendia da sua vida. Pela primeira vez, não precisaria justificar para ninguém suas escolhas, não havia mais controle e convenções para ter de driblar, como ela mesma lembra: “E aí na euforia de ter liberdade e morar aqui sozinha, ter as minhas contas, era bom. Eu podia matar aula e ninguém ia saber, porque a Lena não estaria perto para saber se eu ia matar aula ou não”. Passados seis meses, a jovem “começou a tomar jeito”, decidiu voltar a trabalhar. Todos os empregos que teve foram conseguidos por indicação, pois nunca precisou se preocupar em ir atrás desse tipo de oportunidade. “Olha, nunca fui procurar emprego. Eu sempre faço assim (risos), eu sempre fico esperando o emprego chegar, ele sempre vem bater na minha porta”. Trabalhou como atendente em salão de beleza, no ramo de alimentação e bar. Depois que retomou a rotina de trabalho, não ficou nenhum momento desempregada, mas também não ficou mais que um ano e meio em cada emprego. “Eu fico no serviço um ano, um ano e meio por aí e saio fora. Não consigo ficar mais que dois anos num serviço”.

As amizades que a Nina havia feito no período em que estava morando com a Lena não sobreviveram a sua mudança para a pensão. A mudança do seu estilo de vida a fez ver que não se tratava de relações baseadas na amizade, mas sim no interesse: eles gostavam do que a jovem tinha e era somente esse “ter” que havia produzido e sustentado a amizade até então. “Eu percebi que eles não eram meus amigos, eles gostavam do que eu tinha, do dinheiro que a Lena tinha, do conforto que eu tinha, porque eu morava num bairro muito cobiçado, a Cidade Baixa, morava numa casa grande, tinha tudo que eu bem entendia, fazia academia, tinha dinheiro. Então, era isso que era a amizade”. O fato de ela estar vivendo numa pensão havia “interferido na amizade”, e isso foi fundamental para que a jovem percebesse que apenas ela havia acreditado na escolha dos amigos em detrimento da família, em especial porque, ao fazer isso, talvez estivesse buscando um lugar onde não fosse mais uma “agregada” e pessoas que a aceitassem como ela podia ser, respeitando suas diferenças.

A escolha pela amizade e não pela família, embora apareça como um engano, torna-se mais produtiva se analisada, do ponto de vista de Ortega (1999), como uma “estética da existência”. É possível pensar que a escolha da jovem se insere num projeto mais amplo de “uma ética da

amizade”, a qual consiste justamente na busca de “lugares de produção de subjetividade” para além daqueles espaços instituídos pela convenção. Nesse sentido, essa busca por relações as quais podem vir a ser caracterizadas como de amizade, remete à busca pela experimentação de uma “multiplicidade de formas de vida possíveis” (ORTEGA, 1999, p.158). Dessa maneira, foi também na pensão que a jovem pôde estabelecer outros laços mais duradouros com outros amigos, estes sim, na perspectiva da jovem, “amigos verdadeiros”. A caracterização destes amigos é feita em oposição àqueles que ela chama de “conhecidos”, os quais seriam pessoas que passaram pela sua vida, mas não “fizeram significado”. Os amigos verdadeiros são poucos, no máximo cinco, com os quais ela pôde contar quando esteve na “pindaíba”. “É aquele velho ditado: a gente só descobre quem são os amigos na merda, né? Quando a gente tá no fundo do poço. A gente só descobre os amigos nessas situações”. Para a jovem, são estes amigos verdadeiros que “salvaram a sua vida inteira” e por isso a relação que estabelece com eles depende do contato, da proximidade e, sobretudo, da sua permanência em Porto Alegre. “Salvar” significa fazer valer a pena, ajudar nos momentos de dificuldade e, mesmo que implique eventuais decepções, estas não se comparam àquelas produzidas pela sua família biológica. Por isso a amizade se tornou um valor importante para a jovem e os amigos ocupam um lugar central na sua vida, lugar este que por um longo tempo a jovem procurou reservar para a sua família.

Bom, porque decepção com a família eu não preciso mais, né! Depois de tudo o que eu já passei, olha! Se tiver mais que isso, eu me interno. Não, porque, por mais que eu já tenha me decepcionado com amigos, esses se salvam porque são meu alicerce. Onde eu me mantenho ainda firme até hoje. Se não fosse eles, eu já tinha caído há muito tempo. Eu já não teria aguentado muita barra que eu aguentei. Eu já não posso dizer isso da minha família. Por isso que eu prezo tanto a amizade com eles.

A Marina, moradora da pensão, é sua melhor amiga. Ela sempre ajudou a Nina nas “épocas de vacas magras”, as duas são “grudadas” uma na outra e, assim como ela, a amiga não tem a família por perto. A Nina confia na amiga “de olhos fechados” e todas as decisões que toma em sua vida, em especial aquelas relacionadas a mudanças, têm em vista a manutenção dessa amizade. Por conta dessa relação é que as duas

havam pensado em deixar a pensão para dividir um apartamento. E foi justamente pensando em mudar de vida que a Nina e a Marina decidiram não só sair da pensão, mas também de Porto Alegre. Elas iriam sim alugar um apartamento juntas, mas em Florianópolis. As duas estavam cansadas da “mesmice” da vida na capital gaúcha. Já estavam há muito tempo lá e não haviam adquirido nada e nem viam perspectiva alguma a não ser trabalhar “como escravas” para ganhar mal ou apenas o suficiente para se manterem. Estavam entediadas de tudo, de morar na pensão suja, de não ter privacidade. Queriam encontrar uma vida nova. Para a mudança, as duas venderam o pouco que tinham em Porto Alegre, alguns móveis, computador, televisão e até o ventilador. Além do dinheiro do seguro-desemprego da Nina, as jovens levaram apenas o dinheiro que conseguiram juntar até a data da viagem. Era com esse dinheiro que as duas pretendiam se manter até arrumarem emprego em Florianópolis.

Uns dez dias depois, fui visitá-las no novo apartamento, cuja locação com o proprietário eu havia intermediado. Logo que começamos a conversar, pude perceber que os planos das duas já haviam mudado e que o retorno para Porto Alegre era uma possibilidade. Quanto mais conversávamos, mais ficava claro que a volta, mais do que uma possibilidade, já era uma decisão tomada pelas duas: “queremos voltar no dia 10”. Era fim de fevereiro de 2012, mais exatamente dia 21. Perguntei então por que, se desejavam tanto voltar, optaram por esperar até o dia 10. “Porque é quando eu recebo o benefício; até lá, não temos dinheiro para mais nada”, responderam as duas. Quando estavam certas de que a volta era a melhor opção, também decidiram aproveitar a noite em Florianópolis e acabaram gastando, em uma única festa, as suas últimas economias. Vieram para Florianópolis em busca de uma mudança de vida, mas a mudança, ao contrário do que elas imaginavam, fez com que aprendessem a valorizar a vida que tinham, sobretudo as amizades que fizeram em Porto Alegre. “Em Porto Alegre nós éramos muito populares, conhecíamos todo mundo, aqui não conhecemos ninguém”. E o fato de terem muitos amigos em Porto Alegre, fazia de lá um lugar onde elas conseguiriam viver, mesmo se ficassem sem dinheiro. “Lá todo mundo se ajuda, a gente já sabe como se virar, aqui é tudo longe e caro”. Lá, elas tinham com quem contar. A Nina só tinha a última parcela do seguro-desemprego para receber em março. E esse era o único dinheiro delas, uma vez que o dinheiro da Marina já havia terminado, como ela mesma lamentou: “eu já não tinha muita coisa, agora estou sem nada. Eu vendi meu *notebook* e o meu ventilador para vir para cá”. Mas além da situação financeira, o que de fato estava

motivando o retorno era a falta que sentiam dos amigos. Só agora estavam valorizando a vida que tinham deixado para trás. “Parece que a gente precisa sair de um lugar para dar valor a ele”, reflete a Marina. Mas elas já sabiam exatamente como seria o recomeço em Porto Alegre: elas tinham os amigos e por isso conseguiriam sobreviver mesmo sem dinheiro. Iam voltar para a pensão e procurar emprego. A ideia era permanecer neste lugar por dois ou três meses, até poderem retomar a ideia de dividir um apartamento. A dona da pensão também era amiga das duas jovens e já havia reservado um quarto duplo para as duas por 250 reais. A mudança da Nina para Florianópolis e seu retorno para Porto Alegre permite pensar no lugar que a amizade, enquanto valor, passou a ocupar na sua invenção de novas possibilidades de vida. Se, durante o acolhimento institucional, a amizade não se constituía como objeto da sua invenção/criação, num contexto de desinstitucionalização, ela se torna a principal via de “resistência potencial”, como sugere Ortega (1999), às formas de “existência institucionalizáveis”. Falar em amizade é falar em “experimentação” e talvez fosse isso que a Nina estivesse fazendo: uma experimentação consigo mesma (em termos daquilo que ela pode desejar ser), a partir também da relação que estabelece com os outros (amigos).

3.4 “INVENTANDO” FAMÍLIA: A EXPERIÊNCIA DA ALICE

A experiência de desinstitucionalização da Alice assume uma particularidade em relação às das outras jovens que participaram da pesquisa (sobretudo em relação à Nina), uma vez que o desejo de retomar a vida em família, o qual ela havia acalentado durante todo o período de acolhimento, é potencializado em função do seu desacolhimento. Nesse ponto, é importante lembrar que o fato de a jovem ser órfã de mãe e de pai também é um fator a ser considerado nesse processo de desinstitucionalização. A experiência da Alice permite problematizar uma questão que tem sempre ocupado o segundo plano nos debates, ao menos no que se refere à historiografia que trabalha com infância e juventude no Brasil no século XX: a orfandade (AREND, 2011). Ao contrário da França, onde os asilos, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial, abrigavam um número grande de crianças cujos pais haviam falecido (portanto eram crianças órfãs), no Brasil, nesse mesmo período, se assiste ao predomínio dos chamados “órfãos de pais vivos”. Ou seja, embora os asilos instituídos no Brasil, sobretudo nas primeiras

décadas do século XX, fossem geralmente denominados de orfanatos⁷⁷ ou tivessem os substantivos *órfãs* e *órfãos* no nome, a maioria das crianças possuía pai e mãe vivos (AREND, 2011). Tratava-se, portanto, muito mais de um artifício para ampliar o controle sobre as famílias, as quais – sob o ponto de vista das políticas de proteção da época – não tinham condições de cuidar dos seus filhos (financeira ou moralmente), do que propriamente uma preocupação com a orfandade. Então, colocar essa questão em evidência, a partir das experiências da Alice, pode fornecer elementos para pensar esse interesse ampliado por parte da jovem em buscar informações sobre os parentes maternos (como forma de reconstruir sua história familiar e conseqüentemente localizar o conjunto de relações que lhe permitiriam se constituir como sujeito) e, sobretudo, restabelecer o convívio com o seu irmão gêmeo, do qual permaneceu afastada em função das circunstâncias que culminaram no seu acolhimento. Na impossibilidade de reconectar esses laços, a jovem procura investir na invenção da família, tendo como base (fundo), suas expectativas em relação à família (de sangue) que não pôde ter.

Durante o longo período em que a jovem esteve acolhida na casa-lar, a instituição se ocupou de guardar em uma conta bancária a pensão deixada a ela pela mãe. Foi pensando na chegada do desacolhimento que a casa-lar reservou o dinheiro, como forma de auxílio na vida independente que levaria após os 18 anos. Alice investiu o dinheiro poupado, na construção de uma casa no bairro Itacorubi (Florianópolis), em um terreno também deixado por sua mãe. Com a construção da casa, a jovem estava alimentando a expectativa de que ela e o irmão pudessem viver juntos novamente. O irmão, como eu havia mencionado no Capítulo 2, depois do falecimento da sua mãe, era a sua única família. Foi pensando nessa convivência entre irmãos que ela não aceitou ser adotada uma segunda vez. Foi por ele, também, que ela chegou a pensar que valera a pena negar todas as situações de maus-tratos que passara na casa da família que os havia adotado. Ela chegou mesmo a acreditar que teria valido a pena, em nome da sua família (o irmão), não ter fugido de casa e ter permanecido com o seu irmão até a maioridade. “Me arrependo até hoje de ter saído de lá, de ter saído de lá daquela família.

⁷⁷ É interessante lembrar que tanto a Clarissa como a Virgínia, ao falarem sobre suas experiências de acolhimento no fim dos anos 90, se referem à casa-lar como “orfanato”. Isso me faz pensar que esse discurso acerca dos orfanatos, presente no início do século XX, parece ainda pairar, de alguma maneira, sobre as jovens, sobretudo no sentido da demarcação destes lugares como sendo destinados àqueles que não têm pais (vivos ou mortos).

Hoje em dia eu e o meu irmão estamos separados porque, a bem dizer, eu pedi a separação”.

Com a construção da casa não havia a intenção de recuperar o tempo que haviam perdido, estando separados: não se tratava disso. Ela sabia que os dois ainda tinham muito tempo pela frente para recomeçar uma nova vida, em família. E este tempo teria início logo que a casa estivesse pronta. “Na real, eu pensava que quando eu saísse da casa-lar, que ele fosse ir morar comigo, na real, já lá no Itacorubi, por isso que eu fiz dois quartos, para mim e para ele, daí”. No entanto, ao contrário do que a jovem havia imaginado, o irmão não foi morar com ela e, hoje, os dois convivem muito pouco. “Botaram muita pilha na cabeça dele, que eu era irmã, que eu ia tomar conta dele, que eu ia querer cuidar da vida dele”.

Paralelamente à tentativa de iniciar uma nova vida com o irmão, a Alice também investiu na busca de informações a respeito dos seus parentes maternos, de quem nunca mais teve notícia desde o dia em que foi acolhida, e também na tentativa de encontrar o seu pai. Essa busca pelos seus “parentes de verdade” será explorada em detalhes na seção dedicada às relações de parentesco; no entanto, neste momento, é importante pontuar que a construção dos seus modos de vida, num contexto de desinstitucionalização, é orientada por essas expectativas em relação à sua família de sangue (de como poderia ser a sua vida, se tivesse sua família biológica por perto) e, sobretudo, de sua concepção de pertencimento. Talvez seja possível pensar que a busca por informações sobre os seus parentes maternos tem menos a ver com um resgate de uma essência (quem ela é) do que de elementos que possam participar daquilo que ela pode “vir a ser” e também da sua invenção da família. Tanto que diante da ausência de informações sobre sua família biológica e do pouco convívio que pôde ter com o seu pai (o qual faleceu algum tempo depois que ele e a jovem haviam retomado o contato), ela vai procurar construir seus modos de vida a partir de outras relações (não necessariamente de parentesco) nas quais ela deposita expectativas de cuidado e ajuda, e que estão associadas, de alguma maneira, à sua concepção de família ou daquilo que teria sido a sua família de sangue. Tais relações, como será possível observar, vão sendo estabelecidas tanto numa espécie de tentativa de “inventar” ou “reinventar” a família, como também de construir/encontrar lugares de pertencimento e ajuda.

As primeiras relações de ajuda/cuidado que ela pôde estabelecer, logo que deixou a casa-lar, estavam marcadas pela presença da família do homem que a havia adotado. Se, no momento em que a jovem foi

levada para a casa-lar, nenhum dos familiares teve condições financeiras de assumir duas crianças (ela e o seu irmão), após o desacolhimento essa situação foi reconfigurada. Logo que deixou a casa-lar, foi morar durante um período na casa de uma tia, a qual também tinha uma filha, uns três ou quatro anos mais moça que a Alice. O companheiro da tia também tinha uma filha e mais dois filhos e, por isso, segundo a jovem, ela “não tinha vez”, nem “voz” na casa. “Eles eram mais ou menos da minha idade, aí era complicado. Daí, a gente não tinha vez. A nossa voz, vamos dizer, era a única que menos contava. E eu já não sou muito de falar, eu não sou muito de estar enturmada com todo mundo e ainda ir para uma família que não tem muito...”. Assim, essa primeira experiência, ao contrário do que a Alice havia imaginado, não deu muito certo. “Quando eu saí da casa-lar, nunca imaginei que eu ia estar morando sozinha, eu saí de lá pensando que ia ficar morando com a tia, nunca imaginei que eu iria embora dali”. No entanto, seria possível pensar que o aparente insucesso dessa primeira experiência de convivência familiar tenha mais a ver com a tensão entre concepções diferentes de família (aquela construída pela jovem e aquela vivenciada pela jovem na casa da tia), como é possível observar em um trecho do relato da jovem: “A gente é de fora, chega numa família já com tudo montado, assim, com estrutura bem diferente do nosso mundo, vamos dizer assim”. Além de a família da tia ter uma “estrutura diferente” do que aquela presente na sua concepção de família, ela não se constituía como um lugar de pertencimento, pois, como ela mesma diz: “a gente é de fora”.

Depois de morar nessa casa, a Alice também morou durante dois anos na casa de uma outra tia, da mesma família do casal que a havia adotado. No entanto, se estas duas tias a acolheram, sobretudo em termos de moradia, é em relação a uma outra tia que a Alice se sente mais próxima, mesmo que as duas nunca tenham morado juntas. “A gente que é mais assim das irmãs”, diz a jovem, procurando caracterizar a relação entre as duas. O laço, nesse caso, é reforçado em função de um outro lugar que é o do apadrinhamento das crianças. Essa tia tem quatro filhos e a Alice se tornou madrinha de um deles. A Alice e o seu afilhado, como ela mesma diz, sempre “foram muito ligados desde criança” e por isso, quando ele tinha 15 anos ela recebeu o convite para batizá-lo.

Naquela época, eles não batizaram as crianças, daí agora, nós tinha que batizar. Daí, eles escolheram as madrinhas. Ele me escolheu e eu fiquei

surpresa, que sempre a gente sempre foi muito ligado, desde criança. A gente, de vez em quando, ia para a casa deles, era simples, sabe? Mas era, meu deus do céu! Até hoje eu lembro assim, pra tu ver, todo mundo junto, cada um com um copo de cremogema na mão. Olha, pode ser uma coisa assim meio sem graça, mas a gente fazia tanta diferença. Depois, como dá volta assim a vida, daí acabei me tornando madrinha de um.

A relação de apadrinhamento, como relata a Alice, além da proximidade, também se caracteriza pelo respeito do afilhado para com ela, a madrinha. “Eles têm um respeito muito grande por mim. Ele toda a vida vem me cumprimentar e me pede bênção: ‘Bença, madrinha?’ e eu digo: ‘Deus te abençoe!’ Liguei para ele, ele me ligou, a mesma coisa: ‘Bença, madrinha?’ ‘Deus lhe abençoe’.”. E essa relação de apadrinhamento, importante nesse investimento que a jovem faz na família, vai se estendendo de uma geração a outra. Depois de apadrinhar o filho da tia, ela também se tornou madrinha do filho da outra filha dessa tia. “Ele também é meu afilhado, e é muito bom, muito”, diz a jovem procurando ressaltar a importância dessa experiência. Essa importância talvez também esteja relacionada à semelhança que a Alice observa entre a sua experiência de infância (sofrida) e a desse afilhado. A jovem diz que o afilhado, assim como ela, está aprendendo a conviver com a separação dos pais e, sobretudo, com a ausência da mãe. No entanto, não se trata da mesma experiência (uma vez que o sobrinho, ao contrário da jovem, não é órfão de mãe e pai), mas ela aciona esse comparativo como forma de marcar sua concepção de família e a importância desta na sua constituição como sujeito.

A gente já viu também, a gente já sofreu bastante, né. Como as crianças sofrem, né? Querendo ou não, separar, não deu certo, mas quem tá sofrendo é a criança, que daí a ex-sogra dessa minha prima, ela não quer deixar a gente ver as crianças. Daí a gente sofre junto. É complicado, tudo que a gente sofreu, ele tá sofrendo também um pouco. É falta de uma mãe do lado, falta, querendo um pai que tá ali, mas o que adianta um pai só por ter?.

Além de se identificar com a experiência do afilhado, a Alice também compartilha com a prima o sofrimento de não poder estar perto do filho. E, nesse ponto, se torna mais evidente a possibilidade de conferir a estas relações de parentesco o mesmo status que ela atribui ao

laço (marcado pela consanguinidade) que ela estabelece com o irmão. Eles são a sua família e, portanto, os primos são os irmãos que a jovem não teve, e a tia é sua mãe e seu pai. “Eles são meus irmãos, entendeu? Eles são, o que eles sempre falam para mim e eu também falo para eles, são os irmãos que eu não tive, os irmãos gêmeos que eu não tive. E ela é minha mãe, meu pai, meu tudo”. Nesse ponto, talvez a jovem esteja fazendo uso de outra terminologia de parentesco (irmão, pai e mãe) como forma de expressar a importância dessa relação, mas também, sobretudo, de maneira a ressaltar a importância desses lugares para a construção de uma família. Em especial, a família que ela não pôde ter.

Mas se por um lado os primos e a tia são importantes nessa “invenção da família”, em função da “ligação” afetiva, dos apadrinhamentos, do compartilhamento de experiências, e parecem realizar essa expectativa que a jovem tem de uma experiência familiar, por outro, eles parecem não corresponder a ela, na medida em que não é com eles que a jovem pode contar em situações de dificuldade financeira. Então, ao mesmo tempo que enfatiza que gosta de todo mundo e que todo mundo parece gostar dela, a jovem faz uma ressalva: “mas, sabe como é família? Sempre tem um ou outro falatório que sempre vai ter”. O falatório é coisa de menor importância (é coisa de família) em relação a um aspecto que ela considera central na sua concepção de família: a possibilidade de ajuda. Nesse ponto, é possível pensar, a partir do diálogo com Sarti (1994), que a concepção de família para a Alice define-se em torno de um “eixo moral”, ou seja, para a jovem, o que define a extensão da família é a possibilidade de “poder contar”. E “poder contar” não significa “um dar e receber imediatos”, mas sim estar inserido em uma longa cadeia “difusa de obrigações morais, em que se dá, na certeza de que de algum lugar virá a retribuição” (SARTI, 1994, p.53). Por todas as vezes que entendeu estar “ajudando” os familiares, ela havia alimentado a expectativa de que, da mesma forma, seria ajudada na hora em que mais precisasse.

A Alice também vai buscar nas relações de amizade outras formas de se sentir cuidada e menos sozinha. E uma dessas amigas a acompanha desde que deixou a casa da sua tia, logo após o desacolhimento. Ela estava trabalhando numa lanchonete, onde permaneceu por dez anos, quando conheceu uma paranaense que, assim como ela, também havia perdido a mãe e era “muito guerreira”. As duas trabalhavam nesse mesmo estabelecimento, logo se identificaram e tornaram-se grandes amigas. Foi no momento mais complicado da vida da Alice, após o desacolhimento, que essa amiga a ajudou a conseguir um apartamento barato para a jovem morar. A amiga era a sua

referência, como lembra a Alice, era alguém com quem podia contar, num momento no qual tudo lhe era incerto e ela precisava assumir o curso da sua vida, tarefa esta que, aos poucos, ela descobria que seria bem complicada. Por vezes, chegou a pensar em retornar para a casa-lar, para pedir ajuda não só financeira, mas também o apoio daquelas pessoas com as quais havia passado boa parte da sua infância e adolescência. “Porque a gente sai, a gente não sabe onde procurar as coisas. A gente sabe que tem que procurar um apartamento, mas sair para procurar, onde, o lugar... Porque a gente fica meio perdida, aí não sabe em quem confiar, com quem perguntar. A dificuldade a gente acha, a gente vai que dizer que não, que acha. Hoje, qualquer pessoa que for alugar uma casa, a gente vai dizer o quê, para o proprietário? Querendo ou não, o proprietário também quer ter uma segurança”. No entanto, ela acabou desistindo de retornar à casa-lar, porque sabia que aquele também era o seu momento, nele estava a possibilidade de fazer as coisas do seu jeito, ou melhor, “ir atrás das suas coisas”. E foi justamente essa amiga que ajudou a Alice nesse momento, ela foi sua “referência”, alguém com quem ela podia contar para construir uma nova vida para além da institucionalização. “Porque se não fosse essa amiga me ajudar, a que me arrumou apartamento, ela que me arrumou uma quitinete barata, que eu pudesse pagar. Na época, eu também não tinha telefone, não tinha nada, vamos dizer assim. Então, quem me deu as referências foi ela. Minha referência, na época, era ela”.

A Isabelle, “egressa” da casa-lar Nossa Senhora do Carmo, em Porto Alegre, também é uma dessas amigas com quem a Alice pode contar e a amizade entre as duas foi sendo construída desde o período do acolhimento. Embora as duas tenham sido desacolhidas em momentos diferentes (a Isabelle deixou a casa-lar antes da Alice), elas sempre procuraram manter contato. “De vez em quando, ela ia lá me ver, a gente saía juntas assim. Ela ia bastante na casa-lar”. Depois que a Alice deixou a casa-lar, as duas se reencontraram e a jovem foi morar por um período na casa que a amiga tinha na Tapera-SC. Mais recentemente, quando ficou desempregada, a Alice foi morar na casa da Isabelle, recebendo também uma pequena ajuda financeira para cuidar dos filhos da amiga. Na minha última visita à Alice, a Isabelle tinha acabado de se mudar para a Palhoça, tornando-se vizinha da amiga. Com a proximidade das duas, a Alice estava com expectativas de que elas pudessem se ajudar mais, pois elas já haviam se acostumado a morar juntas durante a infância e a adolescência. “Na real, eu sempre quis que ela viesse morar aqui. Uma vez eu tinha falado para ela que se ela quisesse comprar a metade do terreno, não comprar, mas se quisesse me

ajudar a desmanchar isso aqui e fazer duas casinhas, ela podia fazer uma casa para as crianças e para ela”. Mas aquilo que a Alice via como uma possibilidade acabou não se realizando, tanto porque a casa na época estava alugada e também porque o companheiro da Isabelle alertou a jovem de que esta acabaria vendendo o terreno, da mesma forma como havia feito com a casa da Tapera. Embora as duas tenham suas diferenças, e mesmo que já tenham se desentendido, a Alice considera a Isabelle como irmã.

A jovem valoriza muito a ajuda que vem dessas amigas, pois, para ela, tudo se torna mais complicado quando se é sozinha, uma vez que não se tem com quem dividir as despesas de dentro de casa. E quando se tem uma ajuda, as coisas se tornam diferentes, porque a pessoa consegue tomar decisões e organizar a sua vida com mais calma, ou, como ela afirma, “a gente vai dando um passo de cada vez”. Nesse sentido, é possível pensar que a experiência da Alice se aproxima da de Nina, na medida em que ambas fazem da amizade o objeto da sua invenção de novas possibilidades de vida. No entanto, se para a Nina o sentido atribuído às relações de amizade lhe permite contrainventar (obviar) a concepção convencional de família (presente sobretudo nas políticas de proteção), para a Alice, estas se constituiriam como o espaço privilegiado para a extensão criativa da sua concepção convencional de família (como lugar de ajuda). Ao estender essa convenção (do sentido de família), ela necessariamente é modificada e exposta à inovação, ou, mais exatamente, àquilo que Kelly (2005) propõe chamar de “eixo de inovação”. Dessa forma, ainda que contingencialmente, o sentido de família é ampliado para incluir outros (amigos), os quais a princípio não seriam tomados como parentes e também para que a jovem possa realizar, de alguma maneira, suas expectativas de cuidado.

Até hoje a Alice mantém a amizade com a paranaense que conheceu na lanchonete. A amiga, mesmo estando casada e com três filhos, nunca deixou de manter contato e sempre se preocupou em saber se a Alice precisava de alguma ajuda. “Ela é uma ótima pessoa, assim, sempre me ajudou. Ela me liga para saber como é que eu estou. Eu preciso de alguma coisa, ela diz: Alice, não hesita em falar, queres mesmo? Estás precisando de alguma coisa? Fala para mim, que eu ajudo”. E foi justamente quando se viu sem nada e numa situação de “apuro” (estava desempregada e sem dinheiro) logo que deixou a casa da Isabelle, que esta amiga mais uma vez lhe ofereceu ajuda. No entanto a Alice não achou justo receber ajuda de quem tinha três filhos para criar, enquanto ela era uma mulher solteira; por isso, preferiu dizer que não estava precisando de nada. “Daí eu disse, não, muito obrigada

mesmo, mas não precisa realmente. E foi bem naquela semana que eu tava sem um grão de arroz dentro de casa. Eu não tinha dinheiro nem para receber, nem de um lado, nem de outro e sem nada para comer. Mas eu falei para ela que não precisava”.

Para a jovem, as dificuldades são ainda maiores porque ela é solteira e, portanto, não tem um companheiro para ajudar nos reparos e melhorias na casa, mas mesmo assim ela diz que consegue dar um jeito de ir fazendo pequenas melhorias. “Mas o resto tá bom, graças a deus, a gente melhora um pouco daqui... sabe como é mulher solteira, diz ‘ah não quero casar’, mas vou ter que dar um jeito de... ou caso, ou vou ter que, ó, ralar muito. Porque, querendo ou não, uma casa sempre tem manutenção”. Num primeiro momento, a jovem parece sugerir que a falta de um companheiro torna a vida mais complicada, justamente porque não tem com quem dividir suas rotinas e, sobretudo, as despesas. Nesse ponto, ao contrário da Clarissa, da Virgínia e da Isabelle, as quais tiveram sempre suas experiências marcadas pela presença do companheiro, a Alice foi organizando sua vida sozinha, mas, na sua concepção, ter um parceiro faria uma grande diferença. No entanto, na sequência, ela pondera que o “casamento”, às vezes, além de não ser a solução para os problemas, acaba servindo apenas para incomodar. “Dá mais trabalho. Exemplos, tem a vizinha ali: ela casou, só que o cara não faz nada dentro de casa. Tá louca! Deu um pé na bunda dele, porque não aguenta mais estar com um cara que não resolve nada dentro de casa. Então, daí eu disse: não, vamos pensar bem”.

Nas minhas últimas visitas à Alice, ela não estava mais morando sozinha, mas sim com um companheiro, o qual ela já conhecia há seis anos, mas os dois só foram se reencontrar mais recentemente em um clube de dança. Quando a Alice o conheceu, ele era casado, mas agora já fazia dois anos que ele estava separado e, assim como ela, não tem filhos, “mas gosta bastante de criança”. Depois de cinco meses juntos, a Alice tinha dúvidas sobre até quando manteria o “namorado”, pois, segundo sua avaliação, ele é muito ciumento e não parece ser “bom da cabeça”. “Ele tem um parafuso a menos. Um é pouco! Os dois parafusos”. Ela lembra que, quando o conheceu, ele não fazia o seu tipo e entre os dois não havia uma “química”. Ainda hoje, ela continua achando que o companheiro não é o seu tipo, mas isso é compensado pelo fato de ele ser “uma boa pessoa” e ajudá-la com as despesas da casa. “Ele que compra tudo, a comida dentro de casa, ele que compra, ele que bota. Agora, está para conseguir os materiais com o patrão dele, vamos ver. De vez em quando, ele me dá um dinheiro”. É importante esclarecer que não se trata de ser dependente financeiramente do

companheiro, mas sim de que este é um outro elo na rede de ajuda que ela está permanentemente construindo. Além disso, para a Alice, a dificuldade na relação está também no fato de os dois não conseguirem fazer planos de uma vida juntos, pois, embora seja trabalhador, falta ao companheiro a “vontade de ir atrás das coisas”.

Além da importância das relações de amizade, a Alice também sempre faz referência a um outro tipo de ajuda: sua fé em Deus. É recorrente em seus relatos a importância de Deus na sua motivação e coragem para enfrentar as situações de maior dificuldade. É também com Deus que ela pode contar, pois afinal, como ela diz: “Deus não abandona a gente. Deus dá prova. A gente passa por umas barreiras, né?”. A Alice é católica praticante e o hábito de frequentar a igreja, inclusive os grupos de jovens, vem desde a casa-lar. É na igreja católica que ela diz se sentir bem e, por isso, enquanto esteve trabalhando na casa da vizinha evangélica, acabava frequentando os cultos da igreja evangélica, mas fazia isso por obrigação, pela reciprocidade. “Eu fui criada na casa-lar, então, na igreja ali, eu fui criada, fiz crisma, catequese, grupo de jovens, até o meu apelido lá era “irmã Alicinha”, todo mundo pensava que eu ia ser freira”, lembra a jovem, sorrindo. Ela agradece por não ter virado freira, mas igualmente agradece por não ter virado uma “outra”, caído no mundo das drogas ou da prostituição, porque, segundo ela, oportunidades para isso não faltaram, principalmente porque, quando chega o desacolhimento, as jovens acabam ficando “sem chão”. “Eu, sinceramente, se eu não tivesse sido encaminhada desde pequena na igreja, ter feito catequese, a crisma, e o grupo jovens, eu acho que eu não estaria bem assim. Eu estaria acho que bem assim no mundo”.

É interessante observar que a ajuda e o cuidado são valores importantes para a Alice: ela não só espera encontrá-los nos outros, mas também os toma como motivação para as suas próprias ações. Ela também gosta de poder ajudar as pessoas, de cuidar e se preocupar com aqueles que precisam. Sua inspiração para esse modo de ver a vida e as relações que estabelece, está marcada pela sua própria experiência pessoal, por se sentir sozinha e não ter, por vezes, com quem contar nas horas em que mais precisa. Para a jovem, o fato de não ter pai e mãe faz diferença, uma vez que nem sempre pode contar com outras pessoas da família. Esse cuidado com o outro, segundo a Alice, passa também por uma mudança importante na humanidade, na maneira de as pessoas conduzirem suas vidas, e nas suas expectativas em relação aos outros.

3.5 “VIRADA NO JOGO” DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO

O uso da expressão “virada no jogo” foi inspirado em um dos relatos da Nicole, uma das jovens que dá vida à presente pesquisa. “Agora virou o jogo”, disse-me ela como forma de explicar a mudança que se imprimiu nas suas relações parentais após o desacolhimento institucional: antes do acolhimento, estava próxima da mãe e distante do pai; depois, no contexto de desinstitucionalização, ela teria de reaprender a conviver com o pai e se manter afastada da mãe. Se, num primeiro momento, a expressão parecia ser produtiva para pensar a experiência específica da Nicole, aos poucos pude perceber que, mais que uma mudança na relação entre pais e filhos, esta poderia dar conta, em termos analíticos, de um fenômeno mais amplo que se fazia presente também nos relatos de desinstitucionalização das outras jovens. Não se tratava de reconfiguração, transformação ou mudança nas relações parentais. Tratava-se mais de uma “virada”.

Nesse sentido, ao desmembrar tal expressão, é possível pensar que a “virada” procura dar conta de uma inversão no curso das relações parentais e, ainda mais, permite demarcar uma “quebra de expectativa”, por parte das jovens, sobre o que deveria constituir e fortalecer tais relações, ou seja, sobre as maneiras de realizar o parentesco. A virada também pode ser pensada como reversão, talvez do tipo “figura e fundo”, entre os “domínios universalmente reconhecidos da experiência” (entre o dado e o construído) como nos sugere a dialética wagneriana (WAGNER, 2010). É interessante pontuar que a jovem, para falar sobre a dinâmica dessas relações e de como podia se ver diante dela, lança mão de uma analogia com o jogo. E a esta analogia nativa soma-se outra, igualmente criativa ou inventiva, proposta por Roy Wagner (2011), ao articular o jogo (de xadrez) às terminologias de parentesco. Embora não pretenda detalhar a analogia entre parentesco e xadrez no presente capítulo, interessa-me ter em vista essa ideia do parentesco como um jogo, ou seja, como “uma forma de estratégia” usada pelos sujeitos nas conexões que estabelecem. Com tal expressão também pretendo contemplar as mudanças de posições das jovens no que diz respeito às relações que estabelecem. Ou seja, a “virada” me inspira a problematizar a maneira como elas veem a si mesmas e aos outros no processo de construção das suas relações de parentesco. À medida que tais posições vão sendo alteradas, conforme no xadrez, mudam ou se invertem também suas perspectivas sobre as terminologias de parentesco (e os valores atribuídos a estas) e as substâncias/elementos que são capazes de manter os sujeitos em conexão. É importante lembrar

que a “virada” acompanha de maneira mais ampla as experiências das jovens que participam da pesquisa, mas ganha, num contexto de desinstitucionalização, um acento quando associada às relações de parentesco.

Dessa forma, nesta seção, pretendo refletir sobre as maneiras pelas quais a prática de “circulação” (que marca a experiência dessas jovens desde a infância), num contexto de desinstitucionalização, pode produzir a “virada” nas relações familiares e de parentesco. É importante lembrar, nesse ponto, que as fugas, abordadas no capítulo anterior, por vezes marcaram de uma outra maneira esse processo de circulação: em função delas o afastamento em relação à família não se deu de forma lenta e gradual (são bruscos afastamentos, são intempestivos), e este foi sempre seguido da institucionalização. No entanto, ao contrário de dizer que a institucionalização produz o afastamento das crianças e adolescentes de suas famílias, me parece importante pensar como ela acaba se inserindo no fenômeno mais amplo da mobilidade infantil que tem início ou é precipitada pela busca, por parte dessas jovens, de uma “saída”. Dessa maneira, pretendo desconstruir a ideia de que, assim como os sujeitos, as relações de parentesco e a própria concepção de família se tornam também produtos da intervenção estatal. Nesse sentido, não se trata de analisar os “desdobramentos” da prática de circulação, uma vez que tal perspectiva apontaria para um prolongamento ou mesmo continuidade das próprias relações de parentesco no tempo e no espaço, mas sim de tomar tal prática, num contexto de desinstitucionalização, como possibilidade de abertura a outras formas de estar em conexão ou *relatedness*. O termo *relatedness* é utilizado, em 2000, por Carsten e os demais autores da coletânea intitulada “Cultures of Relatedness: new approaches to the study of kinship” em oposição ou ao lado de “parentesco”, no intuito de proporcionar uma abertura aos idiomas nativos desse “estar em conexão” (no lugar de começar com um domínio do parentesco bem marcado) e também como forma de produzir um afastamento em relação a uma oposição pré-dada e arbitrária entre biológico e social, sobre a qual muitos estudos antropológicos haviam se baseado (até os anos 70). Embora, como argumenta Carsten, o termo *relatedness* esteja suscetível a muitas críticas, algumas delas muito próximas àquelas aplicadas ao parentesco, este permite suspender algumas suposições (sobretudo em termos do que constitui o parentesco) e abordar as questões de forma diferente. Trata-se, portanto, como bem pontuou Carsten em 2004, não de descartar as oposições entre biológico-social, natureza-cultura, substância-código, mas sim de examinar minuciosamente (escrutinar

através da etnografia dos relatos e das práticas dos sujeitos) as maneiras pelas quais as pessoas, em diferentes culturas, fazem a distinção entre o que é dado e o que é feito. “What might be called biological and what might be called social, and the points at which they make such distinctions”⁷⁸ (CARSTEN, 2004, p.189).

Nesse ponto, como forma de ampliar a compreensão de tal reflexão, seria produtivo seguir mais uma vez a proposta da dialética wagneriana, visto que esta permite pensar que os dois domínios (do dado ou inato e dos assuntos sobre os quais os sujeitos podem exercer controle) são importantes na construção das relações de parentesco, já que cada um só pode existir sendo elicitado pelo outro, numa série infinita de reversões “do tipo figura e fundo que se afetam mutuamente”. E a invenção do parentesco, se assim se pode dizer, estaria justamente na maneira como estes dois domínios são representados e, mesmo, subvertidos. É exatamente esta possibilidade de subversão, mais do que de reversão, dos domínios, que parece marcar as práticas e os relatos das jovens que participaram da pesquisa. Como pretendo demonstrar na sequência, se em determinados contextos o sangue permanece como uma dimensão dada (criando uma série de expectativas acerca do seu potencial de criar socialidades), em outros, acaba sendo desnaturalizado enquanto lugar incontornável para a constituição das relações de parentesco. Ou seja, os significados dos laços de sangue e de paternidade, por exemplo, se tornam contingentes e variáveis.

Para a Nicole, o desacolhimento veio acompanhado de uma espécie de “virada no jogo” das relações parentais, uma vez que a jovem teve de aprender tanto a conviver longe da mãe, como a se reaproximar do pai, com quem durante anos ela passou sem ter nenhum contato. “Agora virou o jogo. Agora eu tô com o meu pai e não sei aonde a minha mãe anda, o que ela tá fazendo, se ela está trabalhando, se ela não tá, se ela tá machucada, se ela não tá. É muito difícil”. A “virada” veio acompanhada de uma desnaturalização da ideia, para ela tomada como convenção, de que o sangue seria um lugar incontornável na produção das relações de parentesco. Essa desnaturalização foi sentida como uma “quebra de expectativa” em relação ao pressuposto de que o sangue deve produzir afetos ou de que ele venha necessariamente carregado de uma potência capaz de constituir e alimentar o vínculo pai-filha. Embora ela tenha o sangue do pai, não consegue mais se sentir como filha dele. A substância que, durante sua infância, parecia produzir afetos, numa

⁷⁸“O que poderia ser chamado biológico e o que poderia ser chamado social, e os pontos nos quais eles fazem tais distinções”. (tradução minha)

situação de desinstitucionalização parece ser insuficiente para produzir socialidades, como a jovem observa:

Um tempo antes de ele chegar [o pai], eu era ainda a mesma pessoa, era carinhosa, mas a vida me mostrou que não tem que ser assim. Desde que eu vim para cá, eu não sou a mesma com ele, como eu era antes. No primeiro dia em que eu vi ele, eu abracei ele, tudo, chorei, mas foi no momento. Mas desde que eu saí da casa da minha mãe, que eles se separaram, eu não me sinto como filha dele. Eu sou filha dele só de sangue mesmo e de papel, porque ele é meu pai, mas não tenho aquele amor de filha.

Quando a jovem diz que a vida lhe mostrou que ela não tinha que ser assim, é possível pensar que ao sangue foram se somando ou mesmo se sobrepondo outras experiências, as quais lhe mostraram que os vínculos que outrora foram criados pelo nascimento, ou pelo sangue, não são determinantes por si mesmos, há outros valores que vão sendo acrescentados ou *adding on* às relações, como sugere Lambert (2004), ao longo da vida.

A Nicole quase não tem um “relacionamento com o pai”; os dois pouco conversam e ela tem dificuldades em compartilhar seus problemas com ele, pois, como ela diz: “Qual homem vai entender coisa de mulher?”. “Quase não tenho um relacionamento com ele, tipo ele chega, daí eu entro no quarto ou eu tô tomando banho. Daí, ele come, eu como também. Eu fico sentada e ele deitado. Daí, a gente fica assistindo TV e eu não converso muito com ele. Tem um monte de coisa que eu não falo para o meu pai que é sobre mim, porque eu não gosto de falar; por que eu vou falar uma coisa que é pessoal? Uma coisa que ele não vai entender”.

A relação que estabelece com o pai é marcada pelo desejo de independência e autonomia. O fato de o pai sustentá-la e pagar os seus estudos, em geral, não é tomado pela jovem como cuidado, mas marca sua falta de independência e de liberdade para fazer o que deseja da sua vida. Enquanto conversamos sobre os seus estudos, ela me explica que deseja fazer faculdade e não “esses cursinhos” (cursos técnicos), mas que ela própria gostaria de financiar seu curso superior. “O meu pai disse assim, que paga todos os meus estudos, mas eu não quero assim, eu não quero depender do meu pai. Eu quero ser independente”. O valor dos estudos, para a jovem, depende dessa possibilidade de ela mesma poder pagá-los com o “suor do seu trabalho”; se tiver que depender de

alguém, só se for dela própria. “Daí vai ser merecido, daí eu vou estudar bastante. Não adianta o meu pai pagar e eu estar pouco me lixando para os estudos”.

Quando a jovem fala sobre a vida que deseja viver, da vida que vale a pena ser vivida, sua fala vem marcada tanto por essa independência em relação ao pai, como também por uma diferença em relação à vida que a mãe dela escolheu viver. A jovem não deseja ter a mesma vida da mãe, a qual, segundo o seu ponto de vista, fez muitas escolhas erradas e sempre dependeu de marido. “Por isso que eu não quero pegar a mesma coisa que a minha mãe. A minha mãe não teve boas escolhas, meu pai fuma, bebe, o meu padrasto fuma e bebe. E aquele tal [o padrasto] apronta para caramba. Isso eu não quero para mim”. Ela argumenta que, embora aparente ser uma menina de apenas 13 anos, ela já sabe muitas coisas sobre a vida e por isso se imagina trabalhando e tendo sua “vida própria”. “É isso que eu quero para a minha vida, para mim; não quero ser igual a minha mãe, depender de ninguém, muito menos de marido. Imagina, eu sendo dona de casa, cuidando dos filhos, nossa! Eu não me imagino assim. Não me imagino, mesmo! Eu quero ter filho, mas também eu não vou querer girar em torno deles e não viver a minha vida”. Para que possa viver a sua própria vida, “uma boa vida”, o primeiro passo, segundo ela, será deixar a casa do pai, começar a trabalhar e alugar a sua própria casa. “Eu sei que eu não vou me arrepender nunca, porque eu quero ter a minha vida. Eu já falei para o meu pai, todo mundo faz filho não para si mesmo, sabe que um dia ele vai crescer, ele vai ter a sua vida, ter a sua família. Ele disse assim: “quando você terminar os estudos, você pode fazer o que você quiser”, sendo que ele sabe que eu não vou terminar a tempo de fazer 18 anos”. Quando pergunto à jovem por que ela deseja tanto deixar a casa do pai, ela responde que ele gosta de controlar e ela não gosta de “ser controlada”. “Eu não posso sair, não posso vir tarde para casa, não posso fazer o que eu quiser. E tem que ser tudo controlado”.

Se, por um lado, o desacolhimento veio acompanhado do começo de uma nova vida junto com o pai e, principalmente, do aprendizado do restabelecimento dos laços que por um tempo permaneceram em suspenso, por outro, este marcou o afastamento em relação à mãe, tanto em função de uma decisão judicial, como também pela vontade do pai da jovem. Depois do acolhimento da Nicole na Casa de Passagem, esta só encontrou a mãe duas vezes: uma em uma audiência e outra em uma rua próxima à casa da jovem. Os encontros com a mãe, ainda que inesperados e não programados pela jovem, produzem desentendimentos entre pai e filha. A vontade do pai é que a filha siga a

determinação do juiz e se mantenha afastada da mãe. Mas, para a jovem, “mãe é mãe”, e por mais que esta tenha “aprontado”, esse é um laço que se mantém, independente de qualquer decisão judicial. Não tem como ela destratar a mãe, uma vez que este laço será sempre marcado pelo cuidado: enquanto filha, ela precisa cuidar da mãe:

Eu falei com ela [a mãe] numa audiência no dia 28 de março. O meu pai não queria falar comigo, até quase me deixou de castigo, falou um monte, meu deus! Ficou falando: eu não confio mais em você... Daí, como é que a gente vai empurrar a nossa mãe, ela me fez! Ela veio me abraçar, como é que eu ia empurrar ela? Eu tenho respeito por ela, mesmo que ela tenha me abandonado na hora que eu mais precisei dela. Fazer o quê? Mas ela é minha mãe, né? Não é verdade? Tem que cuidar da mãe.

Quando a jovem diz “ela me fez”, enfatiza o quanto a questão da filiação é fundamental para o estabelecimento e manutenção deste laço entre mãe e filha, ao qual, para a jovem, nada poderia ser sobreposto ou adicionado, mesmo com a “quebra da expectativa” em relação aos valores associados ao sangue (tais como o cuidado). Tanto que, em certa ocasião, quando perguntei onde estava localizada a casa em que ela foi morar com o pai, logo que deixou o abrigo, a jovem constrói sua explicação lembrando que a tal moradia ficava muito próxima do lugar onde a sua prima morava junto com a avó. A Nicole critica a atitude da prima, que, por não se dar bem com a mãe, considerava a avó como sua mãe. “Mas tem que separar, eu separo. É avó, é avó, mãe é mãe. Mesmo se ela fez o que ela fez, é mãe, né?”. Para a jovem, o lugar da mãe não só permanece, como só deve ser ocupado por aquela que é sua mãe de fato, ou melhor, de sangue. Nesse sentido, as posições de parentesco, para a jovem, devem estar claramente demarcadas em função das relações que vão sendo estabelecidas pelo sangue. As possibilidades de significados associadas aos termos de parentesco são limitadas e não deixam espaço para a metáfora e tampouco para a invenção.

A jovem também marca o lugar incontornável do sangue nas relações de parentesco, a partir da impossibilidade de relação com os parentes maternos. Nicole diz, em vários momentos, que estes não gostam dela e que tal sentimento já era alimentado desde quando ela era pequena, por ter o mesmo sangue do pai. “Eles nunca gostaram de mim desde que eu nasci, por que eles vão gostar agora? Eu tenho o sangue dele [do pai], por isso. Se eu fosse filha de outra pessoa, que eles

gostassem tanto assim, que eles amassem e tudo, daí eu acho que eles iriam me dar mais chance”. Nesse caso, a quebra de expectativa em relação ao que “pode o sangue” está no fato de que o sangue, no lugar de produzir proximidade e afeto, acaba por afastar, à medida que contamina aqueles que o carregam ou herdaram. A jovem, sob o ponto de vista dos parentes maternos, teria sido contaminada pelo sangue paterno e por isso não seria aceita pela família. Em relação aos parentes maternos, o sangue é igualmente da ordem do dado, mas produz a diferença e o conseqüente afastamento, ou seja, marca a impossibilidade da relação.

A partir da experiência da Nicole, o que se pode perceber é uma valorização do sangue ou da consanguinidade como parâmetro central das relações de parentesco. E tal “valorização” também caracteriza muito fortemente a experiência da Alice, sobretudo num contexto de desinstitucionalização, quando sua vida é orientada pelo desejo de retomar a relação com o irmão, com o pai e também com seus parentes maternos. Isso porque, por mais que a jovem considere os parentes do companheiro da mulher que a adotou (quando era criança) como sendo sua família, ela diz que sente falta de estar próxima dos seus “parentes verdadeiros” ou de sangue. “Pô, eu me sinto sozinha, entendesse? Assim, querendo ou não, não adianta dizer que tem uma família. Assim, às vezes, eu sinto falta, nada como um tio, uma tia verdadeira, né?”. Nesse ponto a experiência da Alice é muito particular, uma vez que, ao contrário das outras jovens, ela desde o princípio do desacolhimento procurou reconstruir a sua história familiar, antes mesmo de construir sua própria família. É importante observar que, assim como a Isabelle, a Alice também é órfã de mãe (adotiva), mas ao contrário da amiga que não desejou buscar informações sobre sua família biológica, a jovem fez dessa procura a própria condição para a invenção de novas possibilidades de vida. Ao saber sobre a sua mãe e seus parentes maternos, por exemplo, é como se a Alice estivesse se situando em um amplo conjunto de relações, que lhe permitiria se constituir como sujeito.

Durante todo o período do acolhimento, como procurei mostrar no capítulo anterior, a Alice alimentou a expectativa de que o desacolhimento viria acompanhado do estreitamento dos laços com o seu irmão gêmeo, do qual acabou sendo afastada em função dos maus-tratos recebidos de sua família adotiva. Tanto que, logo que deixou a casa-lar, a jovem pensou que os dois pudessem morar juntos, dividir uma casa no terreno deixado pela mãe no bairro Itacorubi. Ao contrário do que a jovem havia imaginado, os dois se falam e se veem muito pouco: praticamente apenas uma vez por ano. E essas poucas

oportunidades de encontro sempre renovam o desejo de convívio entre a jovem e o seu irmão, como ela mesma relata, emocionada. “Já pedi assim, rezei para botar alguma coisa nas nossas cabeças... Para ele vir me visitar aqui, eu ir lá na casa dele. Eu sei que a gente não tem mais aquela época de criança, assim, mas agora que nós somos grandes, adultos, a gente podia ter mais convívio”. As poucas oportunidades de encontro entre os irmãos sempre se dão na casa dos parentes do “cara” [companheiro da mulher que adotou a Alice e o irmão], em geral, nos fins de semana, quando a família está toda reunida. Nessas ocasiões, explica a Alice, a situação de maus-tratos vivenciada pelos gêmeos acaba em algum momento pautando a conversa e mesmo as discussões acaloradas acerca do porquê de ninguém da família ter se envolvido, na época, para proteger as duas crianças, como relata a Alice: “Então, daí, é sempre assim, o povo sempre se junta muito lá, sempre começa um bate-boca, ‘ah que a fulana tava errada, todo mundo sabia que eles eram judiados e ninguém fez nada’. Todo mundo sabia da situação que a gente vivia, né, e ninguém fez nada”.

Tais conversas também acabam sempre motivando a jovem a ligar para o seu irmão, para pedir que se junte à família reunida e para que os dois possam passar um tempo, ainda que curto, juntos.

Daí, aquele dia, eu peguei e disse: quer saber? Eu acho que vou ligar para ele. Daí, ele chegou, me deu um abraço e disse: e aí mulher, o que anda aprontando? Ele sentou e começamos a conversar. Daí, naquele dia tinha jogo e ele é louco por jogo. E a minha tia dizendo: fique aí, a tua irmã quase não vem aqui, quando os dois se veem, se vai para o jogo! Daí eu falei: não, tia, até parece, a gente tem uma vida ainda, deixa ele ir lá assistir o jogo.

Os dois têm uma vida ainda, tanto porque são jovens, mas também porque a Alice sabe que é necessário tempo para que os dois possam se reaproximar novamente e quem sabe até morar juntos, como ela sempre desejou: “Na real, até hoje, eu penso na possibilidade dele vir morar aqui comigo, a gente fazer uma casa grande, uma casa que dá, dá para ser uma cozinha separada, para ele ter a privacidade dele”.

Além de restabelecer o convívio com o irmão, a Alice também deseja ter notícias dos seus parentes maternos, saber quem são e como pode localizá-los. Ao encontrá-los, a jovem imagina também poder conhecer mais sobre a história da sua mãe, com a qual pôde conviver pouco tempo. Os parentes são de Minas Gerais e o último contato que a

jovem teve com eles foi quando ainda morava com o casal que a adotou. Na ocasião, a mulher que a adotara queimou as cartas que a avó materna da jovem havia lhe enviado, esgotando qualquer possibilidade de uma reaproximação dos irmãos com a família biológica. “Quando a minha avó mandou uma carta para cá, né, para eles lá, e ela queimou, a mulher dele lá queimou, disse que não queria saber. Daí a gente perdeu o contato, não sei se tem mais irmãos da minha mãe lá”. O casal que adotou os irmãos também perdeu praticamente todos os documentos da mãe da Alice, restou apenas a antiga carteira de trabalho dela. A fim de reunir elementos da sua história familiar, a Alice já fez várias buscas na Internet e procurou ajuda em lugares como o INSS e também o cemitério onde sua mãe foi enterrada. Foi somente com o tempo e depois de tanto procurar por informações sobre a sua mãe que a Alice começou a entender melhor como as coisas funcionavam e o porquê de tanta falta de informação. A notícia de que os restos mortais da mãe haviam sido descartados por falta de pagamento foi recebida pela Alice como “um grande baque”. “Minha mãe tinha terreno, a gente podia ter vendido e ter pago, né. Daí a gente descobre que nem isso eles [o casal que a adotou] fizeram. Tem horas que só deus, porque chega Finados, Dia das Mães, a gente quer ter pelo menos um conforto a mais”. Em relação à experiência da Alice, é possível pensar que o que mantém a conexão com os parentes maternos é justamente a busca por informações (ida ao INSS, ao cemitério, etc.), uma vez que esta produz uma espécie de ativação do poder do sangue e dos valores a ele associados. Essa é a maneira que ela encontrou de estar permanentemente inventando a sua família.

Enquanto fala sobre o percurso que fez na tentativa de encontrar pistas a respeito da história de vida da sua mãe, a Alice acaba falando sobre o pai. Este é lembrado quando a jovem relata o quanto é complicado para ela, chegar o fim de ano, sobretudo no Natal, e não ter pai e mãe por perto, ou seja, uma “família mesmo”. Nesse ponto, tive a oportunidade de lhe perguntar se ela sabia sobre o pai, o que imediatamente acionou uma longa história de como ele e a sua mãe haviam se conhecido e também de como a jovem o teria visto pela primeira vez. O encontro com o pai se deu logo que a jovem deixou a casa-lar. Foi através de uma de suas tias [parentes do companheiro da mulher que a adotou] que dizia conhecê-lo e também saber do seu paradeiro. “Tão perto e tão longe”, lembra a jovem sorrindo. O pai sempre morou muito próximo da sua casa no Itacorubi e, no entanto, os dois nunca haviam se cruzado, tampouco se conhecido. A Alice parecia decidida a conhecer o pai, enquanto o seu irmão se mostrava reticente,

como bem lembra a jovem: “O meu irmão não queria ir, não queria, não queria. Disse: ‘ah, o que nós vamos fazer lá? Só olhar para a cara dele e tal’. E eu disse: ‘não, vamos, vamos, pelo amor de deus’. Daí fomos”. Assim que chegaram na casa, foi a tia quem apresentou pai e filha: “Olha, essa aqui é a Alice, tua filha, filha da falecida Dilma”. O pai ficou sem palavras. O irmão preferiu não se aproximar e permaneceu do lado oposto ao da casa do pai, numa praça. Só depois de muita insistência por parte da irmã, é que ele atravessou a rua e entrou na casa. Diante dos dois, o pai pediu desculpas por não ter ficado com eles na época em que a mãe deles havia falecido e explicou que ele já tinha mais dois filhos e que a sua atual companheira não queria assumir mais uma responsabilidade. A Alice lhe falou da dificuldade em perdôá-lo, uma vez que ele havia abandonado duas crianças, dois irmãos, que não tinham culpa do que havia acontecido entre ele e a mãe dela. “Daí, ele falou: é, isso eu vou levar comigo e sinto muito, né”.

Mesmo sentindo mágoa por ter sido abandonada pelo pai, desde o dia em que o conheceu, a Alice decidiu que procuraria manter o contato com ele. No entanto, era sempre a atual companheira do pai que atendia a Alice e esta parecia sempre inventar uma desculpa para que os dois não se encontrassem. Diante de tantos “desencontros” e das desculpas dadas pela companheira do pai, a Alice acabou desistindo de alimentar a convivência entre os dois. “Quando a gente mais precisou, quando nós éramos pequenos, ele não ‘coisou’, então, por que agora grande, eu já estou criada, né e tudo, por que eu vou estar... Só que a gente fala assim, mas a gente sente falta de um pai, né? Mesmo depois de grande...”. Ou seja, por mais que a jovem desejasse desconstruir a importância da convivência com o pai (sobretudo em termos de “poder contar com ele”), o lugar do “pai” permanece, mesmo com a passagem do tempo e de todos os desencontros. Depois de decidir que não procuraria o pai, a Alice ficou sabendo que ele tinha estado muito doente e acabou falecendo. Ao contrário do que aconteceu com a mãe, a jovem até hoje não teve coragem e mesmo vontade de visitar o túmulo do pai no cemitério. “Daí, eu não fui no cemitério ainda, não tive coragem. Não tive vontade de ir. Não sei se é porque eu fui tantas vezes na casa dele e ele não estava, né?”.

Mas se é fato que, numa situação de desinstitucionalização, o sangue permanece sendo um lugar incontornável para algumas jovens, para outras, este processo está associado a uma forma “inventada” de estabelecer relações de parentesco. Mesmo após a maioridade, depois do desacolhimento institucional, algumas jovens experimentam a adoção, sem terem sido legalmente adotadas. Foi isso que aconteceu com a Nina

e a Olívia. A Nina, logo que deixou a casa-lar, ganhou uma nova família e uma vida diferente daquela a que estava acostumada: com dinheiro, escola particular, academia, festas e sem precisar trabalhar. A princípio, parecia que ela tinha tudo que uma jovem na sua idade desejaria, mas ela não se adaptou: desejava ter liberdade. Ela acabou deixando a casa da família e foi morar sozinha numa pensão no centro de Porto Alegre. Mesmo mantendo contato com a mãe adotiva, permanecia o desejo de reatar os laços com a sua mãe biológica; afinal, como ela mesma disse em certa ocasião, assim como a Nicole, para ela “mãe é mãe, essa é a verdade”.

Logo nas primeiras visitas que fiz à Nina, a jovem relatou que a última vez que falara com a mãe, ela ainda estava na casa-lar e foi por telefone. Na ocasião, a mãe teria lhe dito para “esquecer que ela existia”. No entanto, a vontade de reencontrar a sua “mãe verdadeira”⁷⁹ foi declarada pela jovem em uma de nossas conversas. Já fazia um tempo que a jovem vinha acalentando essa ideia e por isso já havia pesquisado na internet o paradeiro da mãe. Diante de seu relato, perguntei por que, mesmo com as informações sobre a mãe, ela não tinha ido procurá-la. Ela me respondeu que tinha medo de ser rejeitada mais uma vez. Ela tinha vontade de resolver aquela situação, mas lhe faltava coragem. “Eu quero muito conhecer o meu irmão. Não quero dinheiro nenhum da minha mãe, eu quero é poder conviver com eles”. Nesse momento, eu propus que nós duas fôssemos juntas até o endereço que ela tinha guardado como sendo o da sua mãe. No entanto, ela não aceitou o convite, argumentando que a mãe não iria recebê-la. Tendo em vista a sua negativa, na qual, no entanto, transparecia ao mesmo tempo o desejo do reencontro, eu acabei sugerindo que eu fosse sozinha e, conforme transcorresse, ela iria na sequência. A partir dessa oportunidade, a qual a jovem aceitou prontamente, a Nina ficou visivelmente ansiosa, tomada por uma mistura de medo e euforia. Parecia que havia se aberto uma nova perspectiva, a possibilidade da relação, depois de muito silêncio, mal-entendidos e mágoas.

A minha visita à mãe da Nina seria no dia seguinte, mas, desde então, era somente esta que ocupava os meus pensamentos. Era apenas um endereço, num bairro desconhecido. Era uma pessoa que eu conhecia apenas pelos relatos da jovem. Mas a partir do momento em

⁷⁹ A oposição “mãe verdadeira” e “mãe *fake*” foi estabelecida pela jovem para diferenciar a mãe biológica da mãe adotiva. Tal marca foi desfeita logo que a Nina desistiu de manter contato com a mãe biológica e passou a tomar aquela que era até então sua mãe adotiva como mãe.

que eu me dispus a ir procurar a mãe da Nina, qual papel eu estava assumindo para ela? Qual papel eu assumiria para a mãe dela? E como, de certa forma, essa posição marcou a minha entrada em campo? Estaria ela me vendo como pesquisadora, ou como uma amiga que poderia fazer algo por ela e quem sabe encontrar uma solução para sua relação com a mãe? Mesmo com todos esses questionamentos, parecia claro que as redes que a Nina estava traçando, num contexto de desinstitucionalização, passavam por essa possibilidade de relação e quem sabe, eu mesma seria um ponto nesta relação, ou um agente.

A casa da mãe da Nina ficava localizada no Bairro Campo Bom, distante cerca de uma hora do centro de Porto Alegre. Logo que cheguei ao condomínio indicado pela Nina, percebi que o apartamento da mãe da jovem ficava no térreo. Assim que apertei a campainha, uma moça me atendeu, sorridente: “pois não?”. Perguntei se ela era a Antônia, ela me respondeu que sim e prontamente me devolveu a mesma indagação: “e tu?”. Apresentei-me a ela e disse que estava lhe procurando a pedido da sua filha. O sorriso da mulher desapareceu por completo, ela ficara visivelmente transtornada. “Da minha filha, como é que tu me achou aqui?”. Expliquei que a filha havia localizado seu endereço na internet e havia me passado. “Entra”, disse ela, num tom de contrariedade. “Espera um pouco que eu vou atender ele [seria o irmão mais novo da Nina, o qual a jovem ainda não havia conhecido]”. Permaneci na sala, enquanto ela se dirigiu para o quarto com o menino, lamentando aquela situação: “Por que eu não me surpreendo com as coisas da Nina?”. Quando retornou para o lugar onde eu estava, permaneceu em pé, na minha frente, com o mesmo ar transtornado, talvez tentando entender o que, afinal de contas, eu estava fazendo na casa dela, naquela hora, sem aviso prévio. Como forma de estabelecer alguma relação com ela, comecei por explicar quem eu era, ou melhor, quem eu não era: não sou advogada, assistente social, tampouco ligada à casa-lar. Conte também que a filha queria muito conhecer o irmão e passar a conviver com a família: “Ela não quer dinheiro, deseja apenas se aproximar”, eu procurei enfatizar. Nisso, a mulher começou a chorar, as lágrimas corriam pelo seu rosto e ela mal conseguia falar. O menino olhava com olhar piedoso e assustado para a mãe. “Ele está assustado, nunca me viu chorando”, justificou ela. Ela havia se emocionado ao lembrar de todas as dificuldades que havia passado para ficar junto com a filha. Diferentemente da experiência que teve com sua mãe, a Antônia diz nunca ter abandonado a filha e que, ao contrário do que se poderia pensar diante do seu afastamento, ela e a filha tinham uma relação.

Eu tive a minha filha arrancada dos meus braços, quando ela tinha três meses. Eles tiraram ela de mim, porque eu não tinha dinheiro para sustentá-la. Eu dormi embaixo da ponte, embaixo de carro, mas eu nunca deixei faltar nada para a minha filha. Eu também fui separada da minha mãe quando eu era criança, mas a diferença é que a minha mãe me abandonou, e eu nunca abandonei a minha filha. Eu e ela, nós tínhamos uma relação. Eu com a minha mãe não, ela era uma estranha para mim.

Mesmo tendo se mantido distante durante o período do acolhimento, a Antônia diz que nunca deixou faltar nada para a filha e que tampouco deixou de visitá-la. “Eu passava fome, mas nunca deixei faltar nada para a Nina. Ela é minha filha”, justifica a mãe, recorrendo ao laço estabelecido através da consanguinidade e que, por si só, justificaria o dever de cuidado. Mas este perdeu o seu valor tão logo a mãe se viu obrigada a pagar pensão para a filha durante o período em que ela esteve acolhida. “Mas a Nina me colocou na justiça para eu pagar pensão para ela, ela me apunhalou pelas costas. Eu quase fui presa duas vezes, porque não tinha dinheiro para pagar para ela. Por vezes, eu caminhei por aquela Avenida Ipiranga esbravejando contra a Nina”. E por esse motivo, qualquer tentativa de reaproximação e de pedido de ajuda, por parte da filha, a mãe associa à questão do dinheiro. “Eu não posso ajudar a Nina, eu não tenho dinheiro. O máximo que eu posso fazer é dizer para ela estudar, dar umas dicas”, argumenta a mãe, que parece oscilar entre a vontade de ajudar e se aproximar e uma oposição defensiva, colocando limites na aproximação:

Mas olha, não posso te prometer uma aproximação, até porque meu marido nem pode ouvir falar no nome da Nina. Eu posso te dizer, assim, que ela pode me ligar daqui um tempo, eu te dou meus números, a gente pode se encontrar em algum lugar neutro, longe daqui. Mas ela vir aqui não. Para ela conhecer o meu filho, vai demorar muito. Vai levar um tempo, daqui um ano, para uma aproximação.

Neste momento, é interessante pensar, estabelecendo uma aproximação com a proposta wagneriana (2011), tomando o parentesco como “uma forma de estratégia”, na medida em que pode tanto ser acionado quando convém aos sujeitos (para garantir relações e as coisas

que circulam através destas) como facilmente negado quando essa relação parental pode implicar em prejuízos, no caso da mãe da Nina, financeiros. Além disso, é importante analisar o quanto o dinheiro demarca uma polaridade, em termos de afeto, entre as mães da Nina. Se, para a mãe adotiva o cuidado passa também pela possibilidade de ajuda financeira, e esta acaba por aproximar mãe e filha, para a mãe biológica o dinheiro se torna um obstáculo para a relação, produzindo afastamento.

Para a mãe, por mais que existisse uma “relação” com a filha, essa “história de aproximação” não dava para forçar. Ela lembra que, por vezes, tanto as profissionais que trabalhavam na casa-lar (ao contrário do que havia sido relatado pela Nina), como também a advogada que participou da última audiência entre mãe e filha “cansaram de tentar forçar uma aproximação”, segundo a Antônia, recorrendo ao fato de que ela era mãe e que, portanto, teria obrigação de ficar com a filha. No entanto, para a mãe, a reaproximação, caso fosse “forçada”, não funcionaria com ela: “eu não consigo”.

No fim da visita à mãe da Nina, por mais que ela tivesse imposto certas condições para se reaproximar da filha, eu tinha pistas de que o reencontro entre as duas seria uma possibilidade. Já no caminho de volta ao centro de Porto Alegre, ainda me vinham algumas cenas do encontro com a Antônia, sobretudo aquelas nas quais ela procurava demonstrar que havia começado “uma vida nova” com o filho e o companheiro. Na nova vida, o seu filho, como ela mesma disse, é a sua “razão de viver”, é o motivo que ela tem para sorrir. Era como se ela procurasse, em cada ação, fazer as coisas de maneira diferente, como se lhe fosse dada uma nova chance para começar do zero: “Viu, até que sou uma mãe dedicada!”, disse a mãe, enquanto preparava a mamadeira do filho. Restava saber se haveria ainda um espaço para a filha nesse recomeço.

Ao contrário do que a jovem esperava, no entanto, a tentativa de reaproximação com a mãe veio acompanhada da maior frustração da sua vida. A mãe não só não queria mais a jovem por perto, como a ameaçou⁸⁰, dizendo que registraria ocorrência na polícia caso ela insistisse em perturbar a sua família. Para a jovem, a atitude da mãe, ou mais exatamente sua mudança de atitude, teria sido motivada pelo companheiro desta e também pelo medo de perder a guarda do seu segundo filho. Para ela, essa seria a única explicação, mas não uma justificativa, para uma mãe não desejar ver e estar com sua filha:

⁸⁰ Tal recado, com tom de ameaça, foi encaminhado para o meu celular na noite após a minha visita à mãe da jovem.

Eu já sabia que isso ia acontecer, eu passei todo um tempo me preparando para ter coragem de encontrá-la e quando vocês [eu e mais um amigo da jovem] finalmente me convencem, acontece o que aconteceu. Depois desse dia, eu pensei em dizer que a minha mãe havia morrido. Agora, ela tem todos os meus telefones, ela não me procura porque não quer.

É interessante observar, a partir dos relatos da jovem, que a questão da consaguinidade, que até então havia sido incontornável para a constituição do parentesco (a ponto de ela alimentar a distinção entre mãe verdadeira e mãe *fake* para fazer referência respectivamente à mãe biológica e à mãe adotiva), para ser mantida, precisava se somar a outros valores tais como o afeto e o cuidado, e também da proximidade. A ausência desses elementos deixaria a relação entre mãe e filha suscetível às mudanças e aos afastamentos postos pelo tempo. O tempo, conforme a experiência da Nina, faz com que o sangue perca a sua força. Ela já havia experimentado os efeitos do afastamento no tempo em relação ao pai e, portanto, tinha medo de que o mesmo pudesse acontecer com a mãe.

Eu já estou há tanto tempo sem ela, que eu já não me imagino tendo ela na minha vida. Eu fico pensando se, com tanto tempo sem ver ela, se eu não vou acabar esquecendo que ela é minha mãe, da fisionomia dela. Não sei se eu seria capaz, mas se isso é possível, sabe? Eu acho que vai acontecer isso, porque eu não me lembro mais da fisionomia do meu pai.

A ação do tempo sobre a relação, no ponto de vista da jovem, coloca o risco da produção de esquecimentos dos aspectos físicos dos parentes e, sobretudo, do lugar que ocupavam nas relações de parentesco. Em relação ao pai, a jovem lembra que o conheceu apenas quando já tinha 14 anos e, depois disso, nunca mais teve notícias suas. As lembranças do pai são muito poucas, afinal, como ela mesma enfatiza, nunca conviveu com ele “tempo suficiente para isso”. Foram apenas dois meses de convivência. A última vez que se lembra de ter procurado por ele foi por ocasião de uma audiência para decidir sobre o pagamento da pensão para a filha: “Eu estava na briga, tive que ir lá procurar o endereço dele. Eu dei o endereço para a justiça, mas, até hoje, não deu fim a história. Não sei se chegaram a contactar ele”.

Durante o período em que ficou na casa-lar, a jovem diz que as

profissionais que trabalhavam na instituição nunca indagaram sobre o seu pai: ele parecia não ser uma possibilidade, quando o assunto era a sua guarda/tutela. Isso em parte deve-se ao fato de, segundo a Nina, ele ter o vício da bebida, mas também porque ela nunca falava sobre ele, sempre que reclamava alguma coisa era sobre a mãe.

Eles nunca deixavam eu ligar para a minha mãe. Eu chorava, implorava. Eu acho que o medo deles era que a minha mãe me decepcionasse, como muitas vezes aconteceu. Mas mesmo assim, eu queria continuar tentando, até hoje, né? Só que chega uma hora que a pessoa cansa de tentar. E eu cansei de ficar tentando, eu não posso obrigar ninguém a querer estar comigo, por mais que seja minha mãe.

Ou seja, aos poucos, a jovem percebe que o sangue (somente este) não é suficiente para sustentar uma relação (de convivência). Com o tempo, a Nina percebe que as relações de parentesco e mesmo o ideal de um “amor materno” precisam de outros elementos/substâncias que permitam estabelecer conexões para além do sangue. E que estes precisam ser fortalecidos cotidianamente. Há laços que podem bem se sobrepor, como ela virá a compreender, àqueles constituídos, *a priori*, pela consanguinidade.

Em função de todos esses acontecimentos e também por conta de tudo o que “aprendeu na vida”, ela passou a amar a mãe adotiva como mãe e, aos poucos, a marcação entre as mães que ela fazia inicialmente, “mãe *fake*” (mãe adotiva) e “mãe verdadeira” (mãe biológica) acabou sendo esvaziada. “Agora, eu tenho 22 anos na cara, tenho mais juízo. Eu sei que ela é a única pessoa próxima de mim, além dos meus amigos, é como se fosse a minha mãe, sempre me ajudou, se preocupa comigo”. É importante notar, a partir da experiência da Nina, que, mesmo com as idas e vindas, a mãe não perde o seu lugar, ainda que se, por circunstâncias várias, há a perda da figura concreta, “não se perde o valor desse lugar” (GREGORI, 2000). Então, quando a jovem diz que a Lena é “como se fosse sua mãe”, é ao valor desse lugar que ela faz referência. Ou seja, um lugar marcado pela possibilidade de cuidado, ajuda em situações difíceis, proximidade e afeto. Esses valores, até então, só pareciam passíveis de realização quando associados à consanguinidade. A relação que ela passou a estabelecer com a mãe adotiva lhe permite reconfigurar o valor convencional associado ao sangue, além de fornecer uma abertura para outras experiências de

conexão.

A Nina diz que já está tão acostumada com a Lena, a ponto de ter naturalizado o fato de chamá-la de mãe. “Esses dias até, no domingo, eu estava almoçando com ela e aí um amigo meu me ligou perguntando onde eu estava. E eu disse: ‘ah, estou aqui com a mãe’. Tipo, saiu natural assim. Agora já se tornou natural”. Antes dessa “virada” nas relações de parentesco, a jovem chamava a Lena de mãe, mas quando recorria a este termo o fazia mais como uma espécie de estratégia no sentido de facilitar a interação com os outros, em especial com seus amigos. Dizer que a Lena era sua mãe funcionava como uma chave explicativa que permitia tanto tornar a mãe adotiva alguém situável, como também lhe permitia corresponder mais facilmente (sem explicações da sua experiência de vida) às expectativas convencionais (e também as suas) sobre as relações de parentesco. “Para os meus amigos, eu sempre falei que ela era a mãe, só que ela não sabia. Uma vez eu contei e ela disse bem assim: ‘ah, eu não sabia que tu me chamava de mãe’. Eu só não chamo para ti, mas eu chamo. Mas, naquela época, eu chamava para os meus amigos, porque era complicado demais explicar a situação, porque ela não era a minha mãe, entende? Então, eu resumia, porque eu não ia ficar contando uma história para todo mundo”. Logo depois da decepção com a mãe biológica, a jovem passou um tempo dizendo que não tinha mais nenhuma mãe, isso porque, embora gostasse da Lena, não a considerava como mãe. Para a jovem, num primeiro momento, parecia impossível que outra pessoa pudesse ocupar o lugar da mãe biológica, uma vez que, para ela, a figura concreta da mãe permanecia ainda muito presente. No entanto, em relação à filha da Lena, o processo se deu de maneira diferente: desde o princípio, a Nina a chamava de irmã, recorrendo a uma semelhança física entre as duas. “Nós duas somos parecidas e as pessoas acham mesmo que somos irmãs de verdade”.

Se, por um lado, a jovem reconhece a filha da Lena como sua irmã, por outro, tem dificuldades em reconhecer o filho da sua mãe biológica como irmão. Para a Nina, embora os dois possam ter o mesmo sangue, este não é capaz de produzir o amor entre irmãos que, no caso, ela sente em relação a sua irmã adotiva. “O meu irmão é um caso à parte, porque é mais complicado. Eu não posso dizer que eu amo ele, porque eu não amo. Ele é meu irmão, ele é do meu sangue, da minha família, mas eu sei que eu não posso odiar ele, porque ele não tem culpa”. Embora saiba que o irmão não tem culpa do afastamento que se produziu entre ela e a mãe, a jovem diz sentir inveja dele, porque ele está tendo a oportunidade de ter a família que ela não teve.

Eu nunca tive pais e mães juntos. E ele tem os dois. Eu sempre fui só eu e a mãe. Nunca tive o pai junto. Tanto é que eu nunca chamei meu pai de pai. Nunca nem soube o que era isso, eu chamava minha mãe de pai no Dia dos Pais. Minha mãe sempre foi minha mãe e meu pai juntos. Nunca soube o que era estar em família. Era só nós duas. E ele está tendo isso, criado pela mãe, junto com o pai, tendo os avós próximos, nem dos avós eu estava próxima. Ele tem uma irmã, que ele não conhece, mas tem, tem primos e eu nunca tive isso. Então, isso é uma família. Eu já não faço parte dessa família. Eu não sinto mais que eu faça parte deles.

Devo destacar que, embora a Nina e a mãe tivessem uma “relação” de cumplicidade e de ajuda mútua, esta não configurava uma família. A concepção de família, a qual orienta o seu relato é aquela, digamos, mais convencional e própria das classes médias: a família nuclear, composta pela mãe, o pai e os filhos. O fato de não ter tido pai e mãe juntos desconstrói, mais uma vez, a expectativa que a jovem tem em relação à consanguinidade, sobretudo no potencial dessa na manutenção dos laços entre parentes. Quando a jovem diz o que é uma família, ela está consequentemente descartando outras possibilidades de conexão e também apontando para a dificuldade de conviver com duas mães. “Por isso que eu não me imagino mais fazendo parte dessa família, convivendo com a mãe de novo. Ia ser muito complicado para mim, por mais que eu queira, é complicado demais ter duas mães”. No entanto, ao mesmo tempo que afirma tais dificuldades em conviver com duas mães, ela está sinalizando o fato de a relação com a Lena ganhar um outro significado em sua vida, como ela mesma faz questão de ressaltar: “Eu agora vejo ela mais como minha mãe do que a minha própria mãe”.

De certa forma, esse reconhecimento do que pode ser uma “mãe” passava também para uma abertura a outras formas de família que, embora diferentes daquela que ela havia imaginado (com pai e mãe juntos), ela poderia se sentir fazendo parte. Ela agora não se sentia mais como uma agregada na família da Lena (mãe e filhas – uma biológica e outra adotiva): ela era da família. E essa mudança de concepção, para a jovem, se dá em função do conhecimento que hoje ela tem da vida. “Porque agora eu já tenho cabeça, vamos dizer assim, eu sou adulta. Antes, eu não tinha cabeça, eu tinha 17 anos”. Caso não tivesse sido

adotada pela Lena, quando foi desacolhida, a Nina explica que o seu percurso não teria sido diferente: acabaria indo morar numa pensão. No entanto, o laço que estabeleceu com a mãe adotiva participou de uma maneira importante naquilo que a jovem poderia vir a ser. Tanto que, se pudesse voltar no tempo, com esse conhecimento que tem da vida, ela não teria deixado a casa da Lena para morar na pensão.

Eu acho que se eu não tivesse ido para a Lena, eu não teria a cabeça que eu tenho hoje, eu teria parado de estudar, não teria continuado os meus estudos. E aí, bem no fim, tendo a Lena, ela meio que me incentivou muitas coisas, a voltar a estudar, entrei para a faculdade; mesmo que eu tenha largado a faculdade, ela sempre esteve ali, me ensinando o caminho. Então, com isso, se tomava mais fácil, porque, às vezes, é chato e ao mesmo tempo cansativo, tu sempre ter que tomar a decisão e não ter uma ajuda de alguém. E não poder errar nunca, porque tu está sozinho. Com a Lena, eu podia errar.

A importância desse lugar da mãe também aparece no caso da Olívia. A jovem até hoje não sabe quem é sua mãe biológica, pois cresceu pensando que a avó era sua mãe e a bisavó era sua avó. Mas isso não ocupa uma centralidade em sua vida, uma vez que, para ela, o fato de ser mãe passa por outros tantos lugares que não aquele marcado pelo nascimento. Ela diz ter três mães. A constatação da jovem, no âmbito dos estudos antropológicos, não se constitui, a princípio, como uma novidade. Esta aparece com frequência nos relatos de Fonseca (1998; 2009), em suas reflexões sobre circulação de crianças em bairros populares de Porto Alegre-RS. O caso de Claudiana (nove anos), descrito pela autora, é muito próximo ao da Olívia. A garota dizia com muita tranquilidade ter três mães: “a mãe de leite, a mãe que me teve e a mãe que me criou”. Mas, segundo Fonseca (1998), o caso da Claudiana não chegava perto do da Solange, que, já casada e com os seus próprios filhos, chamava cinco mulheres diferentes de mãe. E estes dois casos representavam apenas uma pequena parcela do número de pessoas que haviam circulado durante a infância entre as casas de diferentes mães. “Ao longo da década de 80, em pesquisas com aproximadamente 120 famílias em dois bairros de Porto Alegre, cheguei a sistematizar informações sobre cerca de 100 pessoas que tinham “circulado” quando criança”, lembra a autora (FONSECA, 1998, p.1998). A especificidade da experiência da Olívia, no entanto, não está no fato de ela ter três

mães, mas sim no momento da vida da jovem em que essas três mulheres são reconhecidas como “mãe” e nos motivos que a fizeram conferir este lugar a elas. Quando a Olívia fala sobre suas mães, é possível perceber que não se trata das diferentes experiências de cuidado vivenciadas pela jovem na infância, como era o caso da Solange, apresentado por Fonseca. Durante a infância, quando a Olívia se viu circulando por diferentes instituições de tutela, a possibilidade de “fazer família”⁸¹, como caracteriza Lobo (2013), não era algo relevante para ela. Essa preocupação tem início somente na adolescência e permanece sendo alimentada na sua vida adulta. Isso porque, para a Olívia, não se trata mais de uma questão de “criação e cuidado”, mas sim das pessoas com as quais ela sabe que “pode contar a qualquer momento, onde estiver”.

A primeira mãe era a dona da creche para onde a Olívia (juntamente com outras adolescentes) foi encaminhada logo que o Lar de Nazaré encerrou suas atividades, a segunda é mãe social em uma das casas-lares onde ela esteve acolhida e a terceira é a mãe de uma amiga. Com a primeira mãe, ela conviveu pouco tempo (em torno de seis meses), mas, segundo seus relatos, é possível perceber que a jovem a considera como mãe, pelo fato de ter acolhido a Olívia em um momento crucial, no qual nenhuma instituição da rede de proteção tinha vaga para receber estas adolescentes “egressas” do Lar de Nazaré. “Até hoje, ela é minha mãe, se não fosse ela, quem seria?”. Já com a segunda mãe, a experiência foi mais prolongada e se faz presente até hoje. Junto com essa mãe, a jovem também passou a ter um pai e irmãos. É a sua família e a jovem faz questão de ressaltar isso em seus relatos.

A Olívia diz que sempre teve um “vínculo” com a segunda mãe e por isso foi muito difícil para as duas o momento em que a jovem teve de deixar a casa-lar. “A mãe chorava dia e noite quando estava perto dos meus 18 anos, porque ela não imaginava que ela ia me segurar até os 19, ela chorava dia e noite”. Com a chegada da maioridade da jovem, a mãe social decidiu ajudá-la a alugar um apartamento para que ela pudesse começar uma vida independente. Passado um tempo, os dois filhos da mãe social, irmãos da Olívia, também decidiram ir morar com ela no mesmo apartamento. Os três permaneceram morando juntos por

⁸¹ Esta expressão, segundo Lobo (2013, p.65), pode assumir dois sentidos: o primeiro seria o de fortalecimento e manutenção dos laços de afinidade e consanguinidade e o segundo, o qual emprego nesse momento, se refere à construção de relações de parentesco onde este não existe em seu aspecto biológico.

aproximadamente um ano, mas, segundo os relatos da jovem, a experiência da convivência foi ao mesmo tempo “maravilhosa e desgastante”. “Daí tá, a mulher da casa era eu, qualquer coisa errada, eles metiam o pau e iam falar para a mãe. E eu, só um pouquinho, né! Vamos botar tudo nos ‘is’, porque, só um pouquinho, eles podem trazer as namoradas e eu não!”. Foi então que a jovem decidiu, “da noite para o dia”, se mudar para a zona sul de Porto Alegre (zona praticamente oposta àquela onde morava a mãe social), para de fato começar sua vida sozinha. Como ela mesma diz, ela precisava aprender a “andar com as próprias pernas”. Isso porque a jovem sabia que, se não fosse para longe, não conseguiria assumir o curso da sua vida. “Eu estava com 19 anos, mas mesmo assim, a mãe me cuidava, a mãe mandava isso, a gente pagava o aluguel, mas a mãe mandava o rancho do supermercado, o nosso freezer estava sempre cheio”.

Olívia não queria mais “brincar de casinha”, ela precisava passar pela experiência de “saber o que era faltar um gás, o que é não ter dinheiro para isso”. Ela desejava, de certa forma, mostrar para o pai que ela era capaz de se virar sozinha e, sobretudo, capaz de enfrentar a vida lá fora, no “mundo real”. “O pai sempre falava: ‘vocês estão vivendo um sonho, quando vocês caírem no mundo, vocês vão ver que é diferente’, e realmente eu já queria saber como é que era”. Depois de mudar de moradia algumas vezes, a jovem começou a sentir falta de ter “alguém do seu lado”, mas não podia ser alguém como a sua segunda mãe, porque ela a protegia demais. “Porque a mãe vai vir, vai perguntar o que eu estou precisando, ela vai lá, vai comprar e vai colocar. E era isso que eu não queria. A minha primeira mãe sabia que eu tinha me mudado para a Glória, mas ela não é que nem a minha segunda mãe, ela diz: ‘tá com fome, tu vem comer aqui’. A mãe não, a mãe tu vai lá comer, almoçar, ela já te manda com rancho para casa”. Mesmo reconhecendo esse excesso de proteção por parte da segunda mãe, ela não queria perder o contato, desejava apenas ter espaço para fazer suas próprias escolhas. “Eu também não queria sair de perto dela, porque eu fiquei seis anos com ela. A gente se apegou demais”.

E foi justamente na busca por um equilíbrio entre proteção e liberdade, que a Olívia acabou conhecendo a sua terceira mãe. As duas foram apresentadas por um amigo em comum e, desde o princípio, estabeleceram uma grande amizade. A terceira mãe se emocionou com os relatos das experiências de vida da Olívia e acabou lhe oferecendo uma peça, localizada nos fundos da sua casa, onde a jovem poderia morar. E assim, aos poucos, a amiga também foi assumindo o lugar de mãe na vida da Olívia, justamente porque a jovem encontrou na terceira

mãe a ajuda que lhe faltava. “Então, assim, quando eu preciso, ela está do meu lado, quando ela precisa, ela sabe que pode contar comigo. Errei, ela me chama atenção, tô certa, ela bate palma”. A terceira mãe, assim como as outras duas, é alguém com quem ela pode contar a qualquer momento. Disso ela teve certeza no dia em que teve uma discussão com o filho desta mãe e ele disse para a Olívia que ela não tinha ninguém “por ela”. A terceira mãe saiu em defesa da jovem e disse: “ela tem a mim e sempre vai ter”.

A questão do sangue, especialmente a quebra de expectativas em relação aos valores e afetos que esse pode produzir, também marcam as experiências de parentesco da Clarissa. É importante lembrar, nesse ponto, que foi a própria jovem que tomou a decisão de deixar a casa da mãe para ir morar na rua. Como ela mesma faz questão de enfatizar em vários momentos, a busca por uma “saída” sinalizava a impossibilidade de conviver dentro de casa com a mãe e também a certeza de que entre as duas não haveria mais nenhum tipo de reconciliação. Durante o período do acolhimento institucional, a diretora da casa-lar, por vezes, tentou uma reaproximação, argumentando que, no dia em que a Clarissa fosse mãe, ela poderia compreender melhor o que havia acontecido. No entanto, ao contrário do que havia previsto a diretora, quando a jovem ganhou sua primeira filha, ela teve certeza de que o negócio da mãe não era “o amor afetivo com a família”, mas sim a questão financeira. Foi exatamente quando a jovem passou pelas maiores necessidades com a filha, que ela pôde compreender que o seu “coração para ela [a mãe]” havia secado. “E quando eu ganhei ela, nós passamos por problemas financeiros, nossas brigas foram financeiras, porque ela pedia cheque do meu marido emprestado e não cobria. Aí, ela entrou num atrito por causa de dinheiro, porque o meu marido não quis mais emprestar mais cheque para ela, porque ela não cobria. Então, ela se afastou”.

As atitudes da mãe da Clarissa contribuíram na desconstrução de um laço que, para a jovem seria permanente e que atuaria como “figura” para o estabelecimento das relações de parentesco: o sangue. No entanto, para a jovem, a partir do momento em que esse laço de sangue é desfeito, com ele também enfraquece ou mesmo desaparece o “amor cognático”, o qual seria capaz justamente de unir pessoas do mesmo sangue. O ponto alto dessa “virada” na relação mãe-filha se dá sobretudo em função da presença do dinheiro, ou, mais exatamente, como sugere Luna (2004), quando a jovem percebe que a relação entre as duas passa a ter como parâmetro a questão financeira, a qual seria, inversamente ao amor cognático, desprovida de considerações, de sentimento e de moralidade. (LUNA, 2004, p.132). Tanto que, na

ocasião do nascimento do terceiro filho da Clarissa, ainda no hospital, eu perguntei-lhe se a mãe dela havia ficado sabendo da notícia. Foi então que a jovem me respondeu, num tom de indignação: “Que mãe? Eu não vejo e não sei dela faz 14 anos, desde que a minha filha nasceu”. De fato, a Clarissa, durante todas as nossas conversas, sempre que precisou fazer menção à mãe, procurava não se referir a ela dessa forma, optava por dizer “a mãe da minha irmã” ou, simplesmente, “aquela lá”.

É importante observar que, para a Clarissa, assim como para a Nina, a quebra de expectativa associada ao poder do sangue se dá, sobretudo, em função da relação entre mãe e filho. Quando a Clarissa diz que não se reaproximou da mãe porque esta “não nasceu para ser mãe” ela está pressupondo que a relação entre mãe e filho deve ser baseada numa mística, como bem lembra Fonseca (2006), sobre o vínculo mãe-filho e também acerca do amor materno. E, assim como na experiência da Nina e da Nicole, a idealização desse vínculo é também recorrente nos relatos da Clarissa. As três se utilizam da expressão “mãe é mãe”, em vários momentos dos seus relatos e tal recorrência, como pontua Fonseca (2006), diz muito mais do que a “relação entre mãe e filha”. Essa relação, ao que me parece, informa sobre uma das maneiras pelas quais essas jovens podem se construir como sujeitos, tanto que a expectativa de algumas das jovens quanto a esse vínculo mãe-filho, sobretudo no que diz respeito à concepção de cuidado que alimenta essa relação, se presentificará na relação que elas procuram estabelecer com os seus filhos – em geral, na contramão daquilo que puderam experimentar na infância. Cada uma a seu modo, e de maneira muito particular, procura demonstrar o quanto é cuidadosa com seus filhos.

No entanto, se por um lado essa “virada” no parentesco é, em geral, marcada pela desconstrução da “naturalidade dos laços de sangue”, por outro, esse processo acaba abrindo espaço para o reconhecimento da “escolha e da afeição” como elementos igualmente importantes no estabelecimento de tais relações. Ou, melhor dizendo, a desinstitucionalização pode potencializar a abertura a outras maneiras de conexão, ou *relatedness*. Isso aparece muito claramente na experiência da Nina e na da Olívia, para as quais essa “abertura” veio acompanhada da experiência de ter mais de uma mãe, com as quais podem contar em todas as ocasiões. E tal ajuda não passa pela consanguinidade, mas sim pela escolha. A Olívia diz ter três mães e todas foram escolhidas por ela, em momentos diferentes da sua vida. A jovem não se preocupa em estabelecer graus de “afeição” entre as três mães, todas são suas mães da mesma maneira, com a mesma intensidade, ainda que, em alguns momentos, uma se faça mais presente que as outras duas. Nesse ponto, a

experiência da Clarissa se aproxima, em alguma medida, à da Nina e à da Olívia, não pela figura da mãe e sim pela do pai. Se, em um contexto de desinstitucionalização, os relatos da jovem são marcados por uma espécie de negação da figura materna (“Que mãe?”), esse lugar da “figura materna” não será ocupado novamente como na experiência das outras duas jovens: não há outras mães, mas sim um pai (ex-companheiro da mãe da jovem). Um pai com o qual é possível estabelecer um “amor afetivo imenso”, como a Clarissa faz questão de enfatizar.

Tal figura paterna apareceu quando a jovem ainda morava com a mãe, antes do acolhimento institucional e, com o tempo, foi ocupando uma centralidade naquilo que a jovem entende por “família”. Ao contrário da mãe, argumenta a Clarissa, o pai nunca a abandonou, mesmo a jovem não sendo filha dele. Ou seja, é possível pensar que a relação com o pai se estabelece e é alimentada por essa oposição em relação à experiência da jovem com a mãe. Ali onde deveria haver cuidado e proteção, pois se tratava de uma relação incontornável marcada pelo sangue, permaneceu apenas o abandono (símbolo maior dessa ruptura do vínculo mãe-filho). Mas, por outro lado, de onde a jovem menos esperava, de uma relação marcada pela afeição, veio o cuidado e o estabelecimento de um “vínculo bem forte”. E esse vínculo, que não foi estabelecido a partir do sangue, mas pela afeição, foi suficiente para que a Clarissa considerasse o seu padrasto como pai. Tanto que, mesmo diante da suspeita de que este pudesse mesmo ser seu pai biológico, a jovem nunca desejou fazer um teste de DNA para ter uma prova formal daquilo que a convivência já havia lhe mostrado: “Independente de uma confirmação ou não, é meu pai. Nunca tive vontade de procurar pai biológico ou qualquer coisa parecida”.

Desta maneira, a confirmação de que o padrasto poderia ser seu pai biológico só serviria para magoar os dois, uma vez que, segundo a jovem, não alteraria em nada a relação que os dois estabeleceram desde muito cedo. “Dizem que ele é estéril, não posso te dizer realmente. Eu não posso te afirmar porque todo mundo diz que eu sou a única filha baixinha, e o meu filho mais novo é idêntico ao meu pai. Apesar de dizerem que ele é estéril, eu tenho uma tia mais velha e ela diz que eles [a mãe e o padrasto] andavam juntos antes dela engravidar de mim. Até hoje, eu não fui procurar um teste de DNA, uma coisa assim, eu não fui a fundo para não magoar ele”. De certa forma, a jovem também não vê necessidade do teste de DNA (um tanto na contramão das motivações que fazem a cada dia aumentar a procura por tal teste), uma vez que a sua concepção de família foi, em certa medida, reconfigurada em função

da relação que estabelece com o pai. Não se trata de uma questão de sangue, mas sim de saber quem são as pessoas com as quais se pode contar, mesmo nas situações de dificuldade.

Eu sou meio categórica assim, eu acho que a gente tem que dar valor para quem dá valor para a gente. Eu acho que família é para todo momento, não é só para as horas ruins. Acho que, pô, dividir um momento bom com a tua família é a melhor coisa que tem, quando tu estima ela como família. E a mesma coisa é tu chorar no ombro de um parente que está ruim, tu precisa de um conselho, de uma palavra, é a mesma coisa. Eu, para mim, a minha concepção de família é isso.

Isso significa que, para a jovem, não “há relações com parentes de sangue”, se com estes não for possível, como pontua Sarti (1994, p.91), “estabelecer as três obrigações fundamentais que compõem o universo moral fundado no princípio da reciprocidade”: dar, receber e retribuir. Assim como para a Clarissa, para a Virgínia as relações de parentesco, num contexto de desinstitucionalização, são marcadas pela possibilidade de ter com quem contar.

Assim é que os laços entre a Virgínia e a sua mãe se fortalecem, à medida que passam a ser estabelecidos a partir de outros tantos lugares, tais como o cuidado dos filhos, ou, nos termos de Lobo (2013), do exercício pleno da maternidade. Isso porque, como observa Lobo, tanto a maternidade como a filiação que, em princípio, são vivenciadas como relações diádicas (mãe-filho), na experiência da Virgínia, se convertem em uma “relação triangular”, intermediada pela ação de um terceiro (no caso, a avó materna), a qual assume um papel fundamental na construção dos sentidos “de ser mãe e de ser filho”. Talvez seja produtivo pensar, tomando como inspiração, mas ao mesmo tempo invertendo um pouco a proposta de Lobo (2013), que esse exercício da maternidade, o qual só atinge sua plenitude na presença de duas mulheres para que se possa criar e prover uma criança, acaba por produzir a “virada” nos laços de consanguinidade entre a Virgínia e a sua mãe. E o mesmo pude observar na relação da Estella com a sua mãe.

A mãe da Virgínia, que durante a infância dos filhos passou um período impossibilitada de cuidá-los, hoje percorre a casa das filhas ajudando no cuidado dos netos e nas tarefas de casa. Tendo em vista o número de filhos da jovem (sete), é sempre com a ajuda da mãe que a Virgínia tem as poucas possibilidades sair de casa. Na última gestação, foi a mãe também que pôde ficar com as seis crianças, enquanto a

Virgínia permaneceu no hospital para ganhar sua sétima filha. Da mesma forma, quando pode, a Virgínia ajuda, compartilha com a mãe e as irmãs, roupas e alimentos que ela ganha de amigos e conhecidos.

Nessa abertura a uma diversidade de lugares por onde se estabelecem as relações de parentesco, ou mais exatamente essa abertura a outras formas de *relatedness*, é que a Isabelle, pela primeira vez, num contexto de desinstitucionalização, vai recorrer ao seu sobrenome de família, para garantir sua parte na herança deixada pelo pai adotivo. Ou seja, ela reconhece, no parentesco, “uma forma de estratégia” (WAGNER, 2011), que lhe permite melhorar a sua condição social e garantir os direitos dos seus filhos. Na herança deixada pelo pai, estava não só a possibilidade de a jovem ficar mais tranquila financeiramente, uma vez que com o dinheiro poderia comprar sua casa própria, mas, sobretudo, a possibilidade de garantir os direitos dos seus filhos. Esses eram os motivos para estar “na luta”, como ela diz, com o seu irmão, para receber uma parte da casa que o pai tinha em Barreiros. “Eu quero por causa dos meus filhos, por causa de mim não, porque eu morro e não levo nada. Posso morrer agora, me dá um ataque e eu não levo nada”. O irmão alega que a jovem não teria direito a nada, uma vez que, durante o período de acolhimento, ela havia colocado o pai “no pau”, ou seja, na justiça, para ganhar pensão. Mas a Isabelle rebate imediatamente essa alegação do irmão, argumentando que a ação foi colocada pela casa-lar, pois, na época, ela era menor de idade e, além do mais, essa seria uma questão do passado que não deveria interferir na herança. “Não tem nada para puxar de lá para cá. Isso aí, já é uma outra coisa, entendeu? Não tem nada a ver uma coisa com a outra”.

A jovem confere peso ao seu argumento quando faz questão de lembrar o irmão que ela carrega o sobrenome do pai. Mesmo sendo adotada, ela enfatiza que foi registrada como filha dele. “Como eu tenho o nome dele, eu tenho direito”, argumenta a jovem. Mas para além disso, a motivação maior para a “luta” são os seus filhos, os direitos deles, sobretudo quando observa que, ao contrário dela, o seu irmão não tem filhos. “Porque eu tenho filho e ele não tem. Ele tá casado agora há pouco tempo com uma mulher”. Somente depois de muita discussão e de idas e vindas, os dois se aproximaram de um consenso que seria o seguinte: o irmão compraria (ou melhor, financiaria) a parte da Isabelle e dos outros dois irmãos na casa. Com o dinheiro da casa, a Isabelle pensa em poder investir em um negócio próprio, para não precisar depender de emprego. “Eu penso, na verdade, em investir em alguma coisa para mim, para eu não ficar dependendo, ter algum comércio, sabendo investir... Porque a gente tá sujeito a tudo, se a gente tem

emprego, a gente tá sujeito daqui a pouco a estar na rua”.

No entanto, na minha penúltima visita à Isabelle, dois acontecimentos importantes revelaram o papel fundamental da herança no novo modo de vida que a jovem passaria a experimentar. Ela havia descoberto que estava grávida do seu quinto filho com seu atual companheiro, e o seu ex-companheiro havia pedido a casa em que ela estava morando com a sua família. Tais mudanças acabaram precipitando a mudança da jovem para a Palhoça, onde, em outro momento, ela imaginava poder comprar sua casa própria. Sem a herança, ela adiou o sonho do negócio e da aquisição da casa e mudou-se para uma casa de aluguel, próxima à casa da Alice, no bairro Frei Damião (Palhoça). Embora fosse mais longe, o aluguel seria bem mais barato. “Todo mundo indo para a Palhoça! Que tanto gostam da Palhoça, né?!”; ela sorri.

Assim, considerando as questões postas nessa seção, é possível afirmar que a prática da circulação que marca as experiências de infância e adolescência das jovens, num contexto de desinstitucionalização, aponta para uma outra possibilidade de invenção de novos modos de vida que está associada a uma espécie de “virada no jogo das relações de parentesco”, em especial no que se refere aos laços estabelecidos previamente ao acolhimento institucional. Tal “virada” demarca uma “quebra de expectativa”, por parte das jovens, acerca do que deveria constituir e mesmo fortalecer as maneiras de realizar o parentesco. A partir dos relatos das jovens, foi possível observar que se, por vezes, o sangue mobiliza os sujeitos a buscarem informações sobre os seus parentes, como foi o caso da Alice, em outras experiências, ele assume uma fluidez ao longo do tempo, a ponto de não ser suficiente para a manutenção das relações de parentesco. Para algumas jovens, a “virada” remete à desconstrução do sangue como substância incontornável para a construção de laços duradouros e também dos valores que comumente são associados a ele. São recorrentes as “quebras de expectativa”, sobretudo em relação ao “amor materno” e todas as concepções de cuidado, proteção e afeto a ele associadas. Se algumas mães “não nasceram para serem mães”, como argumentou a Clarissa, outras podem assumir o status de “mãe verdadeira” porque são aquelas com as quais os filhos podem contar. A desconstrução do sangue permite que estas jovens possam investir em outras formas de conexão ou *relatedness*. Isso significa que, aos poucos, o peso do sangue cede lugar a outros elementos que também são capazes de conectar os sujeitos (e participam da invenção do parentesco), tais como os afetos, o cuidado com os filhos, o dinheiro, as relações de ajuda. “Poder contar”

passa a ser algo fundamental no estabelecimento de laços mais duradouros. E estes laços que vão sendo construídos e fortalecidos a partir de outros tantos lugares não precisam ser postos à prova, uma vez que estão cotidianamente sendo alimentados.

3.6 EXPERIÊNCIAS DE MATERNIDADE E CUIDADO COM OS FILHOS

As experiências de desinstitucionalização das jovens que participaram desta pesquisa são fortemente marcadas pela presença das crianças. Durante a realização deste trabalho, eu pude acompanhar a gestação e o nascimento do terceiro filho da Clarissa, da sétima filha da Virgínia, do quinto filho da Isabelle e, embora não tão de perto, da filha da Beatriz, em Ijuí. É possível dizer que a pesquisa foi marcada por esses nascimentos e foi se desenvolvendo em paralelo ao crescimento das crianças que, como foi o caso do filho da Estella, conheci quando eram ainda recém-nascidas. A presença das crianças parece dizer muito sobre essas jovens e seus modos de conduzir a vida após as experiências de institucionalização. Tanto que, para algumas, como a Clarissa, a experiência da maternidade acabou por precipitar a saída da casa-lar e também, assim como para a Isabelle, a Virgínia e a Estella, o início de uma nova vida junto com um companheiro.

Nesse sentido, talvez seja possível pensar que a experiência da maternidade e o cuidado com os filhos funcionam como ponto de convergência entre as experiências dessas jovens, ainda que sejam revestidas de particularidades, como será possível observar. Particularidades estas que são reveladas na maneira como elas se relacionam com as políticas públicas e com a questão da garantia dos direitos, com seus companheiros e também com as experiências de acolhimento. Ao contrário do que se poderia imaginar, essa trama complexa de relações não funciona como contexto do qual simplesmente advêm valores, regras, limites, aprendizados a serem incorporados, mas sim como diferentes zonas de intensidade e potência constitutivas de um devir-mãe. Em certa ocasião, a Virgínia já tinha observado o quanto a presença das crianças pode marcar de maneira diferente a experiência de cada jovem. “Como é diferente a vida de cada uma: eu tenho sete filhos, a Clarissa teve dois e a Alice nenhum”. É possível pensar, a partir dessa reflexão da jovem, que não se trata apenas do número de filhos que cada uma teve, mas sim sobre a especificidade produzida naquilo que cada jovem pode vir a ser. A maternidade é, desse ponto de vista, um lugar importante para a constituição dessas jovens

enquanto sujeitos.

Tendo em vista o lugar que a experiência da maternidade ocupa na vida dessas jovens, parece-me produtivo pensar como este participa e se relaciona com toda uma série de mudanças nos padrões da maternidade contemporânea, postas em função de processos sociais e da globalização econômica. Tais mudanças contribuíram para acelerar, como bem lembra Lucila Scavone (2010a), o consumo de novas tecnologias reprodutivas (contraceptivas e conceptivas), as quais ofereceram às mulheres, a partir da década de sessenta, a possibilidade de escolha a respeito da realização da maternidade. Ao fazer tal reflexão, não pretendo investir numa discussão de gênero propriamente dita, uma vez que desde o princípio este não tem sido o viés analítico da presente pesquisa, mas sim trazer, ainda que brevemente, algumas questões que me permitam pensar em que medida o fenômeno da maternidade, para essas jovens, pode se tornar objeto da sua invenção de novos modos de vida.

Em diálogo com Scavone (2001a, 2001b), é possível pensar a maternidade como um fenômeno social, que tem sido largamente marcado por desigualdades (sociais, raciais, étnicas e pela questão de gênero), as quais certamente não atingem da mesma forma todas as mulheres. Justamente por se tratar de um fenômeno social é que os debates em torno da maternidade têm considerado uma série de fatores, entre os quais se pode destacar a inserção das mulheres no mercado de trabalho e a presença destas no mundo público (e os impactos à instituição familiar). Além disso, cabe ressaltar que a maternidade sempre foi um dos grandes objetos da reflexão feminista, em especial no que diz respeito à luta libertária das mulheres.

No que se refere às imbricações entre maternidade e feminismo, Lucila Scavone (2001a) situa três momentos das discussões realizadas em torno de tal relação no século XX: num primeiro momento, a maternidade foi reconhecida como um *handicap* (defeito natural), o qual confinaria as mulheres numa “bio-classe” e, nesse sentido, a recusa da maternidade seria o caminho para reverter a dominação masculina e reconhecer as potencialidades mais amplas das mulheres. Em um segundo momento, passado o impacto da recusa da maternidade, as mulheres começaram a se questionar, no âmbito do movimento feminista, sobre a sua vontade de serem definidas sem a maternidade. Chega-se, então, a uma negação do *handicap*, de maneira que a maternidade passa a ser considerada como um poder insubstituível, “o qual só as mulheres possuem e os homens invejam”. Em um terceiro momento, denominado “desconstrução do *handicap* natural”, verifica-se

um reconhecimento de que não é a reprodução que determina a posição social das mulheres, mas “as relações de dominação que atribuem um significado social à maternidade”. Neste contexto, também precisam ser considerados os impactos da expansão das Novas Tecnologias Contraceptivas, as quais permitem avançar de uma “recusa circunstancial da maternidade” à “possibilidade de escolha” em relação a esta. Em suma, esses três movimentos são importantes à medida que revelam a maternidade (enquanto prática social) com todas as “suas contradições, mudanças e permanências”. Especialmente eles nos permitem pensar a contribuição da perspectiva de gênero no desafio de compreender a maternidade em “suas múltiplas facetas”, evidenciando “as inúmeras possibilidades de interpretação de um mesmo símbolo”, que ora pode ser tomado como ideal de realização feminina, ora como opressão sobre as mulheres, ou ainda como forma de poder das mulheres, etc.

A possibilidade de escolha a respeito da maternidade acabou abrindo espaço para a criação daquilo que Scavone (2001b) chama de “dilema de ser ou não ser mãe”. A maternidade como escolha é um fenômeno contemporâneo e como tal foi sendo consolidado ao longo de todo o século XX. Durante o século XIX, era possível verificar uma forte associação da maternidade com a feminilidade, a qual exaltava o papel natural da mulher como mãe e limitava a função social feminina à realização da maternidade; já no século XX, a questão de “ser ou não ser mãe” acaba ganhando uma dimensão reflexiva e, portanto, se torna uma “decisão racional” influenciada por um conjunto de fatores, entre os quais, questões subjetivas, econômicas e sociais das mulheres e do casal. Trata-se de um longo processo de desconstrução da associação incontornável entre sexualidade e reprodução e, conseqüentemente, da “equação mulher-mãe”, que abre espaço para uma “equação ainda mais complexa” da qual participam a classe médica e as tecnologias reprodutivas (SCAVONE, 2001b). A “escolha reflexiva” constitui, segundo Scavone (2001), um dos elementos desse período de transição em direção à consolidação de um novo modelo de maternidade e permite que as mulheres possam decidir se desejam ou não ser mães, o melhor momento para tal experiência, o número de filhos que desejam ter e também a possibilidade de “decisão ou adequação entre vida profissional e familiar”, etc. Mas claro está que tal modelo, como lembra a autora, reveste-se de diversas nuances, as quais variam de acordo com o país e a classe social.

O que se pode perceber a partir dessa breve revisão em relação às transformações do modelo de maternidade, é todo um investimento para

desconstruir certas “convenções” sobre este fenômeno, principalmente seu caráter inato (ou da ordem do dado). Paralelamente a tais mudanças, é importante destacar também o que Dagmar Meyer (2005), inspirada por Marilyn Yalom, tem chamado de “politização do feminino e da maternidade” e que corresponde aos processos de gestão da vida de mulheres-mães. A autora observa que não há exatamente uma novidade nesse processo, o qual já pôde ser observado durante os séculos XIX e XX, a partir da disseminação de discursos sobre os cuidados dos corpos das mulheres-mães e, conseqüentemente, a criação de uma rede de cuidados específicos voltados para estas. Acontece que, como observa Meyer (2005), na contemporaneidade, essa politização “é incorporada e difundida pelas políticas de estado”, as quais, em geral, assumem um forte caráter normativo do “exercício de uma determinada forma de maternidade” e dos “tipos de relação mãe-filho”. Os discursos que permeiam tais programas acabam, segundo Meyer, contrapondo um dos mais importantes esforços das teorizações feministas: o de que “mulher e mãe são posições de sujeitos distintas” e “socialmente construídas”. Portanto, uma não se configura necessariamente como sendo a extensão da outra.

Assim, eles valorizam, legitimando, a capacidade de inserção concomitante deste sujeito no mercado de trabalho e na família (onde seguem assumindo a maior parte dos encargos vinculados ao cuidado do trabalho doméstico), [...] suas qualidades humanas “inatas” (por exemplo, priorizar sempre as necessidades de seus filhos em detrimento das próprias). E, concomitantemente, a posicionam, enquanto sujeito-mãe, como sendo a maior responsável pela operacionalização dessa inclusão social, que passa, principalmente, pela promoção de mais educação e saúde das crianças. (MEYER, 2005, p.97)

O ideal de uma “maternidade intensiva” como algo esperado da mulher também foi objeto da pesquisa realizada por Érica Cristina De Sá (2010), junto a mulheres de camadas médias no Recife. Para a autora, esse problema vai ainda mais além, porque as mulheres apontaram a “coexistência de seus diversos papéis como um fardo”, uma vez que ainda se sentem como as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos. Essa situação se coloca como um “dilema” para essas mulheres que encontram dificuldades para conciliar suas diferentes atividades e também aponta para um movimento de “retorno” das mães para dentro

de casa. “As mulheres estão valorizando o papel de dona-de-casa e estão cada vez mais exercendo uma maternidade intensiva, cuidando do lar e também de seus maridos. E o que talvez chame mais atenção é que de fato muitas estão trocando suas carreiras profissionais para cuidarem elas mesmas de seus filhos” (DE SÁ, 2010, p.5).

Deve-se observar, a partir das contribuições de Érica De Sá (2010, p.6-7), que essa valorização de uma maternidade intensiva por parte dessas mulheres, além de suscitar uma série de discussões a respeito do que seria “uma regressão a um tempo de valores patriarcais”, configura o que a autora denominou de “um tabu às avessas”. Ou seja, essas mulheres “estão trocando suas profissões e suas atividades profissionais por um papel que parece ter perdido o seu ‘valor’”. De Sá (2010) finaliza seu artigo pontuando justamente a não existência de uma identidade feminina e, portanto, no lugar de reiterar uma posição de incapacidade, inferioridade e mesmo de submissão, às mulheres que fizeram a opção de permanecer em casa cuidando dos seus filhos, ela chama atenção para a possibilidade de realização destas, sem que, no entanto, correspondam a uma espécie de perfil “exigido pela nova sociedade”. Essas mulheres podem acreditar, enfatiza a autora, “que o seu melhor papel é o de mãe e dona de casa” (DE SÁ, 2010, p.7).

As reflexões trazidas por Scavone, Meyer e De Sá me permitiram montar um contexto das discussões contemporâneas em torno da maternidade e das suas diferentes configurações. As autoras estão inseridas numa discussão mais ampla sobre gênero e também balizadas pelas inquietações postas pelo feminismo. Nesse sentido, a problemática que as autoras trazem certamente vai muito além dos objetivos deste capítulo e também da presente tese. Sendo assim, é importante lembrar que é enquanto um dos aspectos do processo de desinstitucionalização de jovens que tiveram experiências de acolhimento institucional que a maternidade e as experiências de cuidado com os filhos interessam ao desenvolvimento da questão-problema desta pesquisa. Trata-se, portanto, de pensar, a partir de algumas questões postas pelas autoras, em que medida a maternidade, para essas jovens, pode apontar para a invenção de novas possibilidades de vida. No entanto, ao fazer tal movimento, não procuro dizer que as jovens estão alheias a todas essas dificuldades e mudanças e tampouco que estão na “contramão” do que outras mulheres estão fazendo. Instiga-me muito mais ter em vista que sim, elas estão “inventando maternidade”, e nisso não há nada de extraordinário ou de exclusivo. O desafio está em pensar de quais maneiras fazem isso e como esse fazer inventivo nos informa sobre o lugar que a maternidade ocupa em seus modos de vida.

Gostaria de me deter, a partir deste ponto, sobre algumas questões importantes destacadas por Scavone, Meyer e De Sá: a desconstrução da maternidade como um destino inevitável das mulheres, a possibilidade de escolha (dimensão reflexiva) no contexto das Tecnologias Reprodutivas, a volta ao lar (tabu às avessas) e o processo de gestão da vida de mulheres-mães (normatização da maternidade). Tais pontos me permitem iluminar, em termos analíticos, o material etnográfico que apresento na sequência. Mas, antes, talvez seja possível pensar, a partir da proposta wagneriana, que a maternidade (assim como a cultura) encontra-se atada a um “arcabouço relacional de contextos convencionais” e que, portanto, as discussões suscitadas pelas autoras contribuem/participam, de alguma maneira, deste delineamento. No entanto, e isso imagino que aparece claramente nas experiências das jovens, esses contextos, como bem lembra Wagner (2010), nunca são “absolutamente convencionalizados (no sentido de serem idênticos para todos aqueles que os compartilham) e, por isso mesmo, sempre apresentam “pontas soltas” e estão em “processo de mudança”. Isso significa que sempre haverá um espaço para os sujeitos “criarem” a partir dessas “pontas”; uni-las, talvez, a seu próprio modo. Ou seja, esses contextos “podem ou não ser aprendidos conscientemente, no sentido de “regras” (WAGNER, 2010, p.81), mas independentemente disso, implícita ou explicitamente, eles estarão sempre presentes nas ações das jovens.

Em relação à experiência da Virgínia, é possível pensar que sua postura e suas ações no que diz respeito à maternidade diferem em alguns aspectos das convenções “correspondentes às expectativas sociais”. A motivação para as ações da jovem não está na preocupação em conhecer e tampouco em controlar os processos, no sentido de prever eventos futuros e tão logo buscar uma solução para eles. Ela não faz projetos, sobretudo porque não pretende controlar, racionalizar os eventos cotidianos. O que dizer de sete gestações sem acompanhamento pré-natal, sem ultrassom e todas as técnicas que mais comumente são colocadas à disposição das pessoas, para controlar e prever os aspectos da natureza, para antecipar e prever possíveis problemas no decorrer da gestação, especialmente em relação ao desenvolvimento do bebê? Desprezar ou fugir desse tipo de controle certamente, em se tratando das sociedades ocidentais, soará como negligência com o bem-estar da mãe e do filho. Agir dessa forma acarreta riscos, os quais, de alguma maneira, a Virgínia reconhece, em especial quando diz que o problema é a hora do parto, já que criar os filhos é tarefa fácil. A própria descoberta da gestação se dá por um outro lugar que também não é o das técnicas e

do exame, mas sim de um conhecimento sobre o próprio corpo. “Eu sei que eu tô grávida, quando eu fico doente. Antes de saber que eu tava grávida, fiquei de cama, doente, com febre e, logo depois, descobri que eu tava grávida”.

A gestação da sétima filha da Virgínia foi, segundo os médicos, de alto risco, pois ela tem uma cardiopatia congênita que nunca havia sido tratada. No entanto, ela não fez acompanhamento no hospital, só esteve internada uma única vez antes do parto porque havia passado mal em casa. “Eu cheguei no hospital com a pressão muito alta e com o rosto todo vermelho. Acho que uns cinquenta médicos me atenderam”, ela brinca, sorridente: “todos vinham para a minha volta, espantados, pois nunca tinham visto algo parecido. Eles podiam ouvir meu coração sem aparelho”. No hospital, os médicos, segundo a jovem conta, ficaram surpresos pelo fato de ela já ter seis filhos e nunca ter tomado conhecimento do problema cardíaco. Na verdade, ela nem deveria ter mais filhos, conforme foi alertada na ocasião da internação. Mas ela não sabia, justamente porque nunca havia feito nenhum tipo de acompanhamento das gestações anteriores. Na única vez em que ficou internada, logo acabou voltando para casa por ter recebido alta, talvez dos médicos ou talvez dela mesma, pois, afinal, tinha que “cuidar dos outros filhos”. A “equação mulher-mãe” é algo incontornável para a Virgínia, a maternidade lhe fornece elementos importantes para aquilo que ela pode “vir a ser”, em especial sobre seu devir-mulher. E quando a jovem diz que deve deixar o hospital porque precisa cuidar dos outros filhos, ela procura sinalizar não uma sobreposição (ou mesmo uma hierarquização) de posições de sujeito (a mãe em relação à mulher): em termos de cuidado, os filhos estão em primeiro lugar, antes mesmo dela própria. Ao falar sobre essa preocupação com os filhos (que ficaram em casa sem os seus cuidados), talvez seja possível pensar que a realização intensiva da primeira posição de sujeito (mãe), acaba por realizar, na mesma intensidade, a segunda (mulher).

Depois dessa breve internação hospitalar, a Virgínia não retornou mais ao hospital, segundo ela, porque o companheiro estava com o carro estragado e o vizinho, para quem ela pede ajuda, também estava com o mesmo problema. E, ao que tudo indicava, ela só retornaria ao hospital no dia de ganhar o bebê. Em relação a esta possibilidade, a Clarissa já havia antecipado que a amiga não retornaria mais para o hospital antes do parto, porque, segundo a jovem, a Virgínia teria medo que tirassem as crianças dela, uma vez que estas são, como diz a Clarissa, “a vida, o mundo dela”. “Qualquer pessoa que chegue na casa da Vi e não tenha um mínimo de afeto por ela, que não saiba da relação que ela tem com

os filhos, vai tirar as crianças dela, é capaz de não deixarem nem a bebê”, argumenta a Clarissa fazendo referência, ainda que não diretamente, ao Conselho Tutelar.

E foi exatamente como a Clarissa havia previsto: a Virgínia só retornou ao hospital para o parto. Até esse dia, ela não tinha nem o princípio do enxoval da filha (roupas, fraldas, etc.). Ela estava esperando o companheiro receber um dinheiro para poder comprar alguma coisa, mas este acabou não chegando antes de a filha nascer. Mas tudo se arruma de algum jeito. Talvez essa seja a sua única previsão e que de fato acabou se realizando, uma vez que a sua irmã também havia tido um bebê um pouco antes da Virgínia e acabou lhe dando de presente tudo de que ela precisava, ao menos para os primeiros dias de vida da filha. Esta, ao contrário da mãe, não nasceu com nenhum problema cardíaco e para isso a mãe orgulhosa tinha uma explicação: “filho de pobre não tem problema para nascer”. A sétima filha da Virgínia nasceu de parto normal e mais uma vez ela acabou adiando a oportunidade de fazer a cirurgia de laqueadura.

Sobre a possibilidade de a Virgínia engravidar novamente, é a Clarissa quem lhe faz o alerta. “Não tem essa história de que a mulher não engravida nos dois meses após o parto, pode engravidar sim. Você vai ter que chamar o patrão [ela se refere ao companheiro da Virgínia] e ter uma conversa para ver se vão usar camisinha ou ver os teus dias férteis até você conseguir a cirurgia [laqueadura]”. Deve-se pontuar que a preocupação com a “dimensão reflexiva” ou com a possibilidade de escolha no que diz respeito à maternidade só emerge na vida da Virgínia a partir da conversa que ela tem com a Clarissa (a postura desta, por vezes, se constitui como “motivação” para a ação da Virgínia), depois da gestação da sua sétima filha. Mas isso porque a maternidade para a Virgínia não é uma questão de escolha, trata-se de algo inato, que lhe confere um “poder insubstituível” e “um sentido” para a sua vida. Foi justamente pensando em não ter mais filhos (e em poder escolher sobre o número de filhos que deseja e pode ter), uma vez que a terceira gestação não fora esperada, que a Clarissa “foi atrás” da possibilidade de fazer uma cesariana seguida da cirurgia de laqueadura de trompas.

Quando a Clarissa diz que “foi atrás” é porque a conquista desse direito situou-a novamente diante da tensão permanente (e indissolúvel) entre as demandas dos sujeitos e aquelas próprias das políticas públicas. O nascimento do terceiro filho da Clarissa coloca em evidência, ao que me parece, tal tensão, sobretudo a partir da perspectiva das diferentes temporalidades que são acionadas nessa relação. Se, por um lado, o uso das Tecnologias Reprodutivas (neste caso, a laqueadura) lhe possibilita

escolher quantos filhos deseja ter, por outro, a sua experiência evidencia a complexidade da equação contemporânea mãe-mulher-médico (e/ou Tecnologias Reprodutivas). Há uma certa ilusão na “escolha”, sobretudo no que diz respeito a quem de fato esta cabe. A sua escolha por ter três filhos e por “interromper definitivamente a opção da maternidade” (SCAVONE, 2001a, p.144) é posta em xeque pela prática médica.

O terceiro filho da Clarissa nasceu na manhã do dia 09 de abril de 2013, na Maternidade Carmela Dutra, em Florianópolis. Na verdade, a jovem já tinha ido para o Hospital Regional da Palhoça no dia 03, mas, como ela mesma informou em mensagem via celular: “já fui, mas levei azar: tinha sete cesarianas, daí me entupiram de remédio e tive que voltar para casa”. Desde o princípio da gestação, a Clarissa havia manifestado o seu desejo de fazer cesariana, uma vez que já havia decidido, juntamente com o seu companheiro, fazer a laqueadura. Os dois registraram tal decisão em cartório para que, quando chegasse o dia do parto, ela pudesse fazer os dois procedimentos: cesariana e laqueadura. Acontece que o médico que vinha acompanhando a Clarissa durante a gestação, pelo plano de saúde, só fazia parto particular. No dia em que ela foi até o Hospital Regional, já com muitas contrações, ela foi medicada e mandada de volta para casa, pois foi informada de que os médicos de plantão já haviam feito a “cota de cesarianas do dia”. Além da medicação, que parece não ter feito bem para a mãe e tampouco para o bebê, que parou de se mexer, no Regional, ela também ouviu a seguinte explicação: “Não, mãe, não está na hora, ainda não chegou o tempo. Só na outra semana”. O médico que acompanhou sua gestação dizia justamente o contrário: sim, ela já estava no tempo e eles já poderiam ter feito a cesariana.

Mesmo diante da primeira negativa do hospital, a Clarissa resolveu tentar mais uma vez, decidida, no limite, a conseguir dinheiro emprestado com os pais do seu companheiro para poder fazer o parto particular, caso não lhe restassem mais alternativas. Novamente, ao buscar ajuda no Regional, recebeu a mesma resposta de que não estava na hora e que ficaria para a próxima semana. Os médicos pretendiam medicá-la novamente e encaminhá-la para casa, mas, dessa vez, ela se negou e foi buscar ajuda na Maternidade Carmela Dutra, em Florianópolis. Neste hospital, distante da sua casa, ela finalmente conseguiu realizar a cesariana. No fim desta, novamente foi questionada sobre sua decisão de fazer a laqueadura ainda tão jovem. “Tem certeza que você já povoou o mundo o bastante?”, perguntaram os médicos, em tom de brincadeira. Nisso, ela respondeu que estava certa da sua decisão e que ficaria muito triste se eles não pudessem fazer a cirurgia, pois,

para ela, três filhos já era mais do que o esperado. Mesmo diante de tudo o que ela havia passado para conseguir a cirurgia, o seu investimento tinha “valido a pena”, sobretudo quando tal reflexão é feita pela própria jovem em relação à experiência da Virgínia. “Viu, quando a gente vai atrás, tem como fazer, sim”.

A “dimensão reflexiva” a respeito da maternidade também aparece na experiência da Alice. Ao contrário da Virgínia, da Clarissa, da Estella e da Isabelle, a jovem não tem filhos, mas é possível perceber, a partir dos seus relatos, que ela não deixa de alimentar a vontade de ser mãe. “Nunca deixei de pensar em ser mãe, quando eu vejo uma barriga, eu fico louca!”. A vontade de ter filhos também contagiou seu atual companheiro; no entanto, a jovem diz que ainda se sente insegura em relação ao momento certo para tal experiência. “Ele fala: ‘ah, tu não deixa eu fazer filho em ti...’ Eu disse: ‘não, filho em mim? Não tem essa, não!’ Não é questão de ter filho ou não, se só nós dois não está dando certo, imagina uma criança berrando nos ouvidos dele. A partir do momento que eu estiver segura dele, aí sim”.

Mas antes de levar adiante esse sonho, a Alice precisa concluir o tratamento para um problema no útero, em função do qual teve de ser hospitalizada e acabou tendo um aborto espontâneo da sua primeira gestação, antes mesmo que soubesse que estava grávida. “Eu sei que por enquanto primeiro eu tenho que me tratar e depois pensar em ter filho. Mas eu sempre penso que eu podia estar grávida agora”. No entanto, se a gestação não for uma possibilidade, a jovem tem uma opção na adoção, embora faça questão de marcar que esta poderia ser bem mais complicada, tendo em vista a sua própria experiência da infância.

É porque assim, é uma responsabilidade grande. Daí tem aquela história também, pegar uma criança com sete, oito, nove anos de idade, é complicado. Dá para entender, a gente que morou na casa-lar sabe que os pais adotivos, as mães, querem crianças bem menores, bebês, bem dizer. Porque já nasce sabendo que aqueles são os pais dele, são adotados, mas são os pais dele, né? Tem aquela convivência maternal, paternal desde cedo. Já uma criança com nove, dez anos, já não. Mas eu queria, independente de idade.

Tanto a adoção figura como uma opção em sua vida que a Alice e o seu companheiro pensaram em adotar o terceiro filho recém-nascido da irmã dele. Tendo em vista que a irmã do companheiro da Alice não tem condições de cuidar da criança, a jovem demonstrou interesse em

assumi-la, mas desde que essa adoção passe por todos os trâmites legais, como forma de garantir a irreversibilidade do processo. “Eu falei assim, se for para passar tudo em papel, em cartório direitinho, eu até pego. Mas que ela seja bem sincera comigo, não vem se arrepender depois”.

Para a Estella, contrariamente ao que sucedeu com as outras jovens, a experiência da maternidade implicou o retorno para a casa da mãe. Antes da gestação, ela estava morando sozinha e trabalhando, mas, com a chegada do bebê, além de não poder trabalhar, ela não tinha quem a ajudasse com o filho. Foi somente no terceiro mês de gestação que a jovem descobriu que estava grávida e, para ela, aceitar essa notícia foi muito difícil. Isso porque, até então, ela tinha convivido com outra experiência, a de ter dificuldades para engravidar causada pela presença de um cisto no útero. A jovem achava que não poderia ter filhos, tendo em vista principalmente os quatro abortos que havia sofrido quando ainda estava com o seu primeiro companheiro (um homem mais velho, um “coroa” com o qual ficou casada por algum tempo depois do desacolhimento). “Eu não acreditei, fiquei doida! Eu tinha relação com camisinha, eu usava comprimido, eu usava mais um comprimido para não ficar estéril. Quando estourou a camisinha, eu tomei o comprimido do dia seguinte. Não, delirei! Eu disse: meu deus! Tô grávida do espírito santo, porque não tem como! Eu comecei a menstruar normal, quando chegou no terceiro mês, desceu um dia e depois parou”. E a notícia que naquele momento parecia ser tão impossível de aceitar, ao sétimo mês, foi potencializada pela possível gestação de gêmeos. “O médico ouviu dois corações. Eu disse: mãe, é hoje que eu vou cometer um suicídio, porque um já tá difícil, dois... é insuportável! Daí eu cheguei e falei: meu deus, acabou a minha vida, tô fodida! Sentei, chorava, chorava e pensei: o que eu vou fazer com essa criança? Com duas ainda...”.

A suposta gravidez de gêmeos, no entanto, não passava de uma confusão feita pelo médico: na verdade, a jovem seria mãe de um único menino. A jovem guarda até hoje a pulseirinha colocada no braço do bebê na maternidade, ali estava a prova de que ele era grande e que a jovem, como disseram as enfermeiras, foi uma “mãe corajosa”. Segundo a mãe da Estella, “não quiseram fazer cesárea nela, então ela teve que encarar o parto normal”. Devo lembrar, ainda que brevemente, que o parto (nas diferentes modalidades que esse pode assumir), para estas jovens, ao contrário do que vem sendo observado junto às mulheres de classe média e alta, ainda não se constitui propriamente como uma escolha. Tendo em vista todo um movimento a fim de pensar a humanização do parto, para essas jovens, o parto normal permanece como a única possibilidade. Para além da experiência da Estella, essa

questão também aparece claramente nas dificuldades enfrentadas pela Clarissa para conseguir realizar uma cesariana (seguida de laqueadura) na rede pública de saúde e o medo da Virgínia para ganhar seu bebê, mesmo em se tratando da sétima gestação. Seria possível pensar que nesse momento das políticas públicas (de redescoberta do parto em casa, da figura das doulas, etc.), as jovens estariam fazendo um movimento contrário, de busca pela intervenção cirúrgica (cesárea)? A invenção ou reinvenção do parto, para elas, passa pelas técnicas, por uma concepção de um parto sem dor? No período em que permaneceu no hospital, depois de ganhar o seu terceiro filho, a Clarissa pôde observar um pouco sobre as rotinas na maternidade e, em uma das minhas visitas, procurou marcar sua posição acerca das diferenças entre o parto normal na rede pública e o parto particular (com anestesia), a partir da experiência de uma jovem que teria seu parto filmado pela família:

Eu não sei para que queriam filmar a coitada passando horrores, com dores e a família querendo filmar. Se fosse um parto bonitinho, até vai, mas com um sofrimento desses. Tem que gravar parto particular, lá é tudo feito com antecedência, programado. Quer ver ganhar parto normal com anestesia, é outra coisa. Mas fazer uma pessoa passar por uma coisa dessas!

No celular da Estella estão as fotos do bebê desde as suas primeiras horas de vida até os dias mais recentes. No aparelho, também havia fotos da mãe lhe entregando flores no hospital e duas fotos do pai do bebê, com o qual ela esperava constituir sua família. Ao longo dos relatos da jovem, é possível perceber certa frustração pelo fato de este não desejar assumir a companheira e o filho. Tanto que a falta de comprometimento por parte do pai motivou a Estella a entrar na justiça para garantir não só o pagamento da pensão, mas, sobretudo, os direitos do seu filho. Não demorou muito tempo para que, em uma audiência, viesse a determinação judicial de que o pai do seu filho teria que lhe dar pensão e pagar os atrasados, caso contrário, seria preso. “Se ele não pagar, porque ele tá desempregado, vão colocar ele na cadeia. Mas eu tive que deixar os atrasados, eu gosto dele, né, não quero que ele vá preso”.

A motivação da jovem para entrar com a ação judicial contra o pai do seu filho estava sim na necessidade (ela precisava desse dinheiro para comprar alimento e roupa para o filho), mas também pelo sentimento de ódio/vingança que ela passou a alimentar depois que

descobriu que estava sendo traída por ele. Segundo ela, agora também estaria tudo acabado entre eles, pois o então companheiro havia lhe traído com uma colega de trabalho. Ele preferiu ficar, contou ela em tom indignado, com uma mulher casada do que ficar com o filho dele. Para a jovem, a explicação para a posição que o pai do seu filho assume não se justifica pelo fato de ele ser infantil ou de ainda não ter amadurecido a ideia da paternidade. Trata-se de ter responsabilidade, em especial aquela produzida pelas relações de sangue. O filho era dele, afirma a Estella. Se fosse preciso, provaria, a partir de um teste de DNA, à família do jovem a “verdade biológica” que eles não queriam aceitar (FONSECA, 2002). Como mulher, teria coragem suficiente para dizer e provar que o filho era dele. O teste de DNA, para a jovem, não estava relacionado a uma questão financeira, mas sim à sua “honra feminina”, uma vez que este só viria a confirmar aquilo que ela, enquanto mulher, já havia sentenciado (FONSECA, 2002). O teste só viria mostrar que ela era mulher suficiente para assumir suas responsabilidades e também garantir a paternidade do seu filho, pensando nos direitos deste. Em todo caso, o teste de DNA é acionado pela jovem diante da sua percepção acerca da insuficiência dos “fatos da vida social (relações, afetos) para definir o ‘verdadeiro pai’” (FONSECA, 2002). A paternidade do filho da Estella, aos olhos da família paterna, dependia agora dos “fatos biológicos”, os quais passavam a ser reveladores dos “comportamentos” e dos possíveis enganamentos em torno de uma “paternidade apenas social” (FONSECA, 2004b, p.31), como é possível observar no relato da jovem:

A questão é a seguinte: ele tem responsabilidade, ele sabe que tem um filho. Eu também não era madura. Depois que eu tive ele, eu tive que ter responsabilidade. É uma coisa da gente, não tem como. Ele sabe que é sangue dele, ele sabe que foi ele que fez. Estavam falando de DNA, eu cheguei e falei: eu não vou correr de um exame de sangue, só que eu vou processar vocês por difamação, porque querendo ou não, vocês estão falando o que não sabem! Da onde que eu ia deitar com outra pessoa e dizer que ele é o pai? Não existe, sabendo que tem DNA. Tem mulher que é safada que faz isso, mas eu não tenho coragem. Sinceramente, eu disse, se eu fosse para fazer uma coisa dessas, eu não seria mulher, cara! Eu sou bem mulher para bater no peito e dizer: o filho é teu!

Toda essa briga com o pai do seu filho serviu, também, de alguma maneira, para que ela se reaproximasse do “ex-marido”, como ela mesma chama. Além de a relação de amizade entre os dois ter se tornado “muito boa”, a jovem também argumenta que ele tem ajudado muito com o bebê. Na noite em que o filho passou mal com uma forte gripe, enquanto o pai não atendeu o celular, foi o ex-marido quem a socorreu e levou mãe e filho de carro para o hospital. “Ele tá o tempo todo, ele que não é o pai dele traz a melhor fralda, compra vitamina daquelas para os ossos. Ele vai trazer amanhã para mim verdura para o bebê, para eu fazer papinha”. Quem não vê com bons olhos essa ajuda do ex-marido da Estella, é o pai do seu filho. Este, embora não tenha a preocupação de assumir mãe e filho, não aceita ver outro no seu lugar de pai. Atitude esta que é incompreensível para a jovem, uma vez que, segundo ela, o filho tem mais atenção dos estranhos do que dele, que é o pai.

Os sentidos da maternidade, sobretudo no que se refere à dupla posição que a figura materna assume nas suas dinâmicas de socialidade, sempre foram uma constante nos relatos das jovens acerca das suas experiências familiares (de infância e adolescência). A mãe é quem sustenta e cuida dos filhos e, nesse sentido, é possível dizer que, na maioria dos casos, trata-se de famílias matrifocais. Esse é o caso da mãe da Virgínia, da Isabelle, da Estella, da Alice e da Nina. Porém, paradoxalmente, é a própria mãe quem precipita a fuga das filhas, em especial, nos casos da Clarissa, da Nicole e da Nina. Por vezes, essas duas posições convivem, de maneira que aquela que cuida também será o motivo da busca por uma “saída” por parte das filhas, como exemplarmente as experiências da Nina e da Clarissa nos permitem pensar. A figura paterna pouco aparece nos relatos e, quando é marcada, em geral está associada aos maus-tratos, como nos revela a experiência da Estella e a da Isabelle. Quando as jovens se veem ocupando o lugar de “mãe”, da figura materna, procuram reinventar este papel, sobretudo ao se distanciarem das experiências de “cuidado” materno experimentada na infância, marcada pela intervenção do Estado e, conseqüentemente, pela institucionalização. Tanto que, como é possível observar nos relatos das jovens, o Conselho Tutelar, que anteriormente havia marcado as suas experiências de infância e adolescência, num contexto de desinstitucionalização, volta a se presentificar, não só como forma de garantir os direitos das suas crianças, como também, especialmente, como uma espécie de entidade que, ao exercer vigilância sobre as famílias, se torna uma referência de cuidados e de normatização, especialmente sobre o que seria “uma boa mãe”. É como se as jovens (não todas) estivessem familiarizadas com a linguagem das

políticas de proteção – principalmente com a forma de atuação dos Conselhos Tutelares – e por isso pudessem subverter o papel deste agente, buscando maneiras de proteger seus filhos da intervenção Estatal. Ao contrário das suas próprias experiências, a mobilidade infantil não é uma prática que marca o cuidado com os seus filhos. Ainda que a Estella e a Virgínia possam contar com a ajuda das avós maternas (e mesmo com a vizinha, no caso da Virgínia), os seus filhos permanecem vivendo com as jovens e sendo criados por elas.

Nesse sentido, o cuidado com os filhos pode passar pelo conhecimento das políticas públicas e também dos direitos dos sujeitos. Em função do cuidado com os filhos é que algumas jovens se mobilizam para tentar acessar novamente às políticas assistenciais. Essa competência para transitar pelas políticas e pelos direitos é observada, sobretudo, em relação à Clarissa. Para quem, ainda criança, buscou ajuda do Conselho Tutelar, a jovem aprendeu a lidar com o registro das “convenções” e, a seu modo, tornou-se vigilante em relação à execução e ao cumprimento das políticas e fez destas o objeto da sua invenção. Quando a sua filha tinha seis anos (hoje ela está com 14), ela descobriu que a menina tinha “distúrbios psíquicos” – ela inventa histórias independentemente de quem possa afetar, vive em um mundo de fantasia – e isso acaba gerando situações muito graves. Para resolver o problema da filha, a Clarissa foi procurar ajuda em diferentes lugares, mas a única explicação que encontrou foi uma grande deficiência do município da Palhoça para resolver esse tipo de questão. A busca por algum atendimento levou-a até instituições conhecidas desde o período do acolhimento, como foi o caso do Conselho Tutelar e da própria casa-lar. Ali, onde em outro momento ela havia conseguido uma “saída” (KAFKA, 1999; DELEUZE, 2010), estava a chance de encontrar a solução para o problema da filha.

Agora, eu tô esperando na fila, aguardando para ela conseguir uma vaga. Nem o colégio me cedeu, nem o posto de saúde me cedeu, nem o Conselho Tutelar me cedeu. Daí foi quando eu fui atrás da diretora da casa-lar, mas era contra os princípios da própria casa atender uma outra criança de fora. Mas, na época, a diretora da casa-lar me arrumou uma assistente social ou psicóloga lá do Colégio Catarinense. Daí me disseram que, por se tratar de um problema social, que a consulta seria 80 reais. Daí quer dizer, se é um projeto coisa socioeconômico, não ajuda em espécie alguma.

Vamos ser bem sinceros que para quem está ali trabalhando dia e noite para botar pão dentro de casa...

A jovem sabia que precisava de ajuda e havia depositado no “poder público”, como ela diz, a expectativa de encontrar uma “saída” para o problema da filha. Mas ao mesmo tempo que a Clarissa fez todo um investimento para conseguir essa ajuda pelos meios formais, nos lugares que, segundo a sua avaliação, teriam essa competência, ela não deixou de fazer as coisas do seu próprio jeito, para além dos limites e lacunas postas pelas políticas. Ela havia recém se separado, tinha uma filha com problema, precisava trabalhar para se sustentar com a menina e se viu sem ter ninguém com quem contar. Os dispositivos criados para conferir segurança aos sujeitos haviam se tornado para a Clarissa justamente o seu contrário, ou seja, fonte de total insegurança. Aqui é importante mostrar a existência de uma contradição entre aquilo que os sujeitos percebem e o que as políticas públicas são capazes de produzir. “A minha sensação hoje, se tu depender do poder público, é de insegurança total. Tu te sente impotente, tu não tem apoio para nada, porque numa situação dessa... pô!”. Como ninguém havia “lhe aberto a porta”, mesmo depois de procurar por ajuda, a jovem decidiu pedir demissão do emprego (na época estava empregada como auxiliar de limpeza no Colégio Catarinense), e foi em busca de um outro trabalho que ficasse mais próximo de casa e cuja carga horária lhe permitisse ficar mais tempo com a filha. “Essa situação começou a crescer, eu tive de trocar de serviço, eu tava muito bem, salário bom, emprego bom, só que eu trabalhava do meio-dia às nove da noite, e ela ficava muito tempo sozinha, porque ela estudava pela manhã”.

A partir dessas experiências da Clarissa, é importante observar o lugar que o Conselho Tutelar permanece ocupando na vida das jovens. Como procurei mostrar no capítulo anterior, nas experiências prévias ao acolhimento, o Conselho figurava, por vezes, no ponto de vista das jovens, como o próprio dispositivo de proteção à infância e à adolescência, sobretudo por sua atividade demarcar o início da institucionalização⁸². Num contexto de desinstitucionalização, essa

⁸² Conforme o levantamento realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome executado em parceria com a Fiocruz, 52,9% dos encaminhamentos aos serviços de acolhimento, no país, são feitos pelo Conselho Tutelar. Esse dado ajuda, em alguma medida, a compreender o lugar do Conselho nas experiências de institucionalização e desinstitucionalização das jovens. Em especial, o fato de este, por vezes, assumir essa centralidade,

espécie de entidade, o Conselho Tutelar, permanece sendo acionada em diferentes situações, mas, sobretudo, na relação de cuidado que as jovens estabelecem com os seus filhos. Em outra ocasião, num movimento muito semelhante a este feito para conseguir tratamento psicológico para a filha, a Clarissa foi em busca de vaga na escola para o filho. E mais uma vez, entre as instituições procuradas para conseguir ajuda estava o Conselho Tutelar. “Para conseguir vaga para o meu filho, eu tive que ir na Secretaria de Educação, eu tive que ir na Prefeitura e no Conselho Tutelar para conseguir vaga para ele. Eu fui em seis instituições. Eu peguei o Centro Comunitário, lá de cima, do Caique, Criança Esperança, eu peguei, reuni todas e levei: tá aqui ó, o local mais próximo da minha casa é o Criança Esperança e eu quero que o meu filho estude lá”. Diante da resistência por parte da Secretaria de Educação e da própria escola, a jovem faz uso do poder de vigilância⁸³ do Conselho Tutelar para negociar com as outras instituições estatais. O Conselho, que, até então, fazia a vigilância das famílias, como bem sabia a jovem, poderia ser também o lugar de denúncia dessas instituições que entrariam o seu compromisso de manter os filhos na escola, pelo qual ela mesma poderia ser responsabilizada (inclusive pelo próprio Conselho Tutelar). Era uma questão de direitos.

Eu quero que o meu filho estude lá, eu tenho direito. Se vocês não me arrumar uma vaga, eu vou no Conselho Tutelar e vou arrumar vaga. Eu fui no Conselho Tutelar e quando eu cheguei lá eu disse para eles: se vocês realmente não arrumarem a vaga, eu vou para a imprensa. E eles me disseram que não, que por conta da lei, tinha um limite de vagas e este estava estourando. Eu disse: não, infelizmente, eu digo para vocês, eu preciso trabalhar e meu filho precisa estudar.

Na experiência da Isabelle, assim como para a Clarissa, é o papel de polícia, de controle e de “lugar fundado no restabelecimento das convenções” do Conselho Tutelar que é acionado nos relatos da jovem, quando o assunto é o cuidado com os filhos. O fato de ter de cuidar de

funcionando como uma espécie de entidade que encarna o conjunto das políticas de proteção.

⁸³ Optei por utilizar nesse momento a expressão “poder de vigilância”, mas é importante esclarecer que seria possível associar este ao poder de “polícia”, objeto da reflexão empreendida por Jacques Donzelot na obra “A polícia das famílias”.

seis crianças coloca algumas dificuldades à Isabelle, quando esta precisa sair de casa, sobretudo pelo fato de não ter com quem deixá-los durante sua ausência, ainda que por um curto espaço de tempo. Quando precisa sair de casa para comprar pão ou fralda para as crianças, ela pede para o seu filho maior ficar “reparando os irmãos”. Em uma dessas situações, ela recebeu inesperadamente a visita do avô paterno das crianças que a repreendeu por tal atitude, e fez uso do nome do Conselho Tutelar para reforçar sua ameaça, como lembra a jovem: “Ele disse: ‘ah, porque tu deixou as crianças sozinhas, eu já estava levando elas para o Conselho Tutelar’”. A jovem acabou discutindo com o ex-sogro, argumentando que havia se afastado de casa por necessidade e ainda assim por pouco tempo. “Eu não saí por sair, eu saí porque eu tinha necessidade. Mas é uma coisa assim rápida, não é assim de chegar e demorar. Eu não sou de deixar os filhos sozinhos para ir para a balada. Porque eu sei que eles são crianças, que eles são pequenos ainda, precisam de assistência. Tem que pensar lá na frente, não se eu quis ter filho, eu tenho que saber que eu tenho que ter responsabilidade de ficar.”

A resposta que a jovem dá, a princípio somente ao avô dos seus filhos, pode ser pensada, na verdade, de maneira mais ampla, tendo em vista as políticas de proteção na figura do Conselho Tutelar. O seu argumento é construído a partir do reconhecimento de que deixar os filhos sozinhos em casa pode parecer falta de responsabilidade, mas se ela precisa fazer isso, não o faz de maneira negligente, é por necessidade e com a preocupação de deixá-los sozinhos o menor tempo possível, já que eles ainda precisam de assistência. Embora não esteja dito explicitamente, talvez seja interessante pensar que essa argumentação está relacionada a um receio, por parte da jovem, de algum tipo de intervenção do Estado na sua família e no cuidado com os filhos. Ela pretende agir conforme as convenções próprias das políticas públicas, inclusive nos termos que usa para falar sobre a maneira de cuidar dos filhos, tais como dar assistência e ter responsabilidade, ainda que, como “fundo”, o Conselho Tutelar e sua ação de controle e intervenção junto às famílias, já experimentada pela Isabelle, permaneça se presentificando no cuidado que a jovem tem com os seus filhos, sobretudo na medida em que marca aquilo que é esperado como competência em exercer a maternidade.

Num contexto de desinstitucionalização, também é importante pensar que a intervenção por parte do Estado, experienciada pela Isabelle durante a infância, permitiu-lhe adquirir uma espécie de competência para agir conforme o registro da “convenção”, um “saber fazer” aquilo que é esperado pela “sociedade”. Tanto que, para a jovem,

a mãe que não “sabe fazer”, “não sabe educar”, acaba por perder os filhos. “Tem muita mãe aí que perde os filhos, porque não sabe fazer as coisas, não sabe educar um filho, quer chegar lá e bater”. O parâmetro do cuidado vem da sua experiência de infância atravessada pelas políticas de proteção e seus intoleráveis. Nesse sentido, o Conselho Tutelar novamente encarna o conjunto das políticas de proteção e se torna, para a jovem, a própria política, fornecendo os marcadores em termos do que é tolerável: “dar uma chineladinha” e não maltratar e/ou espancar; não deixar os filhos sozinhos, é preciso lhes dar assistência, como explica a Isabelle, tendo em vista sua própria experiência:

De espancar e essas coisas assim, eu já passei por isso e parei muito em Conselho Tutelar, então, eu não quero isso para os meus filhos. De paulada, tudo era bater, eu não quero isso para os meus filhos. Então, se eles estiverem errados, uma chinelada assim leve não vai matar. Não é coisa que tu vai parar no Conselho Tutelar.

A figura do Conselho Tutelar também é invocada, por vezes, pela mãe da Estella para chamar atenção da filha para uma possível intervenção de conselheiros, devido às brigas travadas entre a jovem e o pai do seu filho. “Vocês (a Estella e o pai do filho dela) ficam de briga, qualquer hora dessas o conselho tutelar vai te tirar o menino”. E a jovem respondeu de maneira muito positiva. “Meu filho é meu, ninguém vai tirar ele de mim nunca. Eu quero ser uma boa mãe para o meu filho, quero ser a melhor amiga dele, ele vai poder contar tudo e perguntar tudo para mim”. Nisso a mãe da jovem argumentou: “Mas vocês também sempre puderam conversar tudo comigo”. “Eu sei, mãe”, disse a Estella, “não estou falando isso, estou dizendo que eu quero ser a melhor amiga do meu filho”. Ao dizer isso, talvez seja possível pensar que a Estella está procurando romper com um pretense “ciclo” de intervenção do Estado sobre sua família. Além disso, é interessante observar que, se, por um lado, o Conselho Tutelar pode se configurar como um lugar de ameaça e de vigilância na relação das mães com seus filhos, sobretudo em termos de vínculo, por outro, a jovem pode tomar a experiência de ser mãe como “invenção” e, portanto, como possibilidade de desmarcar aquilo que é assumido pela mãe como “convenção” (intervenção do Conselho Tutelar).

Ainda quanto ao acesso às políticas assistenciais, o investimento para conseguir vaga para os filhos na escola e, em especial, na creche, também é um ponto recorrente nos relatos das jovens e que permite

observar a posição assumida por cada uma, sobretudo no que diz respeito à garantia dos direitos dos filhos. Tal temática foi pautada pela primeira vez em uma das conversas entre a Clarissa e a Virgínia. Na ocasião, a Clarissa utilizou a sua própria experiência para mostrar para a amiga como deveria proceder para garantir o direito dos seus filhos. “É bem complicado”, diz a Clarissa, “aqui, ou tu busca os teus direitos, ou não estuda”, ou seja, ela tenta mostrar para a amiga qual a postura a ser assumida para driblar as dificuldades de conseguir vaga para os filhos na creche. “Senti o que tu vais passar?”, a Clarissa “cutuca” a amiga que dizia não conseguir creche em lugar algum. Nisso a Virgínia também sorri e retruca, lembrando que essa briga não é sua, mas sim do seu companheiro. “Senti o que o meu marido vai passar!”. E mais uma vez a Clarissa insiste na maneira como a Virgínia precisaria conduzir essa busca pelos direitos dos filhos: “Tem que ter pulso firme, tem que brigar”. Na impossibilidade de conseguir vaga para os filhos na creche, a Virgínia encontra, no preço cobrado pelas escolas particulares da região, a justificativa para os filhos ainda permanecerem em casa e ela também. “Os que têm são tudo caro, tem ali o azul, aquele novo, é 250 reais o dia inteiro”. Como ela não pode pagar esse preço e também não pretende assumir a briga pela busca de vaga na creche, ela já tinha uma solução para esse impasse: os filhos iriam direto para a escola a partir dos seis anos de idade.

É importante pensar, em relação à posição assumida pela Virgínia, o quanto as tentativas de inclusão, por parte das políticas, podem acabar produzindo a exclusão. Mas esta condição de exclusão é gerada pela própria mãe que, na minha leitura, talvez por medo de perder a guarda das crianças, deixa de procurar ajuda e de acessar os serviços assistenciais. E, ao fazer isso, traz à tona a contradição da proteção: se por um lado deseja cuidar dos filhos, por outro, pode acabar violando os direitos destes. A violação de direitos, conforme o ECA, é uma situação que permite legitimar a intervenção do Estado, podendo culminar no acolhimento institucional.

A temática das vagas para os filhos na creche também apareceu em uma das minhas visitas à Isabelle. Na ocasião, as crianças não estavam mais na creche e a jovem estava condicionando a resolução dessa questão à definição da mudança da família de bairro ou mesmo de município. “Então, agora eu tenho que esperar pra ver, tá para sair um dinheiro aí [herança do pai], vamos esperar para ver se eu vou ficar, se eu vou me mudar, porque também se eu ficar aqui, aí eu posso inscrever eles, senão vou ter que mudar, daí muda tudo então. As pessoas que estão precisando, eu vou tirar vaga. Então, daí eu tô esperando”. Mesmo

sem o dinheiro da herança, a Isabelle acabou se mudando para a Palhoça, o que, no entanto, não alterou em nada a situação das crianças, como foi possível observar na minha próxima visita. Nesse dia, eu e a Alice fomos juntas até a casa da jovem, uma vez que, agora, as duas haviam se tornado vizinhas. Quando entramos na casa, as crianças estavam todas no quarto com a mãe assistindo televisão, uns na cama e outros sentados pelo chão. A Alice pergunta se a amiga havia comprado a nova casa, a Isabelle com um ar de desânimo responde que não, que ela estava apenas alugando. Se, por um lado, o espaço interno da nova casa é mais reduzido, por outro, no bairro Frei Damião (Palhoça), as crianças descobriram a rua: a possibilidade de brincar na areia e de driblar os olhares da mãe. Diante da intensa movimentação das crianças entre casa e rua, a Alice pergunta se a Isabelle já havia ido ver a creche para as crianças, uma vez que quando ela tivesse o bebê, ela não teria condições de cuidar de todas as crianças sozinha. Nisso, a Isabelle responde, assumindo uma posição muito próxima à da Virgínia quando recebia sugestões da Clarissa: “Pois é, preciso ir lá ver. Mas, não sei se com quatro filhos... vai ser difícil arrumar vaga”. Neste momento, a Alice, que não tem filhos, faz questão de chamar a atenção da amiga: “Mas aí mesmo é que eles dão vaga, quando tem mais filhos, eles arrumam vaga para todos”.

Essa maneira de agir e de pensar da Isabelle em relação à creche para os filhos parecia destoar, em grande medida, da forma crítica e participativa como, em outro momento, a jovem parecia lidar com as políticas públicas. Em outra ocasião, ela havia sinalizado com certa ênfase que quando “precisava mesmo” de ajuda, ela procurava se informar e participar dos programas do governo. “Quando eu preciso, eu vou atrás! Eu fico atendida, mas quando eu não preciso, eu não tiro de quem precisa.” E foi a partir de uma situação de necessidade que a jovem tentou conseguir o bolsa-família, benefício que para ela seria “uma ajuda”. A primeira vez que tentou obter o benefício, ela ainda estava vivendo com o seu ex-companheiro e a renda dele era superior àquela estabelecida para obter o auxílio. Mais recentemente obteve a mesma resposta, o que ela diz não compreender, pois segundo ela, há outras mães em situação financeira melhor que a dela e com menos filhos que acabam por receber a bolsa. “Eu tô sem bolsa-família, porque eu liguei lá para a mulher faz dois meses agora. Daí, ela disse que não passou, porque passou do mínimo. Aí eu liguei para o CRAS, perguntei se podia fazer de novo, por ter um monte de filho”.

A Isabelle tem cinco filhos e cria também a filha que o seu atual companheiro teve antes de os dois começarem a morar juntos. Mesmo

assim, o único benefício que teve do governo até hoje foi o que ela chama de assistência maternidade. “A criança recém-nascida sai da maternidade já com a certidão de nascimento, vai lá no CRAS e daí já ganha um salário mínimo para a criança, até ela completar seis meses”, explica a jovem. Tendo em vista a sua quinta gestação, a jovem também estava interessada em participar da Rede Cegonha, conhecida por ela como um auxílio-maternidade, “a Cegonha”. No entanto, a jovem não tinha conseguido ir até o posto de saúde obter mais informações sobre sua possível participação na rede, porque não tinha com quem deixar as crianças. Mais uma vez, ela faz questão de enfatizar que vai em busca desses programas pensando nos direitos e no bem-estar dos seus filhos e por isso procura estar atenta às informações sobre esse tipo de política pública.

Esse negócio de Cegonha aí, eu tô tentando me informar, eu descobri pela televisão, mas ninguém diz, ninguém sabe de nada, é uma coisa assim, senão eu perco. Porque daí é desde o começo da gestação que faz acompanhamento. Eu não sei se eles estão desatualizados, eu já fui ali e me informei na primeira consulta que eu fui, eu ganhei um cartãozinho, já perguntei e eles não tão sabendo de nada. Eu disse: é um negócio que passa no governo, eles não sabem, então, é umas coisas assim desinformadas. Como é que umas pessoas dessas trabalham na saúde? Ai, eu não entendo.

Em relação às pessoas com quem pode contar, a jovem diz que, em geral, além do seu companheiro, ela pode contar com o seu ex-companheiro e também com o pai do seu filho. Por vezes, ela também lembra de recorrer à diretora da casa-lar, mas sempre procurando as pessoas que, segundo ela, vão ajudá-la sem ter nenhum interesse num retorno imediato, ou seja, sem a expectativa de uma relação de reciprocidade. (É importante lembrar que essas outras relações de ajuda que a jovem estabelece passam necessariamente pelo cuidado dos filhos.)

Às vezes, eu ia lá conversar com a diretora lá do abrigo, aí dizia: ó tia, tá apertado, tem como a senhora me ajudar? Aquelas pessoas assim que querem ajudar, que gostam de ajudar, mas não querendo coisas em troca, apenas saber que aquela pessoa vai estar bem. Tem muitas pessoas que

ajudam e jogam na cara. Então, isso aí eu já prefiro não pedir. Eu prefiro ficar, nem que tenha que passar fome, mas eu prefiro ficar na minha, porque assim, eu acho ruim. Se a pessoa quer ajudar, ajuda na boa vontade, sem cobrar. Então, eu já prefiro ficar longe.

Para a Virgínia, o cuidado com os filhos e a maternidade passam por um outro lugar que não é exatamente o do conhecimento das políticas públicas e da consequente vigilância em relação à execução destas. Trata-se de uma outra maneira de lidar com essas questões que, no entanto, não pode ser desconsiderada e tampouco diminuída, sobretudo quando equiparada com a experiência da Clarissa e seu modo de conduzir o cuidado com os filhos. Mas é importante ter em vista que esse cuidado com os filhos passa também pela compreensão que a Virgínia tem acerca da sua própria condição. Ou, mais exatamente, onde parece haver apenas vulnerabilidade e pobreza, para ela haveria possibilidade – em especial quando posta em relação com outras pessoas que, segundo ela, estariam em “pior” situação. Isso é possível observar no seu relato sobre o período em que esteve no hospital para ganhar sua sétima filha. A primeira noite no hospital, a jovem passou sentada em uma cadeira, por falta de leito. Somente na segunda noite é que a passaram para uma poltrona mais confortável. Embora estivesse grávida e com problema cardíaco, ela sentiu vergonha de reclamar daquela situação, como ela mesma reflete. “Eu vi tanta gente em situação pior que a minha. Eu estava na parte onde só tinha gente com problema no coração”. O fato de estar grávida da sétima filha a colocava numa situação privilegiada em relação àqueles que estavam ali hospitalizados apenas por motivo de doença. Enquanto relata essa situação, ela retira uma maçã de dentro da bolsa e lembra de ter ganho esta também no hospital. “Eu não sei o que pensam, só porque a gente tem sete filhos, que sei lá, que a gente passa fome.”, lembra sorrindo da situação de desconforto vivenciada durante a hospitalização. “Todo mundo ficava me dando comida, mesmo os outros pacientes e, como eu não comia, eu acabei colocando dentro da bolsa para trazer para as crianças”. Tendo em vista a compreensão que a jovem tem da maternidade, como uma experiência que merece reconhecimento e é algo esperado em relação às mulheres, a postura crítica dos médicos sobre sua condição lhe causa estranhamento. Ter sete filhos não era, para ela, motivo de vergonha ou preocupação, era sinal de que ela estava fazendo o seu melhor, como mãe e mulher.

A relação entre as experiências da Virgínia e da Clarissa de

cuidado com os filhos é interessante não pela oposição que, a princípio, parece revelar, mas sim porque elas nos informam os lugares (valores, condições, afetos) por onde passa tal cuidado e o acento que cada uma lhes confere em cada situação. O mais importante é como cada jovem se vê nas situações em que os filhos lhes demandam o seu cuidado e a sua proteção. O cuidado, para a Virgínia, como tenho procurado mostrar, não passa pela garantia dos direitos; no entanto, o cuidado que ela tem com os filhos não é passível de comparação, de substituição: ele é exclusivo, só ela sabe ser mãe daquele jeito, ninguém cuida melhor do que ela. Quando fui visitar a jovem depois de um mês do nascimento da filha, logo que entrei na casa avistei todas as crianças, menos a recém-nascida. A Clarissa, não exatamente nestes termos, também havia sentido falta da menina e por isso perguntou se a Virgínia havia dado a filha. Ela respondeu que não e explicou que a filha estava na vizinha da casa em frente à sua. A vizinha tem 14 anos e passa, segundo os relatos da Virgínia, praticamente todos os dias com a menina: ela alimenta, dá roupas, troca as fraldas e leva para passear. Num primeiro momento, parece que a situação havia se tornado confortável para a jovem que tinha ainda outros três filhos pequenos que ficavam com ela em casa o dia inteiro. No entanto, ela revela que não gosta que a filha vá para a casa da vizinha, prefere mesmo que a recém-nascida fique em casa sob os seus cuidados. Sorrindo, ela confessa que “filho, ninguém cuida como a gente”.

Se ninguém cuida da sua filha como ela mesma, no seu ponto de vista, a dedicação às crianças precisa ser em tempo integral. O cuidado com os filhos não parece combinar com o trabalho fora de casa. Tanto que ela se preocupa em marcar a diferença entre o seu cuidado para com os filhos e o das vizinhas. Por isso, ao menos na minha presença e na da Clarissa, a Virgínia faz questão de enfatizar a falta de cuidado de algumas mães da vizinhança que trabalham fora. “A mãe desse aí não tá nem aí, ela vai trabalhar e deixa o filho com a cunhada eu acho, nem sei se tem alguém com ele hoje”. Além de não ter alguém para cuidar da criança, ela observa que o menino passa todo o tempo na rua, “às vezes não tem ninguém, mesmo com chuva, ele tá solto na rua”. No entanto, embora demarque essa diferença, é importante pontuar que os filhos da Virgínia também têm o hábito de brincar nas ruas do Frei Damião, tanto que no episódio do tiroteio entre traficantes, seu terceiro filho menor estava no meio da confusão. Mas, de alguma maneira, para ela existia uma diferença, e essa está, ao que me parece, no fato de ela não sair de dentro de casa. Situação esta que, para a jovem, nunca foi tomada como um “tabu”, visto que tal escolha é central na constituição daquilo que ela

pode vir a ser enquanto mãe.

Os filhos da Clarissa, ao contrário, conforme ela observa, não foram criados acostumados com aquela realidade do bairro, mesmo quando ela ainda morava no Brejaru, como ela mesma faz questão de ressaltar:

Os meus filhos foram criados dentro de casa. Os vizinhos brincam na rua, ficam até tarde na rua, mas os meus filhos foram criados dentro de casa. Eles vão para a escola e para o bar, esse é o espaço de circulação deles. O programa deles é ir, de tempos em tempos, no cinema, ou vão para o sítio ficar com os avós, vão passear um pouco no shopping, mas do contrário, eles estão em casa.

Para ficar com os filhos, a Clarissa não abriu mão do seu trabalho nem de ganhar o seu dinheiro para poder sustentar os filhos, como fez desde os seus 15 anos. No entanto, para conciliar trabalho e cuidado com os filhos, a Clarissa também deseja, assim como a Virgínia, que os filhos estejam sempre por perto. Ao contrário da amiga, porém, a Clarissa não deixa os filhos brincarem na rua: quando não estão na escola, os dois passam boa parte do dia e também da noite no bar da família, ajudando os pais nas rotinas de trabalho do estabelecimento. Mesmo o terceiro filho da Clarissa, ainda bebê, passa boa parte do tempo no bar, ainda que com a mãe. Aos poucos, ele vai se acostumando com os horários de funcionamento do estabelecimento, com a música alta e a circulação de pessoas. Para a Clarissa, essa foi a maneira de conciliar o trabalho com o cuidado dos filhos e também de poder protegê-los de experiências semelhantes às vivenciadas pela jovem durante sua vida. “Eu conheci muita coisa ruim da vida, mas eu evito ao máximo os meus filhos de conhecer essa realidade. Os meus filhos foram criados de maneira diferente”, explica a Clarissa à Virgínia.

A maneira diferente de criar os filhos varia de uma jovem para outra, sobretudo em função dos valores e das experiências que são acionadas contingencialmente, para conformarem aquilo que elas podem ser enquanto mães. Nesse sentido, embora as experiências de acolhimento institucional possam assumir, em alguns contextos relacionados aos cuidados com os filhos, um papel importante, estas não funcionam como simples incorporação de valores e moralidades ou ainda como transposição destes de um contexto para outro. Prefiro pensar, a partir dos relatos das jovens, que tais experiências teriam uma produtividade porque justamente lhes fornecem elementos para um

dever-mãe. Se tais experiências se fazem presentes, não é como continuidade, sobretudo porque não há um sujeito dessas experiências que tenha sido produzido pelas políticas de proteção e que permaneça linearmente: o que existem são modos de existência que estão sempre por se fazer ou por ser inventados.

As experiências de cuidado com os filhos da Virgínia, da Estella e da Isabelle de alguma forma se aproximam, uma vez que para as três jovens esta experiência passa pela escolha de ficar em casa e não trabalhar fora, especialmente para poder se dedicar com exclusividade ao cuidado com os filhos. Em relação à Virgínia, esta parece uma decisão sua, ainda que em consenso com o seu companheiro e, para a Isabelle, essa é uma espécie de prescrição do seu companheiro atual. Embora a jovem manifeste o desejo de trabalhar fora, ela diz que o seu companheiro prefere que ela permaneça em casa cuidando das crianças. “Esse cara que eu estou vivendo, ele não quer que eu trabalhe, porque ele quer que eu dê assistência para eles [filhos]. Assim, incentivar a estudar. Ele tem como nos sustentar. Somos sete com ele. Então, assim, não falta nada. E se faltar, a gente sempre dá um jeito”. Em uma das minhas visitas, a Isabelle chegou a manifestar o seu desejo de trabalhar ao menos meio período, porque ela sentia necessidade de se ocupar com outras atividades para além do cuidado dos filhos. Tal vontade também apareceu associada à retomada dos estudos, uma vez que a jovem não chegou a concluir o ensino médio, mas, em termos de prioridades, esta acabaria sendo adiada em função da sua preocupação em dar assistência aos filhos enquanto são pequenos. Com a notícia da quinta gestação e também da mudança para a Palhoça, a possibilidade de trabalhar meio turno, embora lhe parecesse uma forma de contribuir com as despesas familiares, sobretudo com alimentação, novamente é posta em xeque pelo fato de seu companheiro ter condições de sustentar a família. Apesar disso, eles também poderiam “dar um jeito” em relação à questão da alimentação; segundo a jovem, bastaria que as crianças tivessem horário certo para comer, assim como ela tinha na casa-lar. “Eu penso assim, na verdade, não sei, porque eu estou pensando também se eu vou voltar a trabalhar, porque assim ó, até que o meu atual marido ganha bem, mas, como diz, as crianças comem! Gasto não com roupa, essas coisas assim é mínimo, o mais é comida. Até que assim, se tiver hora certa de comer, a hora certa de tomar café, que nem na casa-lar, as coisas vão”. No caso da Estella, tal escolha é legitimada pela avó materna, a qual além de se ocupar do sustento da família, pondera que o neto seria ainda muito “novinho” para ir para a creche. “Ele pode ficar doente, se tirar o peito dele com essa idade”.

Da mesma forma, também não seria possível imaginar uma continuidade entre as experiências familiares das jovens e aquelas que elas constroem com os seus filhos. Não há uma repetição das experiências, que poderia alimentar a ideia de um ciclo em que se repetem, com os seus filhos, as situações, sobretudo de maus-tratos, vivenciadas pelas jovens durante a infância e adolescência. Tampouco trata-se de alimentar a ideia de que os filhos das jovens também acabariam por experimentar a institucionalização e mesmo a intervenção estatal no âmbito familiar. A desconstrução dessa concepção de um sujeito acabado que incorpora disposições aparece em um pequeno trecho do relato da Isabelle sobre a sua maneira de cuidar dos filhos. “É que eu fui criada assim maltratada, entendeu? Então, eu não quero isso para os meus filhos. Eu gosto de criança, adoro, eu tenho paciência. Na hora de brigar, eu brigo. Mas eu não sou aquela mãe de ficar espancando, batendo; às vezes, tu até dá uma boa chineladinha. Mas assim, de deixar roxo, eu não sou assim! Tem mãe que só tem filho para isso. Só para maltratar”.

Em oposição a sua experiência de infância, marcada pelos maus-tratos, é que a Isabelle vai construindo a mãe que ela pode ser: aquela que gosta de criança, que tem paciência, não bate, não espanca (no limite, uma chinelada), dedica-se exclusivamente aos filhos (não trabalha fora de casa), é amiga dos filhos, é uma “mãe bem mole”. Embora, em outro momento, a jovem tenha dito que pretendia criar seus filhos assim como fora criada, ela não fez referência à sua experiência familiar, mas sim àquela própria da casa-lar: os valores, regras, rotinas e os limites com os quais aprendeu a conviver durante o acolhimento institucional.

É assim que a gente foi criada e assim que a gente pode criar nossos filhos, porque se eles não têm limites, aí eles vão ficar *à la volonté*, o que quer dizer, comer a hora que quer, fazer o que quer. Então, tem que ter um limite também, um limite deles comerem, de tirar o soninho. Ó, eles já comeram, já tiraram soninho, depois eles acordam, daí brincam um pouquinho lá na rua, depois seis horas eu dou o café, depois nove horas já dou janta.

No entanto, ao mesmo tempo que procura imprimir tais rotinas e tenta criar os filhos de acordo com aquilo que aprendeu como sendo da ordem da convenção, a Isabelle suspeita não ter como controlar a dimensão da “invenção” que emerge dessa relação de cuidado com os

filhos (do investimento que faz na criação destes) e tampouco prever aquilo que eles poderão vir a ser. Ela espera que, quando eles se tornarem adultos, eles possam se tornar pessoas boas, mas sabe que isso não depende dela e que, portanto, não tem como controlar.

Depende, né? Porque eu posso criar eles de um jeito, mas lá fora já outro. Esse é meu medo. Muitas vezes, eu penso, eu olho para eles deitados ali dormindo e penso: meu deus, o que vai ser dessas crianças quando crescerem. Porque tu vai ensinar alguma coisa, mas tu educa de um jeito em casa, mas o que eles vão aprender lá fora... porque eles vão estudar, eles vão se relacionar com outras pessoas lá fora. Nós não temos como controlar.

Nesse relato da Isabelle há, de certa forma, não só o reconhecimento, produzido a partir da sua própria experiência, de que ela não pode controlar o que os filhos podem vir a ser (ainda que seja isso uma fonte de preocupação), mas sobretudo de que esse devir depende das relações que eles vão estabelecer em contextos e com pessoas muito diferentes. Nesse ponto, é interessante observar que se, por um lado, a partir da perspectiva da Isabelle, o acolhimento lhe forneceu elementos para que ela pudesse conduzir a sua própria vida e consequentemente construir sua concepção de cuidado em relação aos filhos, por outro, pessoas do seu próprio convívio tendem a ver tal experiência como precária e marcada pela falta. Esta é a perspectiva, por exemplo, do avô paterno dos filhos da jovem, para o qual o fato de ela ter passado pela experiência do acolhimento institucional faz dela uma pessoa “mal educada” e que, portanto, não teria cuidado com os filhos. “Porque tu não teve família, porque a tua família não te apoiou, porque tu fosse para uma casa-lar, por isso que tu é mal educada”, lembra a jovem das palavras do ex-sogro durante uma das suas discussões. É possível dizer que a perspectiva de família que orienta o discurso do ex-sogro seria aquela que se constitui a partir de uma estrutura, digamos, convencional e incontornável, fora da qual nada seria possível. Somente esta família ideal e estruturada (pai, mãe e filhos) poderia ser o lugar da educação e da produção de sujeitos que conduzem suas vidas a partir das expectativas de um social. No entanto, é justamente tal concepção de família que é refutada pela jovem. Quando, em certo momento, ela diz: “como eu não tenho família, a minha família é meus filhos”, talvez ela esteja sugerindo que a família é ela quem pode inventar e, dessa forma, já não são seus pais (biológicos ou adotivos), tampouco seus irmãos e

mesmo a parentela extensa. Família é aquilo que ela pode fazer de la, é ela quem constrói, e por isso o lugar da educação e do cuidado, durante sua infância, de fato não era a “família”, nos termos do avô das crianças, mas a casa-lar. “Eu fui exemplo, apesar de que algumas gurias se desviaram, mas isso não é por causa da casa-lar. Porque a diretora da casa-lar, as educadoras, todo mundo me educou”.

Se, por um lado, as jovens procuram se distanciar da experiência de maternidade das suas mães, por outro, é possível que, em algumas situações, ambas acabem tendo uma mesma motivação para suas ações. Isso pode ser observado na relação entre a Estella e a sua mãe: embora aparentemente a posição das duas se diferencie, no fim das contas estão igualmente empenhadas, ainda que cada qual à sua maneira, em “fazer família”. Em uma das minhas visitas à Estella, pude acompanhar suas expectativas em relação à construção de uma nova casa para a família morar (ela, o seu filho, sua mãe e irmãos). A mãe da Estella, com o dinheiro do seu trabalho, é quem daria vida ao sonho de construir um sobrado no terreno ao lado da casa onde estavam morando. Empolgada com as mudanças, a jovem já podia imaginar um novo cenário para o seu cotidiano: “Guria, isso vai ficar uma mansão! A mãe já disse que quer uma cozinha enorme!”. No entanto, passado um mês do início da reforma da casa, eu retornei para a minha última visita. Logo que entrei na porta da cozinha, avistei a Estella e procurei indagar sobre o andamento da obra, a qual parecia mais avançada. Ela deu uma gargalhada e disse que uma parte da laje havia desabado. “Oh, guria, tinhas que ver a cara da mãe quando deu aquele estrondo, muito engraçada!”. A maneira de a jovem reagir ao que havia acontecido, rindo da sua própria condição e também das expectativas não só da mãe, mas de todos que viviam na casa e dependiam da reforma, aparentemente parecia destoar da sua vontade de mudar de vida e também da decepção visivelmente estampada na expressão da sua mãe. A mãe da jovem lembra que seria o terceiro Natal na casa e as coisas pareciam não evoluir. “Eu não queria ser rica, sabe?”, reflete a mãe da Estella, “mas pelo menos viver com conforto, com dignidade, poder comer as coisas que eu tenho vontade, poder fazer as coisas na casa”.

No entanto, se aparentemente a posição da mãe e da filha em relação à reforma (sobretudo em termos de oferecer uma vida melhor para os filhos) parece contrastar, na sequência, é possível observar que a Estella, como mãe, desejava a mesma coisa que a sua mãe: poder trabalhar o quanto antes para construir a nova casa e seguir a sua vida. “Eu quero construir a casa, nem que eu tenha que pegar todo o meu salário do mês e botar em material para construir, durante uns quatro,

cinco meses, assim pelo menos para rebocar, pintura eu não me importo muito”. E esse seu desejo compõe o seu devir-mãe, o qual lhe exige a responsabilidade que até então não havia experimentado. Trata-se de um devir que passa por outros lugares que não são mais o da fuga, pela possibilidade de ir de um lugar para outro, de se colocar em circulação, mas sim permanece sendo o da “busca por uma saída”, e nesse empreendimento não estará mais sozinha.

Agora eu tenho responsabilidade. Antes, querendo ou não, eu podia fugir da responsabilidade, de um lugar para outro. Agora, eu tenho o meu filho, não tem para onde eu fugir, quem é que vai me aceitar com o meu filho? Aqui é ruim, imagina fora daqui. Eu me sinto nervosa, agoniada por não poder fazer nada, tenho que engolir tudo por causa do meu filho. Eu tenho que engolir se eu quiser dar alguma coisa para ele, eu tenho que engolir.

Foi pensando na proteção dos filhos, e talvez também numa “saída”, que a Virgínia e o seu companheiro decidiram entregar a casa onde estavam morando e retornar para a sua residência antiga, a qual eu havia conhecido no início da pesquisa. No entanto, eu e a Clarissa só ficamos sabendo da mudança quando chegamos na casa da jovem para uma das nossas visitas: para nossa surpresa, a casa estava toda murada e pintada. Nós estranhamos e começamos a deduzir que a Virgínia não morava mais ali e nossa suspeita logo se confirmou com a informação do filho do novo morador da casa: “Ela voltou para a casa que ela morava antes, aqui dobrando”. Nesse dia, as ruas de areia davam sinais dos estragos causados pelas últimas chuvas. Toda a parte da frente da casa havia desabado, e por pouco o restante da casa de madeira ainda se manteve em pé. A Virgínia estava evitando montar mais camas, porque segundo ela o madeiramento estava todo podre. A fiação, além de estar aparente, estava em estado precário.

Diante de tal cenário, indaguei: por que a Virgínia e sua família haviam voltado para aquela casa? A jovem nos conta que eles já haviam pintado toda a outra casa por dentro e por fora e que já tinham arrumado o banheiro. Mas eles preferiram deixar tudo isso em troca da vida das crianças. Por conta das ondas de ataque aos ônibus em Santa Catarina, a vila se tornou um lugar ainda mais perigoso. A “boca do tráfico” que ficava bem próxima da sua outra casa entrou em colapso com todos os últimos acontecimentos. A troca de tiros entre traficantes e também com os policiais passou a ser um elemento do cotidiano daquelas pessoas.

Quatro homens foram baleados e um foi morto. Todos eles estavam envolvidos com os atentados. Um dia, em meio à troca de tiros, o terceiro filho da Virgínia estava no meio da rua enquanto os caras estavam trocando tiros. A Virgínia, quando percebeu que o menino não estava dentro de casa, saiu correndo atrás dele e se deparou com aquele cenário: o menino, sem entender nada daquilo, estava brincando no meio da confusão. “Eu coloquei ele para dentro e xinguei os caras. Disse que aquele não era lugar para esse tipo de coisa e onde já se viu, as crianças brincando! Mandei eles saírem já de perto de casa. Eles só disseram: ‘já tamo saindo’”.

Depois desse episódio, a Virgínia e sua família não tiveram mais um minuto de paz. Não bastassem os traficantes, a polícia também começou a rondar a casa, pois antigamente nela viviam pessoas ligadas ao tráfico, como relata a jovem: “O policial bateu na janela e mandou eu abrir a porta. Quando eu abri a porta, já tinha um policial parado na minha frente. Perguntaram quem era e onde estava o meu marido. Perguntaram se eu conhecia um cara e se eu sabia onde ele morava”. É importante observar que a nova casa ficava muito próxima da antiga (a apenas duas ou três pequenas quadras) e, por isso, mais do que uma mudança espacial, esta fuga aponta, como sugere Deleuze, uma viagem imóvel e no mesmo lugar, a qual não se pode viver ou compreender senão em termos de intensidade. Ou seja, nessa busca pela proteção dos filhos, tratava-se muito mais de “franchir des seuils d’intensité” (DELEUZE, 1975, p.65)⁸⁴.

A análise dos relatos das experiências das jovens evidenciou que o cuidado com os filhos e também as maneiras pelas quais elas vivenciam a maternidade se constituem como objeto da sua invenção/criação de novas possibilidades de vida. Esta, como procurei mostrar, se faz presente na maneira como as jovens se relacionam com as políticas assistenciais e de saúde, ora buscando os direitos dos filhos, ora subvertendo as tentativas de controles biopolíticos. É em função desse cuidado com os filhos que algumas jovens passam a acessar novamente tais políticas e também a buscar uma “saída” diante de situações-limites. Num contexto de desinstitucionalização, as políticas de proteção, as quais se faziam presentes durante a infância e adolescência das jovens, também voltam a se presentificar. No entanto, estas não aparecem mais como “figura” e sim como “fundo” nas relações de cuidado que desejam estabelecer com os seus filhos. E tal presença se dá, sobretudo, em função do Conselho Tutelar, que

⁸⁴ “Romper os limites de intensidade”. (tradução minha)

permanece funcionando como uma espécie de entidade, sendo percebido pelas jovens como a representação máxima do campo de proteção e de seus operadores. Será enquanto “fundo” que o Conselho permanecerá se presentificando no cuidado que as jovens procuram ter para com os seus filhos, em especial por marcar certas expectativas sociais em termos daquilo que seria uma competência para exercer a maternidade. Mas as jovens também acabam por subverter os usos mais convencionais do Conselho, fazendo dele um meio para aumentarem sua própria potência no que diz respeito à vigilância/controlar de outras instituições que deveriam zelar pelos direitos dos seus filhos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão-problema da presente tese foi sendo construída em torno do processo de desinstitucionalização de oito jovens (Isabelle, Nicole, Virgínia, Estella, Nina, Clarissa, Alice e Olívia) que passaram parte de sua infância/adolescência em serviços de acolhimento institucional. Ao tomar a desinstitucionalização como ponto de partida, procurei mostrar que esta delineava mudanças, não só de lugar, mas de estado, em especial em termos daquilo que as jovens poderiam vir a ser (devir). Tratava-se, portanto, de um contexto privilegiado para problematizar a “reversão figura-fundo” na relação entre jovens e políticas de proteção, e consequentemente a emergência da dimensão vivencial dos sujeitos. Partindo de questões comumente postas para tal temática (Por onde andam os egressos? O que se tornaram? Quais foram os efeitos da institucionalização sobre suas vidas? O que fazem?), procurei mostrar que estas poderiam ser problematizadas e mesmo refeitas a partir de um outro lugar que não aquele próprio das políticas públicas e das instituições, mas sim dos próprios sujeitos. Diante da discussão, ainda tímida no Brasil, sobre as lacunas e mesmo o vazio em termos de políticas assistenciais e de proteção voltadas aos egressos, tentei pensar que esses sujeitos não se constituem somente devido a tais lacunas e tampouco pelas faltas (falta de políticas, falta de recursos, falta de formação, etc).

Mais do que reiterar a ideia de que essas jovens não ficam esperando por tais políticas, e que portanto se mobilizam para construir sua própria inserção, busquei pensar os seus modos de vida com base na chave analítica da invenção/criação. E seguindo tal perspectiva, pareceu-me mais produtivo, desde o princípio, me ocupar justamente dos modos pelos quais elas podem inventar novas possibilidades de vida e não do produto da invenção, ou seja, do que é inventado. Isso porque não se tratava de tomar como objeto da análise o ponto/lugar onde essas jovens desejariam chegar (o que é inventado). Tal perspectiva faria com que as experiências desses sujeitos fossem tomadas a partir de uma concepção de “projeto de vida” e dos possíveis insucessos e impossibilidades postos pela não efetivação destes. No entanto, no lugar do ponto de chegada, o foco analítico esteve voltado para o “movimento empreendido” pelas jovens (com todos os seus “desvios” e “recomeços”) na busca por novas possibilidades de vida.

E para tanto, o diálogo com Roy Wagner foi fundamental, uma vez que este me permitiu perceber que a invenção tem pouco a ver com as “táticas” e mesmo com a “viração”. A invenção está para além da

sobrevivência, e também não se trata de um ato que demarca a exotização dos sujeitos. Ao escapar do jogo entre estrutura e indivíduo, a invenção de qualquer fenômeno social é produzida a partir da dialética sem síntese entre dois modos de simbolização (diferenciante e convencionalizante) em conjugação com os dois domínios reconhecidos da experiência (inato e da agência humana). E, nesse ponto, a aproximação entre o conceito de invenção em Wagner com o de criação em Nietzsche se fez importante, uma vez que este aponta justamente para uma nova forma de conduta dos indivíduos para com o mundo, que se coloca em função de uma íntima relação com o tempo (devir). A criação é, portanto, uma atividade através da qual a vida é criada constantemente, e fora da qual nada existe.

Se, num primeiro momento, a questão-problema da tese esteve na relação entre as demandas dos sujeitos e as políticas públicas, a etnografia me permitiu perceber que esta relação era apenas uma parte das experiências das jovens e que, portanto, os modos de vida que estavam constituindo estava para além de tais políticas. Ou seja, os modos de vida desses sujeitos estavam sendo criados também – mas não exclusivamente – a partir dessa relação com tais políticas. Isso porque entre as próprias jovens, na maneira como pensam suas relações familiares e de parentesco, no cuidado com os filhos, na forma como reconfiguram os laços afetivos, esse contraste se fez presente. E se, por vezes, a dimensão inventiva se fez “figura” e assumiu o primeiro plano para contrainventar a convenção, isso se deu pelas tensões presentes no modo de agir das próprias jovens (entre elas). Isso quer dizer que, quando em relação (e de maneira contingencial), algumas delas situavam suas ações num modo de “simbolização diferenciante”, a fim de desmarcar certas “convenções” assumidas por outras jovens. E, em outras situações, essas posições pareciam se inverter, alimentando uma dialética (entre convenção e invenção), a qual contém em si sua própria continuidade: “[...] não importa o aspecto que o ator escolha como controle para as suas ações, não importa se ele coletiviza ou diferencia, ele irá contra-inventar e “preparar” o outro aspecto” (WAGNER, 2010, p.97).

Claro está que a invenção é um processo contínuo em função do qual a realidade, assim como a cultura e os próprios sujeitos são criados continuamente. Não há uma síntese. O fazer criador não se esgota em um único ato, como bem lembra Rosa Maria Dias (2011, p.3), tampouco em inúmeros atos. “Criar é uma atividade constante e ininterrupta. É estar sempre efetivando novas possibilidades de vida”. E por isso mesmo não se deve pensar em um modo de vida acabado, este está

continuamente por se fazer: são sempre novas possibilidades de criar a vida, uma vida que valha a pena ser vivida. E a invenção/criação, nesse sentido, é a própria vontade de vir a ser, de encontrar brechas ou “pontas soltas” a partir das quais se podem desmarcar as convenções e encontrar potência onde aparentemente só havia vulnerabilidade, precariedade e “falta”.

Das muitas maneiras pelas quais as jovens permanentemente inventam/criam novas possibilidades de vida, gostaria de nesse momento retomar aquelas que parecem ter marcado mais fortemente os seus relatos e minhas observações de campo. Dessa forma, seria possível dizer que uma primeira via para essa invenção estaria na prática de **“circulação de crianças”** que atravessa as experiências das jovens desde a infância. E tal prática, no que concerne às jovens que participaram da presente pesquisa, se destaca do que tem sido problematizado sobre essa temática pelas etnografias realizadas no âmbito das chamadas “sociedades complexas”. Foram as próprias jovens que se colocaram em circulação, pela “fuga”. Esta, embora num primeiro momento seja impulsionada por uma série de condições e situações limite (de maus-tratos, abuso, exploração, negligência, etc), na sequência pôde relevar a emergência do potencial de agência das jovens, sobretudo quando suas ações podem desmarcar e mesmo desestabilizar aquilo que é tomado como “convenção” em termos das políticas de proteção. Mais do que uma mudança espacial (a qual pôde ser observada em sua concretude), a “fuga” para essas jovens foi afirmada como uma “ação desencadeadora” de toda uma série de possibilidades de devir. A “fuga”, como procurei mostrar, nem sempre corresponde à liberdade, mas sim à busca por uma “saída”, a “linha de fuga”. E na busca por uma “saída”, a “circulação” foi investida de sentidos e motivações diversas, marcadas pela possibilidade de assumirem o curso da sua própria vida (no sentido de tomar a vida mesma como “obra de arte”), de desmarcarem convenções (sobretudo em termos da concepção de família), de subverterem as tramas burocráticas e de maus-tratos nas quais se veem inseridas e, sobretudo, de buscarem aquilo que entendem por cuidado.

E foi justamente por isso que a palavra “cuidado” compôs o título do segundo capítulo. Poderia mesmo parecer irônico falar em “experiências de cuidado”, quando estas incluem situações de maus-tratos, abuso, abandono, períodos prolongados de institucionalização, etc. Mas ao fazer a opção por uma expressão mais genérica e ambivalente, procurei evidenciar a tensão permanente entre as demandas dos sujeitos (jovens e seus familiares) e destes em relação às

expectativas das políticas de proteção e dos operadores destas no que diz respeito ao cuidado. O que é feito/produzido em nome do cuidado/proteção dos sujeitos? Como os familiares, os profissionais do campo de proteção à infância e à adolescência e as próprias jovens agem, em função das diferentes concepções de cuidado? O cuidado tanto aparece intimamente relacionado à autoridade (proteger/cuidar é ter autoridade sobre), como à garantia dos direitos. Cuidar, do ponto de vista das políticas de proteção e de alguns de seus operadores, é garantir que crianças e adolescentes mantenham seus vínculos familiares e que, na impossibilidade de um retorno para sua família biológica, possam encontrar lugar numa família adotiva. Cuidado, para as jovens, tinha a ver com afeto, com socialidade, com o investimento numa vida que valesse a pena ser vivida. E essas diferentes concepções de cuidado também revelaram a difícil coexistência de diferentes temporalidades: o devir (que marca o modo de vida das jovens) e o *chronos* (o tempo linear) assumido pelas políticas de proteção.

O entrecruzamento dessas experiências de cuidado (familiares e de acolhimento institucional) produzido em função da própria “circulação”, num contexto de desinstitucionalização, acabou fornecendo elementos (zonas de intensidade) para compor um devirmãe. E, nesse sentido, **a maternidade e o cuidado com os filhos** se constituíram, para algumas jovens, como seu objeto da invenção de novas possibilidades de vida. E a “motivação” para tal invenção está na maneira pelas quais as jovens se posicionam em relação às políticas públicas (e à garantia dos seus direitos e também dos de seus filhos), às novas tecnologias reprodutivas, aos seus companheiros, ao trabalho, etc. Tendo isso em vista, busquei pensar as experiências de maternidade das jovens em relação às mudanças nos padrões de maternidade contemporâneos. Nesse movimento, pude perceber que a maternidade, para a Virgínia e a Isabelle, se constitui como um “poder insubstituível”, como o “ideal da realização feminina”. Para as jovens, a posição de sujeito (mulher) se realiza em plenitude em função de uma outra posição (mãe). E nesse sentido, as duas jovens correspondem às expectativas sociais (em termos de políticas públicas) de que as duas posições de sujeito (mulher-mãe) sejam a mesma. Do ponto de vista das políticas, elas estariam seguindo as convenções, mas, imediatamente, as contrainventavam, sobretudo a Virgínia, quando, ao tentar escapar dos controles biopolíticos impostos por estas, acaba deixando de acessar os serviços assistenciais e da rede de saúde.

Por outro lado, ao buscar pelos seus direitos (somente depois da gestação do seu terceiro filho), sobretudo no que diz respeito à

possibilidade de escolha posta pelas Novas Tecnologias Reprodutivas (laqueadura), a Clarissa pôde inventar a maternidade, na medida em que subverteu a “equação mulher-mãe” que as políticas públicas pretendem prescrever como convenção. Ao encontrar dificuldades para a realização da cirurgia de laqueadura, ela faz emergirem os paradoxos inerentes a tais tecnologias. Se, por um lado, estas se constituem como uma possibilidade, no sentido de que as mulheres podem através destas decidir de forma mais reflexiva sobre a maternidade (número de filhos que desejam ter, por exemplo), por outro, elas podem mesmo se constituir como uma impossibilidade, na medida em que se tornam inacessíveis para algumas mulheres. É também no sentido de problematizar a “equação mulher-mãe”, que se pode pensar a experiência de maternidade da Estella. Ao buscar o reconhecimento da paternidade do seu filho através do teste de DNA, a jovem não queria apenas garantir uma condição financeira mais favorável, mas sim reforçar sua honra feminina. Além de ser mãe, ela desejava ser reconhecida como mulher.

Como foi possível observar, as jovens também criam novas possibilidades de vida, a partir da relação entre maternidade e trabalho. Para além do dilema entre trabalhar fora e/ou ficar em casa cuidando dos filhos, na experiência da Clarissa é possível observar a criação de outros arranjos que acabam por tornar complexa a equação trabalho-maternidade. Para ela, o bar é o lugar para realizar aquilo que ela pode como sujeito, como mulher; é o espaço para realizar aquilo que ela sabe e gosta de fazer (trabalhar com alimentação). Por outro lado, o bar é também o lugar de cuidado para com os filhos. Para a Virgínia, a Isabelle e, em alguma medida, a Estella, o exercício intensivo da maternidade passa pela decisão de não trabalhar fora e também de se ocupar integralmente com o cuidado dos filhos. Mas o que essa postura significa, no momento em que estão se redefinindo os padrões femininos contemporâneos, e cada vez mais as mulheres assumem dupla ou tripla jornada para ocupar um espaço no mercado de trabalho? O que essa escolha por parte dessas jovens nos informa sobre as maneiras pelas quais constroem seus modos de vida? Parece claro que não se trata do movimento romantizado de “volta ao lar” observado entre as mulheres de classe média (DE SÁ, 2010). O que elas estão fazendo tampouco é uma “volta” (para elas, ficar em casa não é um “tabu às avessas”). Tal escolha é baseada numa concepção de feminino tradicional (associada ao ser mãe), que lhes permite se diferenciar de outra, que tem se tornado uma convenção (ao menos do ponto de vista dos debates feministas): as mulheres devem buscar sua independência e liberdade.

É importante observar que cada jovem, a seu modo, organiza e reorganiza sua vida em função dos filhos e, sobretudo, da permanência destes em casa. É justamente em função dos filhos, e como mães, que algumas voltarão a acessar as políticas assistenciais e de saúde, notadamente através do Bolsa-Família e do Auxílio-Maternidade. É por eles também, como procurei mostrar, que as jovens novamente vão buscar uma “saída”, uma “linha de fuga”. Tendo em vista que a presença das crianças é um valor importante nas suas vidas, e diferentemente do que tem sido observado na literatura antropológica sobre o cuidado com os filhos entre as classes populares, a prática da “circulação de crianças” não marca a relação das jovens com os seus filhos. As jovens, em suas práticas de cuidado, também procuram se distanciar das experiências de maternidade das suas mães, as quais foram marcadas pela intervenção do Estado e pelo acolhimento institucional. Ao conduzirem suas experiências de cuidado dessa forma, elas desmarcam aquilo que tem sido tomado como convenção, no que concerne às classes populares: o ciclo da intervenção estatal.

Essa possibilidade de desmarcar aquilo que é tomado como “convenção”, quanto às políticas de proteção, emerge, num contexto de desinstitucionalização, na presença do Conselho Tutelar. Esta “entidade” que havia marcado as experiências de cuidado e proteção das jovens durante a infância/adolescência, permanece se presentificando, ainda que como “fundo”, na relação que as jovens estabelecem com os seus filhos. O Conselho Tutelar é acionado tanto no seu sentido “convencional”, como uma referência moral no que diz respeito a um padrão de maternidade e cuidado, como também o uso deste é subvertido pelas jovens, na medida em que fazem desta entidade uma forma de garantir os direitos dos seus filhos diante de outras instituições.

A prática da circulação que marca as experiências de infância e adolescência das jovens, num contexto de desinstitucionalização, também aponta para uma outra possibilidade de invenção de novos modos de vida que está associada a uma espécie de **“virada no jogo das relações de parentesco”**, em especial no que se refere aos laços estabelecidos previamente ao acolhimento institucional. Com a expressão “virada no jogo”, procurei mostrar que não se tratava de reconfiguração, transformação ou mudança nas relações parentais, mas sim de uma “virada”. Um primeiro aspecto dessa “virada” estava relacionado àquilo que chamei de “quebra de expectativa” quanto ao que deveria (elementos/substâncias) constituir e fortalecer as relações parentais, e também às maneiras de realizar o parentesco. Analisando os relatos das experiências das jovens, procurei descrever como, para

algumas, o sangue foi sendo desnaturalizado (por diferentes eventos) enquanto lugar incontornável na produção das relações de parentesco. Tal desnaturalização foi sentida por algumas jovens como uma verdadeira “quebra de expectativa” a respeito daquilo que o sangue pode produzir, sobretudo em termos de afeto.

Essa “quebra de expectativa” foi vivenciada pela Nicole em relação ao pai, na medida em que ela consegue observar que, mesmo tendo o sangue do pai, ela não se sentia mais como filha dele. O sangue, para ela, nessa relação, havia se tornado insuficiente para manter uma “conexão” e produzir socialidade. E, se, por um lado, ela desconstrói o mito do “amor de filha”, por outro lado, parece uma tarefa mais complexa agir da mesma forma em relação ao “amor materno”. Para a jovem, este laço entre mãe e filha permaneceria se presentificando, para além de uma decisão judicial (a de que a jovem deveria ficar longe da mãe) e também da vontade do seu pai. O “amor materno” seria da ordem do dado e marcado pelo nascimento e, portanto algo que não poderia ser objeto da sua ação (agência). “Ela me fez”, dizia a jovem como forma de ressaltar que ela não poderia rejeitar a mãe. Seguindo tal concepção, para a jovem era preciso separar claramente as posições de parentesco (em função do sangue): mãe é mãe, avó é avó. Por mais que a jovem não tenha mais a figura concreta da mãe em sua vida, o lugar da mãe deveria permanecer e, na impossibilidade de ser ocupado por aquela que é sua mãe de sangue, este ficaria vazio.

A “quebra de expectativa” vivenciada pela Nicole em relação ao pai também foi sentida, tanto pela Nina como pela Clarissa, ambas em relação à figura materna. A Nina percebeu que o sangue, ao contrário do que ela havia concebido com base em uma convenção, não era suficiente para sustentar uma relação. Esta substância, com o tempo, poderia perder sua vivacidade e o seu potencial de alimentar certas relações. Para a Clarissa, o sangue não só perdeu o poder de produzir “conexão”, como pôde mesmo se desfazer ou secar (no sentido de deixar de produzir afetos). Para ela, a quebra de expectativa em relação ao sangue (quanto aos afetos que este pode produzir), foi marcada por uma diferença entre o seu ponto de vista e o da sua mãe sobre aquilo que deveria constituir e mesmo manter as relações de parentesco. O “amor afetivo” seria fundamental, segundo a jovem, ao passo que para a sua mãe, central seria o dinheiro. O parentesco para a Clarissa era uma questão de afeto, de poder contar com o outro, sem a expectativa de receber algo em troca; enquanto isso, a mãe parecia considerar o parentesco como uma estratégia que lhe permitia melhorar sua condição social. Em relação à experiência da Clarissa, é possível pensar que a

desconstrução do “mito do amor materno” veio acompanhada de uma inversão na máxima de que “mãe é mãe” (presente nos relatos da Nicole e da Nina). Como forma de marcar o movimento contra uma natureza dada, tal máxima é substituída por outra: “aquela não nasceu para ser mãe”.

Ao contrário da Nicole, para quem o sangue permaneceu sendo algo incontornável, a Nina, a Clarissa e a Olívia fizeram desta constatação a possibilidade de inventar parentesco a partir de outros elementos. Ou seja, para as jovens, a desinstitucionalização também veio acompanhada daquilo que seria um segundo aspecto da “virada”: a abertura a outras formas de *relatedness* (CARSTEN, 2000). O parentesco, para as três, se tornou uma questão de afeição e escolha: são parentes aqueles com quem se pode contar. Dessa forma, se, para a Nicole, não há outras mães (a não ser sua mãe biológica), para a Olívia é mesmo possível ter três mães. Para a Clarissa, é possível ter um pai, com o qual pôde estabelecer um vínculo de “amor afetivo”, cujo valor e intensidade não podem ser medidos por um teste de DNA.

Outro ponto que conforma a “virada” diz respeito a uma inversão no curso das relações parentais, a qual pude observar na relação da Virgínia e da Estella com as suas respectivas mães. Se durante a infância e a adolescência das jovens, a relação mãe-filha (sobretudo as concepções de cuidado nesta implicadas) acaba culminando na institucionalização e, conseqüentemente, na impossibilidade de as mães as criarem, num contexto de desinstitucionalização, as mães se tornam fundamentais no seu exercício da maternidade. Esta, como pude observar, só atinge sua plenitude em função da presença de duas mulheres (no caso, a avó e a mãe) para criar e prover uma criança. Então, com a expressão “virada no jogo” busquei mostrar que não se trata apenas de pensar que o acolhimento institucional produz o afastamento ou a reaproximação dos jovens com os seus familiares, mas sim de algo mais complexo que envolve a transformação dos próprios sujeitos (das suas concepções de família) e daquilo que estes podem vir a ser.

Ao trazer para o primeiro plano da minha análise os modos de vida dessas jovens, pude perceber que havia dois aspectos fundamentais que atravessavam as experiências de todas elas: a mudança e a temporalidade. Os dois articulados apontavam para um modo de inventar/criar novas possibilidades de vida que tinha como característica uma espécie de “improvisação contínua”. E esta, como procurei mostrar, ao contrário de revelar uma postura simplesmente reativa diante das adversidades, estava relacionada àquilo que “souberam criar” (seguindo

uma inspiração deleuziana). Neste criar, estão implicados diferentes saberes e experiências, os quais permitiram às jovens descobrir aquilo que elas sabem e gostam de fazer. Tal descoberta se torna a própria “motivação” (nos termos wagnerianos) para a ação (emergência da agência) e para a construção de uma “atitude geral” em relação ao mundo, que, no lugar de controlar a invenção, a precipita.

Analisar como as jovens foram construindo seus modos de vida implicou pensar como elas puderam se transformar nesse processo (sem chegar a uma forma acabada), efetivando novas possibilidades de devir: devir-mulher, devir-mãe, devir-filha, etc. Para tal empreendimento, foi preciso conduzir a análise e a própria escrita etnográfica tendo em vista o desafio de compreender o sujeito de uma maneira que em geral não estamos acostumados a ver. Ou seja, a improvisação contínua foi revelando não um sujeito precário ou que permanecia sendo tutelado, mas sim formas de sujeito que vão sendo constituídas contingencialmente, a partir de uma trama complexa de experiências. E nesse sentido, não parecia haver lugar para as perguntas comumente associadas à desinstitucionalização e mais exatamente aos “egressos”, uma vez que os relatos das experiências das jovens apontavam não para o que elas haviam se tornado, mas sim para aquilo que podiam como sujeitos (sua potência).

O que busquei problematizar, através da análise, é que a diferença aparentemente ténue entre duas perspectivas (tornar-se e devir) se revela complexa, à medida que a primeira diz respeito a um sujeito acabado (uma “meta”) e a outra àquele que está continuamente sendo transformado (um “acabamento”). A primeira captura apenas o que se passa com o sujeito na chegada; a segunda, em termos do movimento por este empreendido na própria invenção/criação. Nesse ponto, é inspiradora a maneira como essa tensão entre uma concepção de sujeito acabado e outra que privilegia a transformação (sujeito como “passagem”) é pensada por Nietzsche, através de uma das falas de Zaratustra. “O grande do homem é ele ser uma ponte, e não uma meta; o que se pode amar no homem é ele ser uma passagem ou um acabamento.” (NIETZSCHE, 2012, p.24).

O que pude observar, ao longo da pesquisa, é que os relatos das experiências das jovens revelavam ações e postura orientadas por uma busca contínua pela experimentação e também por tentativas de renovação. Ao agirem desta ou daquela maneira, ao se posicionarem de uma determinada forma, ao fazerem suas escolhas (pela fuga, pela família, pelo acolhimento ou mesmo por não serem adotadas), quais modos de se constituir como sujeitos estavam implicados? Para que

fosse possível uma mudança na ordem das perguntas, não o que são, mas o que podem vir a ser (devir), foi fundamental desconstruir a ideia de que existe uma especificidade em ser egresso e que essa se constituía fundamentalmente a partir do acolhimento institucional e dos desdobramentos destes em um contexto de desinstitucionalização. E, nesse ponto, estava posto o desafio, não só à minha pesquisa, mas para todos aqueles que se interessam diretamente ou indiretamente por esta temática: pensar a desinstitucionalização tendo como base uma perspectiva que privilegie a dimensão vivencial dos sujeitos, sem produzir um apagamento das políticas públicas e tampouco fazer destas apenas um contexto no qual os sujeitos passam a agir. No caso da presente pesquisa, a “técnica da reversão figura-fundo” me permitiu pensar que se, de um lado, houve um longo percurso, no âmbito das políticas de proteção à infância e à adolescência, para que crianças e adolescentes fossem reconhecidos como sujeitos de direitos, por outro lado, falta ainda resgatar a dimensão vivencial dos sujeitos que está implicada em tais políticas. A ênfase nos direitos e conseqüentemente nas políticas, como procurei mostrar, tem produzido a categoria egresso enquanto continuidade das práticas de institucionalização; por isso, a importância da “reversão figura-fundo”, na medida em que esta permite, com base nas dinâmicas de socialidade dos próprios sujeitos, problematizar a concepção de “egressos” como grupo social.

Dito isso, gostaria de ressaltar que, ao longo da pesquisa, não busquei simplesmente mostrar que as jovens que passaram por experiências de acolhimento institucional são inventivas. O fato de os sujeitos inventarem suas realidades e a si mesmos não é nenhuma novidade, como bem lembrou Wagner já no início da sua obra, e tampouco uma exclusividade dessas jovens. A produtividade de uma chave analítica como a invenção está naquilo que podemos aprender (e mesmo criar) a partir das maneiras pelas quais essas jovens podem criar modos de vida que estão sempre por se fazer. Se, como nos inspira Wagner (2010, p.41), “[...] toda compreensão de uma outra cultura é um experimento com a nossa própria cultura”, de fato a observação e a compreensão dos modos de vida dos sujeitos podem oferecer pistas importantes para pensarmos nossas próprias percepções, motivações e limites das nossas práticas e das nossas maneiras de pensar e conceber, a relação entre sujeitos e direitos (e o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente) e o sistema de proteção à infância e à adolescência (em termos da concepção e implementação das políticas públicas de proteção, das práticas dos profissionais que atuam nesse campo, do acolhimento institucional e da preparação para o desacolhimento, etc).

E, sobretudo, o desafio lançado é o de pensar todas essas questões de uma maneira que não exclua esse “lado da invenção” dos sujeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Outra Travessia**. n.5, p.9-16, 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>>.

ALTOÉ, Sônia. **Menores em Tempo de Maioridade**: do internato-prisão à vida social. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Disponível em: <<http://www.bvce.org/Resultado.asp>>. Acesso em: 15 de ago. 2009.

AQUINO, Luseni Maria Cordeiro de. A rede de proteção a crianças e adolescentes, a medida protetora de abrigo e o direito à convivência familiar e comunitária: a experiência em nove municípios brasileiros. In: SILVA, Enid Rocha Andrade da (coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)/ Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2004.

AREND, Sílvia Maria Fávero. **Histórias de Abandono**: Infância e Justiça no Brasil (década de 1930). Florianópolis-SC: Editora Mulheres, 2011.

BAUDELAIRE, Charles. **O Pintor da Vida Moderna**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006, p.851-881. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/67122/mod_resource/content/1/BAUDELAIRE%20-%2000%20pintor%20da%20vida%20moderna.pdf>.

BENITES, Luiz Felipe. Cultura e Reversibilidade: breve reflexão sobre a abordagem “inventiva” de Roy Wagner. **Campos**, v.8, n.2, p.117-130, 2007. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/campos/article/view/Article/11170>>.

BERNAL, Eliane Marina Bueno. **Arquivos do Abandono**: Experiências de crianças e adolescentes internados em instituições do Serviço Social de Menores de São Paulo (1938-1960). São Paulo: Cortez, 2004.

BESSIN, Marc. Emergency placements in juvenile justice: abandoning the time for education. **Social Science Information**, 2004, v.43, p.371-387. Disponível em: <<http://ssi.sagepub.com/content/43/3/371>>.

BESSIN, Marc. L'urgence au sein de la justice des mineurs: un exemple de la dé-temporalisation de l'intervention sociale. **Revue Pluridisciplinaire de Recherche**, 2006, n.1. Disponível em: <<http://sejed.revues.org/index111.html>>.

BESSIN, Marc. Postface "Les tensions temporelles de la protection". In: GUIMARD, Nathalie; PETIT-GATS, Juliette. **Le Contrat Jeune Majeur**: Un temps négocié. Paris: L'Harmattan, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria prática. In: ORTIZ, Renato (org.). **Sociologia**: Pierre Bourdieu. São Paulo: Ed. Ática, 1983, p.37-60.

BRASIL. Lei 8.069. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília/DF, de 13 de jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 8.742. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília/DF, 7 de dez. 1993.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/politica-nacional-de-assistencia-social-2013-pnas-2004-e-norma-operacional-basica-de-servico-social-2013-nobsuas>>.

BRASIL. **Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília/DF. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social. 2006. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e-comunitaria-2013-pncfc/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e-comunitaria-2013-pncfc>>.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Sócio-Assistenciais**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília/DF, 25 de nov. 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Tipificacao%20Nacional%20de%20Servicos%20Socioassistenciais.pdf/view>>.

BRASIL. **Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília/DF, fev. 2008. Disponível em: <portal.mj.gov.br/sedh/.../orientacoes_acolhimento_consulta_publica.pdf>

f>.

BUTLER, Judith. **Mecanismos psíquicos del poder**. Madri: Ediciones Cátedra, 2001.

BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Quien le canta al Estado-Nación?** Lenguaje, política, pertenencia. Buenos Aires: Paidós, 2009.

CARDARELLO, Andréa Daniella Lamas. A transformação do internamento “assistencial” em internamento por “negligência”: tirando a cidadania dos pais para dá-las às crianças. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v.19, n.2, p.306-331, 1998. Disponível em:

<<http://revistas.fee.tcche.br/index.php/ensaios/article/view/1934>>.

CARDARELLO, Andréa Daniella Lamas. Uma família sui generis: a tentativa de criação de uma família substituta para crianças institucionalizadas na FEBEM. In: FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice. **Políticas de proteção à infância**: um olhar antropológico. Porto Alegre-RS: Editora da UFRGS, 2009, p.171-196.

CARSTEN, Janet. Introduction: culture of relatedness. In: CARSTEN, Janet. **Cultures of Relatedness**: new approaches to the study of kinship. New York-USA: Cambridge University Press, 2000.

CARSTEN, Janet. **After Kinship**. New York-USA: Cambridge University Press, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: Artes de fazer. 10.ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

CIORDIA, Carolina. La adopción y la circulación de niños, niñas y adolescentes tutelados en el conurbano bonaerense, prácticas imbricadas?. In: VILLALTA, Carla (comp.). **Infancia, justicia y derechos humanos**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2010, p.163-197.

CLIFFORD, James. **A Experiência Etnográfica**: Antropologia e Literatura no século XIX. Organização de José Reginaldo Santos Gonçalves. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.

COPPEL, Marthe, DUMARET, Annick Camille. **Que sont-ils devenus?** Les enfants placés à l’Oeuvre Grancher Analyse d’un placement familial spécialisé. Ramonville Saint-Agne : Editions Erès, 1995.

CRAIDY; Carmem Maria; LAZZAROTO, Gislei Domingas Romanzini;

OLIVEIRA, Magda Martins de Oliveira. **Processos educativos com adolescentes em conflito com a lei**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2012.

CRUZ, Fernanda Guimarães. **Socialização midiaticizada: o papel da televisão na recepção de adolescentes de instituições de acolhimento**. 354 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) São Leopoldo. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007.

CRUZ, Fernanda. Inspiração etnográfica: estratégias para seguir os rastros da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Florianópolis. In: GROISMAN [et al.]. **Theatrum Ethnographicum: campo, experiência, agência**. Florianópolis-SC: Editora UFSC, 2012, p.65-83.

CRUZ, Lilian Rodrigues da. **(Des)Articulando as políticas públicas no campo da infância: implicações da abrigagem**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

CRUZ, Lilian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza. **Políticas Públicas e Assistência Social: Diálogo com as práticas psicológicas**. 2.ed. Petrópolis-RJ:Vozes, 2010.

DANTAS, Luísa Maria Silva. **“Criando parentesco?” Um estudo sobre “Apadrinhamento Afetivo” em Porto Alegre/RS**. 146f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2011.

DE OLIVEIRA, Marcia Gomes da Silva. **“Apadrinhamento Afetivo – uma parceria das casas-lares Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz com a comunidade de Coqueiros”**. 97f. Monografia (Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 1999.

DE SÁ, Érica Cristina. **De volta ao fogão: a (re)valorização da maternidade intensiva e do trabalho doméstico feminino**. In: Fazendo Gênero 9, 2010, Florianópolis-SC. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277348275_ARQUIVO_Trabalhocompleto.pdf>.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka: pour une littérature mineure**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1975.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Trad. Claudia Sant' Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Devir-Intenso, Devir-Animal, Devir Imperceptível. In:DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. vol. 4. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Ed.34, 1997, p.11-113.

DERRIDA, Jacques. **Donner le temps**: La fausse monnaie. France: Éditions Galilée, 1991.

DIAS, Rosa Maria. **Nietzsche e Foucault**: a vida como obra de arte. [2008] Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAFc-QAF/dias-rosa-maria-nietzsche-foucault-a-vida-como-obra-arte>>.

DIAS, Rosa Maria. **Nietzsche**, a vida como obra de arte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DIAS, Rosa Maria. A questão da criação em Nietzsche. **Viso** – Cadernos de Estética. Rio de Janeiro, n.7, jul/dez. 2009, não paginado. Disponível em: <<http://www.revistavisio.com.br/visArtigo.asp?sArti=49>>.

DIAS, Rosa Maria. A questão da criação em Nietzsche e em Bergson. **Cadernos Nietzsche**, São Paulo-SP, n.31, p.159-171, 2012a. Disponível em: <<http://www.cadernosnietzsche.unifesp.br/pt/home/item/214-a-quest%C3%A3o-da-cria%C3%A7%C3%A3o-em-nietzsche-e-em-bergson>>. Acesso em jul. 2013.

DIAS, Rosa Maria. Nietzsche: educador da humanidade. **Lampejo**, Fortaleza-CE, v.1, n.2, p.10-16, out. 2012b. Disponível em: http://revistalampejo.apoenafilosofia.org/?page_id=315 . Acesso em set.2013.

DONZELOT, Jacques. **La policía de las familias**: familia, sociedad y poder. Buenos Aires: Nueva Visión, 2008.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. O Paradoxo de Bergson. Diferença e Holismo na Antropologia do Ocidente. **MANA**, v. 18, n.3, p.417-448, 2012.

FÁVERO, Eunice Terezinha. **Questão Social e Perda do Poder Familiar**. São Paulo: Veras Editora, 2007.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. Tradução de Paula Serqueira. **Cadernos de Campo**, 13, p.155-161, 2005.

FIGUEIRÓ, Martha Emanuela Soares da Silva. **Acolhimento Institucional: a maioria e o desligamento**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

FONSECA, Claudia. A vingança de Capitu: DNA, escolha e destino na família brasileira contemporânea. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (orgs.). **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. São Paulo: Editora 34, 2002, p.267-294.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra**: Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004a.

FONSECA, Claudia. A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(2), maio/ago. 2004b, p.13-34.

FONSECA, Claudia. **Caminhos da Adoção**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2006a.

FONSECA, Claudia. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. In: **Cadernos Pagu**, n.26, jan/jun. de 2006b, p.11-43.

FONSECA, Claudia; ALLEBRANDT, Débora; AHLERT, Martina. Pensando políticas para uma realidade que não deveria existir: “egressos” dos sistemas de abrigos. In: FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice. **Políticas de proteção à infância**: um olhar antropológico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p.41-63.

FONSECA, Claudia; CARDARELLO, Andréa Daniella Lamas. Direitos dos mais e menos humanos. In: FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice. **Políticas de Proteção à Infância**: Um olhar antropológico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p.219-251.

FONSECA, Claudia; MAGNI, Claudia Turra; PASINI, Elisiane; PAIM, Eloisa. Trajetórias Paralelas: uma avaliação de algumas meninas egressas da FEBEM-RS. In: FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice. **Políticas de proteção à infância**: um olhar antropológico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p.65-92.

FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice; URIARTE, Pilar; SOARES, Diego. **Estrutura e composição dos abrigos para crianças e adolescentes em Porto Alegre**. Porto Alegre, 2006 (Relatório de Pesquisa).

FONSECA, Claudia. Quando cada casa NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. In: **Revista Brasileira de Educação**. n.10, p.58-78, jan/fev/mar/abr. de 1999. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-24781999000100005&script=sci_abstract>.

FOUCAULT, Michel. O que são as luzes? 1984. Disponível em: <<http://www.unigalera.xpg.com.br/FOUCAULT.pdf>>.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 34.ed. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 2007, p.117-187.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. Trad. Marcio Alves da Fonseca; Salma Tannus Muchal. 3.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos**, v. 5: Ética, Sexualidade, Política. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p.258-280.

FOUCAULT, Michel. Sexualidade e Solidão. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos**, v. 5: Ética, Sexualidade, Política. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p.90-101.

FOUCAULT, Michel. A Vida dos Homens Infames. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos**, v. 4: estratégia, poder-saber. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p.199-217.

FRECHON, Isabelle; DUMARET, Annick Camille. Bilan critique de 50 ans d'études sur le devenir adulte des enfants placés. **Neuropsychiatrie de l'Enfance et de l'Adolescence**, 56, 3, p.117-172, 2008.

FRECHON, Isabelle. **L'insertion sociale et familiale de jeunes femmes anciennement placées en foyer socio-éducatif**. Thèse de doctorat de démographie et de sociologie. Paris, Université de Paris X-Nanterre, 2003.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

GOLDMAN, Marcio. **Alguma Antropologia**. Rio: Relume Dumará/ NuAP, 1999.

GOLDMAN, Marcio. Os tambores do antropólogo: antropologia pós-social e etnografia. **Ponto Urbe**: Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, ano 2, ju.2008.

GOLDMAN, Marcio. O Fim da Antropologia. **Novos estudos**. – **CEBRAP** [online], n.89, p.195-211, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002011000100012>>.

GREGORI, Maria Filomena. **Viração**: experiências de meninos nas ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GUIMARD, Nathalie; PETIT-GATS, Juliette. **Le Contrat Jeune Majeur**: Un temps négocié. Paris: L'Harmattan, 2011.

GUIMARD, Nathalie; PETIT-GATS, Juliette. Écrits de jeunes en quête de statut. **Recherches Familiales**, n.7, p.115-125, 2010/1. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-recherches-familiales-2010-1-page-115.htm>>.

JUNG, Céline. **L'Aide Sociale à L'Enfance et les jeunes majeurs**: comment concilier protection et pratique contractuelle? Paris: L'Harmattan, 2010.

KAFKA, Franz. **A Metamorfose**. Tradução de Marcelo Backes. Porto Alegre: L&PM, 2011.

KAFKA, Franz. Um relatório para uma academia. In: KAFKA, Franz. **Um médico rural**. Trad. Modesto Carone. 5.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

KELLY, José Antonio. “Os Encontros de Saberes”: equívocos entre índios e Estado em torno das políticas de saúde indígena na Venezuela. Revista **Ilha**, v.II, n.2, 2010, p.266-302. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2009v11n1-2p265>>.

KELLY, José Antonio. **Becoming napë?**: A symmetrical ethnography of state healthcare delivery among the Upper Orinoco Yãnomãm<D>. (mimeo).

KELLY, José Antonio. Notas Para Uma Teoria do “Virar Branco”. **MANA**, v.11, n.1, p.201-234, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000100007>.

LALLEMAND, Suzanne. **La circulation des enfants en société**

traditionnelle: prêt, don, échange. Paris: L'Harmattan, 1993.

LAMBERT, Helen. Sentiment and substance in North Indian forms of relatedness. In: **Cultures of Relatedness**: new approaches to the study of kinship. New York-USA: Cambridge University Press, 2000.

LECZNIESKI, Lisiane. Uma economia política de crianças. In: LECZNIESKI, Lisiane. **Estranhos Laços**: predação e cuidado entre os Kadiwéu. Tese (doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2005.

LEITE, Tainah. 2011. **Roy Wagner e a pulsão romântica**: antropologia e crítica à ideologia moderna em *A invenção da cultura*. Trabalho apresentado à disciplina Antropologia e Filosofia, PPGAS/ Museu Nacional/UFRJ. Mimeo.

LIMA E SILVA, Jason. **Foucault além de Nietzsche**: da moral como lei e norma à avaliação da moral como ética e estética da existência. 209f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2007.

LOBO, Andréa de Souza. Crianças em cena. Sobre Mobilidade infantil, família e fluxos migratórios em Cabo Verde. In: **Ciências Sociais Unisinos**. Vol. 49, n. 1, p.64-74, jan/abr. de 2013. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/viewFile/csu.2013.49.1.08/1495>.

LUNA, Naara. Maternidade desnaturada: uma análise da barriga de aluguel e da doação de óvulos. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, n.19, p.233-278. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332002000200010&script=sci_abstract&tlng=pt>.

MACEDO, Valéria. **O homem como xamã de seus significados**. A invenção da cultura de Roy Wagner e o campo aberto para a reinvenção da antropologia. Disponível em: <<http://nansi.abaetenet.net/abaetextos/o-homem-como-xam%C3%A3-de-seus-significados-a-inven%C3%A7%C3%A3o-da-cultura-de-roy-wagner-e-o-campo-aberto-para-a-reinven%C3%A7%C3%A3o-da-antropologia-val%C3%A9ria-macedo>>.

MALUF, Sônia Weidner. Gênero, saúde, aflição: políticas públicas, ativismo, experiências sociais. In: MALUF, Sônia; TORNQUIST, Carmen Susana. **Gênero, Saúde e Aflição**/ abordagens antropológicas, 2010.

MALUF, Sônia Weidner. A Antropologia reversa e “nós”: alteridade e diferença. In: **Ilha** – Revista de Antropologia, v.12, n.1 e 2. Florianópolis: UFSC/PPGAS, 2011a, p.39-56. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/22819>>.

MALUF, Sônia. **Por uma antropologia do sujeito**: esboços. Versão apresentada no Seminário dos professores do departamento de Antropologia da UFSC, em 13 de abril de 2011b. Mimeo.

MEYER, Dagmar E. Estermann. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. *Gênero*, Niterói, v.6, n.1, p.81-104, 2 sem. 2005. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/198>>

MEYER, Dagmar Estermann; KLEIN, Carin; FERNANDES, Letícia Prezzi. Noções de família em políticas de ‘inclusão social’ no Brasil Contemporâneo. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 20, n.2, p.433-449, maio/agosto. 2012.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Na “casa da mãe”/na “casa do pai”: Anotações (de uma antropóloga e avó) em torno da “circulação” de crianças. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2004, v. 47, n. 2.

NARDI, Henrique Caetano; RAMMINGER, Tatiana. Modos de Subjetivação dos Trabalhadores de Saúde Mental em Tempos de Reforma Psiquiátrica. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 17(2), p.265-287, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n2/v17n2a04.pdf>>.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim Falava Zaratustra**: livro para toda gente e para ninguém. [ed. Especial]. trad. José Mendes de Souza. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ORTEGA, Francisco. **Amizade e Estética da Existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1999.

ORTNER, Sherry B. Poder e Projetos: Reflexões sobre agência. In: GROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornélia; FRY, Peter Henry (orgs.). **Conferências e Práticas Antropológicas**. Blumenau: Nova Letra, 2007a. Disponível em: <<http://www.abant.org.br/conteudo/livros/ConferenciaseDialogos.pdf>>.

ORTNER, Sherry B. Uma Atualização da Teoria da Prática. In: GROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornélia; FRY, Peter Henry (orgs.).

Conferências e Práticas Antropológicas. Blumenau: Nova Letra, 2007b. Disponível em:
<<http://www.abant.org.br/conteudo/livros/ConferenciaseDialogos.pdf>>.

PELBART, Peter Pál. **O tempo não-reconciliado:** Imagens de tempo em Deleuze. São Paulo: Perspectiva, 2010.

PELBART, Peter Pál. **O Anjo de Swedenborg.** Seqüência, n.26, julho 1992, p.18-27.

PINHO, Luiz Celso. **A Vida como Obra de Arte: Esboço de Uma Ética Foucaultiana.** [2010] Disponível em:
<http://www.ufrj.br/graduacao/prodencia/publicacoes/etica-alteridade/artigos/Luiz_celso_Pinho.pdf>.

PINHO, Luiz Celso. A problematização ético-política no último Foucault. **Kalagatos** – Revista de Filosofia, Fortaleza-CE, v. 9, n.18, 2012. Disponível em:
<http://www.uece.br/kalagatos/dmdocuments/V9N18_Ver_2012_Artigo_Luiz_Pinho.pdf>.

POMPÉIA, Raul. **O Ateneu.** Porto Alegre: L&PM, 2006.

PRESTES, Andréa Baia. **Ao Abrigo da Família:** Emoções, cotidiano e relações em Instituições de abrigamento de crianças e adolescentes em situação de risco social e familiar. 197f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2010.

RABELO, Miriam. A possessão como prática: esboço de uma reflexão fenomenológica. **MANA** v.14, n.1, 2008, p.87-117.

RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. **Une île au milieu de la route:** approche ethnographique d'un service d'accueil destiné à des familles monoparentales et à leurs enfants en danger. Tese (Doctorat Nouveau Régime – Anthropologie Sociale). Paris-FR: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2005.

RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. Conselho Tutelar e negociação de conflitos. In: **Políticas de proteção à infância:** um olhar antropológico. Porto Alegre-RS: Editora da UFRGS, 2009, p.93-113.

RIFIOTIS, Theophilos. Direitos humanos: Sujeito de direitos e direitos do sujeito. In: SILVEIRA, Maria Godoy, et al. **Educação em Direitos Humanos:** fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, p.231-244.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido**: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de Crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene (coord.); RIZZINI, Irma; NAIFF, Luciene; BAPTISTA, Rachel. **Acolhendo crianças e adolescentes**: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. 2.ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF; CIESPI; Rio de Janeiro, RJ:PUC-RIO, 2007.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SARTI, Cíntia Andersen. A família como ordem moral. In: **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.91, p.46-53, nov. 1994. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/746.pdf>

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, n.16, p.137-150, 2001a.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**. Botucatu, v.5, n.8, p.47-69, fev. 2001b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832001000100004>.

SCHUCH, Patrice. **Práticas de justiça**: uma etnografia do campo de atenção ao adolescente infrator no Rio Grande do Sul, depois do Estatuto da Criança e do Adolescente. 345f. Tese (doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SCHUCH, Patrice; FONSECA, Claudia. Diversidade, desigualdade: os “direitos da criança” na prática: o sistema de abrigamento de crianças e adolescentes em Porto Alegre. In: FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice. **Políticas de proteção à infância**: um olhar antropológico. Porto Alegre-RS: Editora da UFRGS, 2009, p.115-144.

SCHUCH, Patrice. **Práticas de Justiça**. Antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA. Porto Alegre-RS: Editora da UFRGS, 2009.

SCHUCH, Patrice. **Como a família funciona em políticas de intervenção social**. In: 28 Reunião Brasileira de Antropologia, 2012. São Paulo.

SCHMID, Wilhelm. Dar forma a nós mesmos: sobre a filosofia da arte de viver em Nietzsche. **Verve**, n.12, p.44-64, 2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/viewFile/5449/3896>>.

SEGATO, Rita Laura. Antropologia e Direitos Humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. **MANA**, 12(1), p. 207-236, 2006.

SILVA, Enid Rocha Andrade da (coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)/ Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2004.

SILVA, Izabella Regis; PALMA, Marli. Política de Convivência Familiar e Comunitária: as contradições da proteção social pública. **Sociedade em Debate**, Pelotas-RS, v.18, n.1, p.155-180, jan/jun. 2012. Disponível em: <<http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/709>>.

SILVA, Izabella Régis da. **Caminhos e (des)caminhos do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária**. 149f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da Sociologia**: indivíduo e sociedade. Trad. Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

STRATHERN, Marilyn. Entrevista no limite de uma certa linguagem. **MANA**, v. 5, n.2, p.157-175, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131999000200007&script=sci_arttext>

STRATHERN, Marilyn. Sobre o espaço e a profundidade. Trad. Priscila da Costa. **Cadernos de Campo**. São Paulo, n.20, p.1-360, 2011. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/36809>>.

STRATHERN, Marilyn. **O Gênero da Dádiva**: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na melanésia. Trad. André Villalobos. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2006.

TASSINARI, Antonella. Concepções indígenas de infância no Brasil.

Tellus. Campo Grande-MS, n.13, p.11-25, out. 2007. Disponível em: ftp://neppi.ucdb.br/pub/tellus/tellus13/1_Antonella.pdf

TROUILLOT, Michel-Rolph. La antropología del Estado en la era de la globalización. Encuentros cercanos de tipo engañoso. **Current Anthropology**. vol. 42, n.1, feb. 2001.

VAN DE VELDE, Cécile. **Devenir adulte**: Sociologie comparée de la jeunesse en Europe. Paris: Presses Universitaires de France, 2008.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose**: Antropologia das Sociedades Complexas. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

VEYNE, Paul. **O Último Foucault e sua Moral**. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. 1985. Disponível em: <www.filoesco.unb.br/foucault>.

VIANNA, Adriana de R.B. Quem deve guardar as crianças? Dimensões tutelares da gestão contemporânea da infância. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. (org.). **Gestar e Gerir**: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p.271-312.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectival Anthropology and the Method of Controlled Equivocation. **Tipiti**: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America. v.2, n.1, p.3-22, 2004. Disponível em: <<http://digitalcommons.trinity.edu/tipiti/vol2/iss1/1/>>.

WAGNER, Roy. **A Invenção da Cultura**. Tradução de Marcela Coelho de Souza e Alexandre Morales. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WAGNER, Roy. O xadrez do parentesco e o parentesco do xadrez. **Ilha** – Revista de Antropologia, Florianópolis, v.12, n.1 e 2, p.15-37, 2011.

WAGNER, Roy. “O Apache era o meu reverso” Entrevista com Roy Wagner. In: **Revista de Antropologia da USP**, v.54, n.2, p.919-978, jul/dez. 2011.

WAGNER, Roy. Existem grupos sociais nas terras altas da Nova Guiné? Trad. Iracema Dulley. Original: There are social groups in the New Guinea Highlands? In: LEAF, Murray. **Frontiers of anthropology**. Nova York: D. Van Nostrand Company, 1974. p.95-122.

WEINMANN, Amadeu de Oliveira. Dispositivo: um solo para a subjetivação. **Psicologia & Sociedade**, 18 (3), p.16-22; set/dez. 2006. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000300003>.

WINKIN, Yves. **A nova comunicação**: da teoria ao trabalho de campo. São Paulo: Papyrus, 1998.

WOOLF, Virgínia. **Mrs. Dalloway**. Trad. Claudio Alves Marcondes. São Paulo: Cosac Naify, 2012.